

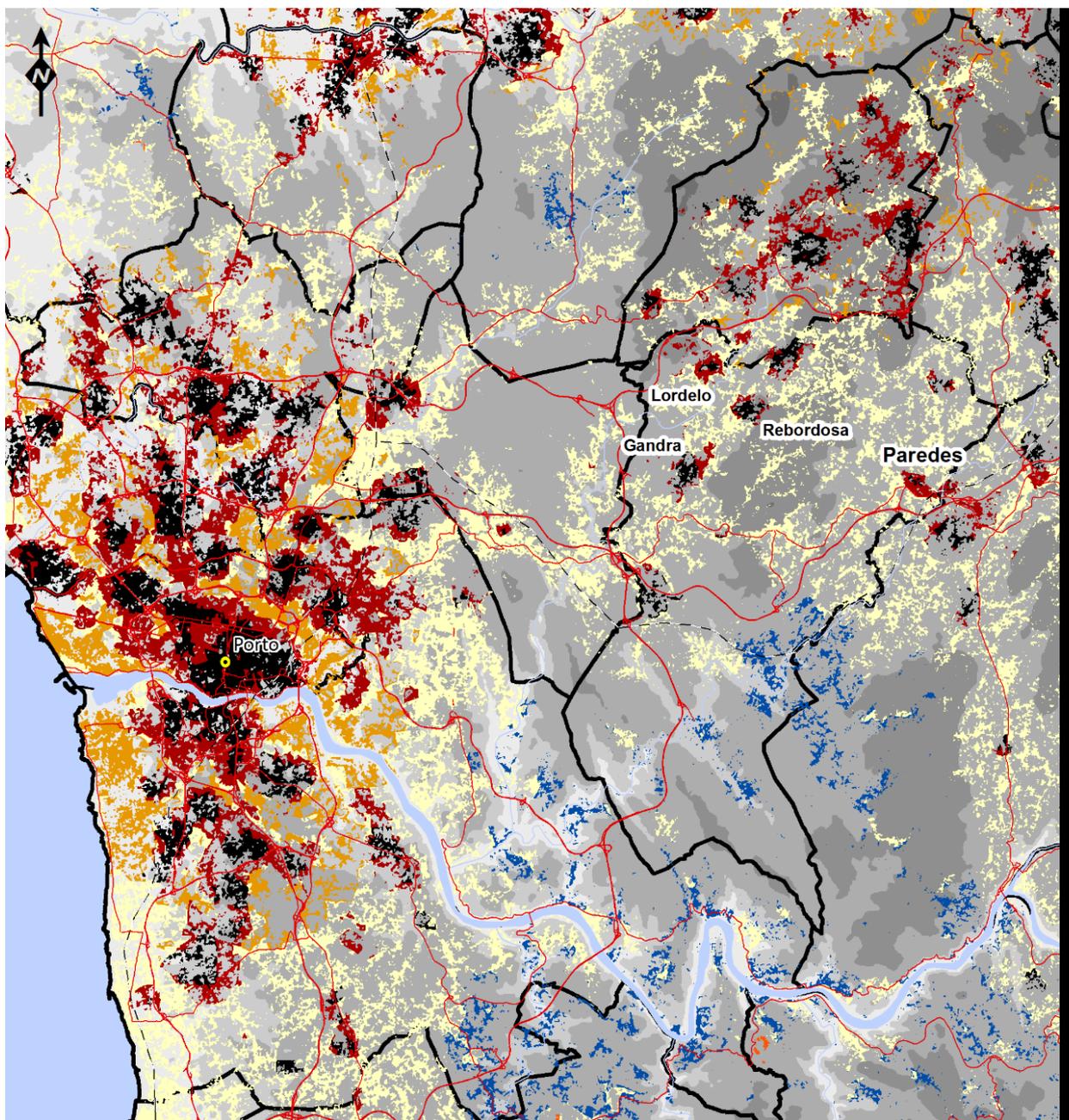
PAREDES

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Paredes, Fevereiro de 2016

Sumário

I. ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA _____	4
II. PLANO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL _____	27
III. PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA _____	56
IV. PLANO DE AÇÃO DE INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS _____	100
V. MODELO DE GOVERNAÇÃO _____	178



PEDU

ENQUADRAMENTO E ESTRATÉGIA

Sumário

ÍNDICE DE FIGURAS	6
1. ENQUADRAMENTO	7
2. ANÁLISE SWOT	16
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	16
PRINCIPAIS AMEAÇAS	16
PONTOS FORTES	16
PRINCIPAIS PONTOS FRACOS	17
3. DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS	18
DESAFIOS	18
FATORES CRÍTICOS	18
4. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA	19

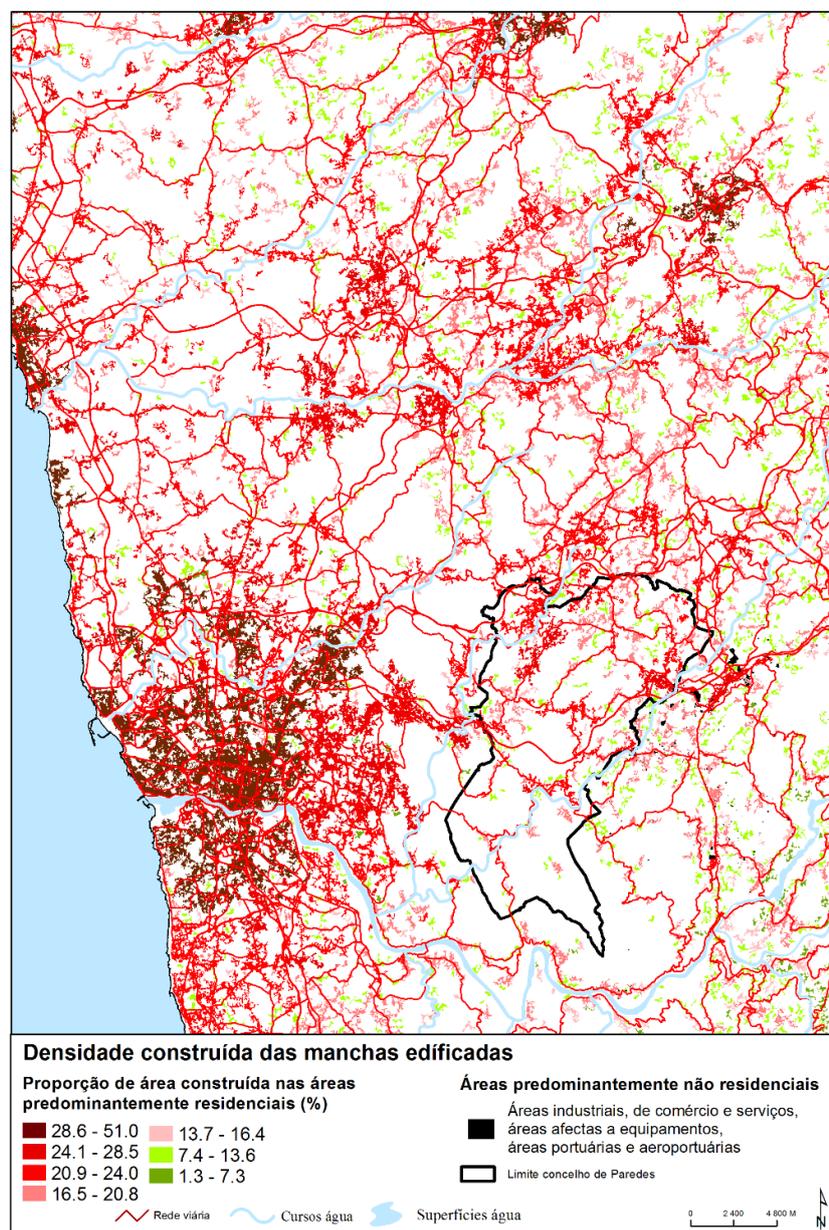
Índice de Figuras

FIGURA 1. DENSIDADE CONSTRUÍDA DO EDIFICADO.....	7
FIGURA 2. SÍNTESE DA DIVERSIDADE FUNCIONAL DA AMP, 2015.....	8
FIGURA 3. POPULAÇÃO RESIDENTE POR LUGARES, 2011.....	9
FIGURA 4. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO, 2011.....	10
FIGURA 5. OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL NA AMP, 2015.....	11
FIGURA 6. OFERTA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NA AMP, 2015.....	11
FIGURA 7. AGLOMERAÇÕES DE EMPREGO NA INDÚSTRIA (“CLUSTERS ESPACIAIS”) POR SUBSECÇÃO.....	12
FIGURA 8. MOVIMENTOS PENDULARES E ENTRADAS, POR CONCELHO 2011.....	13
FIGURA 9. FICHA ESTATÍSTICA DO CONCELHO E DA CIDADE DE PAREDES.....	15
FIGURA 10. MODELO TERRITORIAL DO PROT-N.....	20
FIGURA 11. FORMAS URBANAS COMPACTAS E DISPERSAS, POR SUBSECÇÃO, NA AMP, 2011.....	20

1. Enquadramento

O concelho de Paredes situa-se num espaço de transição urbano-industrial, entre a Área Metropolitana do Porto e o espaço mais rural do Tâmega e Sousa. Coalescente à coroa central da AMP, este concelho desenvolve-se numa extensa mancha com uma morfologia urbano-industrial rural difusa. O modelo de povoamento é disperso, as dinâmicas populacionais e construtivas são muito significativas e existe um perfil claramente industrial assente em níveis de instrução baixos. Uma população relativamente jovem e uma estrutura familiar de maiores dimensões marcam o perfil desta área. Nestes territórios, nas últimas décadas, a população e os produtores agrícolas diminuíram fortemente, mas a pluriatividade e o plurirrendimento continuam a ser características que marcam e diferenciam este território (Figura 1).

Figura 1. Densidade construída do edificado



Fonte: CEGOT.UP

Neste contexto, aparecem dois padrões de povoamento contrastantes, que representam arquétipos espaciais para a escala microterritorial de povoamento: um “policentrismo compacto”, organizado em torno de uma multiplicidade de centros relativamente densos e diversificados; e um “policentrismo de expansão”, em que o povoamento é disperso e de fraca densidade urbana, mas organizado em torno de uma multiplicidade de centralidades.

Com 86854 habitantes (Censos 2011), Paredes é um dos concelhos mais jovens do país (31.4% da população tem menos de 24 anos), registando uma elevada proporção de população em idade ativa. Assim, ainda que estejamos perante uma população relativamente jovem, Paredes, como outros concelhos da envolvente mais próxima, apresenta níveis médios de qualificação da sua população persistentemente baixos. Para ilustrar este facto, bastará dizer que, em 2011, apenas 6% da população local tinha instrução ao nível do ensino superior, valor que contrastava visivelmente com os 15% do país.

A população da Cidade de Paredes (CP), em 2011, com cerca de 20 mil habitantes, correspondia apenas a 23% da população total residente no concelho. Mas é nesta cidade que se concentram as funções urbanas de nível mais elevado (Figura 2). Outras cidades/núcleos urbanos tais como Lordelo (10 mil hab.), Rebordosa (9 mil), Gandra (7 mil) e formam um importante Cordão a Poente (CaP) na fronteira com Valongo (Figura 3).

Figura 2. Síntese da Diversidade Funcional da AMP, 2015

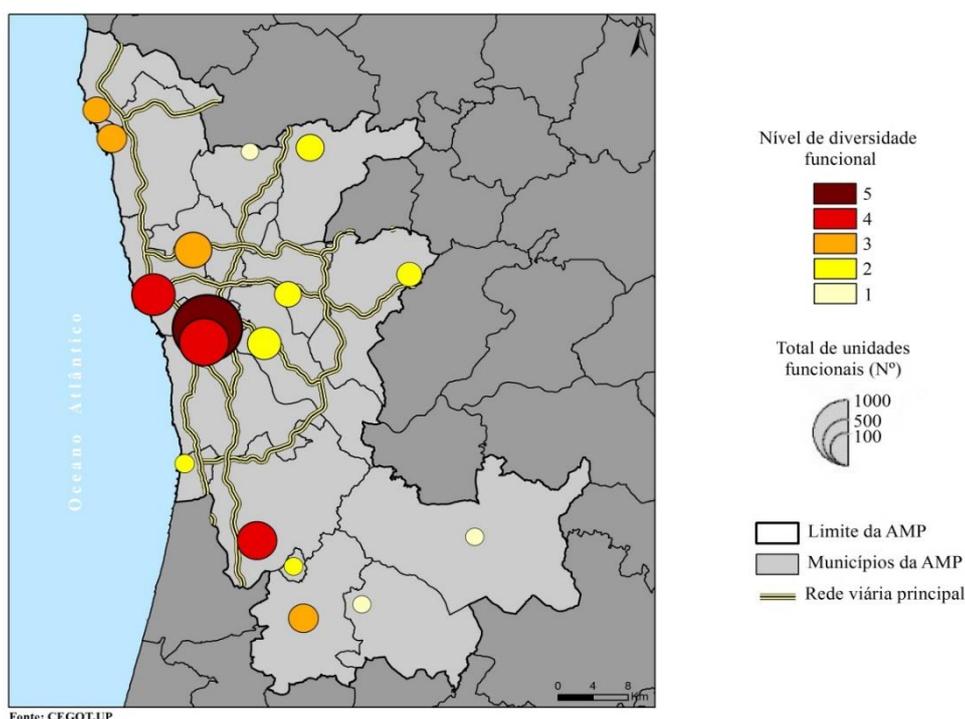
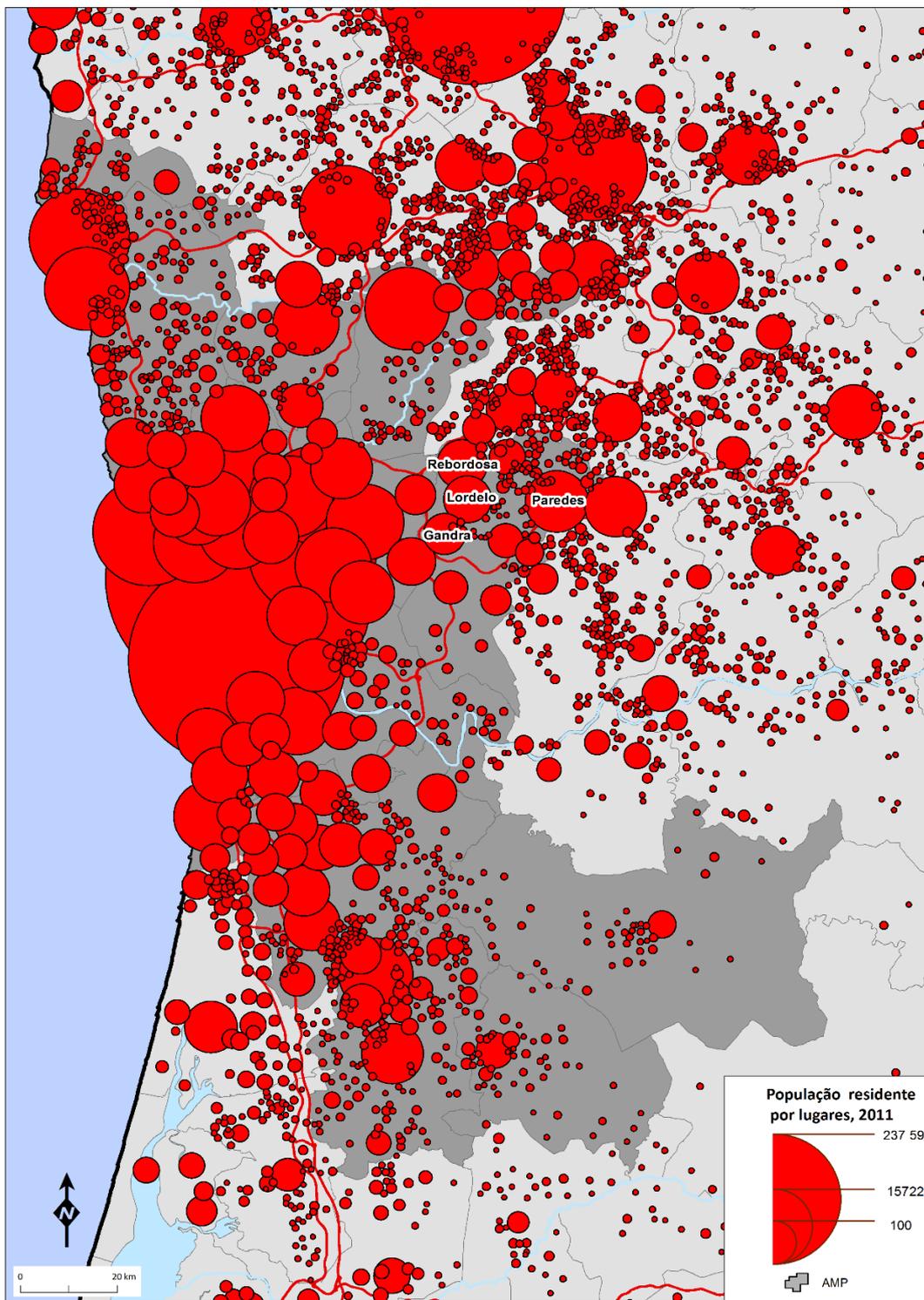


Figura 3. População residente por lugares, 2011



Fonte: INE, 2011, CEGOT.UP

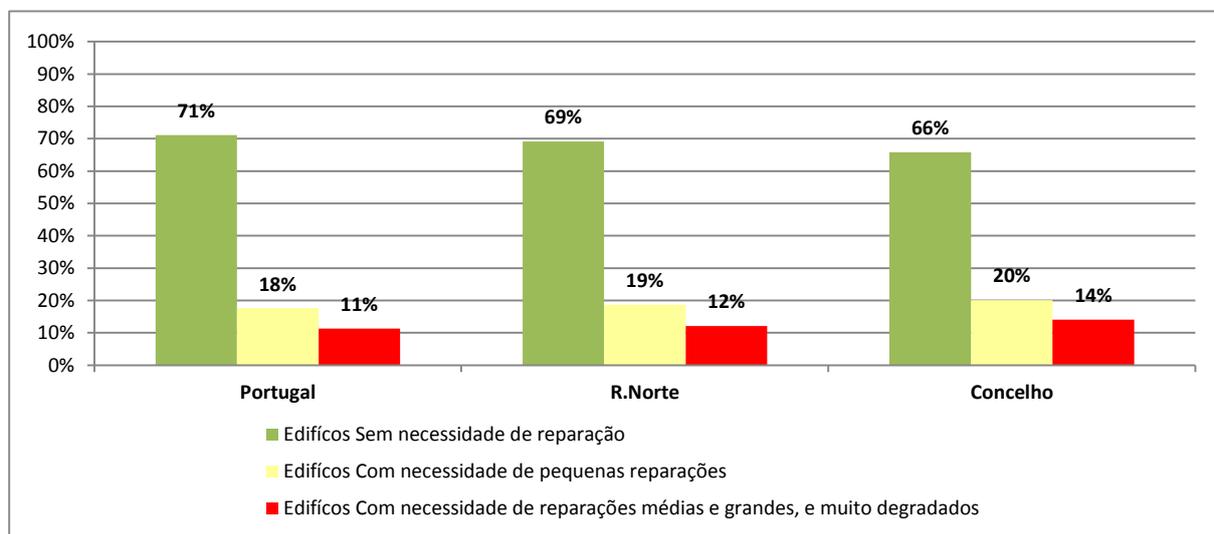
Este sistema polinucleado deve articular-se no sistema urbano da AMP, e simultaneamente desenvolver laços de complementaridade com as centralidades urbanas de proximidade. Paredes

posiciona-se no sistema urbano regional, enquanto Lordelo, Rebordosa e Gandra são elementos estruturadores de um modelo urbano disperso a necessitar de ser qualificado. Depois de 30 anos de expansão urbana, a atual crise e a retração do investimento imobiliário criaram condições especiais para se avançar para políticas inovadoras para o disperso. Não se trata de fazer a apologia do disperso, mas sim densificar, compactar, refuncionalizar e valorizar esses territórios.

O concelho de Paredes assistiu nas últimas décadas a um relevante processo de crescimento populacional e urbano, motivado quer pelo dinamismo da sua demografia, quer pela forte atratividade económica e residencial de alguns dos seus territórios. Este crescimento, que se mostrou especialmente acentuado nas décadas de 1980 e 1990, redundou na expansão e densificação do tecido urbano concelhio, que hoje se apresenta polarizado por quatro cidades. Apesar deste intenso processo de crescimento populacional e urbano, o concelho mantém amplos espaços naturais e inúmeras zonas de matriz rural, que conferem ao território uma notória diversidade, ampliada pela presença de importantes áreas de concentração industrial.

O concelho apresenta diversos focos de habitação envelhecida e/ou degradada, com 46% de edificado anterior a 1980 e 14% do edificado muito degradado ou com necessidade de reparação média ou grande (acima dos valores de degradação da Região Norte – 12% e do continente – 11%) (Figura 4).

Figura 4. Estado de conservação do edificado, 2011



Para além disto, estão desligados do tecido urbano envolvente e insuficientemente providos de acessibilidades, infraestruturas e equipamentos de apoio adequados às necessidades das famílias neles residentes (Figura 7 e Figura 8).

Figura 5. Oferta de equipamentos e serviços de apoio social na AMP, 2015

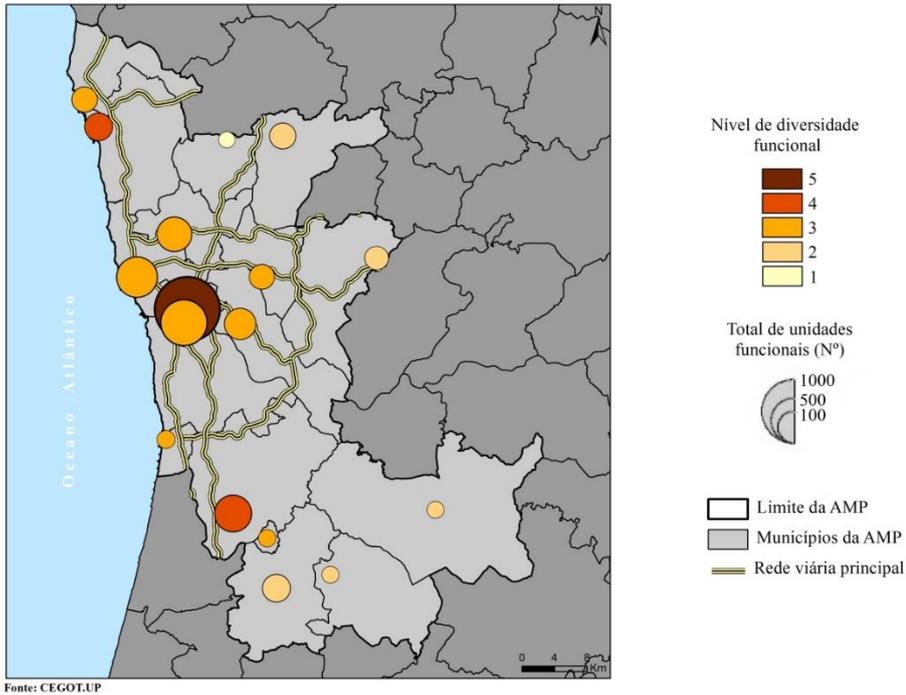
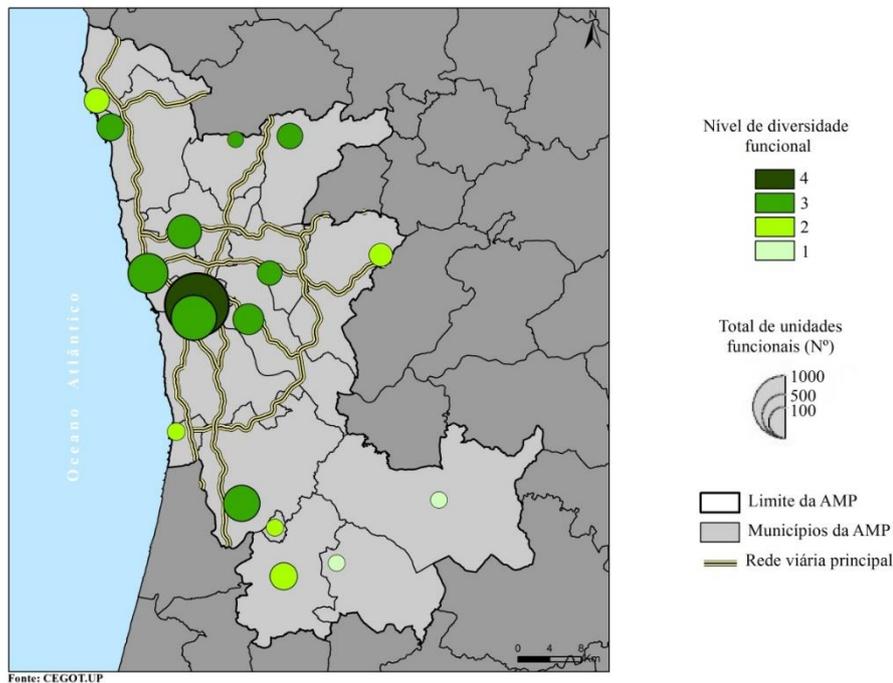


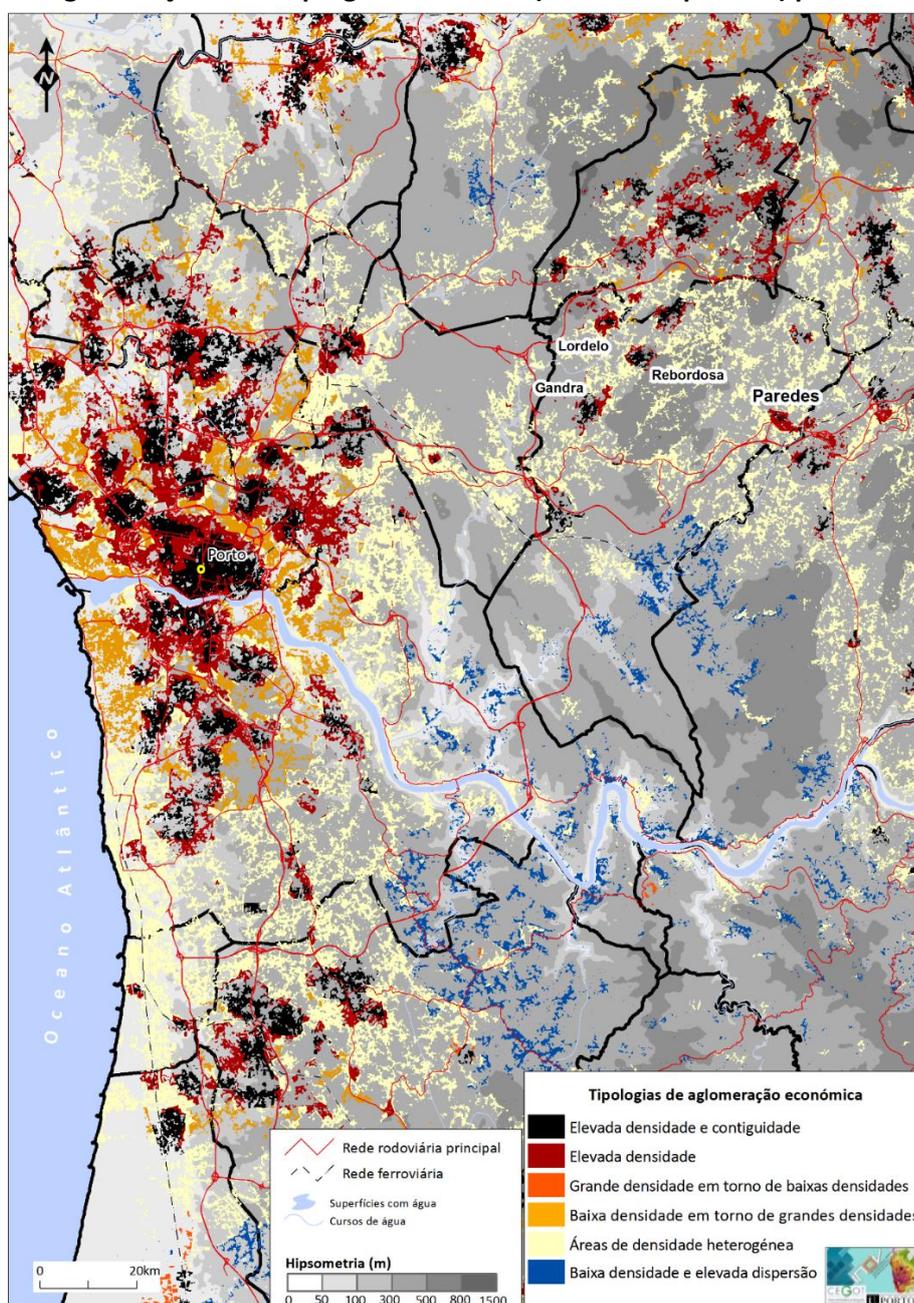
Figura 6. Oferta de equipamentos e serviços de educação e formação na AMP, 2015



Com um forte perfil urbano-industrial, Paredes apresenta, por um lado, algumas aglomerações de emprego de elevada densidade e contiguidade que coincidem com os principais núcleos urbanos – Paredes, Lordelo, Rebordosa, Gandra e Vilela (Figura 7). Por outro lado, apresenta uma forte dispersão produtiva que resulta de uma importante dinâmica empresarial, designadamente na indústria do

móvel e da madeira. Ainda que na última década se tenha registado uma alteração na estrutura da população empregada, de pendor essencialmente secundário (60%) para um domínio terciário (53.1%), regista-se ainda uma forte industrialização no concelho, especificamente na fileira do Mobiliário, atividade que claramente marca a identidade territorial e a vida económica local. Cabe ainda salientar que a taxa de desemprego no concelho (16%) era, em 2011, superior à regional e nacional. Em termos do tecido empresarial, o concelho de Paredes apresenta um contexto onde predominam as micro e pequenas empresas, no qual ressalta a importância das atividades comerciais (por grosso e a retalho), mas onde a indústria transformadora é preponderante.

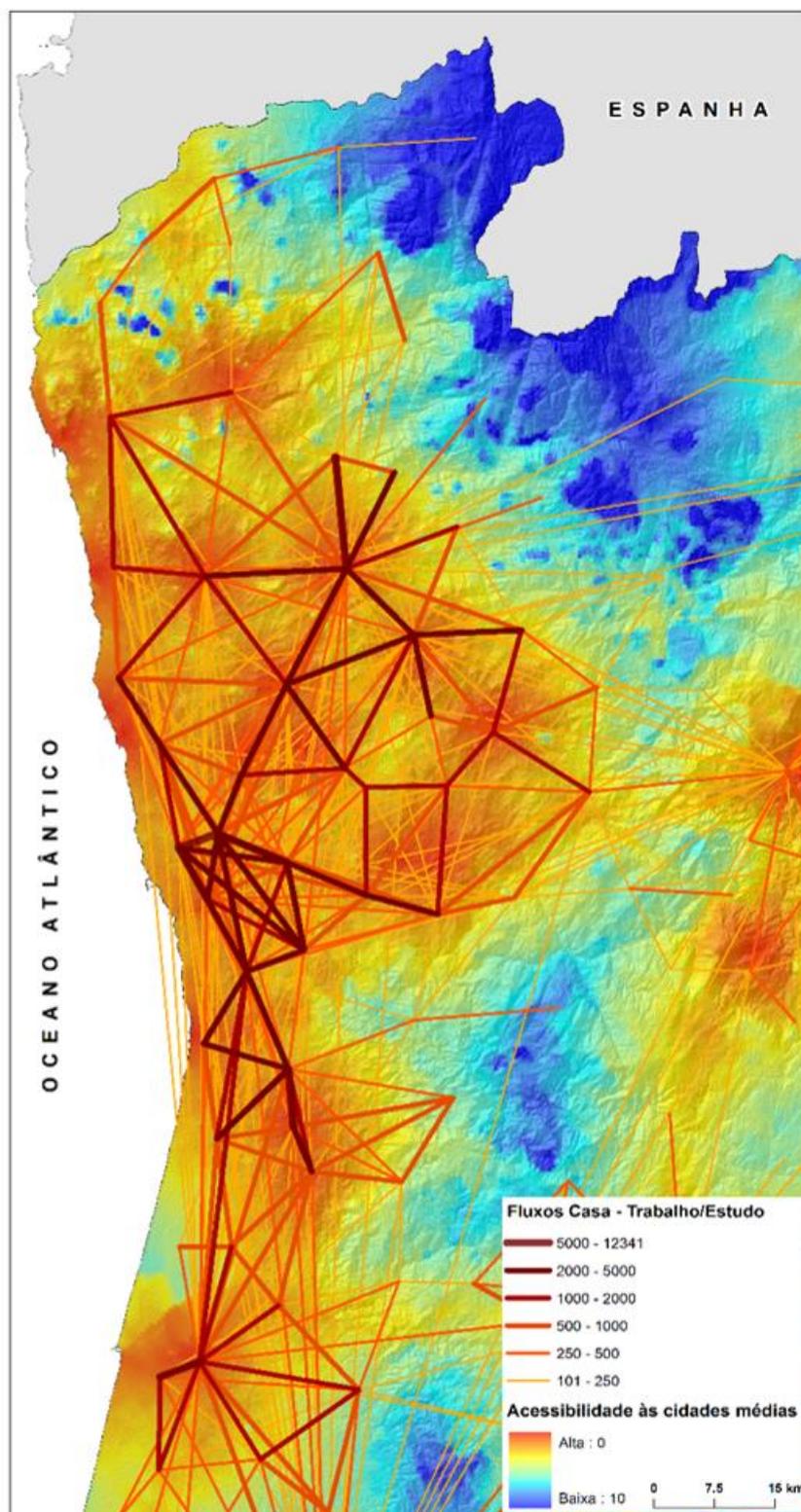
Figura 7. Aglomerações de emprego na Indústria (“clusters espaciais”) por subsecção



Fontes: Quadros de Pessoal (GEP/Ministério da Economia e Emprego, 2009); Navteq, 2012; CAOP 2012.1 (IGP).

Do ponto de vista da mobilidade, o concelho de Paredes apresentava em 2011 (Censos INE) cerca de 51 mil viagens diárias casa-trabalho/ escola, das quais apenas 70% internas. Cerca de 30% eram estabelecidas para fora do concelho, surgindo o Porto e Penafiel como principais destinos (Figura 8).

Figura 8. Movimentos pendulares e entradas, por concelho 2011



Fontes: Recenseamento da população; cálculos próprios

Esta realidade está em parte relacionada com o papel do comboio. Apenas 8% das viagens pendulares ‘para fora’ do concelho fazem-se com recurso ao transporte coletivo rodoviário, que demonstra a dificuldade de inserção dos transportes públicos rodoviários na estrutura territorial existente. Para a globalidade do concelho é de realçar que 45% das viagens pendulares se estabelecem para fora da freguesia, o que evidencia algum desencontro entre locais de residência e emprego.

A resposta ao desafio da sustentabilidade urbana passa pela estruturação destas vastas regiões urbanas segundo formas policêntricas, organizadas em torno de densas redes de transportes e de infraestruturas de apoio e serviços em comum. Nestas áreas há importantes carências de estruturação urbanística e funcional e de planificação dos sistemas ecológicos e das paisagens (não só do ponto de vista natural mas também de imagem urbana) que é preciso acautelar. É neste âmbito estratégico que as ARU devem ser equacionadas. Depois de um extenso período de expansão urbana, é fundamental estruturar o disperso e dar densidade e qualificar as estruturas polinucleadas, fundamentais na organização e na qualificação das vivências urbanas.

No atual contexto de crise e grande incerteza, é também nestas regiões que a polarização social mais se manifesta e se intensifica. Assim, a diversidade social significa multiplicidade de expectativas mas também de frustrações que devem ser equacionadas em matéria de planeamento urbano.

Em termos de diagnóstico estratégico e seguindo as orientações do PROT-N é necessário consolidar as polaridades urbanas, promovendo a concentração de atividades e serviços nos diversos níveis urbanos, reforçando a sua urbanidade e estruturando a relação urbano-rural. Neste sentido, é fundamental garantir a adequada qualificação do solo urbano no respeito por um modelo de organização espacial do território, que assegure a necessária estabilidade ao desenvolvimento das funções dominantes. Isto também significa privilegiar a concentração do edificado nos aglomerados urbanos e rurais e nas áreas de edificação dispersa existentes e promover a regeneração dos espaços urbanos degradados e desestruturados. Assim, o planeamento urbanístico deve orientar-se por critérios exigentes de qualidade, que promovam a revitalização das áreas antigas e históricas, a devida dotação em espaços públicos e espaços verdes, o desenho urbano, a qualidade arquitetónica e a valorização da paisagem urbana, salvaguardando as áreas de utilização coletiva como garantia de melhores níveis de qualidade de vida.

Figura 9. Ficha Estatística do Concelho e da Cidade de Paredes

EDIFICADO E ALOJAMENTO HABITACIONAL	Concelho	Peso Total Concelho
Nº Total Edifícios Clássicos 2001	20 329	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	23 565	
Taxa Variação Edifícios Cláss. 2001-2011	16%	
Nº Edifícios Exclusivamente Residenciais 2011	21 072	89%
Nº Edifícios Multifuncionais 2011	2 493	11%
Nº Edifícios Construídos até 1980 (2011)	10 937	46%
Nº Edifícios Construídos depois 1980 (2011)	12 628	54%
Nº Edifícios Degradados 2011 *	8 064	34%
<hr/>		
Nº Total Alojamentos 2001	28 291	
Nº Total Alojamentos 2011	34 291	100%
Taxa Variação Alojamentos 2001-2011	21%	
Nº Alojamentos Vagos 2011	3 865	11%
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	9 570	28%
Nº Alojamentos Familiares 2011	34 274	99,95%
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	14	
Nº Alojamentos Familiares Clássicos 2011	34 260	
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual 2011	28 032	
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Secundária 2011	2 363	
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Proprietário 2011	20 038	
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Arrendatário 2011	4 967	
<hr/>		
<i>(*) Edifícios degradados - edifícios com necessidades de pequenas, médias e grandes reparações e edifícios muito degradados do INE</i>		
POPULAÇÃO E ESCOLARIEDADE		
População Residente 2001	83 376	
População Residente 2011	86 854	
Taxa Variação Pop. Resid. 2001-2011	4,2%	
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	27 306	31%
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	49 770	57%
População Residente Idosa (\Rightarrow 65 anos) 2011	9 778	11%
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	3 203	4%
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	55 684	64%
População Residente Ensino Secundário 2011	8 205	9%
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	474	1%
População Residente Ensino Superior 2011	4 963	6%
Pop. Resid. Sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	14 325	16%
<hr/>		
<i>(*) Pop. Resid. S/nível Esclariad. Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund. + superior)</i>		
POPULAÇÃO RESIDENTE ATIVA		
População Residente Reformada /Pensionista (2011)	12 020	14%
População Residente Ativa (2011)	43 272	50%
População Residente Desempregada (2011)	6 707	
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego (2011)	1 190	
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego (2011)	5 517	
Taxa Desemprego	15%	
População Residente Empregada (2011)	36 565	
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário (2011)	412	1%
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário (2011)	16 723	46%
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário (2011)	19 430	53%
<hr/>		
EMPREGO E ATIVIDADES ECONÓMICAS		
Emprego Privado		
Nº Estabelecimentos 2013	2 588	
Nº Pessoas ao Serviço 2013	17 566	
Nº Pessoas ao Serviço com Ensino Superior 2013	1 605	
Emprego Público		
Nº Pessoas Emprego Público 2014	2 171	

2. Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Os Sistemas de Incentivos à I&D+i previstos no QEC 2014-20 exigem a articulação entre empresas e Centros de I&DT, existindo em Paredes um contexto favorável.
- A aposta, a nível europeu e nacional, nas políticas de promoção e apoio ao empreendedorismo poderão facilitar a diversificação produtiva e a geração de postos de trabalho.
- Contexto favorável para a inovação no desenvolvimento urbano coloca oportunidades para o desenvolvimento de projetos de regeneração urbana diferenciados e integrados.
- Alteração do quadro jurídico de regulação do sistema de transportes públicos de passageiros, que permitirá melhorar o grau de inserção de Paredes no espaço metropolitano.
- A possibilidade de obtenção de massa crítica gerada pela contiguidade urbana das cidades de Paredes e Penafiel facilita encontrar soluções robustas para a melhoria da mobilidade de pessoas e bens.

Principais Ameaças

- A forte concorrência internacional no setor do mobiliário quer por parte de países com tradição no setor, quer por parte de países emergentes.
- As crescentes exigências no acesso aos mercados internacionais, em termos de investimentos, escala e inovação, pressupondo a implementação de fortes processos colaborativos e de redes empresariais.
- A importância da existência de ambientes urbanos inovadores, com amenidades, dinâmicas e ofertas qualificadas e sofisticadas, para a atração e fixação de talento e de profissionais qualificados.
- Conjuntura económica incerta e insuficiente amplitude do processo de recuperação e crescimento do emprego no concelho.

Pontos Fortes

- Dinâmica de afirmação em torno do Design e da sua articulação com a Indústria do Mobiliário, numa lógica de estratégia integrada.

- Aposta na educação com efeitos nos níveis de escolarização da população mais jovem e no aumento da qualificação da mão-de-obra.
- Dinâmica demográfica positiva em termos de aumento da população e aumento da sua juventude.
- Alguns espaços centrais e as margens dos cursos de água possibilitam o desenvolvimento de abordagens ambientalmente integradoras.
- Centralidades bem afirmadas com capacidade de induzir efeitos de consolidação dos padrões de urbanização.
- Valores patrimoniais com capacidade de representação cívica e cultural.
- Processo e os eventos do *art on chairs* como forma de potenciar uma cultura de cidadania e multimodalidade.
- Estação ferroviária, a A42 e A41 e proximidade à A4 reforçam a conectividade territorial.

Principais Pontos Fracos

- Debilidades em termos de qualidade e amenidades urbanas de alguns dos seus núcleos principais, limitando a atratividade global do concelho.
- Indústria do mobiliário com uma excessiva atomização e um perfil débil em termos de competitividade.
- Mono-especialização produtiva debilita a capacidade de resiliência territorial.
- Focos de segregação funcional e social em povoamento difuso e problemas de qualificação do espaço público.
- Elementos de cariz industrial com alguma degradação e pedaços edificados de grande diversidade morfológica.
- Baixas qualificações da mão-de-obra, precariedade dos vínculos laborais e persistência de situações de emprego.
- Desequilíbrios intraconcelhios em matéria de infraestruturização do território.
- Debilidade da rede de infraestrutura de suporte ao modo 'a pé' na irradiação dos principais centros urbanos.

3. Desafios e fatores críticos

Desafios

- A consolidação do projeto "Pólo Criativo do Design de Mobiliário", nomeadamente na concretização de equipamentos e na continuidade de ofertas imateriais, que serão fundamentais para o processo de qualificação e atratividade urbana iniciado.
- A dinamização e qualificação do ecossistema produtivo local, alargando e reforçando os processos de colaboração empresarial e institucional, de forma a ganhar capacidade criativa e competitiva e diversificar a base produtiva.
- A modernização e reforço da competitividade do tecido empresarial sediado no concelho.
- A capacitação do tecido social local e da população no sentido de um maior envolvimento e de uma participação mais ativa e qualificada na prossecução da Visão estabelecida para o território e na geração de novos consumos e dinâmicas urbanas.
- A sensibilização dos proprietários, locatários e investidores privados para a importância e os benefícios materiais e sociais da reabilitação urbana.
- A qualificação da população residente e promoção da respetiva empregabilidade, fixando-a profissionalmente no concelho e mobilizando-a para a modernização e desenvolvimento da atividade económica aqui localizada.
- O reforço da coesão territorial intraconcelhia, designadamente através da ampliação da rede de infraestruturas e equipamentos existente e da regeneração física e social e dinamização económica e cultural das áreas mais isoladas e desfavorecidas.
- O melhoramento das condições de conforto e de sustentabilidade urbana, por qualificação urbanística e valorização ambiental (reforçando a escala do sistema).
- A capacidade de organização e diálogo com os municípios vizinhos e com os operadores de autocarros tendo em vista a organização de uma concessão única de transportes urbanos, respondendo à intensidade de movimentos existente, principalmente em 'carro próprio'.
- A capacidade de diálogo no quadro da autoridade de transportes da junta metropolitana, tendo em vista melhorar a oferta integrada de transporte coletivo.

Fatores Críticos

- Mobilização do ecossistema produtivo local, em torno de projetos de promoção e qualificação do setor do mobiliário e da sua articulação com o Design e a Arquitetura, a diferentes escalas territoriais.

- Promoção do empreendimento endógeno, contribuindo para reforçar a cadeia de valor do setor do mobiliário e para gerar novos negócios e diversificar a base produtiva local.
- Desenvolvimento de iniciativas integradas de animação das ofertas urbanas de Paredes, induzindo novos consumos e atraindo novos públicos.
- Articulação os diversos programas de ação urbanística, de modo a potenciar os efeitos resultantes das suas diversas complementaridades.
- Estreitamento e aprofundamento da relação entre sistemas de ensino e qualificação e tecido empresarial, visando a respetiva harmonização e a potenciação dos recursos existentes.
- Priorização da aposta na coesão social e territorial e afirmação de uma liderança capaz de envolver e coordenar os múltiplos parceiros e interesses implicados na estratégia de desenvolvimento urbano traçada.

4. Objetivos e definição da estratégia

Segundo o PROT-Norte, dar resposta aos objetivos de coesão, competitividade e sustentabilidade da região passa por uma aposta na atratividade e na qualidade de vida urbana, reforçando as especificidades e a cooperação interurbana.

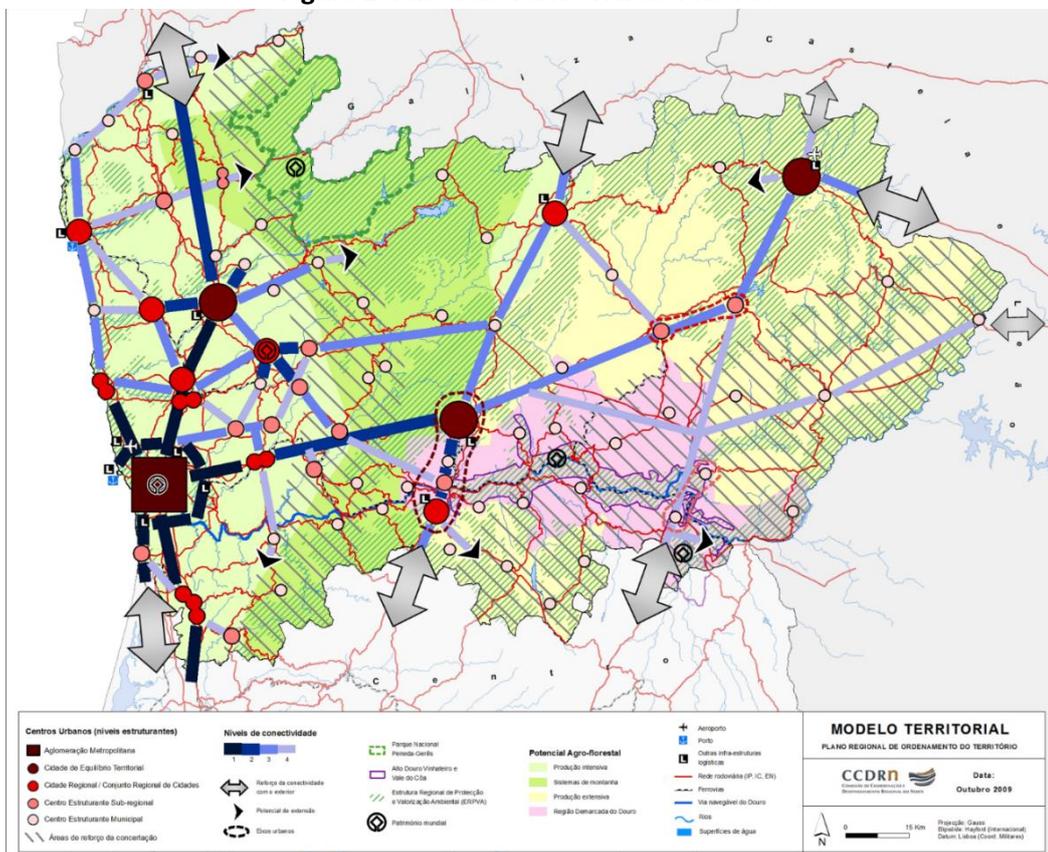
Em termos de oferta de funções urbanas, o diagnóstico realizado pelo PROT-N e a sua atualização pela EIDT para a AMP, demonstram que existe na AMP um sistema urbano polinucleado. Seguindo o PROT, a EIDT-PACTO promove a densificação dos centros urbanos, contrariando a dispersão e a lapidação de recursos naturais. Isto passa pelo reforço das especificidades urbanas e um programa para a qualificação do disperso.

Na EIDT considera-se que no território metropolitano evidenciam-se diferentes problemas que deviam configurar intervenções diversificadas e integradas. A EIDT incentiva modelos urbanos mais adaptados ao envelhecimento demográfico, aos efeitos adversos das alterações climáticas, e à necessidade de promover-se a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar. Recomenda ações no âmbito do urbanismo para a redução das emissões de carbono, a melhoria do ambiente urbano, a promoção da mobilidade urbana sustentável, o reforço da requalificação patrimonial e cultural e a inclusão social.

Para o PROT-N, as cidades devem constituir-se enquanto espaços ativos de competitividade, cidadania e qualidade de vida. O PEDU de Paredes na sua estratégia vai privilegiar nomeadamente as seguintes orientações do PROT-N (pág. 131-132):

- As cidades devem constituir-se enquanto espaços favoráveis à criatividade e à inovação com base nos recursos que possuem, produzem ou atraem e nas formas de organização que promovem ou estabelecem.
- As cidades devem constituir espaços de cidadania, coesão e identidade cultural, tornando mais eficientes os processos de participação, integração e valorização patrimonial e combatendo os fatores geradores de exclusão.
- As cidades devem ser espaços de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de mobilidade e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habitação e aos equipamentos e serviços.
- A regeneração urbana dos centros históricos das cidades e dos bairros degradados, deve sustentar-se em ações públicas e apoio às iniciativas dos particulares.
- Nas áreas centrais ou históricas, deve fomentar-se a implantação de atividades comerciais e de serviços inovadores, visando o reforço da atratividade urbana e a valorização dos tecidos urbanos antigos e a qualidade histórica e patrimonial.

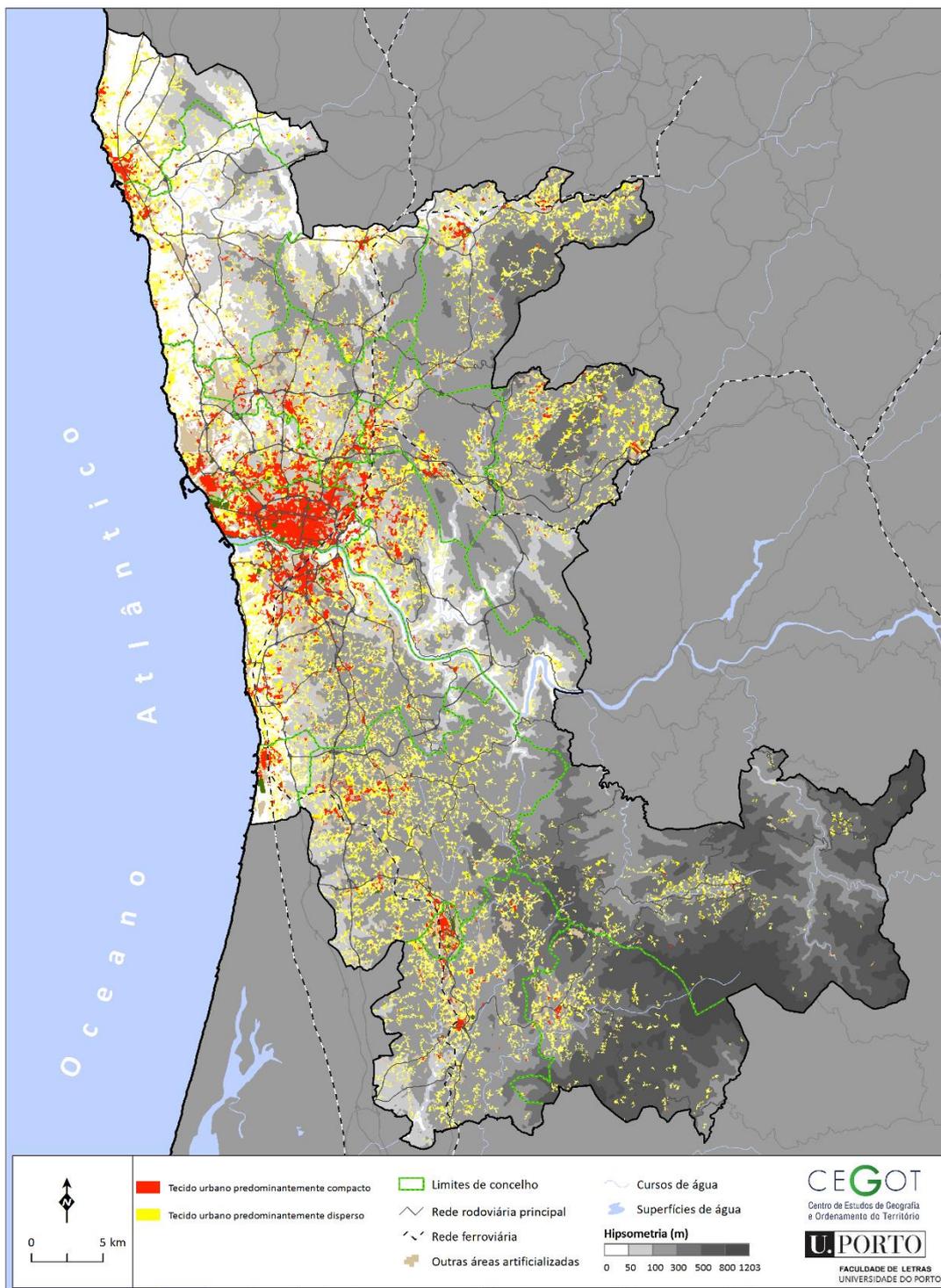
Figura 10. Modelo Territorial do PROT-N



A EIDT AMP estabelece que “qualificar o disperso e as áreas mono-residenciais em prole da valorização dos lugares e da qualidade de vida quotidiana é prioritário”. Assim, o PEDU Paredes vai procurar implementar o programa para a qualificação do disperso proposto pela EIDT AMP, que define como fundamental:

- Promover a cooperação municipal em prole do planeamento territorial, tendo em vista a qualificação das áreas residenciais de baixa densidade – *Governar o disperso*.
- Favorecer a mistura física e social, densificando o tecido de baixa densidade, permitindo e favorecendo outros usos e atividades nos tecidos mono-residenciais e reativando a vida urbana – *Concentrar o disperso*.
- Melhorar a autonomia quotidiana das pessoas residentes em áreas urbanas residenciais dispersas passa pela melhoria da acessibilidade aos equipamentos e serviços básicos de necessidade quotidiana – *Dar maior autonomia no disperso*.
- Fortalecer o sentido de pertença e de comunidade a partir da reabilitação dos espaços públicos e da criação de espaços de representações, que promovam o encontro, a sociabilidade e a ligação aos lugares – *Fortalecer o sentido de comunidade no disperso*.
- Promover uma vida saudável e uma melhoria do equilíbrio ambiental, passa por maior consciencialização individual das práticas quotidianas em matéria de gastos de energia, consumo de água, mobilidade, hábitos alimentares, etc. – *Promover uma vida saudável no disperso*.
- Planear o território fortalecendo as redes de proximidade, tendo em conta a diversidade de atividades e deslocamentos quotidianos – *Promover redes de proximidade no disperso*.

Figura 11. Formas urbanas compactas e dispersas, por subsecção, na AMP, 2011.



Face à estratégia regional enunciada, os **objetivos que enquadram o PEDU de Paredes são os seguintes:**

1. PMUS:

- 1.1. Contribuir para alargar o papel da cidade de Paredes como centro charneira entre a AMP e o Sousa
- 1.2. Desenvolver os aspetos qualitativos da infraestrutura de apoio aos modos suaves
- 1.3. Reforçar o papel dos transportes coletivos rodoviários

2. PARU

- 2.1. Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos.
- 2.2. Qualificar o disperso e reforçar as centralidades no *continuum* urbano
- 2.3. Afirmar a marca e o *branding* territorial, reforçando as dinâmicas em torno da aposta no Design de Mobiliário.
- 2.4. Promover o empreendimento endógeno e da inovação, como alavancas estratégicas para a diversificação da economia urbana.
- 2.5. Dinamizar iniciativas de animação urbana geradoras de novos consumos e de novos públicos.

3. PAICD

- 3.1. Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação e à urbanidade das populações mais vulneráveis.
- 3.2. Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas.
- 3.3. Reabilitar e reconverter equipamentos de utilização coletiva de vocação social, cultural e económica.
- 3.4. Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração.
- 3.5. Combater o insucesso escolar, as saídas precoces do sistema educativo e promover a inclusão social.
- 3.6. Dinamizar o reforço comunitário assente na dinamização local, nas memórias coletivas e nos recursos culturais e artísticos das comunidades.

**PLANO REGIONAL
DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | NORTE**
Atualizado pela EIDT para AMP

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU) | PAREDES

**PLANO MOBILIDADE URBANA
SUSTENTÁVEL
PMUS**

Objetivos

- 1.1. Contribuir para alargar o papel da cidade de Paredes como centro charneira entre a AMP e o Sousa
- 1.2. Desenvolver os aspetos qualitativos da infraestrutura de apoio aos modos suaves
- 1.3. Reforçar o papel dos transportes coletivos rodoviários



**PLANO AÇÃO REGENERAÇÃO
URBANA
PARU**

Objetivos

- 2.1. Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanísticos.
- 2.2. Qualificar o disperso e reforçar as centralidades no continuum urbano
- 2.3. Afirmar a marca e o branding territorial, reforçando as dinâmicas em torno da aposta no Design de Mobiliário.
- 2.4. Promover o empreendimento endógeno e da inovação, como alavancas estratégicas para a diversificação da economia urbana.
- 2.5. Dinamizar iniciativas de animação urbana geradoras de novos consumos e de novos públicos.



**PLANO AÇÃO INTEGRADO COMUNIDADES
DESAVORECIDAS
PAICD**

Objetivos

- 3.1. Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação e à urbanidade das populações mais vulneráveis.
- 3.2. Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas.
- 3.3. Reabilitar e reconverter equipamentos de utilização coletiva de vocação social, cultural e económica.
- 3.4. Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração.
- 3.5. Combater o insucesso escolar, as saídas precoces do sistema educativo e promover a inclusão social.
- 3.6. Dinamizar o reforço comunitário assente na dinamização local, nas memórias coletivas e nos recursos culturais e artísticos das comunidades.

CONTRIBUTO DO PEDU DE PAREDES PARA O PLANO REGIONAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO - NORTE

Orientações Estratégicas do PRONT-N

		Orientações estratégicas da política de promoção e qualificação urbana				Orientação estratégica para o Sistema de Conectividades			
Objetivos Estratégicos PEDU PAREDES		As cidades devem constituir-se enquanto esp.favoráveis à criatividade. e à inov. com base nos rec. que possuem, produzem ou atraem e nas formas de organiz.que promovem ou estabelecem	As cidades devem constituir es.de cidadania, coesão e identid.cultural, tornando mais eficientes os proc.de particip., integr. e valoriz. patrimonial e combatendo os fatores geradores de exclusão	As cidades devem ser esp. de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustent.de uso dos rec., de mobilid. e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habit. e aos equipam. e serv.	A regeneração urbana CH das cidades e dos bairros degradados deve sustentar-se em ações públ. e apoio às iniciat.dos particulares	Nas áreas centrais ou históricas deve fomentar-se a implant.de ativid. com. e serv. inovad., visando o reforço da atrativ. urbana e a valoriz. dos tec. urbanos antigos e a qualid. histórica e patrimonial	Promover o aumento da mobilidade sustent. de pessoas e mercadorias, a par do reforço da coesão interna das estrut. urbanas, através do reequilíbrio entre modos de transp.	Melhorar substancialmente a qualid. urbana das nossas cidades através da conjugação de esforços entre a reestrut./ qualificação dos espaços-canal e novas políticas de mobilid. Sustente., em paralelo com a qualif. dos espaços das grandes concentr. resid.	Promover os transp. públicos colet. e indiv., atuando quer sobre a dimensão empresarial do sector quer sobre a procura de transp. maximizando a utiliz. da oferta já disponível e tendo em vista melhorar a repartição modal com dimin. da dependência dos cidadãos e organiz. do transp. indiv. motorizado.
PMUS	1.1 Contribuir p/alargar papel cidade Paredes c/o centro charneira entre AMP e Sousa						*		
	1.2 Desenvolver os aspetos qualitativos da infraestrutura de apoio aos modos suaves					*			
	1.3 Reforçar o papel dos transp. colet. rodov.					*		*	
PARU	2.1 Promover a reabilit. e a reutiliz. dos edif. preservando os valores patrim. e urbanístico				*				
	2.2 Qualificar o disperso e reforçar as centralidades no continuum urbano			*					
	2.3 Afirmar a marca e o branding territorial, reforçando as dinâmicas em torno da aposta no Design de Mobiliário	*							
	2.4 Promover o empreendimento endógeno e da inovação, como alavancas estratégicas para a diversificação da economia urbana	*							
	2.5 Dinamizar iniciativas de animação urbana geradoras de novos consumos e de novos públ.								
PAICD	3.1 Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação e à urbanidade das populações mais vulneráveis			*	*				
	3.2 Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas		*		*				
	3.3 Reabilitar e reconverter equipam. de utiliz. coletiva de vocação social, cultural e económica		*	*					
	3.4 Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração	*	*						
	3.5 Combater insucesso escolar, saídas precoces do sist. educ. e promover inclusão social		*	*					
	3.6 Dinamizar o reforço comunitário assente na dinamização local, nas memórias coletivas e nos recursos culturais e artísticos das comunidades		*		*				

CONTRIBUTO DO PEDU DE PAREDES PARA O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

Objetivos Estratégicos e Transversais POR Norte

Objetivos Estratégicos PEDU PAREDES		Intensificação tecnologia da base produtiva	Valorização económica de ativos e recursos intensivos em território	Melhoria do posicionamento competitivo à escala global	Consolidação de um sistema urbano policêntrico	Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo	Acréscimo de qualificação de todos os segmentos da população	Melhoria da eficácia e da eficiência do modelo de governação
PMUS	1.1 Contribuir para alargar o papel da cidade de Paredes como centro charneira entre a AMP e o Sousa				*			*
	1.2 Desenvolver os aspetos qualitativos da infraestrutura de apoio aos modos suaves				*			
	1.3 Reforçar o papel dos transportes coletivos rodoviários				*			
PARU	2.1 Promover a reabilitação e a reutilização dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanístico		*		*			
	2.2 Qualificar o disperso e reforçar as centralidades no continuum urbano		*		*			
	2.3 Afirmar a marca e o branding territorial, reforçando as dinâmicas em torno da aposta no Design de Mobiliário	*	*		*			
	2.4 Promover o empreendimento endógeno e da inovação, como alavancas estratégicas para a diversificação da economia urbana	*	*		*	*		
	2.5 Dinamizar iniciativas de animação urbana geradoras de novos consumos e de novos públicos		*	*	*	*		
PAICD	3.1 Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação e à urbanidade das populações mais vulneráveis						*	
	3.2 Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas						*	
	3.3 Reabilitar e reconverter equipamentos de utilização coletiva de vocação social, cultural e económica						*	
	3.4 Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração		*			*	*	
	3.5 Combater o insucesso escolar, as saídas precoces do sistema educativo e promover a inclusão social						*	
	3.6 Dinamizar o reforço comunitário assente na dinamização local, nas memórias coletivas e nos recursos culturais e artísticos das comunidades						*	

CONTRIBUTO DO PEDU DE PAREDES PARA A ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL AMP 2020

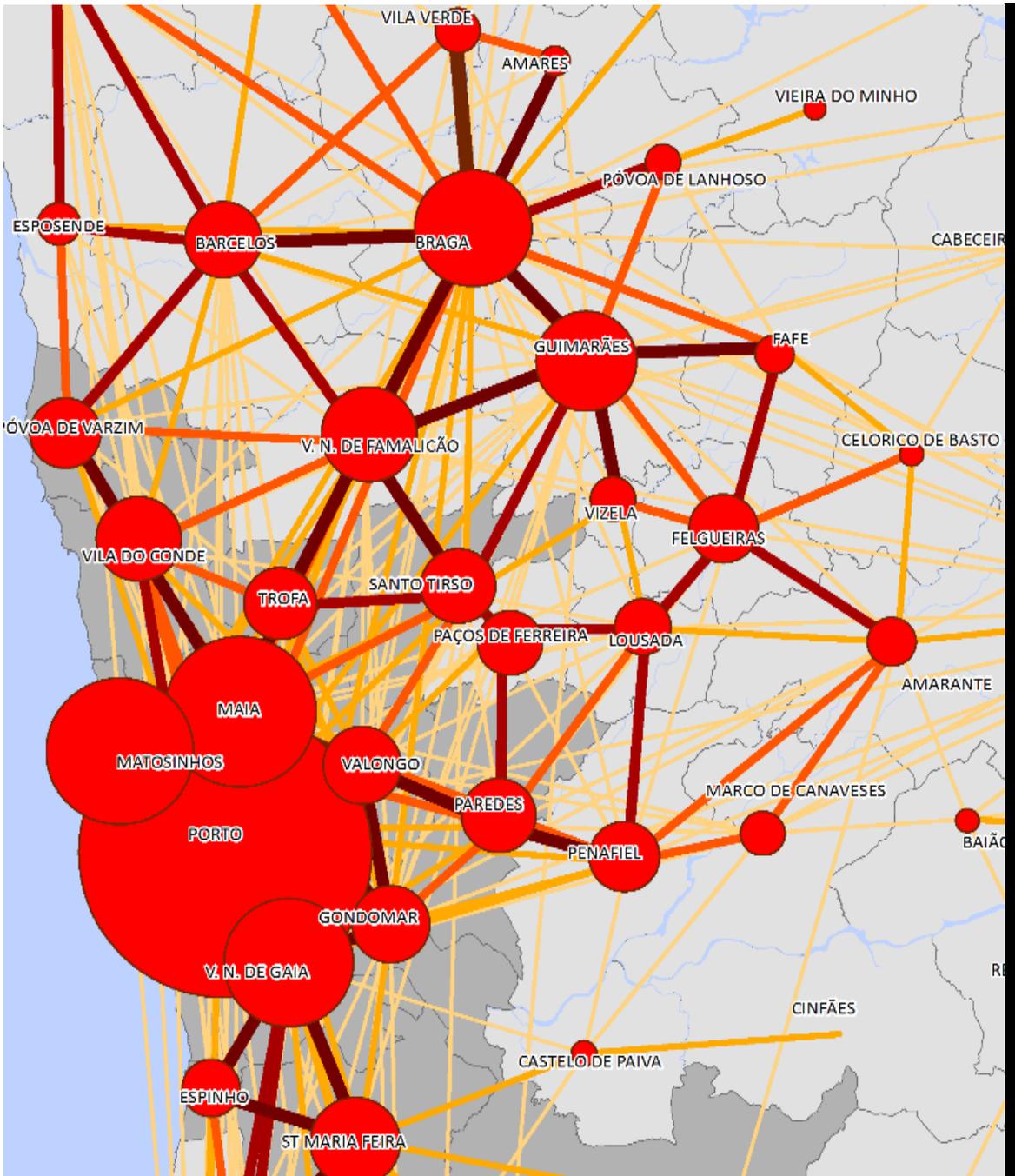
Objetivos Estratégicos AMP 2020

Objetivos Estratégicos PEDU PAREDES		OT1 Reforçar a investigação e desenvolvimento tecnológico e a inovação	OT2 Melhorar acesso TIC	OT3 Reforçar competitividade das PME	OT4 Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores	OT5 Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	OT6 Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos	OT7 Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes	OT8 Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores	OT9 Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	OT10 Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	OT11 Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública
PMUS	1.1 Contribuir p/ alargar o papel da cidade de Paredes c/o centro charneira entre AMP e Sousa					*		*				*
	1.2 Desenvolver os aspetos qualitativos da infraestrutura de apoio aos modos suaves				*	*		*				
	1.3 Reforçar o papel dos transp. colet. rodoviários				*	*		*				
PARU	2.1 Promover a reabilit. e a reutiliz. dos edifícios preservando os valores patrimoniais e urbanístico				*	*						
	2.2 Qualificar o disperso e reforçar as centralidades no continuum urbano					*						
	2.3 Afirmar a marca e o branding territorial, reforçando as dinâmicas em torno da aposta no Design de Mobiliário			*		*						
	2.4 Promover o empreendimento endógeno e da inovação, como alavancas estratégicas para a diversificação da economia urbana	*		*		*			*			
	2.5 Dinamizar iniat. de animação urbana geradoras de novos consumos e de novos públ.			*		*			*			
PAICD	3.1 Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação e à urbanidade das populações mais vulneráveis									*		
	3.2 Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas									*		
	3.3 Reabilitar e reconverter equipam. de utiliz. coletiva de vocação social, cultural e económica									*		
	3.4 Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração								*	*		
	3.5 Combater o insucesso escolar, as saídas precoces do sistema educativo e promover a inclusão social									*	*	
	3.6 Dinamizar o reforço comunitário assente na dinamização local, nas memórias coletivas e nos recursos culturais e artísticos das comunidades									*		

CONTRIBUTO DO PEDU DE PAREDES PARA O PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Objetivos Estratégicos PDM

Objetivos Estratégicos PEDU PAREDES		Promoção da imagem c/o 1 todo	Potencialização do concelho	Promoção da competitividade	Program. da ocupação urbana	Contenção da dispersão	Reforço da identidade dos núcleos urbanos periféricos	Definição da estrutura ecológica	Definição da estrutura viária	Consolidação da rede de equipamentos	Promoção da qualidade de vida e do ambiente	Potencialização da atração de empresas para o concelho	Dotação de áreas de localização empresarial/industrial	Consolidação das áreas industr. e promoção do seu desenv.	Estimulação da realocação de empresas no espaço industrial	Fomento do invest. turístico	Fomento e reforço da visibilidade internacional	Consolidação posicionamento em redes internac.	Promoção e estímulo de cond. de proximidade entre diversos atores	Promoção e desenvolvimento do conhecimento e tecnologia	Valorização da inovação, investigação, conhecimento e tecnologia	Promoção e estímulo da educação e formação	Reforço e potenciação de políticas de complementaridade	Reforço e consolidação dos valores patrimoniais
		PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS	PMUS
PMUS	1.1 Contribuir p/alargar o papel cidade Paredes c/o centro charneira entre AMP e Sousa	*	*																*					
	1.2 Desenvolver os aspetos qualitativos da infraestrutur de apoio aos modos suaves								*		*													
	1.3 Reforçar o papel dos transp. colet. rodov.										*													
PARU	2.1 Promover a reabilit. e a reutiliz. dos edif. preservando os valores patrim. e urbanístico				*					*						*								*
	2.2 Qualificar o disperso e reforçar as centralidades no continuum urbano				*	*	*																	
	2.3 Afirmar a marca e o branding territorial, reforçando dinâm. em torno da aposta Design de Mobiliário	*	*	*								*								*	*	*		*
	2.4 Promover o empreendimento endógeno e da inovação, como alavancas estratégicas para a diversificação da economia urbana			*																*	*	*		*
	2.5 Dinamizar iniciat. de animação urbana geradoras de novos consumos e de novos públ.											*					*			*	*	*		*
PAICD	3.1 Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação e à urbanidade das populações mais vulneráveis																							*
	3.2 Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas										*													
	3.3 Reabilitar e reconverter equipam. de utiliz. coletiva de vocação social, cultural e econ.									*														
	3.4 Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração																						*	
	3.5 Combater o insucesso escolar, as saídas precoces do sistema educativo e promover a inclusão social																				*	*	*	
	3.6 Dinamizar o reforço comunitário assente na dinamização local, nas memórias coletivas e nos recursos culturais e artísticos das comunidades							*													*	*	*	



PEDU

CONTRIBUTO PARA O PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Sumário

1. ENQUADRAMENTO DA AMP PARA EFEITOS DOS PEDU COMPONENTE DA MOBILIDADE	30
1.1. DIAGNÓSTICO	30
1.2. OBJETIVOS	34
1.3. ESTRATÉGIA	36
2. PAREDES - CONTRIBUTO PARA O PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	40
2.1. DIAGNÓSTICO	40
2.2. ANÁLISE SWOT	46
OPORTUNIDADES	46
AMEAÇAS	46
PONTOS FORTES (FORÇAS)	47
PONTOS FRACOS (FRAQUEZAS)	47
2.3. DESAFIOS E FATORES CRÍTICOS	48
DESAFIOS	48
FATORES CRÍTICOS	48
2.4. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	48
3. PROGRAMA DE AÇÃO	55

Índice de Figuras

FIGURA 12. MOVIMENTOS PENDULARES E ENTRADAS, POR CONCELHO 2011	42
FIGURA 13. VIAGENS PENDULARES POR DESTINO, EM 2011.....	43
FIGURA 14. REPARTIÇÃO MODAL, EM 2011	44
FIGURA 15. VIAGENS PENDULARES COM ORIGEM NA FREGUESIA DA CIDADE DE PAREDES POR TEMPO DE DESLOCAÇÃO, EM 2011....	44
FIGURA 16. VIAGENS PENDULARES COM ORIGEM NA FREGUESIA DO CORDÃO POENTE, POR TEMPO DE DESLOCAÇÃO, EM 2011	44
FIGURA 17. POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO, NO CONCELHO DE PAREDES, 2011	45

1. ENQUADRAMENTO DA AMP PARA EFEITOS DOS PEDU COMPONENTE DA MOBILIDADE

1.1. Diagnóstico

Enquadramento

A AMP insere-se no cordão atlântico da Península Ibérica e desempenha, no contexto da Região do Norte de Portugal, um significativo papel económico. O âmbito geográfico corresponde à área territorial da NUTS III Área Metropolitana do Porto e é constituída por 17 municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Paredes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. O sistema de transportes da AMP tem uma rede que inclui o transporte coletivo de passageiros em modo rodoviário, ferroviário convencional e ferroviário ligeiro. A AMP possui, no entanto, uma forte dependência do transporte individual, consequência de uma rede de autoestradas metropolitanas existente que se articula em continuidade com uma rede de cobertura regional, nacional e internacional. Esta rede principal tem como elemento complementar as redes municipais que configuram um sistema rodoviário secundário que garante o acesso generalizado a todo o território da AMP.

A AMP possui também um conjunto de infraestruturas de grande importância nacional e com relevância à escala peninsular, nomeadamente o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, o Porto de Leixões (recentemente reforçado com o novo Terminal de Cruzeiros), as Estações Ferroviárias de Campanhã e São Bento, as travessias ferroviárias e rodoviárias sobre o Rio Douro e um conjunto de interfaces.

Sistemas de Transporte Público

A Área Metropolitana do Porto possui uma desenvolvida rede de transportes e respetivas infraestruturas. A rede de transportes rodoviários tem uma extensão de 8.460km de rede concessionada, com 596 concessões, operadas por 35 operadores públicos e privados. A rede de Metro do Porto (MP) tem uma cobertura estendida ao centro das cidades que constituem o núcleo central da AMP, mas também ao extremo norte litoral da AMP. O MP tem uma extensão de 67 quilómetros,

com 6 linhas e 81 estações que servem os concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. É um sistema de transportes públicos que consiste numa rede ferroviária eletrificada subterrânea e de superfície. A AMP possui também uma rede ferroviária convencional que estabelece no Porto o cruzamento de todas as ligações ferroviárias entre o norte e o sul do país e a partida/chegada das ligações entre o litoral norte e o interior norte de Portugal, sendo as suas principais estações a Estação de Campanhã e a Estação de S. Bento. A rede ferroviária presta serviço urbano de transporte ferroviário pesado de passageiros na metrópole e regiões próximas, nomeadamente do Cávado até Braga, do Ave até Guimarães, do Tâmega até Marco de Canaveses e do Baixo Vouga até Aveiro, num círculo de cerca de 60 quilómetros á volta da cidade do Porto.

Sistema rodoviário

A AMP é servida por uma rede rodoviária principal de grande cobertura territorial. A norte do Douro apresenta-se uma estrutura com três anéis circulares (VCI/IP4/IC24) complementares que servem as principais infraestruturas e as principais áreas onde se concentra a maioria dos operadores logísticos. A estrutura rodoviária metropolitana a norte do Porto garante o funcionamento do tráfego comercial associado às funções transporte/logística de abastecimento da produção, do consumo e do escoamento para mercados externos, relativamente ao potencial industrial instalado a norte do rio Douro. A sul do Porto, a estrutura rodoviária metropolitana apresenta contornos menos claros na malha de distribuição e respetiva cobertura territorial.

Trata-se de um sistema rodoviário metropolitano ainda com disfunções e estrangulamentos que não foram resolvidos, nomeadamente as seguintes debilidades:

- Excesso de tráfego no sistema Ponte da Arrábida/Porto de Leixões com congestionamentos acentuados na VCI, no nó de Francos, na Via Rápida e A29;
- Esgotamento de capacidade do nó do Conde Ferreira da VCI com a A3 e dificuldades de tráfego na VCI/IP1 (velocidade, segurança e poluição automóvel) no troço entre esse nó e a Ponte do Freixo;
- Esgotamento de capacidade no túnel de Águas Santas do IP4;
- Sobrecarga de tráfego no eixo Maia-Trofa-Famalicao da EN14 impedindo maior dinamismo económico a esse sector/eixo da AMP até há concretização da alternativa rodoviária prevista e em desenvolvimento;

- Sobrecarga de tráfego na ligação entre Vila da Feira (IP1) e S. João da Madeira (IC2) e para a qual a ligação para norte do IC2, até Gaia (A32), não resolveu porque constitui um percurso taxado e menos direto no acesso ao núcleo da AMP.

A rede rodoviária intermédia corresponde à acessibilidade entre a rede nacional e as redes municipais locais, ou seja, o conjunto de antigas EN e vias municipais principais que fazem o interface entre os dois níveis extremos da rede rodoviária. Esta rede debate-se com o problema da sobrecarga de tráfego decorrente da taxação na rede nacional e com a desclassificação de alguns troços das EN. Essa rede intermédia deverá ser estudada, avaliando-se o seu papel de intermediação entre a rede nacional e as redes locais, por iniciativa metropolitana, uma vez que reúne maior capacidade e conhecimento no sentido da sua racionalização.

Intermodalidade

A integração bilhética na AMP sofreu um impulso decisivo com organização do sistema ANDANTE. Este sistema tem resolvido ao longo do tempo alguns problemas operativos (por exemplo mudança de zona no mesmo cartão, o que no início não era possível), o que não significa que não existam ainda aspetos a melhorar e que eliminem alguma inércia na captação de novos utentes (por exemplo dificuldades de carregamento e visualização das viagens em crédito). Por outro lado o atual zonamento não é consensual e pode ser melhorado, articulando-se com o tarifário, a bilhética e os sistemas de validação e fiscalização necessários.

Modos suaves

Os Modos suaves não estão devidamente potenciados na AMP pois a sua utilização nas deslocações tem ainda um carácter pontual. Os municípios da Área Metropolitana do Porto têm vindo a investir na construção de infraestruturas ciclovias tirando partido das condições existentes localmente, muito embora as mesmas estejam principalmente associadas ao lazer. É necessário um planeamento estruturado no sentido de criar uma rede associada aos principais geradores de procura que, articulada ao nível municipal, intermunicipal e metropolitano, proporcionem práticas de deslocação quotidianas dos cidadãos.

A complementaridade entre o uso da bicicleta e dos transportes públicos é viável, embora ainda não estejam criadas as condições necessárias para promover esta intermodalidade. Aliás, no último Censos realizado, a percentagem de utilizadores quotidianos da bicicleta cifrava-se em 0,3% e o desenvolvimento que se tem verificado na última década é sobretudo associada ao lazer.

Neste sentido é importante ter em consideração fatores determinantes para que seja possível o uso complementar entre a bicicleta e os outros meios de transporte, nomeadamente a possibilidade de transportes das bicicletas nos veículos de transporte público o que implica abordar questões como as condições físicas de transporte, a lotação dos veículos, o tarifário a aplicar e os horários de transporte, bem como criar condições seguras de estacionamento das bicicletas nos interfaces e promover uma articulação tarifária.

Em termos de sistemas mais inovadores como sejam os de *bikesharing*, *carsharing*, *carpooling* e similares, constatamos que existem algumas experiências realizadas esporadicamente na AMP, mas sem uma visão integrada que importa imprimir.

Planeamento

Nos últimos anos foi efetuado um esforço de reformulação dos instrumentos de gestão territorial em Portugal, que resultaram na aprovação de Planos, Estratégias e Diretrizes Nacionais em áreas estratégicas como a Energia, o Ordenamento do Território, o Ambiente e os Transportes. Na área dos transportes, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes contribuiu para a clarificação nos planos técnico/científico e institucional, publicando em 2012 as Diretrizes Nacionais para a Mobilidade (IMT, 2012), que sintetizam uma estratégia para a mobilidade sustentável, consubstanciado na elaboração de vários documentos enquadradores, designado por “Pacote da Mobilidade”. Os Planos de Mobilidade e Transportes (PMT), da responsabilidade da administração pública, assumem-se como o instrumento fundamental para a operacionalização das Diretrizes Nacionais para a Mobilidade.

O Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da AMP surge, neste contexto, como um instrumento que pretende responder de forma satisfatória aos objetivos definidos nas políticas europeias e nacionais, nomeadamente no Programa Norte 2020.

1.2. Objetivos

O POR Norte apresenta uma cuidada análise SWOT, que foi considerada como um útil instrumento de trabalho. Nesse sentido, analisando as matérias referentes à mobilidade que constam desta ferramenta observamos que nos “Pontos fracos”, é referido explicitamente a “Elevada dependência energética do exterior (da região), agravada por uma produção elétrica baseada, em grande parte, em combustíveis fósseis, associada ao ainda baixo índice de eficiência energética”. Ainda como ponto fraco é indicado que o modelo de mobilidade urbana e regional é “ainda assente no transporte individual” e o “sistema ferroviário” tem um desempenho “inadequado nos corredores de ligação internacional bem como nas ligações inter-regionais não confinadas ao arco metropolitano” (POR NORTE: 16). Por outro lado, nas “Oportunidades” é referida a “prioridade atribuída, no quadro das políticas públicas nacionais e comunitárias, ao reforço da sustentabilidade energética e ambiental dos sistemas de mobilidade e transportes” enquanto nas “Ameaças” o documento refere as “implicações na sustentabilidade do espaço metropolitano da redução do investimento público no domínio da mobilidade”, bem como a “desvalorização da dimensão territorial/regional”.

No seguimento desta análise, observamos que o POR enquadra objetivos temáticos e prioridades do Acordo de Parceria no âmbito da mobilidade. De entre os vários itens, salientamos a prioridade de investimento 4 que se caracteriza pela “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação” (IDEM: 28).

Na justificação desta priorização o documento refere que “o sistema de mobilidade e logística da Região Norte caracteriza-se ainda por algumas ineficiências que têm vindo a provocar, em particular nas áreas urbanas, agravamento da sua intensidade energética e carbónica e, em meio rural, risco de insustentabilidade, com prejuízo da coesão social e económica e da equidade territorial.” E acrescenta que se justifica “assim a promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável – com um reequilíbrio em favor do transporte público e dos modos suaves, melhorando a sua atratividade, integração e interoperabilidade e fomentando a adoção de tecnologias e de fontes energéticas mais sustentáveis e eficientes - bem como a aposta numa maior eficiência das cadeias logísticas locais de abastecimento e distribuição e de transporte de mercadorias.”. Remata dizendo que estas alterações devem inserir-se num quadro mais amplo de transição para “uma economia de baixo teor de carbono e de reforço das cidades enquanto espaços privilegiados de integração e articulação de políticas e âncoras de desenvolvimento regional” (*Ibidem*).

A elaboração dos instrumentos de planeamento de mobilidade da AMP tem como objetivo geral promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, através da promoção de estratégias de baixo teor de carbono no seu território, nomeadamente nas zonas mais urbanizadas. Neste sentido, pretende-se atingir os principais objetivos específicos:

- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono, visando a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a diminuição da intensidade de consumo energético, do ruído e a diminuição da pegada ecológica;
- Oferecer um nível elevado de mobilidade para pessoas e empresas, com a melhoria da eficiência e da eficácia do transporte de pessoas e bens;
- Garantir um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo;
- Reduzir custos decorrentes da ocupação dispersa e de baixa densidade, otimizando percursos e redes de mobilidade e de distribuição de pessoas e mercadorias;
- Reduzir a sinistralidade;
- Reduzir o impacto negativo do sistema de transportes sobre a saúde e a segurança dos cidadãos, em particular dos mais vulneráveis;
- Reforçar a atratividade do transporte público e dos modos suaves (pedonal e bicicleta), nomeadamente, através da eliminação de barreiras no acesso, da melhoria do desempenho operacional e da otimização da eficiência energética e ambiental;
- Promover uma harmoniosa transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes;
- Aumentar a quota de uso do transporte público e o incremento do uso dos modos suaves de transporte, em particular, nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana;
- Melhorar as condições de conforto e segurança das vias de transporte;
- Aumentar a eficiência e sustentabilidade do setor dos transportes em crescimento;
- Reduzir a dependência automóvel através da promoção de alternativas como *carsharing* ou *carpooling*;
- Promover a mobilidade inteligente com o recurso à inovação tecnológica.

A AMP visa dar vida aos objetivos delineados na estratégia 2020, e que estão patentes em diversos instrumentos nacionais e europeus.

1.3. Estratégia

Na estratégia AMP 2020, que reflete o compromisso entre o referencial da Europa 2020, as novas orientações da Política de Coesão e as estratégias nacional e regional, estão sintetizadas três linhas de orientação, denominadas de “crescimentos”, que ditam a visão para a AMP em 2020:

A. Crescimento Inteligente

Metrópole que alavanca a sua posição estratégica no dinamismo económico e empresarial, voltado para as exportações de produtos e serviços e a internacionalização, através de atividades inovadoras e de alto valor acrescentado, assumindo-se como polo dinamizador e integrador capaz de reforçar, expandir e ancorar as redes de inovação da região Norte de Portugal, da região do noroeste peninsular e do arco atlântico.

B. Crescimento Sustentável

Metrópole saudável, eficiente, multigeracional e em diálogo com o Atlântico e a Europa. Pela sua posição geográfica, dimensão cultural e ambiental, e, pela diversidade e valor do seu património natural e paisagístico afirma-se enquanto espaço cosmopolita, atrativo e de qualidade de vida onde, com o uso do conhecimento e da inovação, será evitada a delapidação dos recursos naturais.

C. Crescimento Inclusivo

Metrópole diversa, relacional e intencionalmente inclusiva, com políticas e práticas sociais, educativas e culturais ancoradas na concertação estratégica intermunicipal para a promoção do acesso ao emprego, à educação e à aprendizagem ao longo da vida, para o desenvolvimento das competências das populações e das organizações, para o empreendedorismo social sustentável, o combate à pobreza e às vulnerabilidades económicas e sociais.

Para a concretização desta visão será fundamental a criação de condições de contexto (melhor mobilidade, melhor qualidade de vida, menor burocracia, melhor ambiência urbana) que tornem a região competitiva em termos internacionais.

No âmbito das questões que se prendem com o Sistema de Transportes e Logística, e com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no âmbito da visão preconizada foram considerados vários desafios e objetivos:

- Políticas mais assertivas e com maior protagonismo da AMP (melhor organização na construção das decisões; coordenação entre diferentes escalas; mais discussão e participação de diferentes atores);
- Gestão mais integrada e inovadora do Sistema de Transportes (mais parcerias de colaboração entre instituições de ensino superior, empresas e municípios; aprofundamento das tecnologias de apoio à integração bilhética e à intermodalidade);
- Aprofundamento dos instrumentos para a gestão da mobilidade (conhecer o padrão de mobilidade e avaliar a sua evolução pós metro; mais informação ao público sobre oferta e intermodalidade; mais tecnologia de apoio à mobilidade e sua monitorização);
- Resolver estrangulamentos nas Macro Infraestruturas de transportes (manutenção/ aumento de rotas a partir do aeroporto; aumento da capacidade de movimento de contentores em Leixões; resolver aumentos de capacidade na ferrovia pesada; prosseguir o investimento em plataformas logísticas; resolver carências pontuais de acessibilidade rodoviária; aumento da capacidade de atracagem de barcos turísticos no Douro);
- Sustentabilidade financeira dos transportes públicos (contratualização de serviço público de transportes na AMP; participação municipal no financiamento dos transportes públicos; operadores de transportes coletivos financeiramente mais sólidos);
- Metrópoles com menores taxa de utilização automóvel (parte de uma visão estratégica que assenta em menores taxas de utilização automóvel nas deslocações intraurbanas e interurbanas (internas e com o exterior) melhorando dessa forma a evolução da repartição modal no sentido do maior equilíbrio e diversidade (por diminuição das viagens individuais motorizadas), tendo em vista um território ambiental e energeticamente mais sustentável, assim como a qualificação do espaço público; gestão dos espaços-canal e do estacionamento; aumentar a intermodalidade e a multimodalidade; aumentar a importância do transporte ferroviário pesado na AMP; alargamento das redes de ferrovia ligeira e ferrovia ultraligeira e sua antecipação em pré-metro; melhorar gestão do estacionamento nos centros das cidades a par de maior impulso na regeneração urbana; incrementar os modos suaves de deslocação; melhorar a logística do abastecimento urbano nas zonas de forte concentração de comércio; qualificar o espaço público nas urbanizações de forte densidade residencial);
- Território metropolitano com um plano para a rede rodoviária (colmatar insuficiências na utilização da rede rodoviária intermédia; planeamento e gestão da rede rodoviária intermédia);
- Território mais inclusivo com menos população não móvel (soluções de transportes mais diversas para as zonas de baixa densidade de procura e ainda com menores gastos no transporte

escolar e maior mobilidade para a população jovem; organizar concessões de serviços de ‘transporte flexíveis’; reformar o transporte escolar especial por integração nas soluções DRT);

- Território de Coesão (acessibilidade rodoviária, principalmente nas zonas de baixa cobertura por transportes públicos; finalizar acessos que faltam aos principais aglomerados da metrópole).

Na AMP é difícil determinar cientificamente o padrão de mobilidade da população, pela simples razão de que ainda não foi realizado o inquérito à mobilidade na AMP, uma década e meia após o anterior estudo realizado pelo INE/ DGTT. Esta lacuna, que tem pelo meio a abertura do serviço metro, deverá ser ultrapassado uma vez que impede o prosseguimento de um pensamento estratégico sobre a evolução futura do sistema de transportes na AMP, assim como sobre as prioridades a definir para o investimento público e para as políticas urbanas a seguir nos diferentes municípios de acordo com a sua natureza e posicionamento relativo. Segundo o documento da CE, relativo à elaboração de Planos de Transporte Urbano Sustentável as propostas implementadas em meio urbano devem englobar:

- Articulação entre o planeamento urbano e o planeamento das acessibilidades e transportes;
- Promoção dos modos suaves;
- Promoção e melhoria do transporte público;
- Gestão do estacionamento;
- Contenção do uso do transporte individual;
- Acalmia de tráfego e reafecção do espaço rodoviário para veículos e modos de transporte mais respeitadores do ambiente;
- Gestão da logística urbana e transporte de mercadorias;
- Restrição de acesso para os veículos mais poluentes (zonas de baixas emissões);
- Promoção da utilização de veículos rodoviários mais “limpos”, silenciosos e com menores emissões de CO₂;
- Implementação de medidas de Gestão da Mobilidade “*soft and smart*”, as quais incluem soluções de, por exemplo, *carsharing*, planos de mobilidade escolar e empresarial, centros de gestão de mobilidade, campanhas de sensibilização, etc.

Nas áreas mais rurais serão importantes medidas que visem:

- Implementação de sistemas integrados de transporte (transporte escolar e transporte regular convencional);
- Promoção de serviços de transportes flexíveis.

A AMP congrega tanto áreas urbanas como áreas rurais, pelo que é necessário considerar estas diferentes realidades na consolidação da estratégia, prevendo-se um processo iterativo no qual serão avaliados em conjunto com os municípios os méritos e os impactos que lhe estão associados.

Face aos objetivos do PAMUS e à experiência europeia em matéria de mobilidade, as principais ações a desenvolver centrar-se-ão nas seguintes tipologias:

- O incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais;
- O reforço da integração multimodal para os transportes urbanos públicos de passageiros através da melhoria das soluções de bilhética integrada;
- A melhoria da rede de interfaces (incluindo intervenções em estacionamento quando associado às estações ferroviárias ou interfaces de transportes públicos como terminais de autocarros e na periferia de centros urbanos), a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território (envolvendo distintas categorias, como as sugeridas no Pacote da Mobilidade, por exemplo, pontos de chegada e correspondência (PCC) ou pequenas e médias interfaces (ECC)), tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território;
- A estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio” (designadamente corredores BUS convencionais ou os que permitam serviços de autocarro rápido – BRT – ou de veículos elétricos – LRT);
- Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real;
- Investimentos em equipamento de sistemas inteligentes de controlo de tráfego rodoviário, quando comprovado o relevante contributo para a redução de GEE;
- Apoio ao desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.

2. PAREDES - CONTRIBUTO PARA O PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

2.1. Diagnóstico

O concelho de Paredes apresenta uma enorme extensão territorial onde se desenvolveram importantes comunidades urbanas estando a sua sede (ex-freguesias de Besteiros, Bitarães, Castelões, Gondalães, Madalena, Mouriz e Vila Cova) localizada na zona nordeste e na margem direita do Rio Sousa. Com um forte perfil urbano-industrial, este território apresenta zonas de forte dispersão de atividades que resultam de uma importante dinâmica empresarial, designadamente na indústria do móvel e da madeira. Em 2011 a população da Cidade de Paredes (CP) era de cerca de 20 mil hab. e correspondia apenas a 23% da população total residente no concelho. Nesta cidade concentram-se as funções administrativas de mais elevado nível apesar da sua excentricidade geográfica relativamente ao resto do concelho.

Outras cidades/ núcleos urbanos tais como Lordelo (10 mil hab.), Rebordosa (9), Gandra (7) e Recarei (5) formam um importante Cordão a Poente (CaP) na fronteira com Valongo, onde a cobertura por transporte público está altamente dificultada pela dispersão territorial e pela proximidade do núcleo central da área metropolitana (AM) onde são múltiplos os cruzamentos de movimentos. Transversalmente, a sul, a passagem do caminho-de-ferro (Linha Douro) tem pouca relevância para este conjunto populacional que totaliza os 31 mil hab., ou seja, 35% da população concelhia. A autoestrada A42 para Paços de Ferreira-Felgueiras e mais recentemente a conclusão da A41 (IC24) para sul do Douro, constituem um forte impulso à acessibilidade a este cordão que passa a ter uma localização central no quadro da AM e das ligações ao exterior. É pois provável que esta nova condição – mudança de território encravado para território ligado – venha a operar mais um impulso à dinâmica industrial e à logística de apoio à produção. Lordelo está pois em posição de continuidade relativamente ao crescimento do eixo logístico Leixões-Aeroporto-Alfena apoiado sobre a A41.

Apesar de tudo, o conjunto da CP mais o do designado CaP representam apenas 58% da população do concelho o que significa que os restantes 36 mil habitantes estão dispersos por outras freguesias que separam de norte a sul esses dois conjuntos. As freguesias de sul são as mais despovoadas e correspondem aos territórios que integram as Serras do Porto.

A dispersão de atividades traduz-se normalmente em maus indicadores para a mobilidade, designadamente pela dificuldade que existe em organizar o sistema de transportes públicos, acarretando forte dependência do ‘carro próprio’ e uma grande quota do transporte ‘a pé’, mas pelas

piores razões - fraca ou mesmo inexistência de infraestrutura de base. Ou seja, muito do tráfego de peões entre o local de residência e o local de trabalho (ou estudo) faz-se ao longo das bermas das estradas e com elevados riscos em termos de segurança. Neste quadro, é também normalmente mais difícil a consensualização de uma estratégia de atuação, tanto mais que a pressão automóvel tende a absorver demasiado investimento na rede viária, o que agrava o problema.

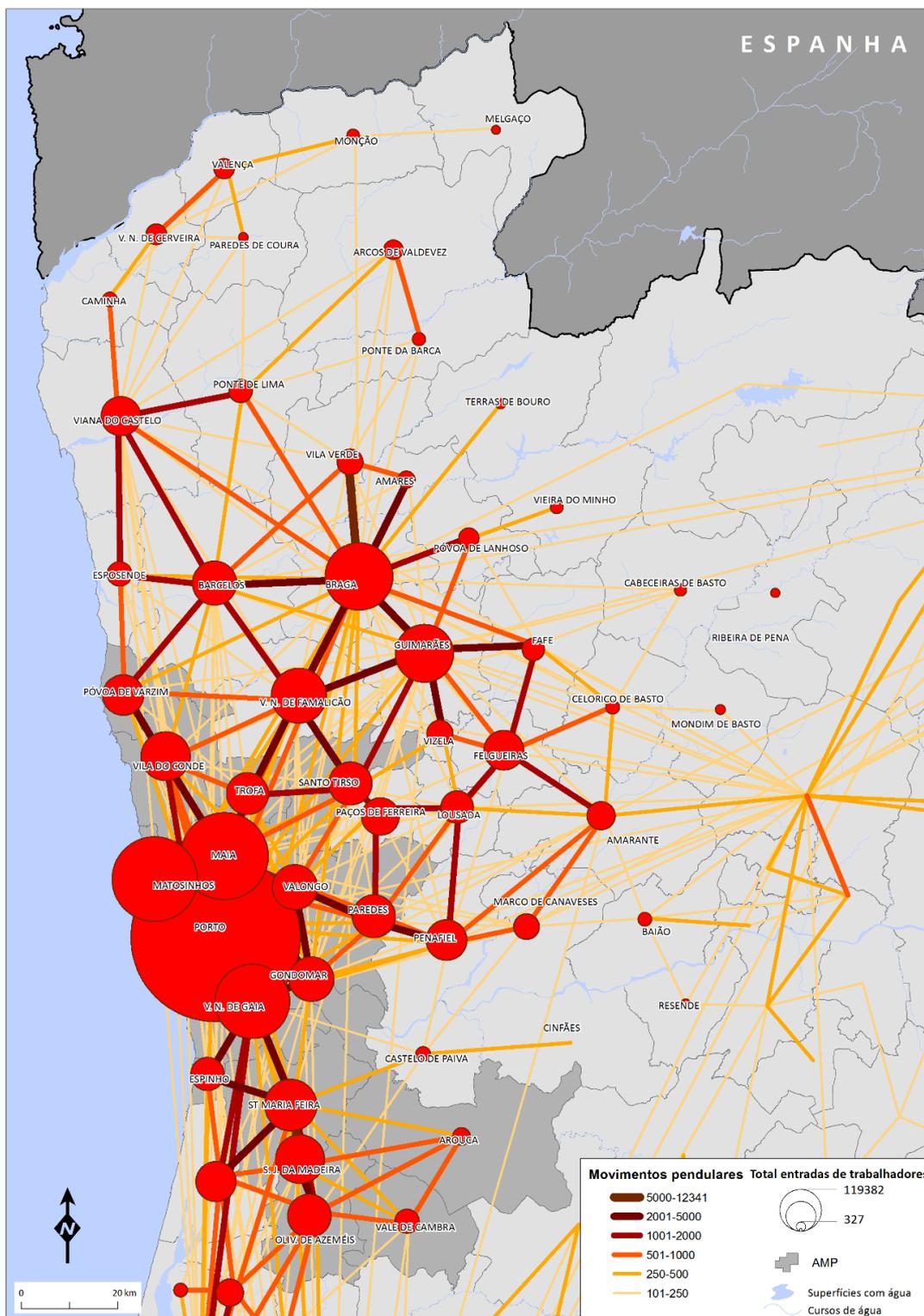
Do ponto de vista das acessibilidades, poderá dizer-se que o concelho de Paredes está bem servido em termos da rede fundamental e da sua amarração aos grandes corredores nacionais do litoral norte. Contudo, a generalização das portagens nestas infraestruturas (autoestradas) induziu um aumento de pressão sobre a rede intermédia que desempenha um papel duplo, ou seja, constitui também a base do acesso local 'porta-a-porta' a inúmeras atividades, muitas delas geradoras de um importante quantitativo de veículos pesados. As estradas do PRN-1945 são pois a base da rede intermédia, e a densidade de urbanização ao longo das suas margens implica um desempenho a essas duas escalas. É o caso das N15, 209, 319, etc. Considerando a extensão territorial do concelho, a rede intermédia de cobertura é muito pouco densa, razão pela qual é enorme a pressão sobre a rede rodoviária municipal.

Poderá pois afirmar-se que existe uma forte discrepância entre a estrutura de suporte à acessibilidade rodoviária e as necessidades de mobilidade da população, sendo que a excessiva dependência da rede municipal acarreta dificuldades de organização da oferta de transportes públicos que estão concentrados na rede intermédia. O tráfego de passagem ao longo da N15 no território de Paredes é ainda elevado. No caso da CP e segundo o plano de mobilidade de 2006, o tráfego de atravessamento representava 23% do total, com especial carga na ligação a Penafiel e no eixo Paços de Ferreira-Penafiel que já dispõe de uma infraestrutura capaz de suportar a procura existente. A variante urbana sul e as medidas de condicionamento de tráfego introduzidas na Av. da República, antigo percurso da N15, acabaram por esbater alguma pressão e desqualificação ambiental. Poderá pois dizer-se que estão tomadas as medidas que eram aconselháveis nessas circunstâncias, o que não significa que já estejam resolvidas todas as necessidades do ponto de vista de uma estabilização estruturada e hierarquizada da rede rodoviária na cidade, designadamente no setor poente (acessos à cidade desportiva).

Do ponto de vista da mobilidade, o concelho de Paredes apresentava (Censos INE 2011) cerca de 51 mil viagens diárias casa-trabalho/ escola, das quais apenas 70% internas. Cerca de 15 mil viagens diárias (30%) eram estabelecidas para fora do concelho, surgindo o Porto (8% do total) e Penafiel (5%) como principais destinos. Esta realidade está em parte relacionada com o papel do comboio que

absorve 15% de todos os movimentos para fora do concelho no eixo Terronhas-Recarei/ Sobrado-Cête-Paredes cidade. Outras 8% das viagens pendulares ‘para fora’ do concelho fazem-se com recurso ao transporte coletivo rodoviário, valor que é muito baixo e que demonstra a dificuldade de inserção dos transp ortes públicos rodoviários na estrutura territorial existente (Figura 12 e Figura 13).

Figura 12. Movimentos pendulares e entradas, por concelho 2011



Fonte: INE, 2011

Figura 13. Viagens pendulares por destino, em 2011

Concelho	Internas A			Para fora do concelho B				Total A + B
	Freguesia onde reside	Outra	Total	1º Destino Porto	2º Destino Penafiel	Outros	Total	
Paredes	19.677	16.082	35.759	3.890	2.605	8.623	15.118	50.877
	55%	45%	100%	26%	17%	57%	100%	
	39%	32%	70%	8%	5%	17%	30%	100%

Para a globalidade do concelho é de realçar que 55% das viagens pendulares se estabelecem no interior de cada freguesia, pelo que as restantes 45% mudam de freguesia, o que evidencia apesar de tudo algum desencontro entre locais de residência e emprego. É ainda muito baixa e por isso relevante das conclusões já referidas a quota (19%) de utilização do transporte público em movimentos pendulares intraconcelhios, e é muito elevada (25%) a quota do transporte ‘a pé’, o que demonstra a forte utilização das estradas municipais e não só por peões. Em consequência da fraca oferta de transportes públicos, a dependência do ‘carro próprio’ é relativamente relevante: 59% das viagens pendulares intraconcelhias e 68% das realizadas ‘para fora’ do concelho, o que advém da proximidade do núcleo central da AM. Pode pois concluir-se que é necessário o aprofundamento de soluções para os transportes coletivos rodoviários e que existem todas as razões para justificarem uma séria aposta na melhoria da rede de infraestrutura de suporte ao modo ‘a pé’ e à escala concelhia, ou seja, dos principais aglomerados urbanos e suas periferias altamente povoadas de atividades e residência (Figura 17).

Considerando apenas as viagens internas à CP, a repartição modal apresenta valores de 14% para o TP, a utilização do TI (59%) e a quota do ‘a pé’ (24%) são menores do que a média do concelho, o que significa que maior compacidade urbana gera maior equilíbrio na repartição modal e maior apetência para a utilização de transportes públicos. A criação de uma infraestrutura mais ou menos dedicada para a promoção do transporte intraurbano em bicicleta deverá constituir uma medida importante no sentido de retardar na população mais jovem a passagem para a ‘dependência’ automóvel. O plano de 2006 propõe uma rede intraurbana de ciclovias elementar e, posteriormente, a CMP concretizou dois corredores ao longo das avenidas FS Carneiro e da República (Figura 14).

Considerando agora as viagens internas à CaP (freguesias de Lordelo, Rebordosa, Gandra e Recarei), a repartição modal apresenta valores de 12% para o TP, a utilização do TI está praticamente ao nível da CP (60%) e a quota do ‘a pé’ (28%) sobe. Tais valores indicam que é muito relevante olhar seriamente para a infraestrutura pedonal - a inexistente e a existente mas sem qualidade -, neste território polinucleado (Figura 14).

Figura 14. Repartição modal, em 2011

Viagens pendulares casa-trabalho/ escola		Total	%	TI - veículos motorizados	%	TP	%	A pé + bici	%	Outros	%	Comboio
Concelho Paredes	Internas	35.759	70%	20.989	59%	6.916	19%	8.942	25%	49	0,1%	0,7%
	Para fora concelho	15.118	30%	10.253	68%	3.494	23%	203	1%	31	0,2%	15,4%
	Todos os destinos	50.877	100%	31.242	61%	10.410	20%	9.145	18%	80	0,2%	5,1%
Cidade Paredes	Intraconcelhias	8.430	100%	5.260	62%	1.149	14%	2.009	24%	12	0,1%	0,4%
	Todos os destinos	12.226	100%	8.038	66%	2.111	17%	2.059	17%	18	0,1%	4,8%
Cordão a Poente*	Intraconcelhias	12.556	100%	7.461	59%	1.532	12%	3.488	28%	17	0,1%	0,5%
	Todos os destinos	17.638	100%	11.005	62%	3.052	17%	3.557	20%	24	0,1%	3,6%

* Freguesias Lordelo/ Rebordosa/ Gandra/ Recarei

Para 78% da população das freguesias da CP e com atividade no interior do concelho, o tempo médio de deslocação casa-trabalho/ escola era inferior a 15' e as viagens pendulares com tempo de duração superior a 30' correspondiam a 2%. Considerando um valor mais elevado para o regresso a casa, então pode afirmar-se que o tempo diário afeto à mobilidade pendular será seguramente superior a 30'. Considerando as viagens pendulares para fora do concelho, 60% tinham em 2011 um tempo de deslocação superior a 30' (um sentido), o que resultará da importância do mercado de trabalho fora do concelho de Paredes, designadamente no núcleo central da AM (Figura 15). No caso do CaP a percentagem de população com tempos inferiores a 15' sobe para 81% confirmando maior mistura residência/ atividades (Figura 16).

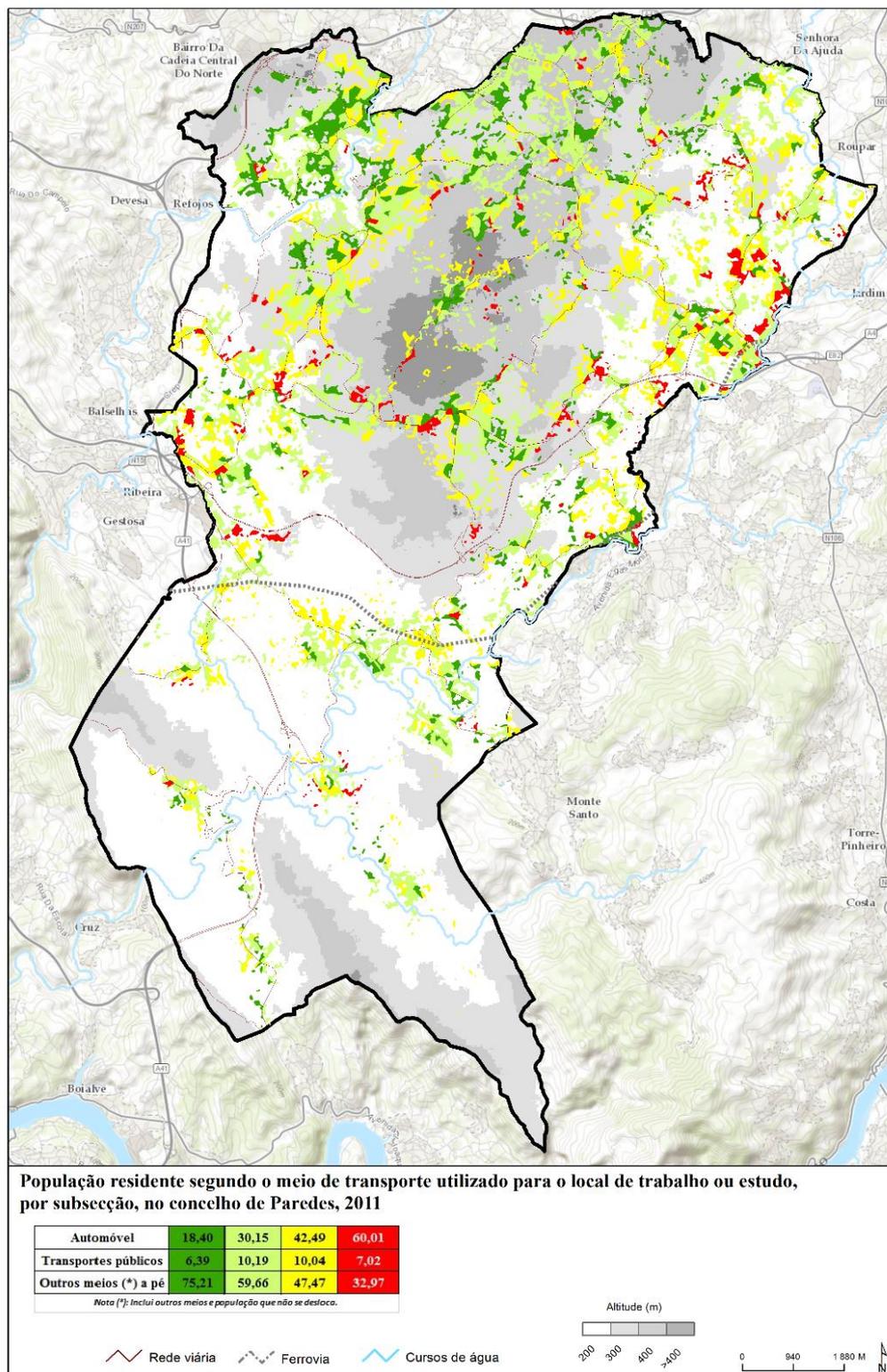
Figura 15. Viagens pendulares com origem na freguesia da cidade de Paredes por tempo de deslocação, em 2011

Freguesias origem	Concelhos destino	Total de viagens	até 15 min	até 30 min	mais 30 min
Besteiros	Paredes	691	82%	99%	1%
Bitarães		1.191	77%	97%	3%
Castelões de Gondalães		3.508	81%	98%	2%
Madalena		620	71%	96%	4%
Mouriz		809	77%	97%	3%
Vila Cova de Carros		1.291	76%	98%	2%
		320	72%	99%	1%
		8.430	78%	98%	2%
Cidade Paredes	Outros	3.796	29%	60%	40%
	Todos os destinos	12.226	63%	86%	14%

Figura 16. Viagens pendulares com origem na freguesia do cordão Poente, por tempo de deslocação, em 2011

Freguesias origem	Concelhos destino	Total de viagens	até 15 min	até 30 min	mais 30 min
Cordão a Poente (Lordelo/ Rebordosa/ Gandra/ Recarei)	Paredes	12556	81%	98%	2%
	Outros	5082	24%	64%	36%
	Todos os destinos	17638	65%	89%	11%

Figura 17. População residente segundo o meio de transporte utilizado para o local de trabalho ou estudo, no concelho de Paredes, 2011



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Nota: o modelo disperso de povoamento fomenta movimentos pendulares diversificados e com uma matriz territorial de leitura difícil. Assim, as mobilidades sustentadas em deslocações sobretudo a pé encontram-se nas áreas urbanas mais densas e consolidadas mas também acompanham a estrutura dispersa do edificado (habitação, emprego e equipamentos). Mobilidades baseadas no automóvel localizam-se preferencialmente nas áreas urbanas periféricas da cidade.

2.2. Análise SWOT

Oportunidades

- Alteração do quadro jurídico de regulação do sistema de transportes públicos de passageiros, o que permitirá melhorar o grau de inserção do concelho de Paredes no espaço metropolitano, do lado da organização do sistema de transportes.
- A possibilidade de obtenção de massa crítica gerada pela contiguidade urbana das cidades de Paredes e Penafiel facilita encontrar soluções mais robustas para a melhoria da mobilidade de pessoas e mercadorias.
- Relativamente recente abertura das A42 e A41 o que permite a grande parte do território de Paredes mudar de uma condição de encravado (inacessível) para a condição de ligado, principalmente no que respeita ao prolongamento do eixo logístico Leixões-Aeroporto-Alfena.
- Possibilidade de aproveitamento do processo e dos eventos do art on chairs como forma de potenciar uma cultura de cidadania e multimodalidade, elegendo o tema dos ‘assentos’ nos transportes como um tema a explorar.

Ameaças

- Atraso na qualificação da infraestruturação de suporte ao modo pedonal e ao transporte público, podendo impedir que o esforço municipal com a educação dos jovens dos últimos anos possa atingir o nível de resultados que seria expectável.
- Dependência de um cluster industrial – madeiras e móveis – que pode implicar períodos de crise mais aguda face a riscos de declínio do setor dada a especial concorrência no mercado global, gerando níveis de desemprego passíveis de afetarem a sustentabilidade das soluções de transportes públicos a incrementar

Pontos Fortes (Forças)

- Diversidade e capacidade empreendedora que justifica um território urbano-industrial jovem e altamente bem posicionado no contexto das acessibilidades metropolitanas e de acesso aos pontos nodais da globalização – porto de mar, aeroporto e plataformas logísticas da área metropolitana.
- Boa proximidade dos nós de acesso à A4 e da estação ferroviária da zona mais consolidada da cidade de Paredes o que permite uma boa conectividade no quadro da AM e da Região do Norte – ligação Porto-Vila Real –, aspeto decisivo para a atração de procura externa em face do desenvolvimento de serviços mais especializados.

Pontos Fracos (Fraquezas)

- Modelo urbanístico com alta dispersão territorial o que dificulta a melhoria da mobilidade da população residente por deficiência de cobertura com soluções alternativas ao ‘carro próprio’, designadamente transporte coletivo rodoviário.
- Debilidade da rede de infraestrutura de suporte ao modo ‘a pé’ na irradiação dos principais centros urbanos o que torna altamente desqualificada e insegura a mobilidade pendular de inúmeras pessoas cujo local de emprego/ estudo é relativamente próximo da residência.

2.3. Desafios e Fatores Críticos

Desafios

- Capacidade de organização e diálogo com o município vizinho de Penafiel e com operadores de autocarros tendo em vista a organização de uma concessão única de transportes urbanos para as duas cidades, respondendo à intensidade de movimentos existente, principalmente em ‘carro próprio’.
- Capacidade de diálogo no quadro da autoridade de transportes da junta metropolitana, tendo em vista melhorar a oferta integrada de transporte coletivo.

Fatores Críticos

- Capacidade de os transportes coletivos urbanos se afirmarem com uma rede mais densa e com maior oferta de serviços, uma vez que a recente renovação da concessão municipal ainda não contempla soluções de *Demand Responsive Transport* (DRT) possibilitadas pelo novo regime jurídico recentemente aprovado e em regulamentação. Assim como não considera a nova autoridade municipal alargada a todo o concelho.

2.4. Estratégia de intervenção

A componente da mobilidade no âmbito deste plano estratégico procura garantir dois aspetos essenciais: por um lado dar coerência a um conjunto de atuações municipais neste domínio para os próximos anos; por outro lado, dar o mote relativamente aos desígnios municipais nesta matéria e que terão de ser tratados de forma coerente num espaço territorial mais alargado, no âmbito do plano de mobilidade sustentável da NUT III - área metropolitana (AM).

No que respeita à Cidade de Paredes (CP) e aos principais centros urbanos do aqui designado Cordão a Poente (CaP) - Lordelo, Rebordosa, Gandra e Recarei -, o PMUS deverá ter como objetivo central

viabilizar a qualificação do espaço público, a promoção da multimodalidade e a consolidação de uma repartição modal equilibrada, com consequências benéficas para a sustentabilidade urbana do ponto de vista ambiental, a sustentabilidade energética da Região Norte/ País, e ainda a sustentabilidade orçamental das pessoas e organizações. A qualificação do espaço público na vertente da eficácia do transporte ‘a pé’ e na promoção da intermodalidade, designadamente com a ferrovia, assim como a redução dos efeitos negativos do tráfego automóvel no ambiente urbano, deverão constituir as apostas estratégicas dos próximos anos. Contudo, deverá frisar-se que o objeto principal desta estratégia é o incremento da mobilidade das pessoas e bens, preferencialmente conseguida em simultâneo com melhorias nas condições ambientais das cidades e com melhor desempenho da equação energética em geral.

Uma mudança de paradigma na mobilidade urbana e periurbana resultará da combinação de diferentes fatores que terão tempos diversos de evolução: (a) por um lado o da atuação municipal que está ‘obrigada’ a prosseguir critérios de conceção e gestão do espaço público tendo em vista a promoção de diferentes modos de transporte, valorizando o papel dos transportes públicos e a redução do espaço ‘automóvel’ e suas externalidades, enquanto medida pró multimodalidade, sem esquecer as questões da acessibilidade inclusiva; (b) por outro lado, a evolução da forma como os cidadãos olham para as cidades e que tende para uma cultura multimodal e para uma maior sensibilização perante as questões globais e locais da sustentabilidade; (c) a evolução dos métodos de gestão das organizações públicas e privadas com aumento de uma consciência de responsabilidade social que terá consequências na progressiva eliminação de práticas inimigas dessa sustentabilidade, principalmente no âmbito do ambiente e da energia, questões para as quais o tema dos transportes é especialmente relevante; (d) por último, a noção de que em territórios de alto grau de dispersão de atividades e edificação de suporte, é mais difícil organizar o sistema de transportes tendo em vista um padrão de mobilidade qualitativamente mais próximo do que se obtém em zonas urbanas de muito maior compacidade.

São três os objetivos estruturantes da mobilidade enquanto componente essencial da estratégia de desenvolvimento urbano (PEDU) para o concelho de Paredes.

Objetivo 1 – Contribuir para ALARGAR O PAPEL DA CIDADE DE PAREDES COMO CENTRO CHARNEIRA ENTRE A AM E O SOUSA à escala subregional e, à escala local, aprofundar o seu desempenho como centro de serviços avançados (design) do cluster da madeira e do mobiliário, atividade amplamente representada no território concelhio e que se estende para o de Paços de Ferreira. A criação de uma

rede de ciclovias na Cidade de Paredes (CP) e o prosseguimento da qualificação do espaço público deverão constituir fatores diferenciadores capazes de alavancarem a cidade como centro de excelência no âmbito da representação do design desse cluster.

Objetivo 2 – DESENVOLVER OS ASPETOS QUALITATIVOS DA INFRAESTRUTURA DE APOIO AOS MODOS SUAVES com duas componentes essenciais: (a) uma relacionada com a CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS a partir dos principais polos geradores nos centros urbanos do concelho, considerando-se esta aposta um elemento essencial da consolidação de um padrão de mobilidade adaptado às características do território em presença e complementar da consolidação e reforço do papel dos transportes públicos rodoviários; (b) outra, relacionada com a EXPANSÃO DA REDE DE CICLOVIAS na CP.

Objetivo 3 – Prosseguir uma política de REFORÇO DO PAPEL DOS TRANSPORTES COLETIVOS RODOVIÁRIOS, considerando-se a necessidade de maior integração na rede que serve a área metropolitana principalmente no que respeita aos territórios mais a poente e que integram o designado CaP. Assim como implementando um programa vasto de melhoria das condições de funcionamento das interfaces de transportes e dos pontos de distribuição multimodal (escolas).

A CP dispõe de um conjunto de iniciativas que nos últimos anos a colocaram na linha da frente do design associado ao mobiliário, designadamente com a escolha da ‘cadeira’ como símbolo representativo das indústrias da madeira e do móvel – Paredes, Polo do Design de Mobiliário. O evento internacional *arts on chairs* (a edição de estreia, em 2012, foi distinguida pela Comissão Europeia com o prémio *RegioStars*) foi concebido e desenvolvido no âmbito do cluster das indústrias criativas da Região do Norte. A edição 2014-15 elegeu como linhas orientadoras: (a) o destaque para o design e autores portugueses; (b) orientação estratégica dos desafios criativos para a produção no segmento de luxo; (c) conquista de visibilidade internacional junto de mercados e públicos-alvo.

O que se propõe para uma edição futura é associar o evento *arts on chairs* ao tema da mobilidade e transportes, dedicando-o aos ‘assentos’ nos diferentes modos de transportes, desde a bicicleta à motorizada e aos transportes públicos (autocarros e comboio), desenvolvendo design e tecnologias de construção em face das exigências dos diferentes tipos de veículos. Poderá pois associar-se a temática da mobilidade em Paredes à sua indústria dominante o que constituirá por certo um impulso para a forma como os cidadãos olham para o transporte público. Por outro lado, esta abordagem poderá constituir um incentivo à indústria local no sentido da diversificação de produtos.

A qualificação das condições de deslocação ‘a pé’ e da segurança pedonal são temas que podem ser considerados estruturantes em face das conclusões do diagnóstico. Justifica-se pois que o PEDU proponha como linhas de força da próxima intervenção municipal na área da mobilidade, um programa vasto de generalização de passeios de peões nas principais áreas urbanizadas de matriz periurbana e que cresceram ao longo de muitas das estradas do concelho e onde a circulação a pé se faz ao longo das bermas dessas estradas em condições inadequadas do ponto de vista da comodidade e, sobretudo, da segurança dos utilizadores.

Esse programa deverá ser transversal aos principais centros urbanos e deverá ser organizado em função de duas variáveis a definir: (a) quilómetros de infraestrutura a criar, considerando-se a possibilidade de cobrir uma extensão maior, caso se opte apenas pela construção num dos lados da estrada (o mais urbanizado); (b) escolher um conjunto de geradores de movimentos – principalmente equipamentos públicos – a partir dos quais se estendem os passeios por direções diversas e na extensão considerada suficiente do ponto de vista da sua bacia mais direta de captação. E na primeira linha desses equipamentos deverão estar as escolas (públicas e privadas) e as interfaces de transportes, designadamente ponto de acesso aos transportes públicos rodoviários e ferroviários.

Frisa-se que a construção de passeios nas estradas da rede local apresenta ainda outras vantagens do lado da circulação automóvel, designadamente o estreitamento das faixas de rodagem obrigando à redução de velocidades. Contudo, a existência de bastante tráfego de veículos pesados exigirá que seja prevista sobrelargura em curvas, como forma de viabilizar a redução da faixa de rodagem em reta. Este aspeto, parecendo secundário, constitui a chave da compatibilização dos diferentes modos de transporte, com a vantagem de reduzir drasticamente o estacionamento na via, para o que deverão ser criadas alternativas fora da faixa de rodagem, sempre que possível. Por outro lado, a execução de passeios em substituição de bermas e valetas implica a resolução da drenagem de águas pluviais e poderá justificar a instalação de outras infraestruturas. A intervenção em causa apresenta assim uma complexidade maior do que à partida poderá parecer, envolvendo meios financeiros que vão muito para além da obra de construção civil associada a um pavimento para os peões, mas a sua importância estratégica para a mobilidade da população justifica-o plenamente.

Face aos precedentes existentes relativamente à criação de uma rede de ciclovias na CP – estudos e corredores já concretizados –, considera-se que esta aposta deverá ser prosseguida na medida em que o perfil da repartição modal das viagens casa-trabalho/ escola assim o aconselham, como ficou demonstrado no diagnóstico. Do ponto de vista do movimento interno à cidade, a construção de uma

rede mais ou menos dedicada para bicicletas constitui uma forma de promover, em segurança, esse meio de transporte e a sua função é múltipla, devendo ser encarada sobretudo como uma espécie de *upgrade* ao modo ‘a pé’. O traçado da rede não está ainda consolidado pelo que se justifica um estudo que demonstre quais as opções a tomar e quais as principais prioridades, sendo certo que a articulação com a estação ferroviária (potenciar a utilização do comboio) deverá ser uma das apostas estruturantes, para o que será necessário projetar um parque de bicicletas coberto e seguro na estação de Paredes.

Acresce que a diversificação modal que a infraestrutura dedicada à bicicleta induz, sendo essencial para a modernização da cidade e para a consolidação da sua identidade junto de uma população jovem, será determinante para a diminuição da dependência dos cidadãos relativamente ao ‘carro próprio’, questão relevante para a obtenção de resultados efetivos em termos da qualificação ambiental da cidade, da equação energética nacional e, não menos importante, do desafogo no orçamento das famílias por redução dos custos com a mobilidade. A associação da bicicleta com o design poderá ainda ser explorada considerando-se que o crescimento do parque de veículos de duas rodas e a sua arrumação no interior das habitações constitui também uma questão ‘de mobiliário’.

Do ponto de vista dos traçados é certo que a CP apresenta alguma irregularidade orográfica o que implicará estabelecer ligações com pendentes mais ou menos acentuadas. Contudo, a futura utilização de ciclovias estará muito associada à bicicleta elétrica quando os preços forem bastante mais atrativos, pelo que a questão das pendentes será um pouco esbatida (desde que não sejam exageradas). A cidade apresenta um núcleo central em que a malha é relativamente ortogonal e onde as pendentes são mais suaves. Justifica-se pois o desenho de uma rede mais densa nessa plataforma central, a partir da qual poderão irradiar ‘antenas’ de ligação a áreas urbanas mais afastadas e com densidade de ocupação que o justifiquem. Acresce que estas ‘antenas’, por terem maioritariamente de partilhar faixa de rodagem com o automóvel, deverão corresponder a uma segunda fase do plano de ciclovias, cuja concretização deverá seguir-se à fase correspondente à malha mais consolidada.

O desenvolvimento do papel dos transportes públicos rodoviário e ferroviário no concelho de Paredes é estratégico e resulta de um conjunto de circunstâncias que determinam uma repartição modal nas viagens pendulares menos dependente do ‘carro próprio’ do que noutros casos. O carácter disperso do território apontaria para valores substancialmente diferentes caso fosse maior o poder económico e menor os efeitos da crise, mas a proximidade entre o local de trabalho e de residência permite resolver ‘a pé’ muitas das necessidades das viagens pendulares. Esta situação deverá ficar a dever-se

também a uma mais baixa taxa de motorização da população, cujos orçamentos familiares estão esmagados pela recente crise, e também a uma menor taxa de utilização automóvel.

Acresce ainda a debilidade da oferta da rede de transportes coletivos no espaço concelhio, na medida em que ela depende em exclusivo de operadores privados que satisfazem a procura dentro dos limites da sustentabilidade financeira - apenas operam onde há procura que pague a produção do serviço. A recente aprovação do novo regime jurídico do transporte rodoviário de passageiros possibilitará uma evolução na medida em que permite, em simultâneo, o desenvolvimento de soluções de *Demand Responsive Transport* (DRT) e de flexibilização da oferta com menores custos para os operadores. Por outro lado, uma estratégia que englobe o transporte regular e o transporte escolar (inclusivamente o especial) na mesma solução, deverá acarretar abaixamento de custos para o orçamento municipal.

No caso do concelho de Paredes poderão identificar-se dois tipos de situações que exigirão diferentes tipos de soluções. O território que aqui designamos por Corredor a Poente (CaP) e que se localiza mais próximo do núcleo central da AM deverá ver densificada a sua rede de transportes coletivos segundo uma lógica que deverá emanar da forma de conceber o sistema metropolitano, pelo que é prematuro avançar com soluções ou medidas que dependerão de questões de planeamento formal (PMUS da NUT III) e de questões negociais mais abrangentes em que aumenta o papel do município na medida em que o novo regime alarga as competências municipais (enquanto autoridade de transportes), do perímetro urbano a todo o território concelhio.

Para o restante território concelhio deverão ser conjugadas soluções que, mantendo a operação de carreiras privadas de lógica ‘interurbana de curta distância’ – cobertura interurbana -, acrescentem a oferta de serviços em zonas de baixa densidade de procura em conjugação com a oferta de transporte escolar.

A melhoria das acessibilidades pedonais à escala concelhia poderá ter uma relevância acrescida se, em simultâneo, se levar a cabo um programa de intervenção muito abrangente tendo em vista a melhoria em todo o concelho das paragens e abrigos de transporte coletivo rodoviário, valorizando-se assim a acessibilidade a ‘a pé’ ao transporte público.

Por outro lado, pretende-se proceder a melhorias no nível de integração física entre modos de transporte nas principais interfaces em funcionamento no concelho, designadamente as rodoferroviárias, com melhorias na articulação entre a acessibilidade pedonal aos autocarros e às plataformas do caminho-de-ferro. Relativamente ao movimento de autocarros pretende-se dotar as

interfaces de vias dedicadas que facilitem o seu movimento assim como espera, programa que deverá ser estendido às escolas e agrupamentos do concelho, considerados pontos de distribuição multimodal. Pretende-se nestes casos melhorar a eficiência do transporte público tornando-o mais atrativo e, dessa forma, reduzir a excessiva dependência do ‘carro próprio’.

A estratégia em presença visa por isso atuar sobre a oferta de melhores serviços de transportes públicos em paralelo com uma atuação sobre as condições infraestruturais que possam também induzir o aumento da procura do transporte coletivo.

Poderemos pois concluir que a cidade de Paredes deverá prosseguir 2 eixos estratégicos que a coloquem no papel de charneira entre a AM e o Sousa/ Tâmega importante bacia de emprego especializado em setores específicos e transversalmente associados à regeneração urbana numa fileira que vai desde a remodelação e modernização do espaço público, a reabilitação do edificado e a renovação do seu equipamento e mobiliário:

EIXO I. UMA CIDADE DE FORTE ACESSIBILIDADE QUE REPRESENTA O DESIGN DO MOBILIÁRIO – A excelente acessibilidade rodo (A4) e ferroviária (Linha Douro) ao centro da CP a partir da cidade do Porto e dos principais nós do sistema de transportes e logística (Aeroporto, Leixões, Campanhã, etc.) constitui uma vantagem inegável que deverá ser associada ao prosseguimento da qualificação do espaço público e à criação de uma rede de ciclovias, explorando em paralelo outras áreas do design, designadamente as associadas à mobilidade de pessoas e mercadorias (art on chairs for transports).

EIXO II. UM CONCELHO AMIGÁVEL PARA OS PEÕES E PARA OS TP’s – Face à atual repartição modal das viagens pendulares e à expressiva utilização do transporte ‘a pé’, principalmente nos principais centro urbanos e nas áreas mais próximas, será estratégico aprofundar essa tendência a uma escala expressiva, partindo da acessibilidade a equipamentos específicos tais como escolas e interfaces de transportes. Assim, deverá ser encarado um amplo programa de qualificação do espaço público na perspetiva da generalização da infraestrutura de apoio ao modo ‘a pé’ com especial enfoque na organização da acessibilidade e da intermodalidade nas interfaces de transportes e nos pontos de distribuição multimodal (escolas).

3. Programa de Ação

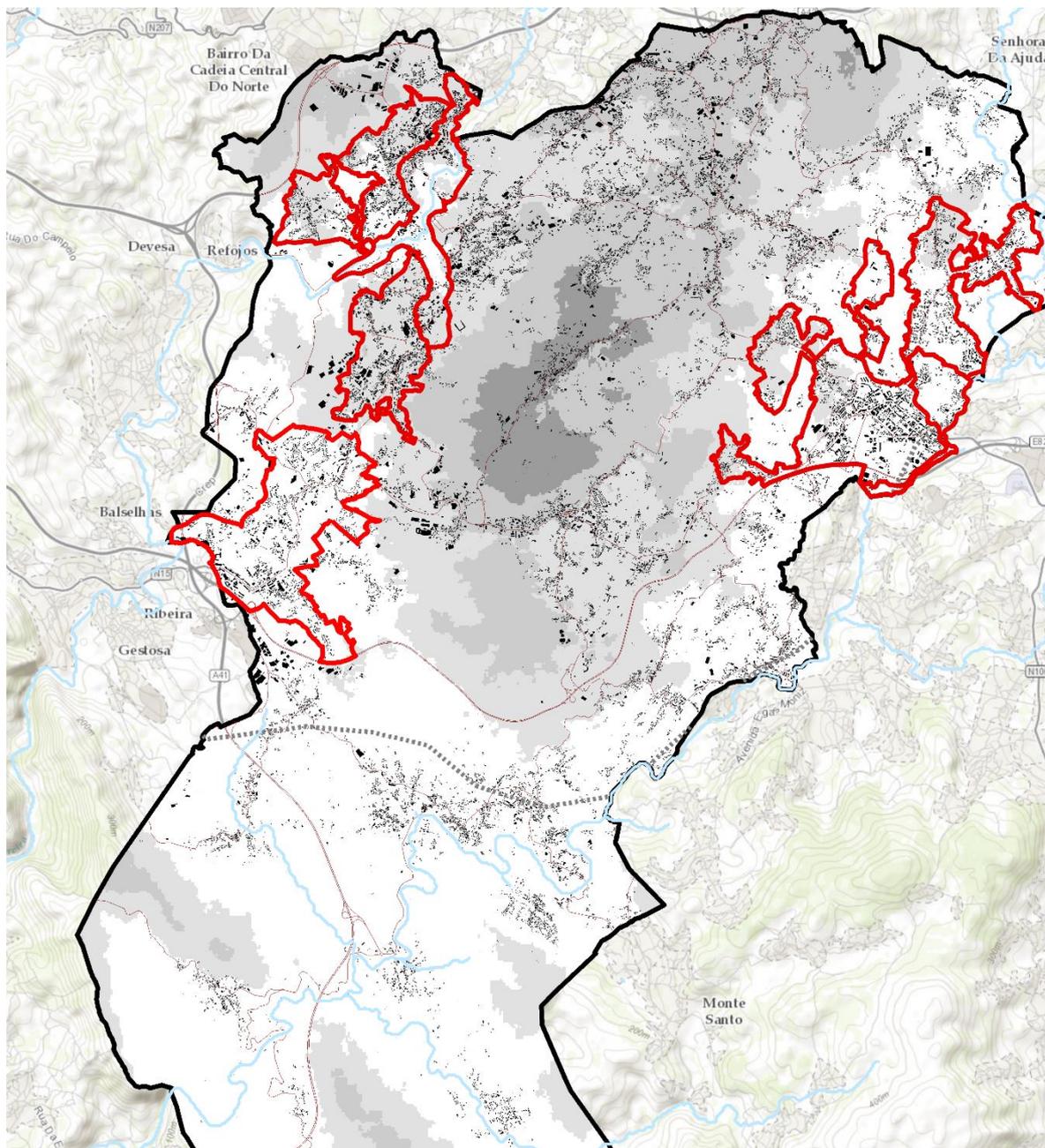
Em termos de investimentos que se pretende mobilizar, identificam-se as seguintes prioridades e respetivas ações, que foram todas consideradas prioritárias:

PMUS - MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

PI. 4.5 Promoção de estratégias de baixo teor de carbono

Território de intervenção – Ações Transversais

- 1.1 Rede de Passeios a partir dos Centros Escolares e dentro dos Centros Urbanos
- 1.2 Rede Urbana de Ciclovias na Cidade de Paredes
- 1.3 Melhoria da Rede de Interfaces e de Pontos de Distribuição Multimodal - Escolas



PEDU

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

Sumário

ÍNDICE DE FIGURAS	58
SIGLAS E ABREVIATURAS	59
1. PROCESSO DE DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS ARU	60
2. MODELO URBANO E HABITACIONAL	64
ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE PAREDES	64
ARU ZONA RIBEIRINHA DE PAREDES	69
ARU CENTRO HISTÓRICO DE GANDRA	71
ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE REBORDOSA	74
ARU ZONA RIBEIRINHA DE LORDELO – REBORDOSA	77
ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE LORDELO	79
3. MODELO ECONÓMICO	86
3.1 ELEMENTOS DE CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO DE PAREDES E DAS ARU QUE INTEGRAM O PEDU	86
3.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DE INTERVENÇÃO	92
4. REGRAS E CRITÉRIOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO	93
5. ANÁLISE SWOT	94
PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	94
PRINCIPAIS AMEAÇAS	95
PRINCIPAIS PONTOS FORTES	95
PRINCIPAIS PONTOS FRACOS	96
6. PROGRAMA DE AÇÃO	98

Índice de figuras

FIGURA 18. LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA-----	62
FIGURA 19. EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO SOCIAL NAS ARU -----	63
FIGURA 20. EDIFICADO POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO, 2011-----	64
FIGURA 21. PLANTA DA VILA EM 1923 INSERTA NA “MONOGRAFIA DE PAREDES” E REPRODUZIDA NO ANTE-PROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE PAREDES, 1945. -----	66
FIGURA 22. ANTE-PROJECTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE PAREDES, 1945. -----	67
FIGURA 23. LOCALIZAÇÃO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE PAREDES -----	68
FIGURA 24. ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE PAREDES -----	68
FIGURAS 25. LOCALIZAÇÃO DA ARU ZONA RIBEIRINHA DE PAREDES-----	70
FIGURAS 26. ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DA ARU ZONA RIBEIRINHA DE PAREDES -----	70
FIGURA 27. ALOJAMENTOS FAMILIARES DE RESIDÊNCIA HABITUAL POR REGIME DE OCUPAÇÃO, 2011 -----	72
FIGURAS 28. LOCALIZAÇÃO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE GANDRA-----	73
FIGURAS 29. ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE GANDRA -----	73
FIGURA 30. NECESSIDADE DE REPARAÇÃO DOS EDIFÍCIOS, EM 2011 -----	75
FIGURA 31. LOCALIZAÇÃO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE REBORDOSA -----	76
FIGURA 32. ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE REBORDOSA-----	76
FIGURAS 33. LOCALIZAÇÃO DA ARU ZONA RIBEIRINHA DE REBORDOSA – LORDELO-----	78
FIGURAS 34. ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DA ARU ZONA RIBEIRINHA DE REBORDOSA – LORDELO -----	79
FIGURA 35. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, EM 2011-----	80
FIGURA 36. LOCALIZAÇÃO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE LORDELO-----	81
FIGURA 37. ASPETOS DO EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DE LORDELO -----	81
FIGURA 38. POPULAÇÃO RESIDENTE JOVEM E IDOSA-----	82
FIGURA 39. EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS ATÉ 1980 E DEGRADAÇÃO DO EDIFICADO-----	82
FIGURA 40. EDIFICADO POR ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO E POR PISOS, EM 2011-----	83
FIGURA 41. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DO EDIFICADO, EM 2011 -----	83
FIGURA 42. SÍNTESE ESTATÍSTICA DAS ARU -----	84
FIGURA 43. FICHA ESTATÍSTICA DAS ARU -----	85
FIGURA 44. PESSOAS AO SERVIÇO POR FREGUESIA, 2013-----	87
FIGURA 45. INDICADORES ECONÓMICOS DAS ARU, 2013-14-----	88
FIGURA 46. EMPREGADOS POR EMPRESA NAS FREGUESIAS DE PAREDES, LORDELO, REBORDOSA E GANDRA EM 2013-2014 -----	89
FIGURA 47. PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA, 2009 E 2012 -----	91

Siglas e abreviaturas

ARU – Área de Reabilitação Urbana

EIDT – Estratégica Integrada de Desenvolvimento Territorial

PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDM – Plano Diretor Municipal

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PROT-N – Plano Regional de Ordenamento do Território da região Norte

1. Processo de definição e delimitação das ARU

O PARU de Paredes delimitou seis ARU (Figura 18), que correspondem às tipologias definidas regulamentarmente e pretendem dar resposta a condições que reclamam intervenção:

ARU de PAREDES (CH) - A estrutura fundamental da malha urbana da cidade de Paredes é o resultado de decisões tomadas pelo poder central e pelo municipal em duas fases: a 2ª metade do século XIX, com a estrada e a via ferroviária por parte do governo, e com a organização da vila por parte da câmara municipal; meados do século XX, com o Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, de 1945. Entre 2001 e 2011, esta ARU registou um aumento da população residente (16%) e do número de alojamentos (37%). É um tecido com 42% do edificado anterior a 1980 e com níveis de degradação significativos (24%, incluindo os edifícios que necessitam de pequenas reabilitações). A população residente era em 2011, 15090 habitantes.

ARU da MARGEM RIBEIRINHA de PAREDES - O seu valor paisagístico e as respetivas potencialidades como área de parque de lazer e bem-estar urbano foram reconhecidas desde cedo, como o demonstra o Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, de 1945. Presentemente, importa dar continuidade ao investimento realizado, alargando o parque, prolongando-o pela margem do Sousa até às proximidades das escolas, contendo a edificação e reabilitando os edifícios degradados (32% em 2011). É diminuta e está em regressão a componente habitacional nesta ARU, em consonância com idêntica diminuição da população residente (-12%). A população residente era em 2011, 1229 habitantes.

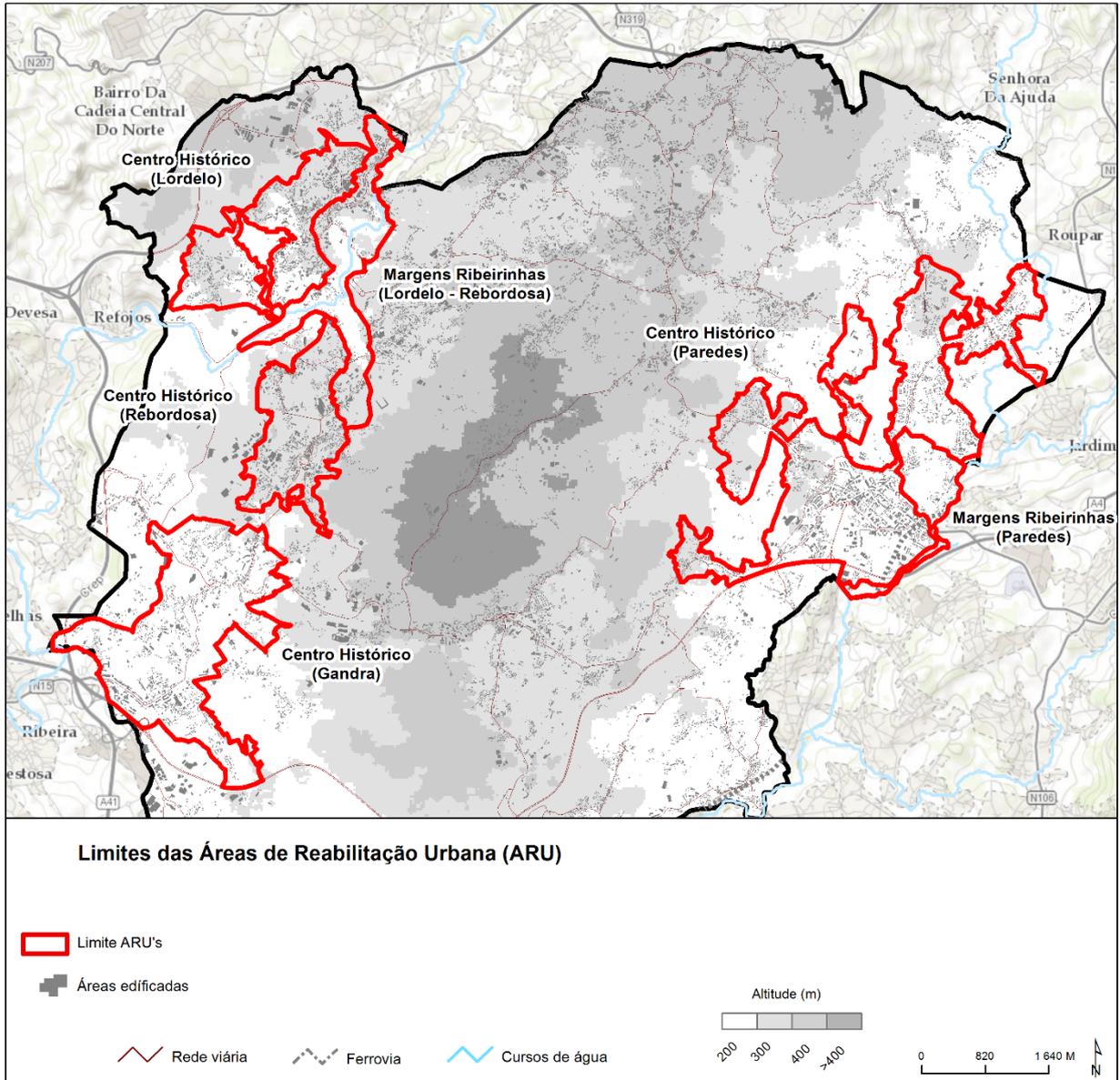
ARU de GANDRA (CH) - O setor Sul da ARU apresenta diferentes formas urbanas: a) forma linear estruturada pela N15/Rua central da Gandra com edifícios de comércio e habitação coletiva; b) a nascente da anterior é uma malha urbana de forma irregular e c) esta malha e o eixo da rua Alberto Coelho Moreira são formadas por uma mescla de edifícios, intercalados com naves e com campos agrícolas. O setor Norte da ARU é o resultado difuso de diferentes processos de urbanização. Alguns eixos são eminentemente comerciais, com “stands” de frente de rua e lojas nos pisos térreos. A ARU de Gandra apresenta padrões morfológicos e tipológicos muito contrastantes, resultantes do extraordinário crescimento assinalado entre 2001 e 2011, com aumentos de 30% na população residente, de 31% nos edifícios e de 63% nos alojamentos. A população residente era em 2011, 6114 habitantes.

ARU de REBORDOSA (Centro Histórico) - Pontuada por uma série de valores significantes singulares e pequenos conjuntos de grande interesse urbanístico e cultural, e possui alguns elementos de arqueologia industrial, assim como determinadas estruturas e pequenos conjuntos de matriz rural que ainda subsistem. A urbanização encontra-se incompleta, desqualificada, com evidente défice de desenho urbano, e em acelerado processo de degradação, embora intensamente habitada. Nesta ARU tem-se verificado alguma regressão demográfica com a conseqüente estagnação e degradação física, evidenciadas nos valores de diminuição de 20% na população residente, com 44% de edifícios degradados em 2011 (inclui pequenas reparações). A população residente era em 2011, 3993 habitantes.

ARU da MARGEM RIBEIRINHA de LORDELO-REBORDOSA - O rio Ferreira, afluente do rio Sousa atravessa as áreas urbanizadas de Lordelo e Rebordosa, sendo importante fator de coesão territorial e fator estruturante desta ARU constituída por sectores com características distintas. É fundamentalmente uma área de parque ribeirinho, grandes espaços públicos e um pólo de equipamentos coletivos de ensino e equipamentos desportivos. É uma área atrativa (entre 2001 e 2011, um crescimento populacional de 41% e um aumento de 57% nos alojamentos), apesar do preocupante registo de edifícios degradados. A população residente era em 2011, 4228 habitantes.

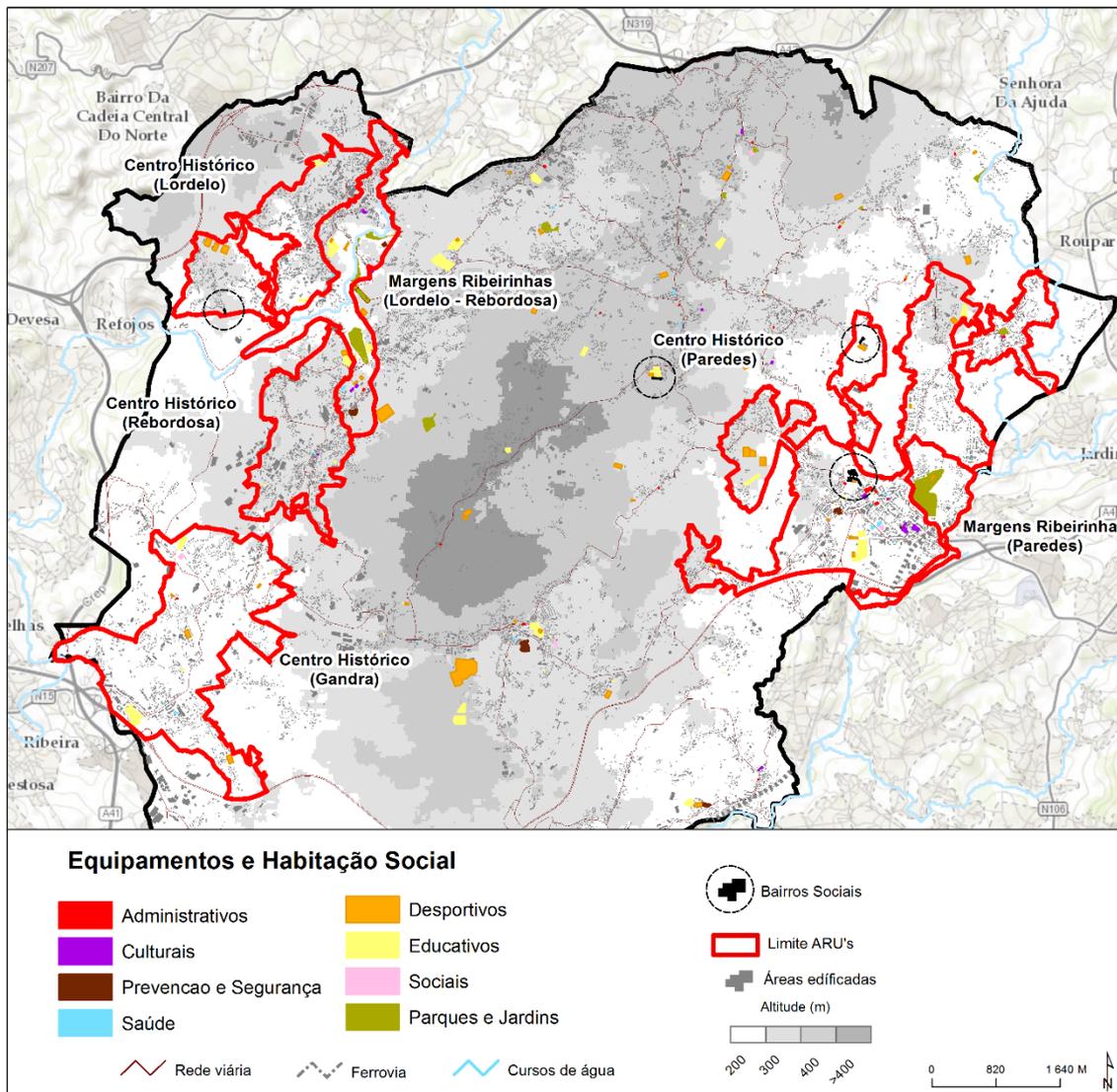
ARU de LORDELO (CH) - A peculiar urbanização difusa de Lordelo apresenta algumas centralidades pontuais correspondentes a uma maior densidade construtiva e diversidade funcional, como a do lugar de articulação da N209 com o eixo da rua da Campa/rua dos Marceneiros, de ligação á Zona Industrial e à A42. Os grandes equipamentos de Lordelo localizam-se na centralidade junto ao Parque do rio Ferreira (na ARU da Margem Ribeirinha), e os pequenos equipamentos e serviços estão dispersos pelo território urbanizado. Verifica-se que uma parte muito significativa do parque edificado encontra-se em mau estado de conservação e os edifícios abandonados. No entanto, algumas construções degradadas configuram valores arquitetónicos ou urbanísticos que importa preservar. A população residente era em 2011, 5639 habitantes.

Figura 18. Localização das Áreas de Reabilitação Urbana



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP

Figura 19. Equipamentos e habitação social nas ARU



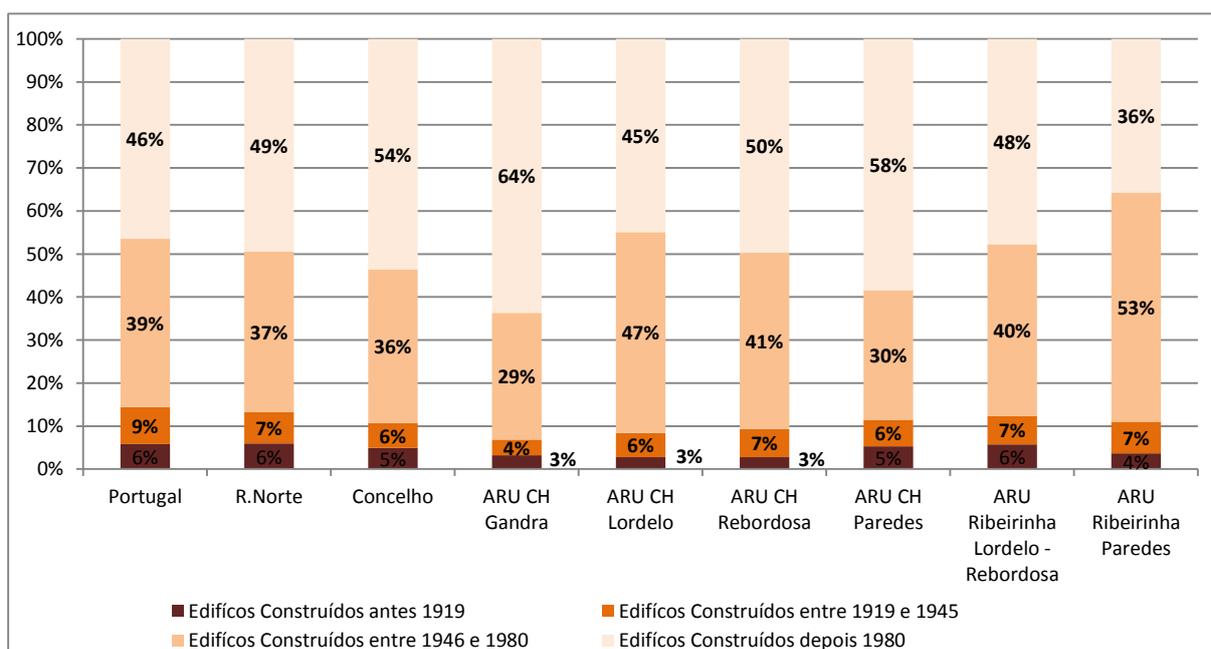
Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP

2. Modelo urbano e habitacional

ARU do Centro Histórico de Paredes

Enquanto sede municipal consolidada mas em fase de crescimento o território da ARU de Paredes apresenta alguma diversidade de morfologias urbanas e tipologias de habitação. Assim, na parte ocidental, abarca áreas de expansão com matriz de povoamento orgânico constituído normalmente por moradias unifamiliares ‘penduradas’ na estrada, como em grande parte do território concelhio, enquanto, na parte nascente, se pode observar um conjunto urbano mais coeso que apresenta, genericamente e independentemente da génese, duas morfotipologias claramente distintas. Assim, na maioria da área do núcleo mais antigo encontram-se edifícios de residência unifamiliar, apesar de alguma diversidade de idades, formas e relação com o espaço público; em algumas áreas adjacentes e exteriores a esta (como o lado Sul da Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, a envolvência da Rua de Timor e as proximidades da Rotunda 25 de Abril) concentram-se tendencialmente os edifícios de habitação coletiva, de maior cêrcea e volume que marcam outros e distintos territórios. Aliás, serão provavelmente estas tipologias as maiores responsáveis pela absorção do contido mas firme crescimento da sede concelhia, verificado no aumento da população residente (16%), do número de edifícios (19%) e no aumento, quase em duplicado em relação ao dos edifícios, do número de alojamentos (37%). Um tecido com 42% do edificado anterior a 1980 (Figura 20) e com níveis de degradação significativos (24%, incluindo as pequenas reabilitações) evidenciam a importância de implementar um programa de reabilitação urbana para esta ARU.

Figura 20. Edificado por época de construção, 2011



A constatação da existência de espaços públicos geralmente retilíneos e espaçosos que compõem uma grelha tendencialmente ortogonal leva a considerar que a área central da cidade de Paredes aparenta ser o resultado da aplicação de um plano pré-concebido e desenhado como um todo. Contudo, algumas dissonâncias de traçado permitem perceber que a malha urbana deno ser, afinal, o somatório de vários momentos e decisões que, tendo sido também atos de planeamento, explicam a imagem atual de cidade aberta, arejada e planeada.

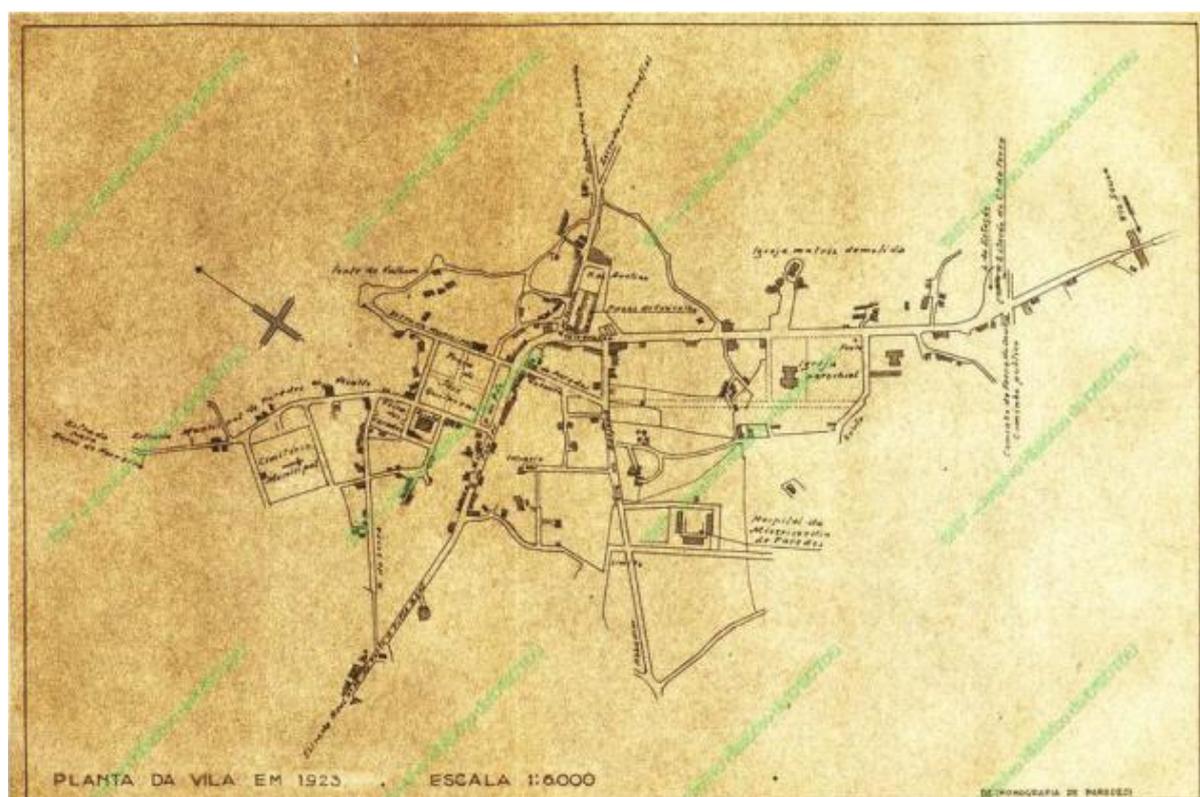
Assim, a estrutura fundamental da malha urbana da cidade de Paredes é o resultado de decisões tomadas pelo poder central e pelo municipal essencialmente em duas fases: a segunda metade do século XIX, com a estrada e a via ferroviária por parte do governo, e com a organização da vila por parte da câmara municipal; meados do século XX, com o Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, de 1945 e dos arquitetos Moreira da Silva.

Como se sabe, a povoação atual começou a organizar-se num pequeno promontório do interflúvio entre ribeiros afluentes do rio Sousa, onde passava a estrada do Porto a Vila Real com a qual aí entroncava a estrada para Paços de Ferreira e, algumas centenas de metros adiante, a estrada para Lousada. Estes percursos tinham séculos de existência, mas foi apenas a partir do século XIX que a sua frequência ganhou alguma importância, particularmente a partir de 1852, depois de Fontes Pereira de Melo criar o “Ministério das Obras Publicas, Comercio e Industria” que trataria de investir na rede de estradas reais e na construção do caminho-de-ferro, tendo a modernização da estrada para Vila Real levado à substituição do percurso pela Ponte de Cepeda com a abertura da depois denominada Avenida da República, a qual, simultaneamente, permitia a ancoragem da estação da linha do Douro que chegada a Paredes em 1875.

Como se verifica pelo alvará régio de elevação de Paredes a vila, em 1844 (que afirma “possuir a mesma povoação os necessários elementos para sustentar com dignidade a categoria de vila, visto a qualidade dos seus edifícios, entre os quais se distingue uma bela casa da Camara Municipal, a importância do seu comércio e o suficiente numero de habitantes”, referido no Ante-Projeto do Plano de Urbanização, de 1945, p. 17), o aglomerado tinha já algum relevo, desde logo o suficiente para ser elevado a vila, no entanto, apenas na segunda metade do século XIX, acompanhando os ares de progresso que contagiavam o país, o poder municipal lhe vai conferir uma feição urbana, alargando-a e equipando-a. Isso mesmo pode constatar-se na Planta da Vila em 1923 (inserta na Monografia de Paredes e reproduzida no Ante-Projeto do Plano de Urbanização, de 1945 (Figura 21 e Figura 22), onde pode observar-se a Praça de José Guilherme, ainda sem os já previstos Paços do Concelho (que

continuavam, por pouco tempo, no edifício de provável construção seiscentista onde hoje está o Conservatório de Música de Paredes) mas já com a escola primária do legado do Conde Ferreira de 1868, bem como o cemitério municipal, a estação ferroviária, a nova igreja paroquial (iniciada em finais do século XIX e benzida em 1908). Note-se que os dois elementos essenciais para a subsequente evolução da malha da novel vila estão então definidos, ou seja, os arruamentos da estrada (ruas Sr.^a da Guia e 1.^o de Dez. e Av. da República) e a geométrica Praça de José Guilherme, devendo salientar-se que a Av. da República está a preencher-se de edifícios e constitui já o elemento gerador da restante malha urbana ao servir de referência para o subsequente traçar de arruamentos paralelos, a começar pela Rua D. Afonso Henriques, já delineada na planta, e continuando com um tramo da Rua Elias Moreira Neto para serviço do hospital da Misericórdia de Paredes.

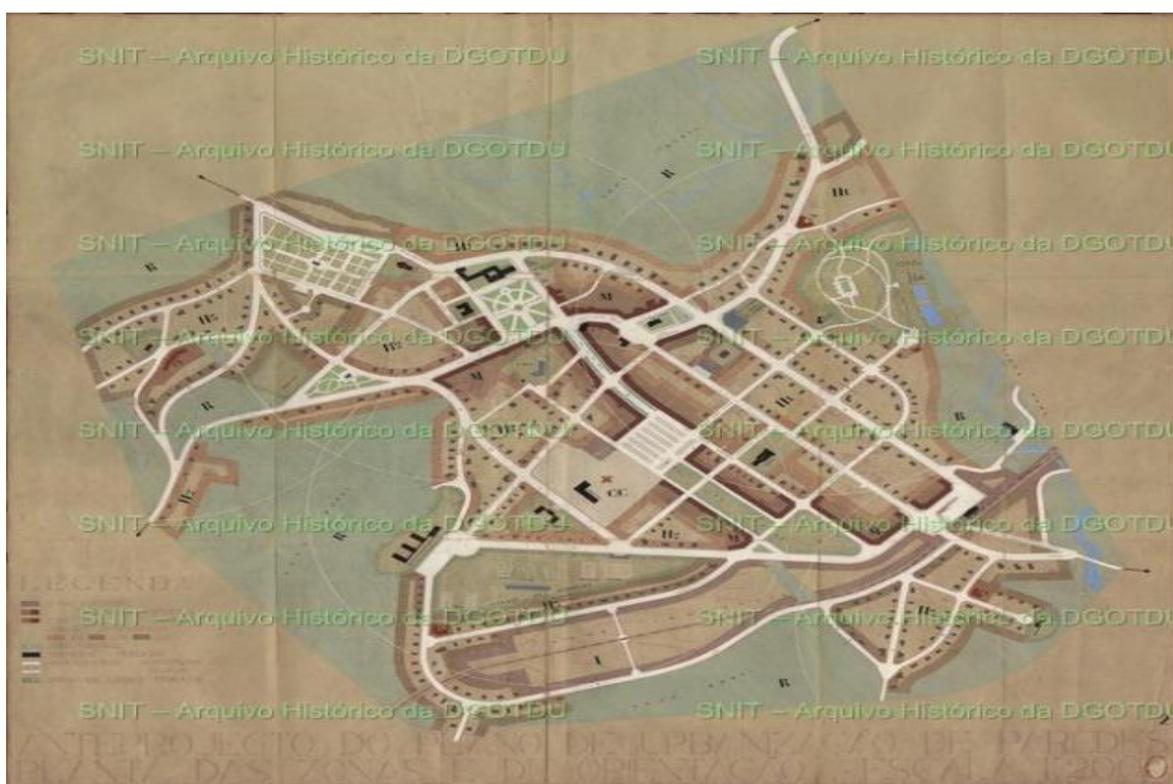
Figura 21. Planta da Vila em 1923 Inserta na “Monografia de Paredes” e reproduzida no Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, 1945. Arquivo Histórico da DGOTDU



A segunda fase, como se disse, acontece a partir de 1945, com o Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes onde os arquitetos Moreira da Silva (Figura 22), apesar de algumas inconseqüências (como o prolongamento do cemitério ou o pequeno jardim triangular previsto para o ângulo formado pelas ruas de Serpa Pinto, Sr.^a da Guia e dos Desportos, para onde pretendiam transferir a capela da

Sr.ª da Guia, do século XVIII, por se encontrar abaixo do nível da estrada desde a segunda metade de oitocentos), vão congrega intenções do governo e da câmara e compor partes da restante malha, devendo referir-se o embrião do Parque da Cidade (propondo, para o local onde hoje se localiza, um espaço de lazer com parque infantil e “praia artificial”) e sublinhar-se a via que hoje se denomina Av. Dr. Francisco Sá Carneiro. A importância desta via é incontornável, quer para o remate da malha de raiz oitocentista, quer na ancoragem de toda uma nova área, na sua margem meridional, mesmo se completamente distinta, morfológica e funcionalmente, do que fora previsto pelos arquitetos Moreira da Silva, que ali colocavam a zona industrial e, em todo o plano, apenas previam residência em edifícios unifamiliares. Naturalmente, a decisão da malha e a da ocupação são de tempos diversos, com necessidades, técnicas e valores diferentes, sendo a Av. Dr. Francisco Sá Carneiro que tem suportado parte importante da edificação das últimas décadas.

**Figura 22. Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, 1945.
Maria José M. Moreira da Silva (Arq.) e David Moreira da Silva (Arq. Urb.)**



De qualquer forma, enquadrada na dinâmica da Área Metropolitana do Porto, a cidade tem crescido (mais 19% de edifícios e mais quase 16% de residentes, entre 2001 e 2011), mas mantém-se relativamente equilibrada, denotando contudo a necessidade de investimento na intervenção qualificadora de alguns espaços públicos, bem como em equipamentos que permitam o desenvolvimento de algumas funções urbanas.

Figura 23. Localização da ARU do Centro Histórico de Paredes

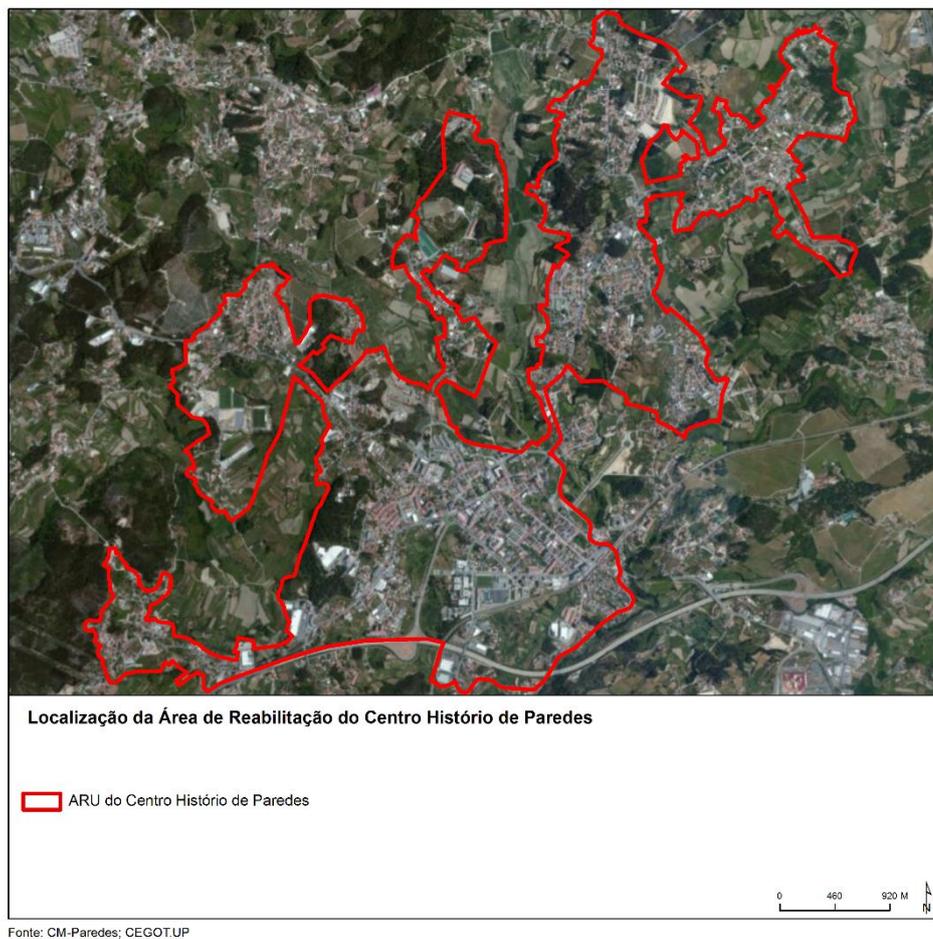
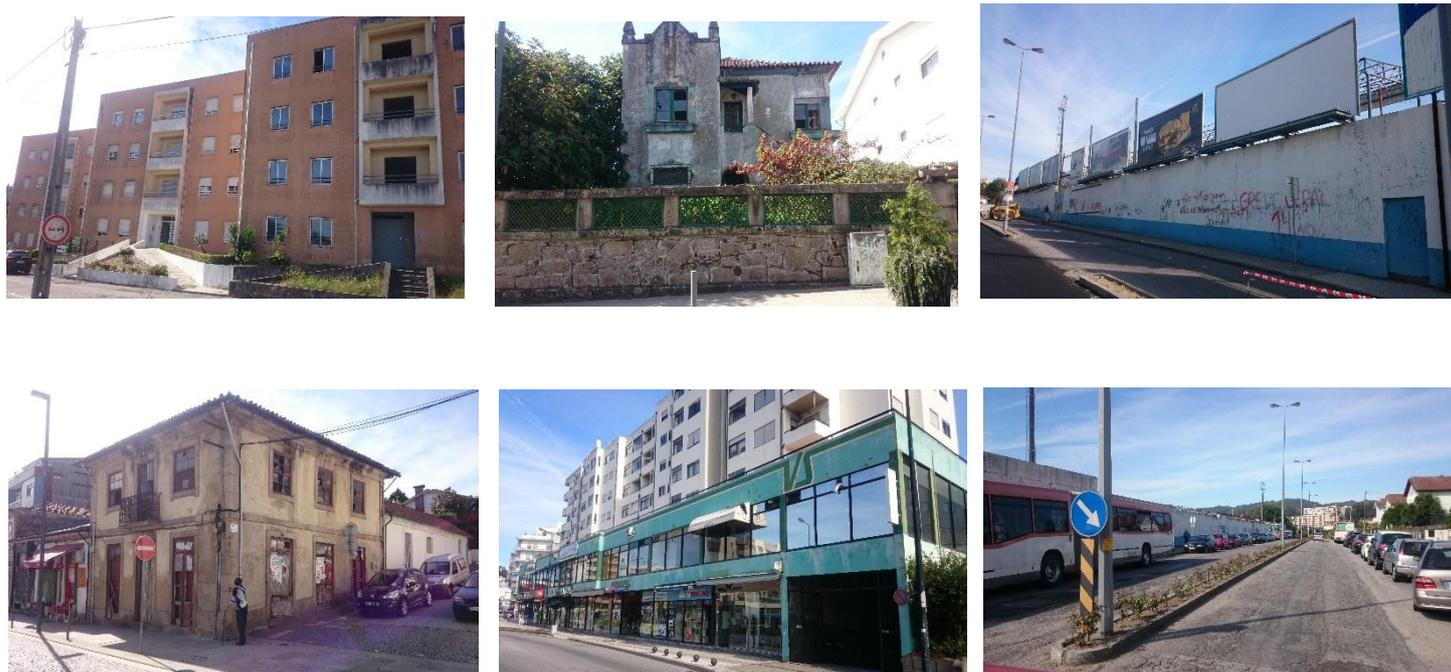


Figura 24. Aspectos do edificado e espaço público da ARU do Centro Histórico de Paredes



ARU Zona Ribeirinha de Paredes

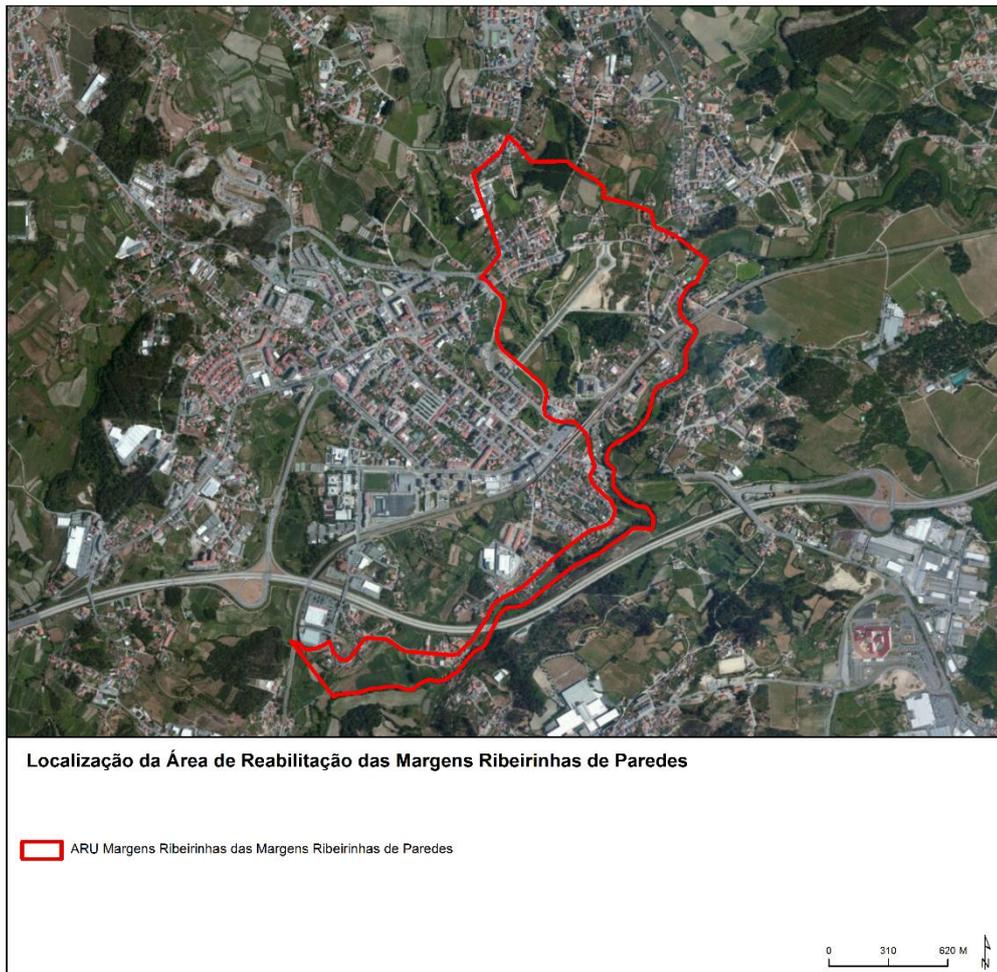
Tratando-se de uma área integrante e visivelmente integrada na cidade de Paredes, a delimitação da ARU da Margem Ribeirinha de Paredes é essencial para a assunção e a sensibilização em relação à necessidade de regeneração e qualificação da parte jusante da bacia do Ribeiro de Sentiais e da margem direita do Rio Sousa. O seu valor paisagístico e as respetivas potencialidades como área de parque de lazer e bem-estar urbano foram reconhecidas desde cedo, como o demonstra o Ante-Projeto do Plano de Urbanização da Vila de Paredes, de 1945 e dos arquitetos Moreira da Silva, que propunha sensivelmente para o local onde hoje se localiza o Parque da Cidade, um espaço de lazer com “parque infantil” e “praia artificial”.

Presentemente, importa dar continuidade ao investimento realizado, alargando o parque, prolongando-o pela margem do Sousa até às proximidades das escolas, contendo a edificação e reabilitando os edifícios degradados (32% em 2011), tratando e equipando o espaço público, de forma a poder criar um parque urbano na plena aceção do termo, que constitua um verdadeiro atrativo para a população e que possa funcionar como exemplo e espaço pedagógico para a comunidade estudantil.

É diminuta e está em regressão a componente habitacional nesta ARU cujo número de edifícios não atinge as três centenas (299), tendo diminuído entre 2001 e 2011 (-12%), em consonância com idêntica diminuição da população residente (-12%).

Consistindo geralmente em edifícios unifamiliares, umas vezes adotando um posicionamento de recuo face ao arruamento e outras o modelo tradicional, importa que o povoamento se mantenha contido apenas com eventuais compactações nos ‘tufos’ de edifícios existentes.

Figuras 25. Localização da ARU Zona Ribeirinha de Paredes



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP

Figuras 26. Aspectos do edificado e espaço público da ARU Zona Ribeirinha de Paredes



ARU Centro Histórico de Gandra

O setor Sul da ARU de Gandra apresenta as seguintes formas urbanas:

- Forma linear estruturada pela N15/Rua central da Gandra no segmento entre três rotundas (desde a A4 até à rua Portela Moinho) constituída por edifícios de comércio e habitação coletiva, a maioria dos quais porticados e com cinco pisos ($r/c+4$).

- A nascente da anterior constitui-se uma malha urbana de forma irregular por diversas ramificações das vias de suporte que confluem na rua Alberto Coelho Moreira até à plataforma da A4. Esta malha e o eixo da rua Alberto Coelho Moreira são formadas por uma mescla de construções de matriz rural e por edifícios com imagens contemporâneas de diversas tipologias, intercalados com naves (industriais e de armazenagem) e campos agrícolas. A infraestrutura de suporte é irregular, desprovida de espaços coletivos qualificados, sendo manifesto o défice de desenho urbano e a incompletude das redes e infraestruturas urbanísticas. O eixo da rua Alberto Coelho Moreira serve um conjunto de pequenas urbanizações relativamente recentes (habitações individuais e coletivas, edifícios com funções mistas, edifício da Junta de Freguesia, campo de futebol) intercaladas com espaços vazios.

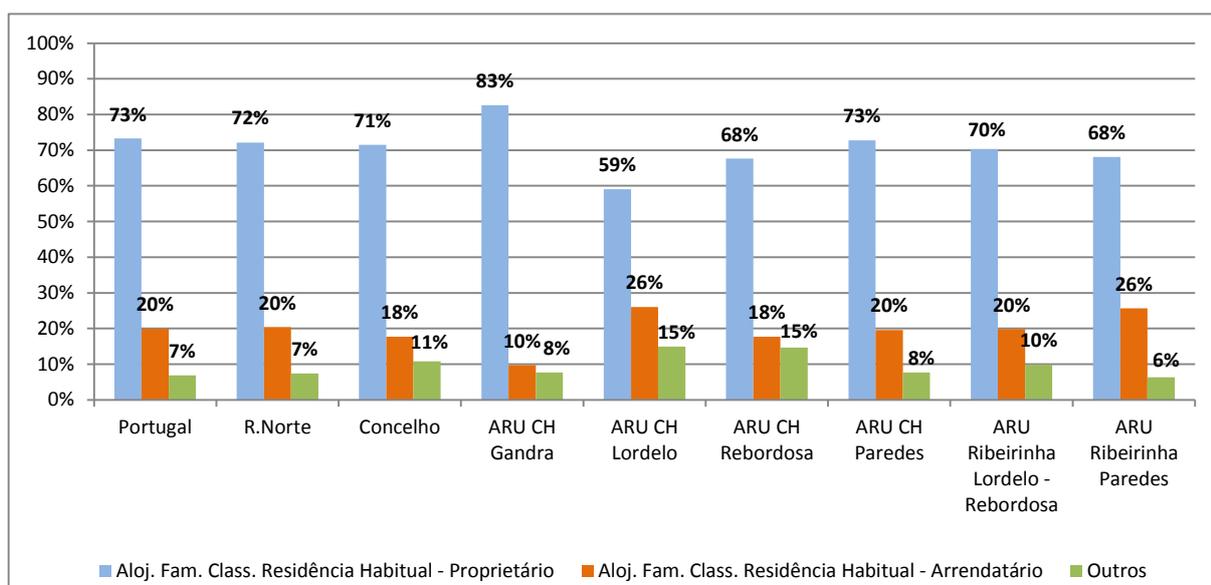
O setor Norte da ARU de Gandra é o resultado difuso de processos de urbanização por adição de factos e artefactos diversificados, dispostos por uma retícula irregular e isotrópica, envolvendo grandes bolsas agrícolas.

Alguns espaços urbanos encontram-se bem demarcados, mas incompletos, como a área da Igreja paroquial da Gandra e terreiro adjacente, onde foi demolida uma construção para constituição de uma praça, e tem localização a Casa da Cultura da Freguesia da Gandra, o Centro Escolar de Gandra e Astromil, tendo sido iniciada a construção de um “complexo paroquial” constituído por serviços e com uma componente residencial. Alguns eixos como o da referida N15 e a rua de Regedoura/rua Central da Portela são eminentemente comerciais, com “stands” de frente de estrada e lojas em muitas das construções isoladas ou nos pisos térreos de edifícios de habitação coletiva.

A ARU de Gandra apresenta padrões morfológicos e tipológicos muito contrastantes. O eixo da EN15 (rua Central da Gandra) entre a A4 e a rotunda da rua Portela Moinho tem um perfil generoso com faixas centrais de atravessamento e faixas laterais de serventia aos blocos de frente urbana de comércio e habitação coletiva com cinco pisos ($r/c+4$), sendo esta forma de urbanização recente, por reurbanização da antiga estrada nacional, o resultado mais notável do extraordinário crescimento

assinalado nos censos, que contabilizam, entre 2001 e 2011, aumentos de 30% na população residente, de 31% no número de edifícios e de 63% no número de alojamentos. É também de assinalar que é nesta ARU que que os alojamentos ocupados pelo proprietários tem maior incidência (83% dos alojamentos familiares de residência habitual, Figura 27).

Figura 27. Alojamentos familiares de residência habitual por regime de ocupação, 2011



A nascente encontra-se uma forma urbanizada de grande diversidade tipológica sobre um traçado de matriz rural alterada (casas agrícolas, habitações unifamiliares e coletivas, naves industriais e de armazenagem, construções com funções mistas, etc.), seguida por uma forma linear (composta igualmente por construções de várias tipologias) estruturada ao longo de um eixo viário.

No sector norte da ARU, a urbanização difusa (com base no eixo da EN15 e no traçado rural preexistente) é acompanhada por uma certa dispersão das funções comércio, indústria e serviços. A sua forma ramificada contém, no entanto, uma série de pequenos núcleos orgânicos exclusivamente habitacionais. A envolvente agrícola e as características dominantes da sua estrutura parcelar confirmam a pluriatividade como uma das lógicas subjacentes a esta forma de urbanização e modelo habitacional de baixa densidade.

Figuras 28. Localização da ARU do Centro Histórico de Gandra



Fonte: CM-Paredes; CEGOTUP

Figuras 29. Aspetos do edificado e espaço público da ARU do Centro Histórico de Gandra



ARU do Centro Histórico de Rebordosa

A ARU de Rebordosa (Centro Histórico) constitui um território de urbanização difusa com bolsas agrícolas e construção ao longo dos elementos do traçado, conformando pequenas malhas irregulares de matriz orgânica na proximidade de ocupações industriais. Rebordosa apresenta uma centralidade estabelecida ao longo da avenida Bombeiros Voluntários (e área entre esta e a zona industrial), cujo troço sul é eminentemente comercial, sendo o troço norte de serviços, já na ARU da Zona Ribeirinha Lordelo-Rebordosa.

O território é pontuado por uma série de valores significantes singulares e pequenos conjuntos de grande interesse urbanístico e cultural, como:

- A Igreja Velha, pequena capela datada de 1645, profundamente alterada nos anos 1980, localiza-se na rua Carvalhos do Cabo, de perfil estradal, em contexto com fraca qualificação urbana, não obstante o potencial que revela como atrator de identidade e fator de estruturação urbanística da sua envolvente territorial.
- A Capela barroca de Nossa Senhora do Calvário (Capela de S. Martinho e Cemitério) localiza-se no alto de uma pequena colina a norte do tecido comercial central, sem afirmar relações urbanas relevantes (que poderão ser estabelecidas com facilidade) para além da escadaria (sem consequências na envolvente) e de se constituir como um marco na paisagem, pela sua escala, cota de implantação e imponente torre sineira. Esta última característica (como marco na paisagem) releva a importância desta capela como referência locativa à escala do aglomerado.
- Alguns elementos de arqueologia industrial, assim como determinadas estruturas e pequenos conjuntos de matriz rural que ainda subsistem, constituem porventura os últimos resquícios de valores primordiais que conferem identidade e memória e este território urbanizado, de grande complexidade, que terá experimentado mutações rápidas e profundas, cujas dinâmicas estagnaram subitamente. A urbanização encontra-se assim incompleta, desqualificada, com evidente défice de desenho urbano, e em acelerado processo de degradação, embora intensamente habitada.

De facto, a degradação das estruturas edificadas (antigas, tradicionais e modernistas), a par da degradação do espaço público, constituem os principais problemas em presença. Na realidade são diversas as ações de estruturação de espaços públicos que, tendo incidências muito pontuais e resultados pouco relevantes, colocam em evidência as malformações existentes e a profunda desarticulação do sistema.

Embora difusa, a forma urbana revela diversos níveis de organização, com uma maior concentração da função comercial no sector sul mais próximo da zona industrial, onde estabelece um tecido com maior densidade e com grande diversidade tipológica. O sector norte/poente da ARU revela-se mais fragmentado, onde se alternam formas lineares com pequenos núcleos edificados dispersos no território.

É interessante observar que, embora ocorra uma maior concentração da função comercial a sul da avenida Bombeiros Voluntários e de serviços a norte deste eixo, a difusão da urbanização é acompanhada por uma dispersão das funções de proximidade, sendo pontuais as situações de segregação funcional. Entre outros aspetos, este modelo decorre da associação entre a habitação (coexistindo diversas tipologias isoladas, agregadas, unifamiliares e coletivas) e a indústria.

A pluriatividade é a base deste modelo habitacional, articulado com os campos agrícolas e com as características da estrutura parcelar. As formas mais recentes de crescimento da urbanização, porque incompletas, determinaram diversos impasses do traçado que, também por razões de natureza orográfica e baixo nível de hierarquização, apresenta uma forma “ramificada” peculiar.

De qualquer forma, na área desta ARU tem-se verificado alguma regressão demográfica com a consequente estagnação e degradação física, evidenciadas nos valores censitários que denotam uma diminuição de 20% na população residente, 7% de aumento no número de edifícios mas diminuição de 6% no número de alojamentos, devendo sublinhar-se a traço cheio os 44% de edifícios degradados assinalados em 2011 (Figura 30).

Figura 30. Necessidade de reparação dos edifícios, em 2011

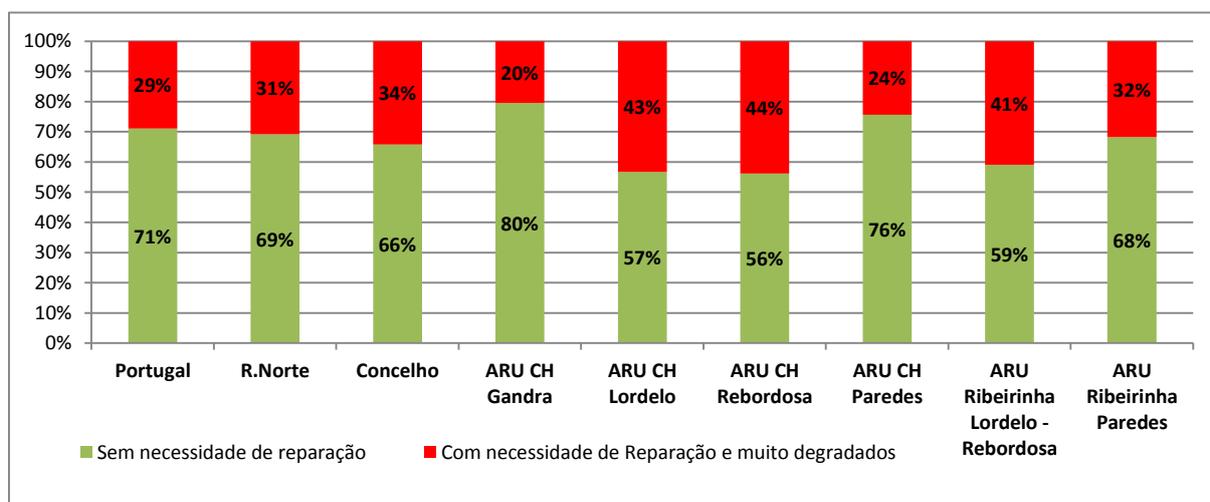
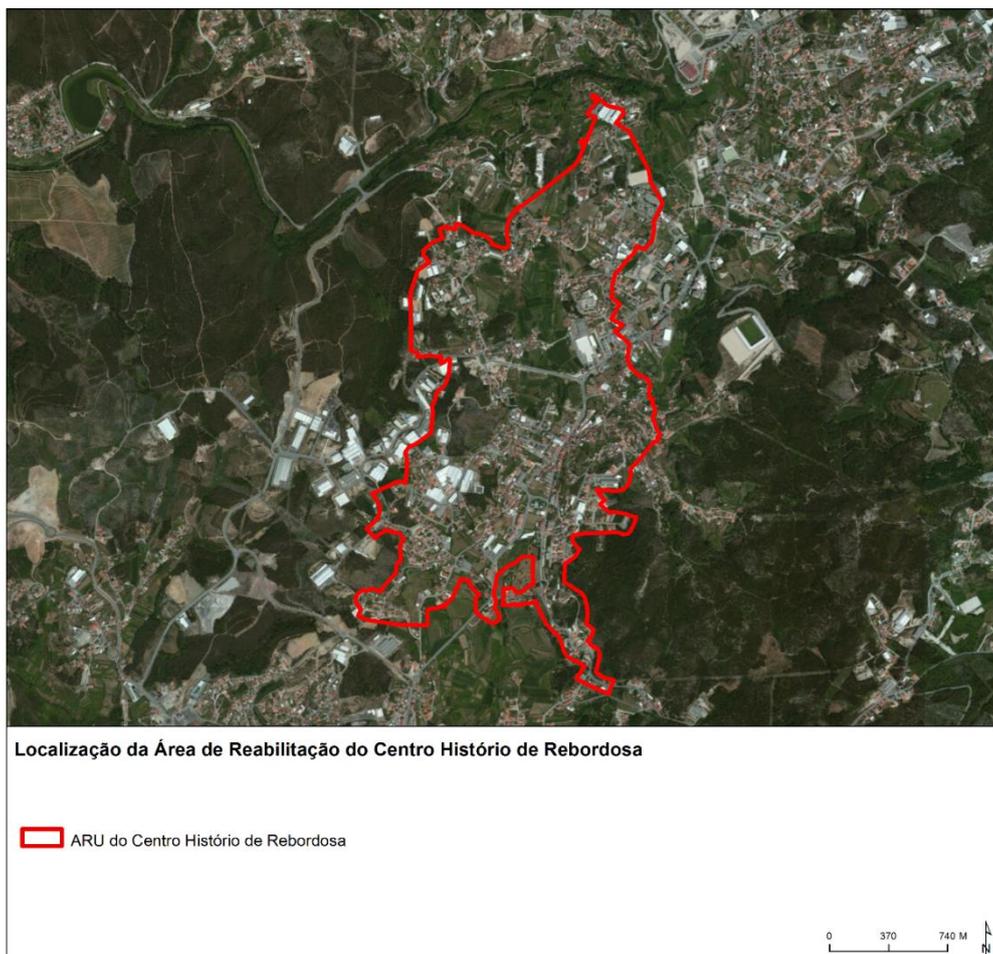


Figura 31. Localização da ARU do Centro Histórico de Rebordosa



Fonte: CM-Paredes; CEGOT,UP

Figura 32. Aspetos do edificado e espaço público da ARU do Centro Histórico de Rebordosa



ARU Zona Ribeirinha de Lordelo – Rebordosa

O rio Ferreira, afluente do rio Sousa atravessa as áreas urbanizadas de Lordelo e Rebordosa, sendo importante fator de coesão territorial e fator estruturante desta ARU constituída por sectores com características distintas.

O sector Sul, claramente urbano é uma das centralidades de Rebordosa, estruturada pela avenida Bombeiros Voluntários (troço norte), onde se localizam as instalações dos Bombeiros, a Junta de Freguesia e o acesso à Igreja Paroquial (Igreja Nova, projetada por Fernando Seara em 1957 e construída em 1967) e o acesso à piscina municipal de Rebordosa.

O sector central é constituído pela área natural do curso de água, sendo de realçar o interesse de algumas estruturas existentes como moinhos, a calçada de Erbam e os novos espaços públicos do Pavilhão Gimnodesportivo Rota dos Móveis, plataforma da frente do Parque de Lordelo-Rebordosa e terreiro da Igreja Matriz de Lordelo. O terreiro da Igreja Matriz de Lordelo constitui-se assim como um “espaço-varanda” do Parque do rio Ferreira. Em socalco sobrelevado localizam-se dois casarões oitocentistas, os “palacetes dos Silvas Moreiras”, com imagem e volumetria semelhantes (apresentando torreões salientes e fachadas revestidas a material cerâmico verde e acastanhado, cunhais, cornijas e molduras expressivas, trabalhadas com motivos decorativos), que constituem o plano de fundo do amplo terreiro da Igreja Matriz. Neste sector, na margem do rio Ferreira, localiza-se a principal centralidade de Lordelo, constituída por uma grande praça e por importantes equipamentos coletivos como o Aliados Futebol Clube de Lordelo, os Bombeiros Voluntários, a Junta de Freguesia de Lordelo, a Escola EB 2,3 de Lordelo e o Polidesportivo.

O sector norte da ARU é ainda estruturado pelo vale encaixado do rio Ferreira e pela EN 209 que o acompanha por poente, com frentes segmentadas ocupadas por algumas construções isoladas de habitação e/ou de comércio, e por alguns blocos de serviços.

A ARU da Margem Ribeirinha de Lordelo-Rebordosa é fundamentalmente uma área de parque ribeirinho, grandes espaços públicos e um pólo de equipamentos coletivos de ensino e equipamentos desportivos. Na sua área central localizam-se alguns blocos de comércio e habitação coletiva com volumetrias expressivas (com 6 pisos na envolvente à praça Francisco Sá Carneiro), a par de uma malha antiga de matriz orgânica, mas já muito alterada.

A norte da área de equipamentos e ao longo da EN 209 localiza-se uma forma com tipologias e funções muito diversificadas. Não obstante o seu perfil generoso nos segmentos mais marcadamente comerciais, este eixo ainda de carácter estradal carece de uma intervenção de valorização ambiental que confira unidade e qualidade à disparidade dos seus fragmentos, e que promova a sua articulação com os espaços naturalizados do parque do rio Ferreira.

Pelas suas características de área congregadora de equipamentos de ensino e lazer, esta ARU tem-se tornado uma área atrativa como espaço de residência, crescendo de forma significativa com os dados censitários a revelarem um crescimento de 41% nos números da população residente e também no número de edifícios e um aumento de 57% no número de alojamentos, apesar do preocupante registo de 41% de edifícios degradados.

Figuras 33. Localização da ARU Zona Ribeirinha de Rebordosa – Lordelo



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP

Figuras 34. Aspetos do edificado e espaço público da ARU Zona Ribeirinha de Rebordosa – Lordelo



ARU do Centro Histórico de Lordelo

O topónimo Lordelo leva a imaginar um território de (bosques de) loureiros, atualmente constituído por campos agrícolas e por formas de urbanização extensiva num mosaico desordenado de acordo com a pluriatividade que marcou intensamente o modo de vida rural/urbano/industrial.

A ampla ARU, formada por pequenos núcleos (dispersos) de matriz rural, estruturados ao longo da EN 209, do eixo da rua de São Saturnino/rua da Floresta, e das respetivas ramificações, e por manchas de edificação dispersa onde programas de habitação isolada e coletiva se intercalam com armazéns e unidades industriais (em geral) de pequena e média dimensão, e ainda com pequenos campos agrícolas. Apenas em alguns segmentos dos eixos viários principais a estrutura funcional encontra maior desenvolvimento. A peculiar urbanização difusa de Lordelo apresenta algumas centralidades pontuais correspondentes a uma maior densidade construtiva e diversidade funcional, como a do lugar de articulação da N209 com o eixo da rua da Campa/rua dos Marceneiros, de ligação á Zona Industrial e à A42. Junto à Zona Industrial localiza-se o Centro Escolar recentemente construído, sendo que os grandes equipamentos de Lordelo localizam-se na centralidade junto ao Parque do rio Ferreira (na ARU da Margem Ribeirinha), e os pequenos equipamentos e serviços estão dispersos pelo território urbanizado.

Os espaços públicos encontram-se na sua maioria muito degradados e desprovidos de qualificação ambiental. É crítica a ausência de passeios de peões em determinadas circunstâncias como, por exemplo, entre as áreas residenciais de maior densidade e os equipamentos de ensino, ou como se verifica em algumas frentes comerciais.

A habitação encontra-se em geral segregada ou associada a pequenas unidades industriais dispersas, situação em que se articula igualmente com os campos agrícolas envolventes. Estas formas de habitação correspondem, na sua maioria, a tipologias unifamiliares em parcelas com logradouros que permitem atividades domésticas complementares ou de subsistência.

As áreas onde é maior a ocorrência de tipologias de habitação coletiva correspondem a alguns segmentos dos eixos estruturantes principais, de ligação à macroestrutura viária ou às zonas industriais, e na proximidade destas. A pluriatividade é mais uma vez a “chave de leitura” do modelo habitacional, em que algumas das tipologias unifamiliares alojam também pequenas oficinas e/ou pequenas hortas e estábulos ou capoeiras. As áreas de maior concentração de tipologias coletivas, com lógicas mais urbanas, são uni-funcionais ou articulam-se preferencialmente com o comércio e serviços, em geral na proximidade das grandes concentrações industriais. Verifica-se que uma parte muito significativa do parque edificado encontra-se em mau estado de conservação (43% edifícios degradados em 2011) e os edifícios abandonados e em ruínas estão disseminados por praticamente todo o território da ARU, o que a par do estado deplorável dos espaços públicos ajuda a compreender a diminuição do número de residentes (menos quase 5% em 2011) e configura um cenário muito preocupante, tendo sobretudo em consideração a estrutura da população residente (com o predomínio de jovens – 31%, face aos idosos – 13%, Figura 35).

Figura 35. Estrutura etária da população residente, em 2011

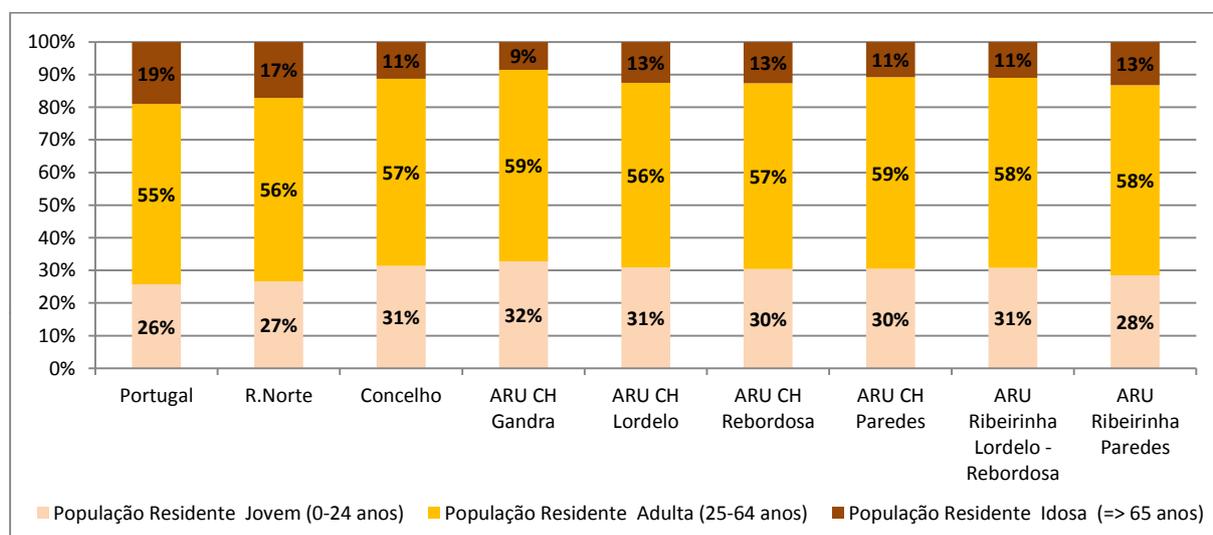


Figura 36. Localização da ARU do Centro Histórico de Lordelo



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP

Figura 37. Aspetos do edificado e espaço público da ARU do Centro Histórico de Lordelo



Figura 39. População residente jovem e idosa

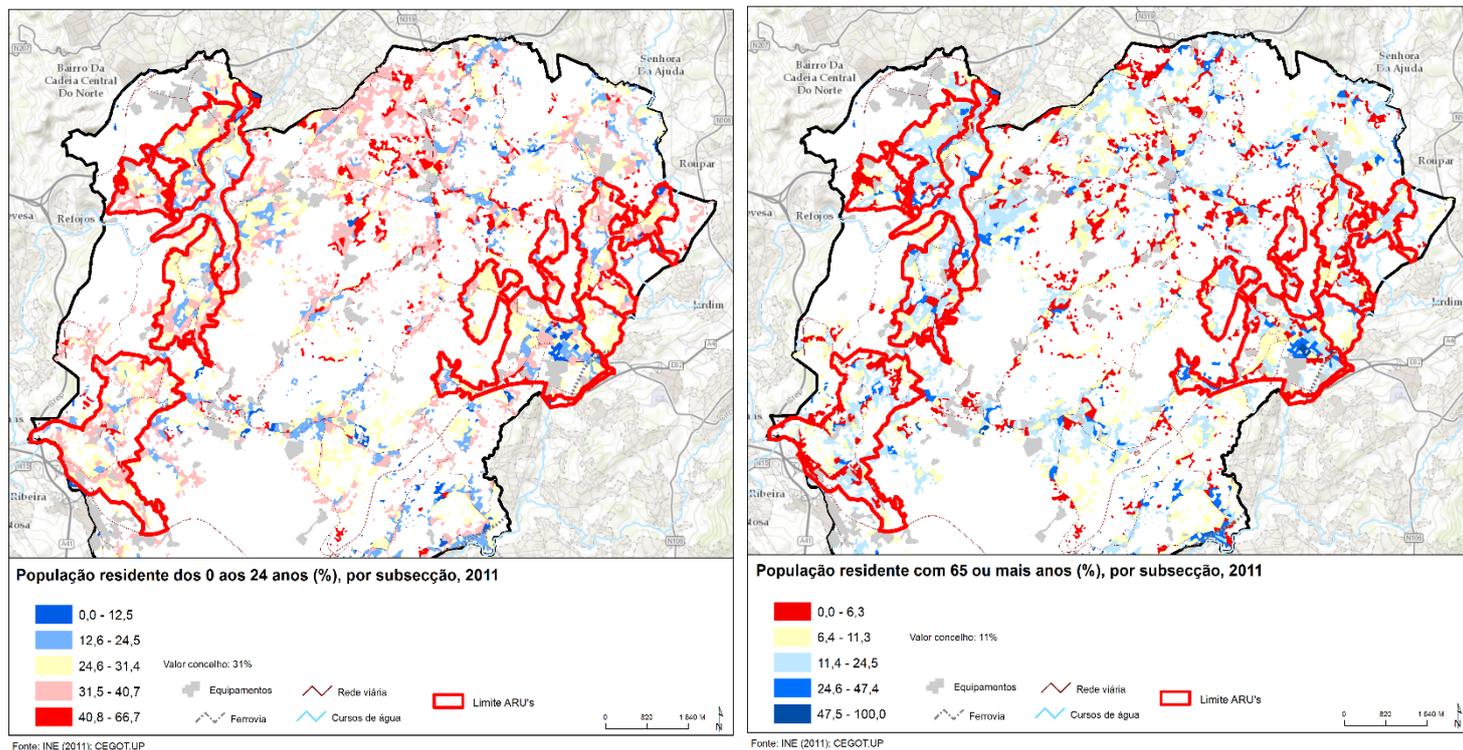


Figura 38. Edifícios construídos até 1980 e degradação do edificado

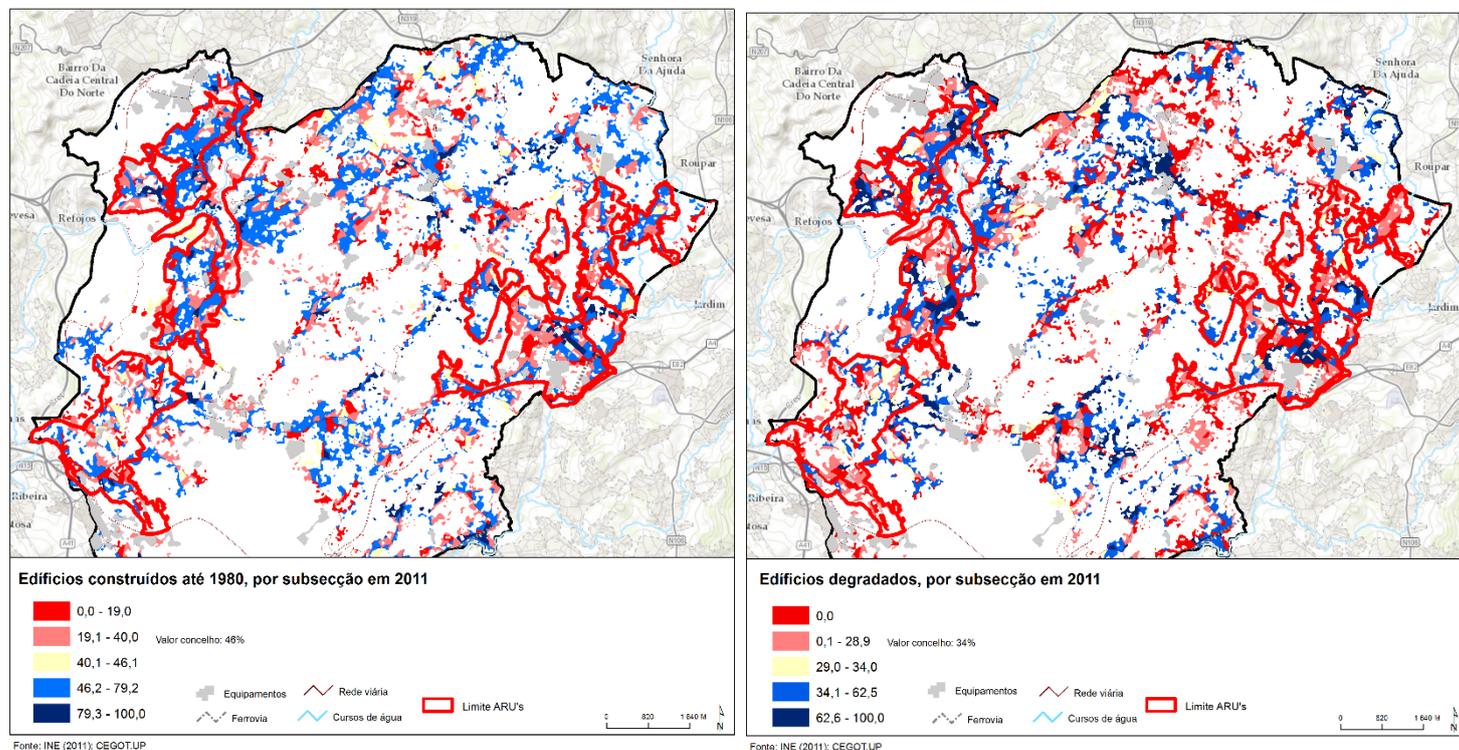


Figura 40. Edificado por época de construção e por pisos, em 2011

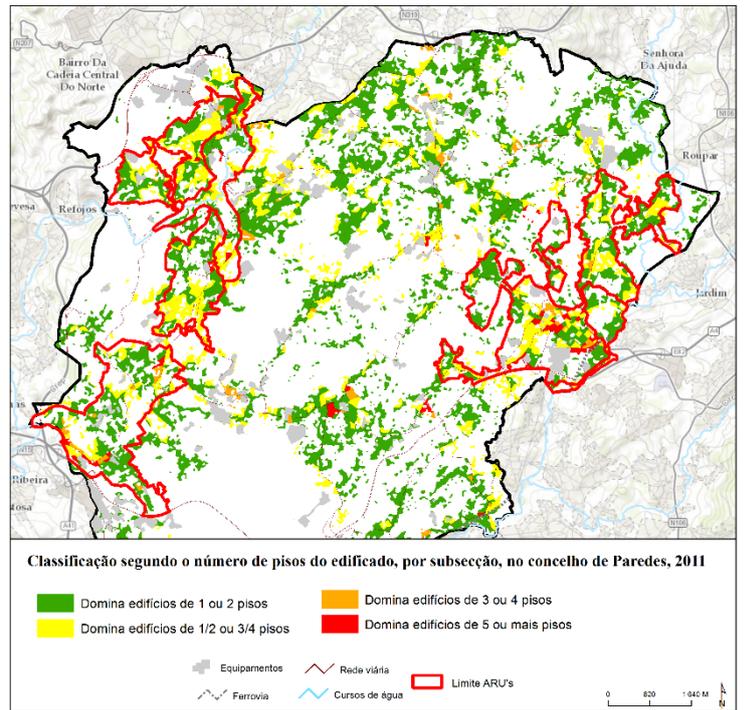
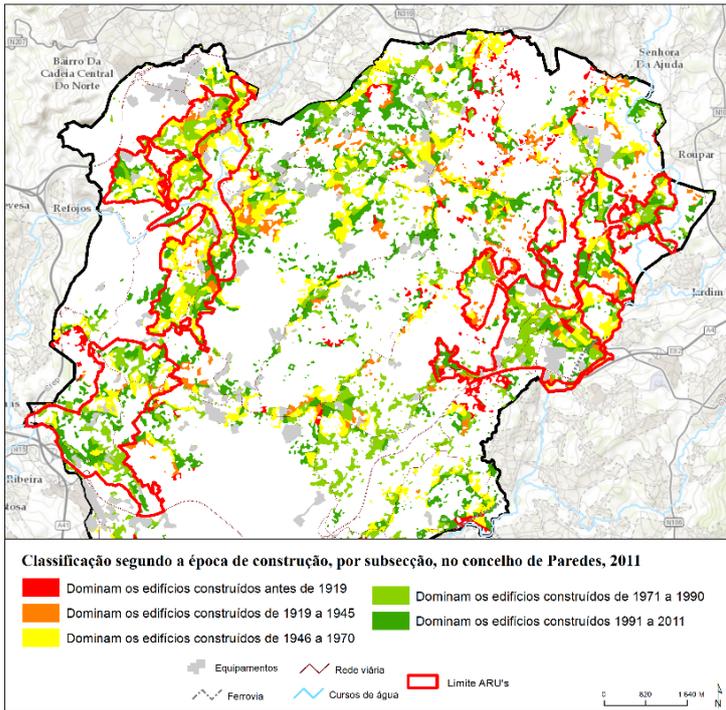


Figura 41. Materiais de construção do edificado, em 2011

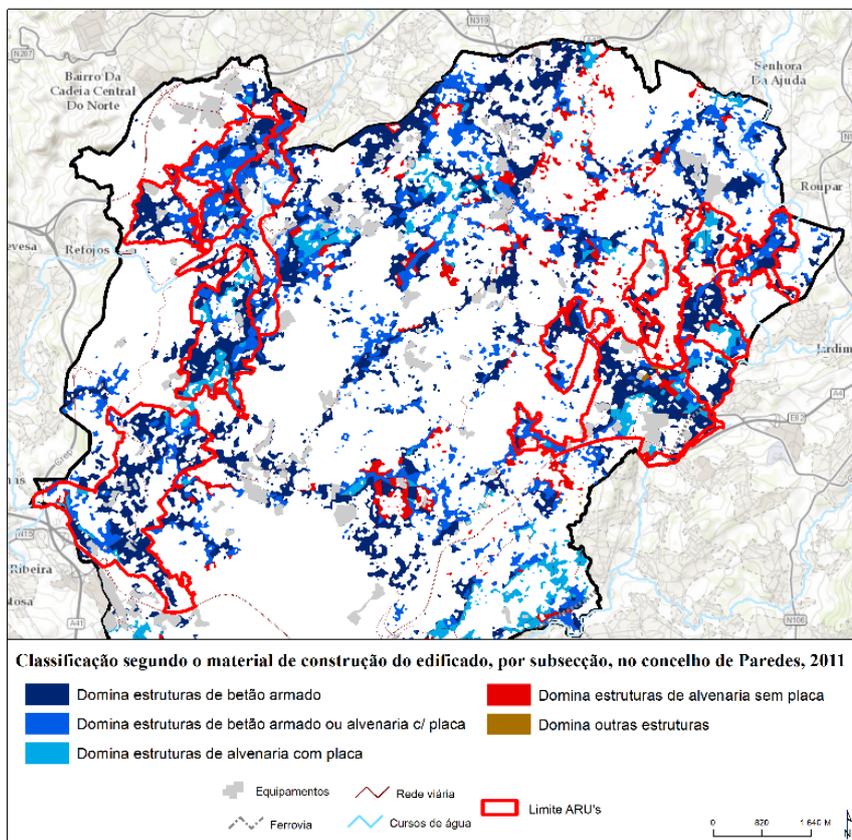


Figura 42. Síntese estatística das ARU

	Total ARUs	%	C.H. Pared.	%	Marg. Rib. Pared.	%	C.H. Lord.	%	C.H. Reb.	%	Marg. Rib. Lord. Reb.	%	C.H. Gandra	%
Nº edifícios clássicos 2001	7173		2692		339		1354		986		632		1260	
Nº edifícios clássicos 2011	8614		3192		299		1637		1056		890		1647	
Varição % 2001/2011		20,1		19		-12		21		7		41		31
Exclusivamente residenciais	7263	84	2742	86	267	89	1294	79	891	84	680	76	1494	91
Multifuncionais	1351	16	450	14	32	11	343	21	165	16	210	24	153	9
Construídos até 1980	3976	46	1327	42	192	64	902	55	531	50,3	465	52	603	37
Construídos após 1980	4638	54	1865	58	107	36	735	45	525	49,7	425	48	1044	63
Edifícios degradados	2723	32	777	24	95	32	708	43	463	44	365	41	359	22
Nº de alojamentos 2001	11402		4747		519		1846		1641		1024		1726	
Nº de alojamentos 2011	14985		6499		570		2057		1550		1606		2816	
Varição % 2001/2011		31,4		37		10		11		-6		57		63
Alojamentos vagos	1854	12	843	13	56	10	226	11	205	13	139	9	397	14
Alojamentos sobrelotados	3886	26	1406	22	114	20	766	37	540	35	500	31	560	20
Aloj. de Residência Habitual	11885		5176		429		1744		1277		1332		2019	
Aloj. de Residência Secundária	1234		476		85		86		68		131		397	
Residência Habitual, Proprietário	8478	71,3	3764	72,7	292		1030	59	864	67,8	937	70,4	1666	83
Residência Habitual, Arrendatário	2256	19,0	1014	19,5	110		454	26	226	17,7	264	19,8	194	10
População Residente 2001	32387		12696		1394		5921		4973		2999		4699	
População Residente 2011	36026		15090		1229		5639		3993		4226		6114	
Varição % 2001/2011		11		15,9		-12		-4,8		-20		41		30
Pop. Res. Jovem (0-24 anos) 2011	11124	31	4600	30	350	28	1745	31	1213	30	1300	31	1985	32
Pop. Res. Idosa (>= 65 anos) 2011	3972	11	1629	11	163	13	708	13	507	13	465	11	527	9

Figura 43. Ficha estatística das ARU

EDIFICADO E ALOJAMENTO HABITACIONAL	C.Histório Paredes	Z.Ribeirinha Paredes	C.Histório Gandra	C.Histório Rebordosa	Z.Ribeirinha Lordelo-Rebordosa	C.Histório Lordelo	Total ARU
Nº Total Edifícios Clássicos 2001	2 692	339	1 260	986	632	1 354	7 173
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	3 192	299	1 647	1 056	890	1 637	8 614
Taxa Variação Edifícios Cláss. 2001-2011	19%	-12%	31%	7%	41%	21%	20%
Nº Edifícios Exclusivamente Residenciais 2011	2 742	267	1 494	891	680	1 294	7 263
Nº Edifícios Multifuncionais 2011	450	32	153	165	210	343	1 351
Nº Edifícios Construídos até 1980 (2011)	1 327	192	603	531	465	902	3 976
Nº Edifícios Construídos depois 1980 (2011)	1 865	107	1 044	525	425	735	4 638
Nº Edifícios Construídos antes 1919	170	11	61	29	51	46	357
Nº Edifícios Construídos entre 1919 e 1945	195	22	63	69	59	92	493
Nº Edifícios Construídos entre 1946 e 1970	475	107	232	279	223	419	1 722
Nº Edifícios Construídos entre 1970 e 1990	1 224	83	562	311	233	610	2 994
Nº Edifícios Construídos entre 1991 e 2011	1 128	76	729	368	324	470	3 048
Nº Edifícios Degradados 2011 *	777	95	359	463	365	708	2 723
Nº Total Alojamentos 2001	4 747	519	1 726	1 641	1 024	1 846	11 402
Nº Total Alojamentos 2011	6 499	570	2 816	1 550	1 606	2 057	14 985
Taxa Variação Alojamentos 2001-2011	37%	10%	63%	-6%	57%	11%	31%
Nº Alojamentos Vagos 2011	843	56	397	205	139	226	1 854
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	1 406	114	580	540	500	766	3 886
Nº Alojamentos Familiares 2011	6 495	570	2 815	1 550	1 604	2 057	14 978
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0	0	2	0	2	1	5
Nº Alojamentos Familiares Clássicos 2011	6 495	570	2 813	1 550	1 602	2 056	14 973
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual 2011	5 176	429	2 019	1 277	1 332	1 744	11 885
Nº Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Secundária 2011	476	85	297	68	131	86	1 234
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Proprietário 2011	3 764	292	1 666	864	937	1 030	8 478
Nº Alojamentos Familiares Residência Habitual - Arrendatário 2011	1 014	110	194	226	264	454	2 256
(*) Cálculo estimado a partir da % de Edifícios com necessidades de reparação (Pequenas, Médias, Grandes e Muito degradados) do INE							
POPULAÇÃO E ESCOLARIEDADE							
População Residente 2001	12 696	1 394	4 699	4 973	2 999	5 921	32 387
População Residente 2011	15 090	1 229	6 114	3 993	4 226	5 639	36 026
Taxa Variação Pop. Resid. 2001-2011	19%	-12%	30%	-20%	41%	-4,8%	11%
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	4 600	350	1 985	1 213	1 300	1 745	11 124
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	8 861	716	3 602	2 273	2 461	3 186	20 930
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	1 629	163	527	507	465	708	3 972
POPULAÇÃO RESIDENTE ATIVA							
População Residente Reformada /Pensionista (2011)	2 082	200	703	567	515	840	4 874
População Residente Ativa (2011)	7 815	626	3 170	1 961	2 232	2 762	18 420
População Residente Desempregada (2011)	977	76	415	296	351	585	2 669
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego (2011)	201	21	66	58	59	69	467
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego (2011)	776	55	349	238	292	516	2 202
Taxa Desemprego	13%	12%	13%	15%	16%	21%	14%
População Residente Empregada (2011)	6 838	550	2 755	1 665	1 881	2 177	15 751
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário (2011)	109	5	18	15	7	7	161
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário (2011)	2 101	132	1 191	819	936	1 265	6 389
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário (2011)	4 628	413	1 546	831	938	905	9 201
EMPREGO E ATIVIDADES ECONÓMICAS							
% Empresas no Total das ARU's	63%	9%	12%	9%	8%	6%	
% Empresas no Total das Freguesias das ARU's	48%	1%	9%	7%	6%	5%	76%
% Emprego Total das ARU's	63%	1%	18%	19%	10%	8%	
% Emprego Total das Freguesias das ARU's	26%	1%	10%	11%	6%	5%	59%
% Volume de Negócios no Total das ARU's	47%	1%	15%	11%	10%	6%	
% Volume de Negócios no Total das Freguesias das ARU's	47%	0,3%	8%	11%	5%	3%	52%

3. Modelo Económico

3.1 Elementos de Caracterização do Concelho de Paredes e das ARU que integram o PEDU

O concelho de Paredes situa-se num espaço de transição urbana industrial, da Área Metropolitana do Porto para um espaço mais rural do Tâmega e Sousa. Com 86.854 habitantes (Censos 2011), é um dos concelhos mais jovens do país (31.4% da população tem menos de 24 anos, e apenas 11.3% possui 65 ou mais anos), registando uma elevada proporção de população em idade ativa (taxa de atividade de 51.7%, superior à do país, de 48.5%). Trata-se de um município que integra 4 cidades (Paredes, Lordelo, Rebordosa e Gandra), dispondo de boas acessibilidades, a nível viário (autoestradas A4, A41 e A42) e ferroviário (linha do Douro).

Ainda que na última década se tenha registado uma alteração na estrutura da população empregada, de pendor essencialmente secundário (60%) para um domínio terciário (53.1%), regista-se ainda uma forte industrialização no concelho, especificamente na fileira do Mobiliário, atividade que claramente marca a identidade territorial e a vida económica local.

Importa referir que o concelho apresenta uma evolução muito significativa no que respeita ao nível de qualificação da população, ainda que fundamentalmente ao nível do ensino básico (em todos os níveis deste grau apresenta valores superiores aos da Região Norte e do País, tendo partido de uma situação bastante desfavorecida no início da última década), registando contudo uma situação mais desfavorável relativamente às médias regional e nacional no que respeita aos níveis secundário e superior.

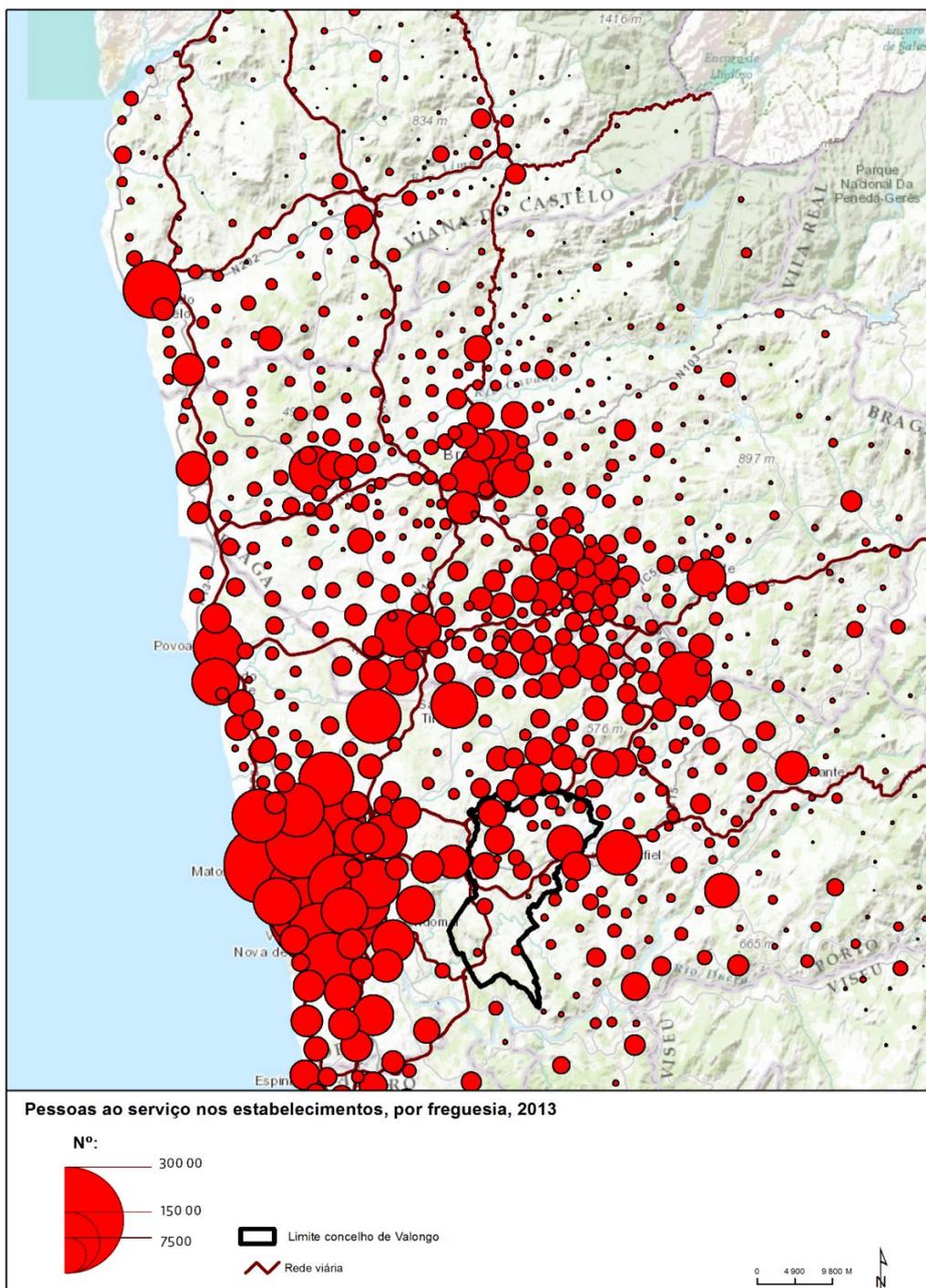
Cabe ainda salientar que a taxa de desemprego no concelho era, em 2011, superior à regional e nacional (15.5%, em Paredes, e 14.5% e 13.2% na região Norte e no país, respetivamente), sendo que a o desemprego feminino se revelava mais significativo.

Em termos do tecido empresarial, e de acordo com a informação do Anuário Estatístico da Região Norte de 2013¹, o concelho de Paredes apresenta um contexto onde predominam as micro e pequenas empresas (94% possuem menos de 10 trabalhadores, e um volume de negócios médio na ordem dos 165,4 mil euros); no qual ressalta a importância das atividades comerciais (por grosso e a retalho) que representam 30.3% do seu universo empresarial; mas onde a indústria transformadora é preponderante, no que respeita ao volume de emprego (44.6%) e ao volume de negócios (40.25%)

¹ Dados relativos ao ano de 2012

registados no Concelho. A cidade de Paredes revela uma capacidade polarizadora a nível concelhio, uma vez que em 2013 concentrava 28% do total de estabelecimentos empresariais, que empregavam 23% das Pessoas ao Serviço, para além de concentrar 43% do total do Emprego Público do concelho (2014). Todavia, é de salientar a capacidade de atração de Lordelo, Rebordosa e Gandra, que conseguem deter, respetivamente, 14%, 13% e 9% dos estabelecimentos, que empregam 13%, 15% e 12% das pessoas ao serviço no concelho (Figura 44).

Figura 44. Pessoas ao serviço por freguesia, 2013



Fonte: Quadros de Pessoal - MTSS (2013); CEGOT.UP

De facto, conforme referido, Paredes possui uma base industrial com uma assinalável importância, revelando uma mono-especialização na indústria do mobiliário, a qual concentra 64% das empresas industriais, 59.4% do seu volume de emprego e 51% do volume de negócios total da indústria local. Esta relevância assume ainda maior dimensão quando se considera toda a fileira produtiva associada ao mobiliário (ex: indústria da madeira; fabricação de equipamentos associados, etc). Para além deste setor industrial, salientam-se ainda no concelho as indústrias do vestuário e da alimentação.

As recentes dinâmicas em torno do setor do mobiliário que o Concelho tem sabido dinamizar e promover (ex.: exposição internacional "Art on Chairs"; Incubadora para o Design de Mobiliário e Artes Decorativas; Centro Tecnológico da Indústria da Madeira e do Mobiliário) tem contribuído para a sua afirmação (e das suas empresas) em mercados e contextos alargados, o que muito tem ajudado a lançar novas dinâmicas no território, com reflexos notórios na dinâmica empresarial e na qualidade de vida local.

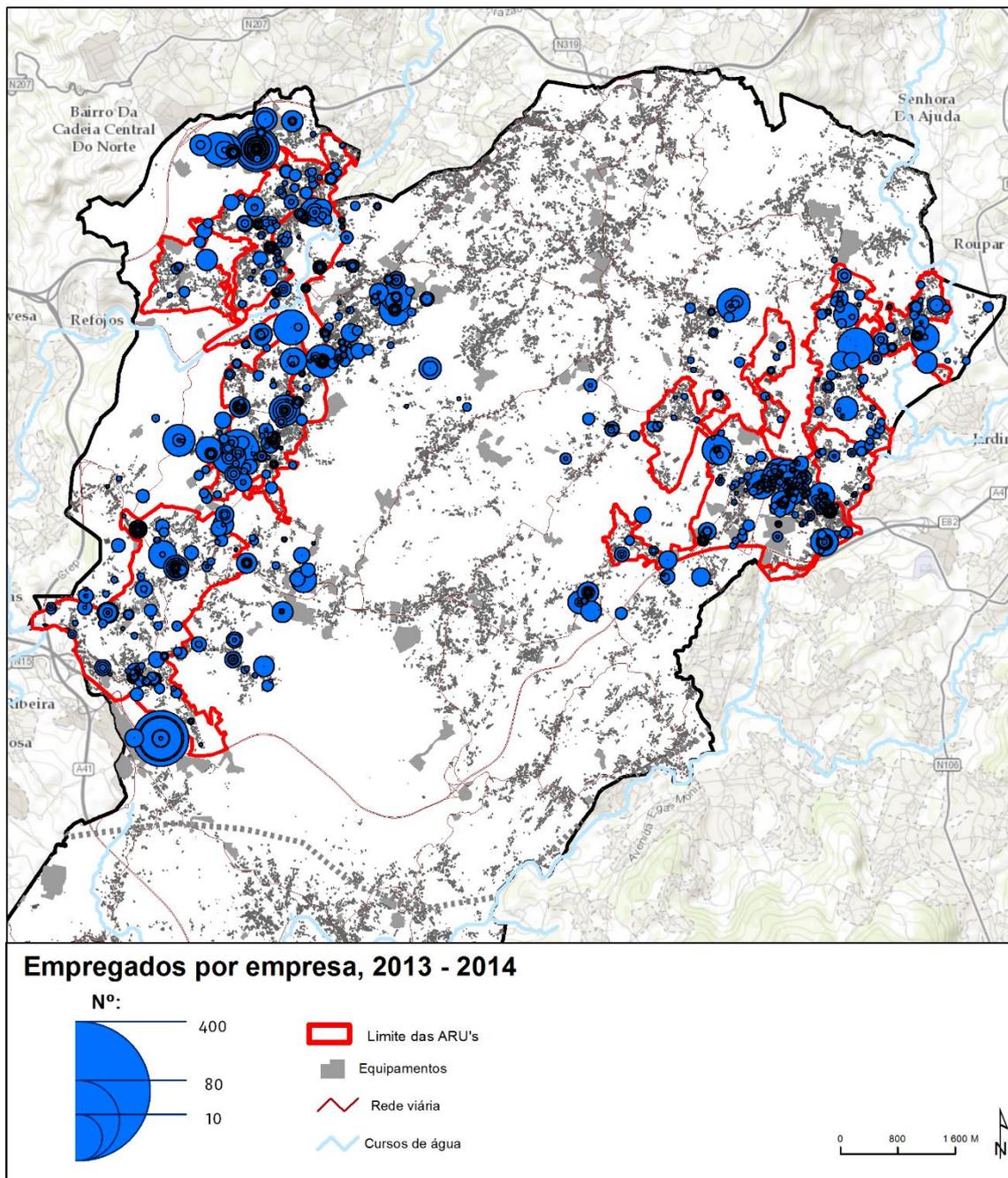
Centrando agora a análise nas ARUs que integram o presente PEDU (Cidade de Paredes/Centro Histórico; Cidade de Paredes/Frente Ribeirinha; Lordelo/Rebordosa; Rebordosa; Lordelo; Gandra), interessa sobretudo particularizar os aspetos que caracterizam a base empresarial de cada uma delas, a partir da qual se procurará realçar o respetivo caráter funcional.

Assim, utilizando a informação de 2013 torna-se possível destacar a relevância da ARU Cidade de Paredes/Centro Histórico como aquela que concentra mais empresas (62.9% do total das ARUs), assim como os maiores volumes de negócio e de emprego (47.3% e 44.9% respetivamente). Destacam-se depois a ARU Gandra quanto ao nº de empresas (12%), e a ARU Rebordosa no que respeita ao volume de negócios (20.7%) e de emprego (18.6%). Deve ainda destacar-se que a ARU Cidade de Paredes/Frente Ribeirinha apresenta uma base empresarial muito pouco significativa, atendendo ao seu perfil funcional eminentemente de lazer, como seguidamente veremos (Figura 45 e Figura 46).

Figura 45. Indicadores económicos das ARU, 2013-14

	ARU Paredes Centro Histórico	ARU Paredes Margens Ribeirinhas	ARU Lordelo Centro Histórico	ARU Rebordosa a Centro Histórico	ARU Lordelo - Rebordosa Margens Ribeirinhas	ARU Gandra	Total ARUs
% Empresas	63%	9%	6%	9%	8%	12%	
no Total das ARUs							
no total da Freguesias das ARU's	48%	1%	5%	7%	6%	9%	76%
% Emprego	63%	1%	8%	19%	10%	18%	
no Total das ARUs							
no total da Freguesias das ARU's	26%	1%	5%	11%	6%	10%	59%
% Volume de Vendas	47%	1%	6%	21%	10%	15%	
no Total das ARUs							
no total da Freguesias das ARU's	25%	0%	3%	11%	5%	8%	52%

Figura 46. Empregados por empresa nas freguesias de Paredes, Lordelo, Rebordosa e Gandra em 2013-2014



Fonte: CEGOT.UP

No que respeita à demografia empresarial, tanto quanto foi possível apurar ao nível das freguesias onde se situam as ARUs em causa, registam-se dinâmicas interessantes no território, uma vez que mais de metade da base empresarial tem menos de dez anos de atividade, sendo que 30% das empresas relativamente às quais há registo, iniciaram a sua atividade há menos de 5 anos.

Por fim, cabe realçar as especializações funcionais que são possíveis destacar, a partir da base empresarial instalada. Assim, um primeiro aspeto que deve ser realçado diz respeito ao facto da ARU Cidade de Paredes/Frente Ribeirinha apresentar um perfil completamente diferente das restantes, que se coaduna com a sua natureza de área urbana de lazer, onde apenas se sinalizam algumas atividades comerciais e de serviços.

Relativamente às restantes ARUs, verifica-se que a Cidade de Paredes/Centro Histórico é a que apresenta uma maior diversidade funcional, com um claro perfil terciário (predomínio do comércio, alojamento, restauração e serviços especializados - saúde, imobiliária, consultoria e educação), mas onde simultaneamente se regista ainda uma importante atividade industrial, com destaque para as os setores alimentares, do vestuário e, claro, do mobiliário.

Destaca-se depois a ARU Gandra, que também apresenta um perfil funcional com alguma diversidade funcional, prevalecendo o comércio e serviços (com especial importância neste último domínio para a promoção imobiliária e as atividades de saúde, restauração e transportes), e onde para além do fabrico de mobiliário se destacam a fabricação de máquinas e equipamentos e a construção.

Esta realidade industrial em contexto urbano é comum a todas as restantes ARUs, o que reflete sobretudo a omnipresença e importância da indústria do mobiliário no contexto local, conforme já anteriormente destacado.

É assim que nas restantes ARUs (Rebordosa/Lordelo; Lordelo; Rebordosa) este é o setor de atividade mais importante, refletindo o perfil eminentemente industrial que nelas prevalece, sendo depois de destacar as atividades de comércio por grosso e retalho, bem como os transportes.

Figura 47. Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras por sector de atividade económica, 2009 e 2012

Atividades Económicas	Anos	Portugal	Variação 2009 /2012	Peso no Total	Norte	Variação 2009 /2012	Peso no Total	Paredes	Variação 2009 /2012	Peso no Total
Total	2009	3 938 491	-11%	100%	1 277 674	-9%	100%	24 734	-10%	100%
	2012	3 511 666		100%	1 161 905		100%	22 249		100%
Comércio por grosso e a retalho (...)	2009	831 810	-9%	21,1%	269 333	-7%	21,1%	5 015	-7%	20,3%
	2012	754 049		21,6%	251 060		21,6%	4 656		20,9%
Indústrias transformadoras	2009	723 816	-11%	18,4%	370 163	-9%	29,0%	11 156	-11%	45,1%
	2012	646 425		18,4%	336 287		28,9%	9 930		44,6%
Construção	2009	489 826	-30%	12,4%	176 890	-26%	13,8%	3 039	-24%	12,3%
	2012	344 185		9,8%	131 087		11,3%	2 300		10,3%
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	2009	425 663	-11%	10,8%	81 869	-11%	6,4%	852	-19%	3,4%
	2012	379 338		10,8%	72 717		6,3%	690		3,1%
Alojamento, restauração e similares	2009	292 705	-8%	7,4%	71 228	-4%	5,6%	966	-6%	3,9%
	2012	270 455		7,7%	68 235		5,9%	912		4,1%
Actividades de saúde humana e apoio social	2009	235 611	5%	6,0%	74 425	4%	5,8%	676	11%	2,7%
	2012	246 712		7,0%	77 686		6,7%	749		3,4%
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2009	227 858	-8%	5,8%	61 304	-1%	4,8%	721	5%	2,9%
	2012	209 966		6,0%	60 749		5,2%	759		3,4%
Pesca	2009	13 258	-12%	0,3%	3 138	-8%	0,2%	//		0,0%
	2012	11 680		0,3%	2 887		0,2%	//		0,0%
Indústrias extractivas	2009	12 831	-20%	0,3%	4 058	-21%	0,3%	...		0,0%
	2012	10 205		0,3%	3 191		0,3%	0		0,0%
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2009	9 942	-8%	0,3%	777	4%	0,1%	32	3%	0,1%
	2012	9 194		0,3%	810		0,1%	33		0,1%
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	2009	29 271	4%	0,7%	7 835	4%	0,6%	148	-26%	0,6%
	2012	30 394		0,9%	8 177		0,7%	109		0,5%
Transporte e armazenagem	2009	165 152	-7%	4,2%	34 513	-2%	2,7%	420	7%	1,7%
	2012	153 419		4,4%	33 654		2,9%	448		2,0%
Actividade de Informação e comunicação	2009	78 004	3%	2,0%	13 052	8%	1,0%	54	-24%	0,2%
	2012	80 682		2,3%	14 042		1,2%	41		0,2%
Actividades imobiliárias	2009	53 405	-14%	1,4%	14 853	-8%	1,2%	218	-3%	0,9%
	2012	45 902		1,3%	13 662		1,2%	212		1,0%
Educação	2009	107 275	-12%	2,7%	35 786	-12%	2,8%	783	0%	3,2%
	2012	94 019		2,7%	31 439		2,7%	786		3,5%
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	2009	46 166	-9%	1,2%	11 865	-6%	0,9%	157	-14%	0,6%
	2012	42 146		1,2%	11 096		1,0%	135		0,6%
Outras actividades de serviços	2009	102 120	-13%	2,6%	27 683	-8%	2,2%	365	5%	1,5%
	2012	88 406		2,5%	25 439		2,2%	384		1,7%

Fonte: Pordata, 2015

3.2 Orientações Estratégicas de Intervenção

Em função do diagnóstico realizado, e considerando as orientações e propostas recolhidas junto da Câmara Municipal e de agentes locais, estabelece-se seguidamente um conjunto de Eixos de Intervenção Estratégica, a concretizar nas ARUs definidas no concelho de Paredes, a partir dos quais se pretende dar continuidade a um conjunto de dinâmicas que têm vindo a contribuir para a competitividade urbana deste território e para a qualificação da respetiva base económica e, por outro lado, para concretizar e afirmar novas ofertas urbanas que se mostram essenciais para que as cidades que integram o Concelho de Paredes melhorem a respetiva atratividade e oferta de qualidade de vida.

Assim, para além do reforço das dinâmicas em curso, interessa sobretudo criar e explorar novas oportunidades de desenvolvimento urbano, que contribuam para a afirmação e competitividade de Paredes em contextos e escalas alargadas.

Propõe-se então que o processo de regeneração urbana de Paredes incorpore uma dinâmica económica assente nos seguintes três eixos fundamentais:

- Em primeiro lugar, que se **reforcem as dinâmicas em torno da aposta no Design de Mobiliário**, na afirmação da marca e do branding territorial, e na atração de investimentos, qualificando e adicionando competitividade ao território, e em especial à sua base urbana.
- Depois, que se realize um intenso e objetivo esforço de **promoção do empreendimento endógeno e da inovação**, como alavancas estratégicas para a diversificação da economia urbana das diferentes cidades que compõem o Concelho, potenciando e facilitando o respetivo processo de criação de novas iniciativas de natureza empreendedora; da disseminação de competências criativas na população; e da criação de novas respostas às necessidades e oportunidades locais.
- Finalmente, que concretizem **iniciativas de animação urbana geradoras de novos consumos** junto da população residente, bem como de atração de novos públicos, aumentando a atratividade local.

Um último aspeto que urge referenciar, atendendo ao facto do concelho de Paredes ser composto por quatro cidades, consiste na necessidade de conferir aos projetos a desenvolver uma forte componente de *networking*, potenciando sinergias institucionais, empresariais e cívicas capazes de sustentar colaborações estratégicas assim como a exploração de economias de aglomeração, através das quais

será possível alavancar dinâmicas e resultados, promovendo simultaneamente um desenvolvimento mais harmonioso e sustentável do território.

O quadro operacional proposto privilegia, portanto, um conjunto de domínios que potenciam os ativos críticos de Paredes - como sejam o conhecimento tácito em torno da indústria do mobiliário - articulando-os com novas dimensões críticas, como são a criatividade e o marketing, a partir da exploração de novas plataformas de colaboração envolvendo instituições, empresas e cidadãos. Estas são dimensões que não apenas resultam determinantes para a qualificação das ofertas urbanas de Paredes, como também para a sua afirmação no quadro da Área Metropolitana do Porto, bem como a escalas mais alargadas, nacionais e internacionais.

4. Regras e Critérios de Proteção do Património Arquitetónico e Arqueológico

As regras e critérios de proteção do património, seja arquitetónico ou arqueológico, são normalmente explicitadas no PDM. No caso de Paredes também assim acontece, encontrando-se o património cultural, arquitetónico e arqueológico, do concelho de Paredes registado, em relatório e em planta, no PDM recentemente revisto, aí se sublinhando 14 imóveis classificados: um Monumento Nacional (Igreja e mosteiro de Cete, DL de 16 de junho de 1910, DG de 23/06/1910) e dois Monumentos de Interesse Público (Igreja de S. Cristóvão de Louredo, Portaria 338/2011, de 8 de Fev; Torre e Castelo de Aguiar de Sousa, Portaria nº466/2012, DR nº 183, de 20/09/2012), além de 8 Imóveis de Interesse Público e 7 Imóveis de Interesse Municipal também elencados no relatório do PDM.

Além disso, deve sempre observar-se o disposto na legislação específica, cuja aplicação deve ser fiscalizada pelo IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, incluído na Direção Geral do Património Cultural) e pela CM Paredes (Gabinete de Arqueologia e Património).

Naturalmente, outros instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente os planos de urbanização, devem ser considerados em relação ao património arquitetónico e arqueológico, existindo no concelho de Paredes seis planos de urbanização em vigor, os quais, não sendo coincidentes, abarcam grande parte do território das ARU:

- Plano de Urbanização da Cidade de Paredes (Resoluções do Conselho de Ministros n.º 141/98, 12 de Deze., n.º 32/2000, 19 de Maio n.º 73/2006, 9 de Jun.);~

- Plano de Urbanização de Cête / Parada (RCM n.º 132/2004, 14 de Set.);
- Plano de Urbanização de Vandoma / Norte (RCM n.º 139/2004, 6 de Out.);
- Plano de Urbanização de Baltar / Vandoma (RCM n.º 153/2004, 2 de Nov.);
- Plano de Urbanização de Rebordosa e Parcial de Lordelo, Vilela e Astromil (RCM n.º 165/2007, 15 de Out. e Declaração de Retificação n.º 112/2007, 14 de Dez.);
- Plano de Urbanização de Gandra (Aviso n.º 9599, de 14 de Maio).

De qualquer forma, independentemente das classificações, em territórios parques de património importa ser ávido e flexível, encarando mesmo humildes edifícios, que são frágeis testemunhos em termos de património edificado, como importantes referências de projeto para o espaço público.

5. Análise SWOT

Principais Oportunidades

- Os Sistemas de Incentivos à I&D+i previstos no QEC 2014-20 exigem a articulação entre empresas e Centros de I&DT, existindo em Paredes um contexto favorável.
- A aposta, a nível europeu e nacional, nas políticas de promoção e apoio ao empreendedorismo poderão facilitar a diversificação produtiva e a geração de postos de trabalho.
- Contexto favorável para a inovação no desenvolvimento urbano coloca oportunidades para o desenvolvimento de projetos de regeneração urbana diferenciados e integrados.
- Alteração do quadro jurídico de regulação do sistema de transportes públicos de passageiros, que permitirá melhorar o grau de inserção de Paredes no espaço metropolitano.
- A possibilidade de obtenção de massa crítica gerada pela contiguidade urbana das cidades de Paredes e Penafiel facilita encontrar soluções robustas para a melhoria da mobilidade de pessoas e bens.
- Diversidade e capacidade empreendedora que justifica um território urbano-industrial jovem e altamente bem posicionado no contexto das acessibilidades metropolitanas e de acesso aos pontos nodais da globalização – porto de mar, aeroporto e plataformas logísticas da área metropolitana.

Principais Ameaças

- A forte concorrência internacional no setor do mobiliário, quer por parte de países com tradição no setor, quer por parte de países emergentes.
- As crescentes exigências no acesso aos mercados internacionais, em termos de investimentos, escala e inovação, pressupondo a implementação de fortes processos colaborativos e de redes empresariais.
- A importância da existência de ambientes urbanos inovadores, com amenidades, dinâmicas e ofertas qualificadas e sofisticadas, para a atração e fixação de talento e de profissionais qualificados.
- Conjuntura económica incerta e insuficiente amplitude do processo de recuperação e crescimento do emprego no concelho.

Principais Pontos Fortes

- A dinâmica de afirmação temática e setorial do Concelho em torno do Design e da sua articulação com a Indústria do Mobiliário, numa lógica de estratégia integrada.
- A aposta na educação, com efeitos visíveis a curto prazo nos níveis de escolarização da população mais jovem e, a médio prazo, no aumento da qualificação da mão-de-obra local.
- A dinâmica demográfica positiva, quer em termos de aumento da população, quer no que respeita à sua juventude, resultando numa *pool* de recursos humanos com potencial.
- Existência de espaços vazios que permitem a implementação de programas de estruturação urbanística e de valorização ambiental dos tecidos fragmentados, assegurando fatores de coesão urbana e territorial.
- Existência de estruturas ambientais (vales do Sousa, Ferreira, Rib. de Sentiais, Rib. de Cardal e Rib. Gandra) com elevado potencial de qualificação urbana e territorial, podendo integrar parques de utilização coletiva e suportar traçados de mobilidade suave recorrentes no território.
- Existência de fatores de coesão urbana, morfológica e territorial, como alguns espaços centrais e as margens dos cursos de água que possibilitam o desenvolvimento de abordagens ambientalmente integradoras, permitindo delinear e concretizar eixos ambientais.

- Existência de centralidades bem afirmadas como o tramo sul do Eixo da EN 15 correspondentes a tecidos comerciais dinâmicos ou onde se concentram importantes equipamentos direcionais, com manifesta capacidade em induzir efeitos de consolidação dos padrões de urbanização [reforço das centralidades].
- Existência de alguns valores patrimoniais com capacidade de representação cívica e cultural, importando ao estabelecimento de relações qualificadas no território urbanizado. Trata-se de edifícios singulares ou alguns conjuntos e pequenos núcleos, ou simplesmente de elementos/resquícios que interpretam significados dos correspondentes lugares.
- Aposta na afirmação do concelho enquanto espaço de acolhimento e geração de novas dinâmicas e projetos culturais e criativos.
- Dimensão, robustez e capacidade empregadora do tecido empresarial concelhio, cuja tradição e sólida incrustação territorial tem contribuído para a afirmação de Paredes enquanto centro polarizador de atividade económica e enquanto espaço residencial atrativo.
- Dimensão, diversidade e disseminação dos recursos de cariz ambiental, patrimonial e cultural disponíveis.
- Abertura das A42 e A41 que permite a grande parte do território de Paredes mudar de uma condição de encravado para a condição de ligado, principalmente no que respeita ao prolongamento do eixo logístico Leixões-Aeroporto-Alfena.
- Possibilidade de aproveitamento do processo e dos eventos do art on chairs como forma de potenciar uma cultura de cidadania e multimodalidade, elegendo o tema dos ‘assentos’ nos transportes como um tema a explorar.
- Boa proximidade dos nós de acesso à A4 e da estação ferroviária da zona mais consolidada da cidade de Paredes o que permite uma boa conectividade no quadro da AM e da Região do Norte – ligação Porto-Vila Real –, aspeto decisivo para a atração de procura externa em face do desenvolvimento de serviços mais especializados.

Principais Pontos Fracos

- Desvitalização demográfica, em consequência do prosseguimento do processo de moderação do crescimento natural em curso.
- As debilidades em termos de qualidade e amenidades urbanas de alguns dos seus núcleos principais, limitando a atratividade global do concelho.

- As baixas qualificações da mão-de-obra que ainda se registam, sobretudo no quadro de qualificação empresarial subjacente ao novo modelo de desenvolvimento empresarial em implementação;
- Apesar dos recentes *upgrades* produtivos e da promoção da subida na cadeia de valor da indústria do mobiliário, esta apresenta ainda uma excessiva atomização e um perfil débil em termos de fatores avançados de competitividade.
- A mono-especialização produtiva no setor do mobiliário debilita a capacidade de resiliência do território e deixa-o muito dependente dos ciclos económicos e de negócio do setor, com repercussões, por exemplo, ao nível do desemprego.
- Existência, em todas as ARU, de ruturas morfológicas e aspetos dissonantes por resolver e de espaços públicos que apresentam níveis deficitários de conforto e qualificação ambiental, quer no que respeita a pavimentos, mobiliário e equipamento urbano, quer no que respeita ao desempenho das redes e infraestruturas urbanísticas correspondentes.
- Existência, em todas as ARU, nas ARU de problemas de qualificação do espaço público, com défice de continuidade e de legibilidade, ao que se acrescenta a persistência de soluções com perfil estradal.
- Focos de segregação funcional em povoamento difuso, onde a disseminação de funções de proximidade importará à estruturação de escala local.
- Traçado de suporte muito desenvolvido por ramificações desarticuladas pela profusão de impasses urbanísticos, a par da fraca hierarquização dos sistemas.
- Tecido urbano insuficientemente articulado e com hierarquia pouco clara, com manchas urbanas degradadas e crescimento desregrado, com elementos de cariz industrial com alguma degradação e pedaços edificados de grande diversidade morfológica.
- Crescente empobrecimento, precariedade dos vínculos laborais e persistência de situações de emprego ou remuneração não declarada, traduzindo-se, para muitas famílias, em baixo rendimento disponível e escasso poder de compra.
- Desequilíbrios intraconcelhios em matéria de infraestruturação do território, acessibilidades e provisão de equipamentos e serviços de cariz sociocultural, afetando, em particular, as zonas mais periféricas e de matriz rural.
- Excessiva dispersão da mancha urbana e fragmentação do tecido edificado, gerando espaços de relativa segregação e isolamento socioespacial, em especial em áreas antigas desconectadas das áreas de expansão urbana recente ou em áreas consolidadas onde o crescimento urbano foi mais acelerado e menos ordenado.

- Insuficiente modernização, ampliação e diversificação da base económica local, dificultando a atração ou fixação de população jovem e qualificada.
- Níveis de desemprego passíveis de afetarem a sustentabilidade das soluções de transportes públicos a incrementar.
- Modelo urbanístico com alta dispersão territorial dificulta a melhoria da mobilidade da população residente por deficiência de cobertura com soluções alternativas ao ‘carro próprio’, designadamente transporte coletivo rodoviário.
- Debilidade da rede de infraestrutura de suporte ao modo ‘a pé’ na irradiação dos principais centros urbanos o que torna altamente desqualificada e insegura a mobilidade pendular.

6. Programa de Ação

Em termos de investimentos que se pretende mobilizar identificam-se as seguintes prioridades e respetivas ações, que foram todas consideradas prioritárias:

PI. 6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano

ARU Centro Histórico de Paredes

- 2.1 Reabilitação Espaço Público JI Expansão
- 2.2 Reabilitação do Espaço Público Casa dos Pobres de Paredes
- 2.3 Escola de Música Comunitária de Bitarães
- 2.4 Reabilitação da Antiga Cadeia Comarcã
- 2.5 Hub Urbano de Negócios e Inovação de Paredes
- 2.6 Reabilitação dos Centros Comerciais Degradados (Instrumento Financeiro)
- 2.7 Centro Intergeracional Carregoso
- 2.8 Hub Urbano de Negócios e Inovação de Bitarães

ARU Margens Ribeirinhas de Paredes

- 2.9 Reabilitação do Parque Urbano da Cidade de paredes

ARU Margens Ribeirinhas Lordelo-Rebordosa

- 2.10 Reabilitação do Parque Urbano Lordelo Rebordosa

ARU Centro Histórico de Lordelo

- 2.11 Reabilitação do Mercado de Lordelo
- 2.12 Hub Urbano de Negócios e Inovação de Lordelo

ARU Centro Histórico de Rebordosa

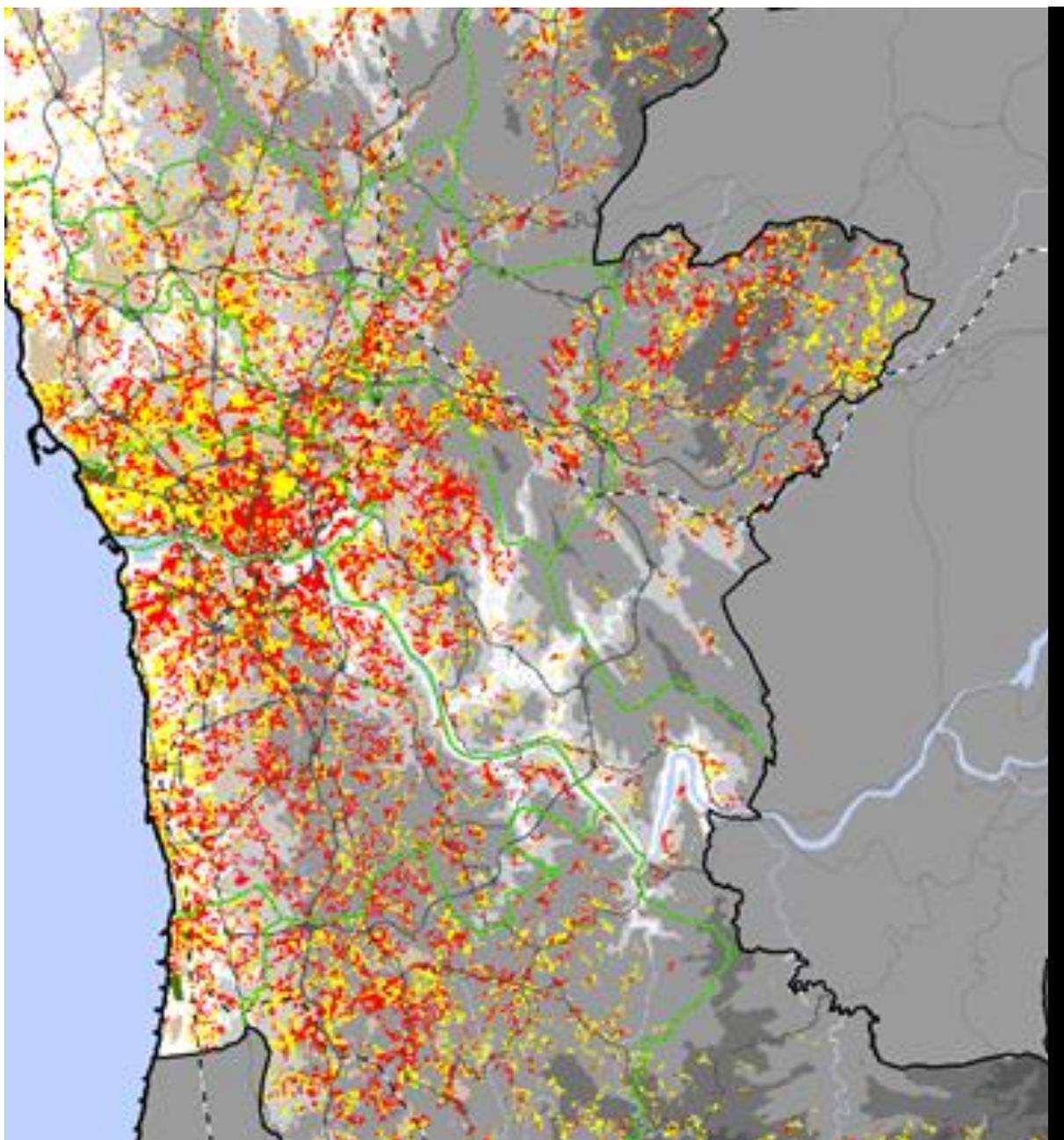
- 2.13 Hub Urbano de Negócios e Inovação de Rebordosa

ARU Centro Histórico de Gandra

- 2.14 Reabilitação da Praça Igreja Matriz
- 2.15 Reabilitação do Espaço Público em Vilarinho de Cima
- 2.16 Requalificação Paisagística da Ribeira de Gandra
- 2.17 Hub Urbano de Negócios e Inovação de Gandra

Ações Transversais

- 2.18 Programa de Dinamização da Rede de Hubs Urbanos de Negócios e Inovação
- 2.19 Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana



PEDU

PLANO DE AÇÃO DE INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS	102
SIGLAS E ABREVIATURAS	104
1. IDENTIFICAÇÃO, DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	105
1.1 IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	107
1.2 CARATERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS	120
1.2.1 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE AGUIAR DE SOUSA	120
1.2.2 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE ALTO DE VILA	123
1.2.3 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO BAIRRO SOCIAL DE PARTEIRA	126
1.2.4 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO BAIRRO SOCIAL DO SONHO	130
1.2.5 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE BALTAR	134
1.2.6 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE BEIRE	137
1.2.7 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE CHÃOS-BITARÃES	140
1.2.8 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE CRISTELO	143
1.2.9 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GANDRA	147
1.2.10 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GONDALÃES	151
1.2.11 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE LOUREDO	154
1.2.12 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE PARADA DE TODEIA	157
1.2.13 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE SOBROSA	160
1.2.14 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE SOUTELO-MOURIZ	163
1.2.15 COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE VILELA	166
2. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES ENCONTRADAS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PARA RESPOSTA ÀS MESMAS	169
3. IDENTIFICAÇÃO INDICATIVA DAS AÇÕES E INVESTIMENTOS A DESENVOLVER	175
BIBLIOGRAFIA	177

Índice de figuras e quadros

FIGURA 48. O CONCELHO DE PAREDES NO CONTEXTO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	106
FIGURA 49: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS DE PAREDES	108
FIGURA 50: EQUIPAMENTOS E HABITAÇÃO DE CARIZ SOCIAL NAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS DE PAREDES	109
FIGURA 51: IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS SEGUNDO A SUA TIPOLOGIA	110
FIGURA 52: PROPORÇÃO DE EDIFÍCIOS DEGRADADOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011.....	110
FIGURA 53: PROPORÇÃO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E INEXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES (ÁGUA, RETRETE, ESGOTOS E BANHO/DUCHE), 2011	111
FIGURA 54: NÚMERO DE EDIFÍCIOS CLÁSSICOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TIPO DE UTILIZAÇÃO, 2011	112
FIGURA 55: NÚMERO DE ALOJAMENTOS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TIPO DE ALOJAMENTO (%), 2011	112
FIGURA 56: ALOJAMENTOS FAMILIARES POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMA DE OCUPAÇÃO, 2011	113
FIGURA 57: FAMÍLIAS CLÁSSICAS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E DIMENSÃO (FAMÍLIA CLÁSSICA), 2011	113
FIGURA 58: FAMÍLIAS CLÁSSICAS E POPULAÇÃO RESIDENTE (TOTAL E SEGUNDO O GÉNERO) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011	114
FIGURA 59: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 65 OU MAIS ANOS A RESIDIR SÓ, POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011.....	115
FIGURA 60: POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A IDADE (%) E POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011	115
FIGURA 61: ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011	116
FIGURA 62: TAXA DE DESEMPREGO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011.....	117
FIGURA 63: PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS RESIDENTES DESEMPREGADOS À PROCURA DO 1.º EMPREGO E À PROCURA DE NOVO EMPREGO, 2011.....	117
FIGURA 64: FAMÍLIAS CLÁSSICAS SEGUNDO O NÚMERO DE PESSOAS COM ATIVIDADE ECONÓMICA E O NÚMERO DE PESSOAS DESEMPREGADAS, 2011.....	118
FIGURA 65: PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (15 OU MAIS ANOS) COM ESCOLARIDADE INFERIOR AO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO, 2011.....	119
FIGURA 66: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE AGUIAR DE SOUSA E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	121
FIGURA 67: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE AGUIAR DE SOUSA.....	122
FIGURA 68: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE ALTO DE VILA E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO ..	124
FIGURA 69: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE ALTO DE VILA	125
FIGURA 70: TAXA DE DESEMPREGO, POR SUBSECÇÃO, EM 2011	127
FIGURA 71: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO BAIRRO SOCIAL DE PARTEIRA E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	128
FIGURA 72: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO BAIRRO SOCIAL DE PARTEIRA.....	129
FIGURA 73: POPULAÇÃO RESIDENTE COM 65 OU MAIS ANOS, POR SUBSECÇÃO, EM 2011	131
FIGURA 74: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO BAIRRO SOCIAL DO SONHO E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	132

FIGURA 75: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DO BAIRRO SOCIAL DO SONHO	133
FIGURA 76: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE BALTAR E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	135
FIGURA 77: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE BALTAR	136
FIGURA 78: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE BEIRE E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	138
FIGURA 79: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE BEIRE	139
FIGURA 80: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE CHÃOS-BITARÃES E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	141
FIGURA 81: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE CHÃOS-BITARÃES	142
FIGURA 82: POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADES COMPREENDIDAS ENTRE OS 0 E 24 ANOS, POR SUBSECÇÃO, EM 2011	144
FIGURA 83: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE CRISTELO E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	145
FIGURA 84: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE CRISTELO	146
FIGURA 85: POPULAÇÃO RESIDENTE COM BAIXOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, POR SUBSECÇÃO, EM 2011.....	148
FIGURA 86: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GANDRA E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO.....	149
FIGURA 87: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GANDRA.....	150
FIGURA 88: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GONDALÃES E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	152
FIGURA 89: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE GONDALÃES	153
FIGURA 90: TAXA DE ANALFABETISMO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, 2011	154
FIGURA 91: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE LOUREDO E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO.....	155
FIGURA 92: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE LOUREDO.....	156
FIGURA 93: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE PARADA DE TODEIA E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	158
FIGURA 94: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE PARADA DE TODEIA	159
FIGURA 95: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE SOBROSA E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	161
FIGURA 96: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE SOBROSA	162
FIGURA 97: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE SOUTELO-MOURIZ E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO	164
FIGURA 98: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE SOUTELO-MOURIZ.....	165
FIGURA 99: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE VILELA E ASPETOS DO SEU EDIFICADO E ESPAÇO PÚBLICO.....	167
FIGURA 100: SÍNTESE ESTATÍSTICA DA COMUNIDADE DESFAVORECIDA DE VILELA.....	168

Siglas e abreviaturas

p.p. – pontos percentuais

PAIDC – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas

PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

1. IDENTIFICAÇÃO, DELIMITAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Integrado na Área Metropolitana do Porto, e ocupando uma posição de charneira entre esta sub-região e a sub-região do Sousa e Tâmega, o concelho de Paredes assistiu nas últimas décadas a um relevante processo de crescimento populacional e urbano, motivado quer pelo dinamismo da sua demografia, quer pela forte atratividade económica e residencial de alguns dos seus territórios. Este crescimento, que se mostrou especialmente acentuado nas décadas de 1980 e 1990, redundou na expansão e densificação do tecido urbano concelhio, que hoje se apresenta polarizado por nada menos do que quatro cidades – Paredes, Gandra, Lordelo e Rebordosa.

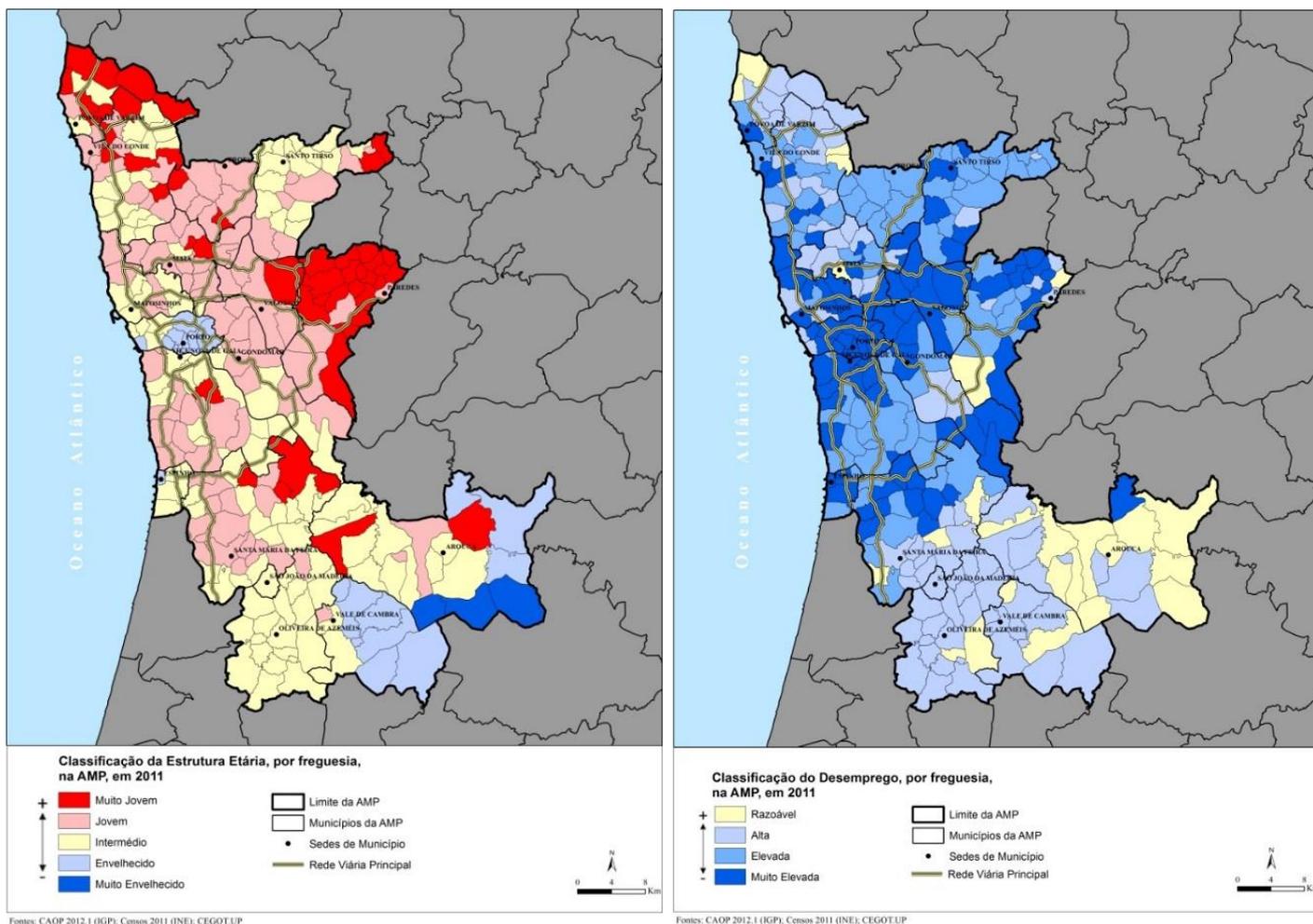
Apesar deste intenso processo de crescimento populacional e urbano, o concelho mantém amplos espaços naturais e inúmeras zonas de matriz rural, que conferem ao território uma notória diversidade, ampliada pela presença de importantes áreas de concentração industrial. Tal diversidade representa, sem sombra de dúvidas, um desafio em matéria de intervenção social, já que são múltiplas e muito complexas as situações que podem ser encontradas no conjunto do território concelhio – território, além do mais, muito vasto (perto de 160 quilómetros quadrados de área).

Com efeito, às problemáticas tradicionalmente associadas às áreas mais isoladas e eminentemente rurais do concelho, decorrentes, entre outros fatores, da insuficiente infraestruturização do território, da debilidade das acessibilidades e da escassez de recursos económicos das famílias locais, vieram juntar-se outras, diretamente ligadas à velocidade da expansão das áreas urbanizadas: problemas de organização e legibilidade do território, desadequada ou insuficiente cobertura por equipamentos e serviços indispensáveis, necessidades de readequação da rede de transportes e acessibilidades, problemas de enraizamento e integração social e comunitária.

Ademais, o crescimento populacional e urbano registado nas últimas décadas, em especial nos últimos vinte anos do século XX, não se fez acompanhar de avanços significativos em matéria de qualificação académica e profissional da população residente. Ainda que estejamos perante uma população relativamente jovem, por comparação com as médias da região e, sobretudo, do país, Paredes, como outros concelhos da envolvente mais próxima, apresenta níveis médios de qualificação da sua população persistentemente baixos. Para ilustrar este facto, bastará dizer que, em 2011, apenas 6% da população local tinha instrução ao nível do ensino superior, valor que contrastava visivelmente com os 15% do país e, mais ainda, com os 17% observáveis no conjunto da Área Metropolitana do Porto.

Mesmo se os números do abandono escolar convergiram, nas últimas décadas, de forma quase espetacular, com as médias nacional e regional, os níveis de saída antecipada e de saída precoce do sistema de ensino mantêm-se muito elevados, contribuindo para a manutenção da situação de relativa desqualificação da população, designadamente da população mais jovem (Figura 48).

Figura 48. O concelho de Paredes no contexto da Área Metropolitana do Porto (estrutura etária e desemprego)



Num contexto que é de acentuada desvitalização económica e de quebra dos níveis de emprego disponíveis – o encerramento de muitas unidades industriais, em especial nas áreas tradicionais de atividade das madeiras e do mobiliário, tem contribuído para uma fortíssima elevação das taxas de desemprego –, os baixos níveis de qualificação académica e profissional da população tornam-se um entrave ainda mais premente à inserção ou à reconversão profissional, dificultando a consecução de trajetórias socioprofissionais bem-sucedidas.

Não surpreende, neste sentido, que os diagnósticos da situação social do concelho e os relatos dos atores locais auscultados convirjam na evidenciação do elevado desemprego e das baixas qualificações da população enquanto problemáticas sociais centrais no concelho de Paredes.

O crescimento recente do desemprego tem trazido consigo, adicionalmente, o aumento do número de situações de pobreza e exclusão social, associadas, não raras vezes, ao endividamento dos numerosos agregados domésticos que nas últimas décadas contraíram empréstimos à banca para aquisição de casa própria.

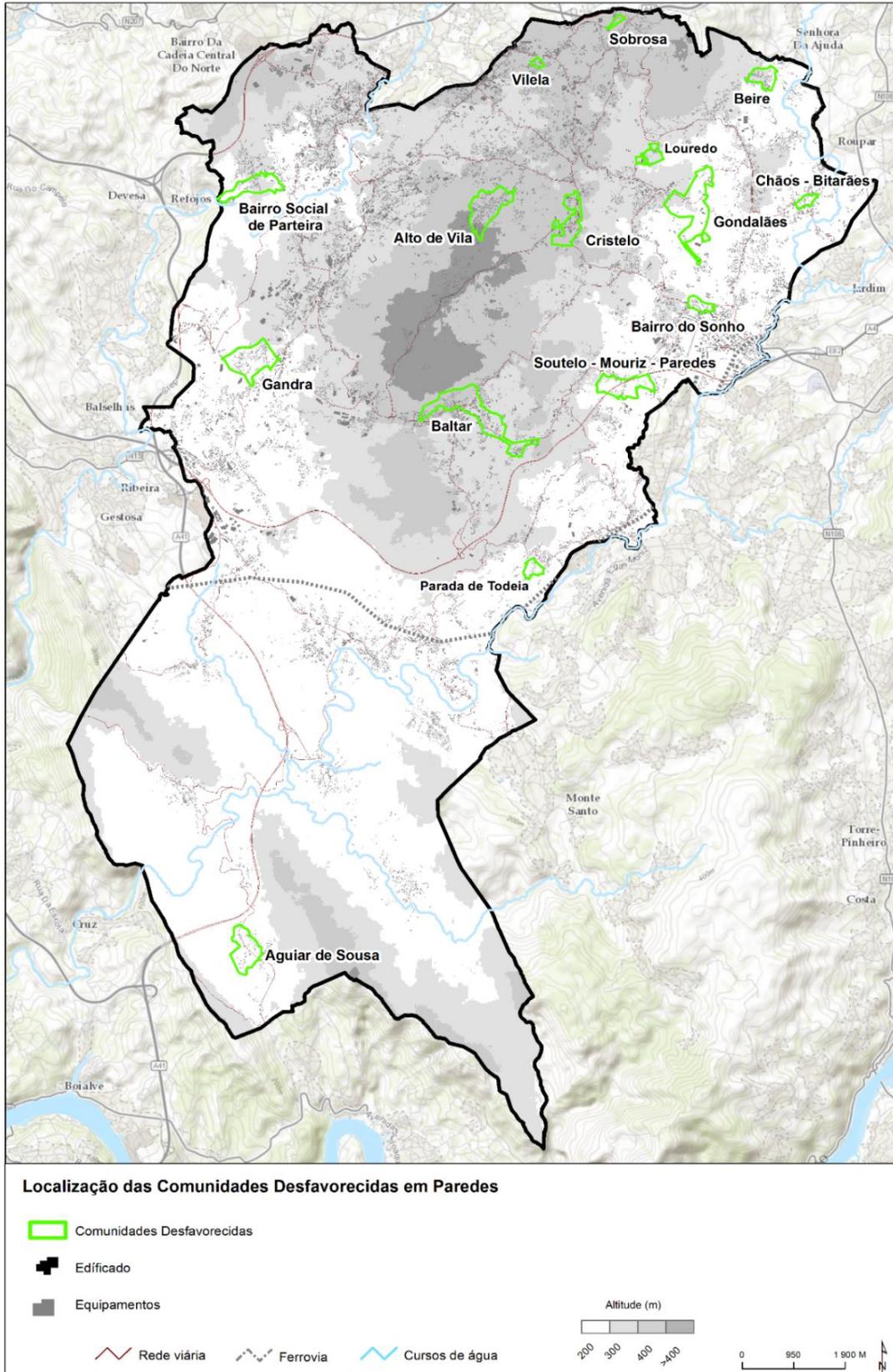
Ademais, num contexto em que o emprego é muitas vezes precário, e em que as remunerações são baixas ou incluem uma componente não declarada, o acesso a prestações sociais, como o subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego, é inexistente ou traduz-se em valores relativamente reduzidos, dificultando a subsistência das famílias com membros desempregados. Esta situação é ainda prejudicada pelas debilidades de cobertura da rede de equipamentos e serviços, designadamente nas áreas da saúde e da integração social e comunitária das populações.

O rápido processo de urbanização do território gerou, com efeito, novos desafios em matéria de coesão socioterritorial; e se a expansão da oferta imobiliária contribuiu para resolver muitos dos problemas habitacionais da população paredense, não é menos verdade que o concelho mantém diversos focos de habitação envelhecida e/ou degradada, desligados do tecido urbano envolvente e insuficientemente providos de acessibilidades, infraestruturas e equipamentos de apoio adequados às necessidades das famílias neles residentes.

1.1 Identificação das Comunidades Desfavorecidas

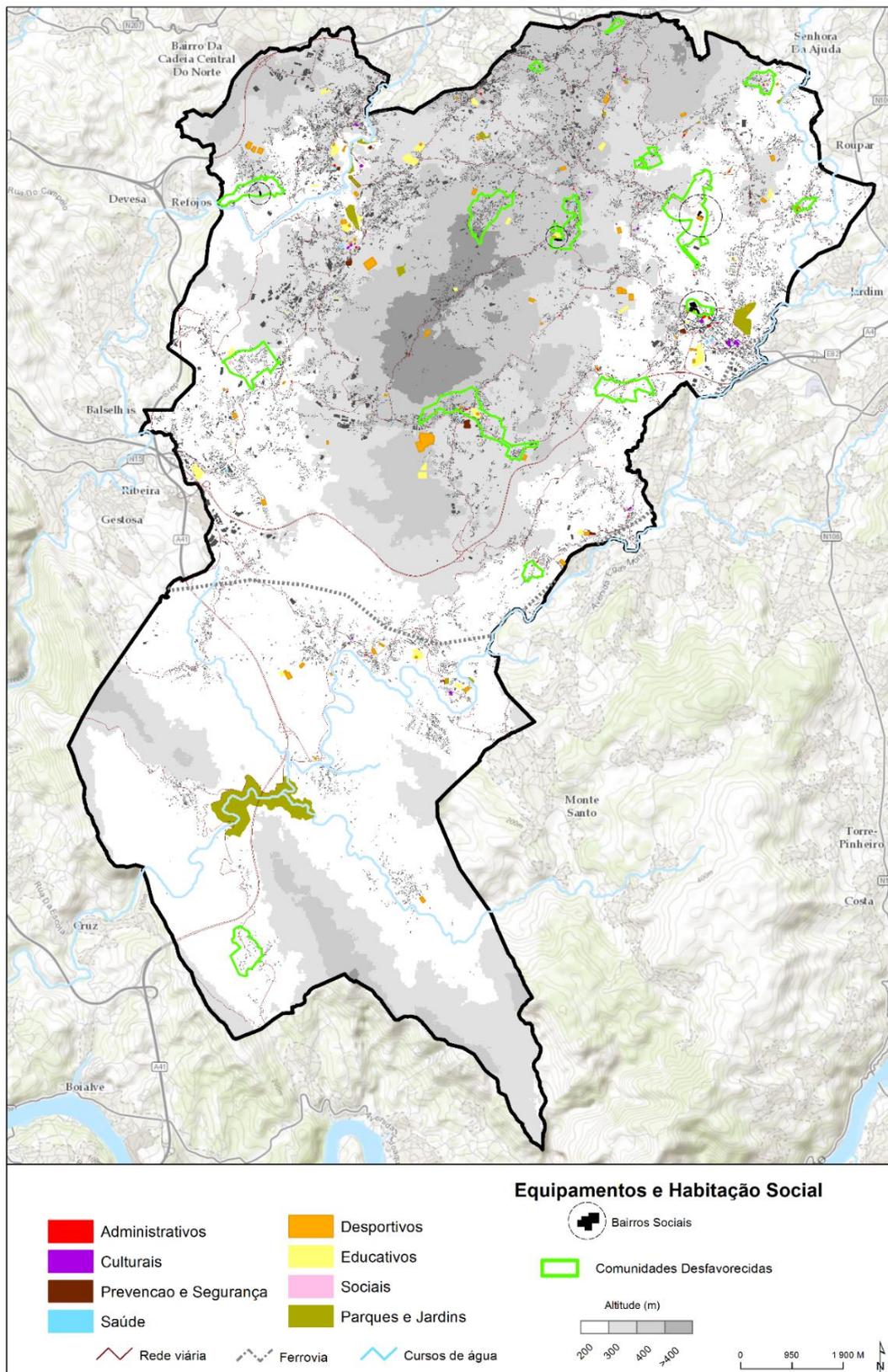
As situações de vulnerabilidade económica, cultural e social decorrentes do conjunto de problemáticas a que acaba de ser feita alusão surgem evidenciadas, de acordo com os diversos documentos de diagnóstico e orientação política e programática disponíveis e com a priorização de necessidades feita pelo Município e pelos parceiros locais, em diversos contextos socioterritoriais distribuídos pelo concelho. Assim, para o *Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas* (PAICD) do PEDU de Paredes foram delimitadas e incluídas quinze comunidades desfavorecidas (CD) (Figura 49).

Figura 49: Localização das comunidades desfavorecidas de Paredes



Fonte: CM-Paredes; CEGOTUP

Figura 50: Equipamentos e habitação de cariz social nas comunidades desfavorecidas de Paredes



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP

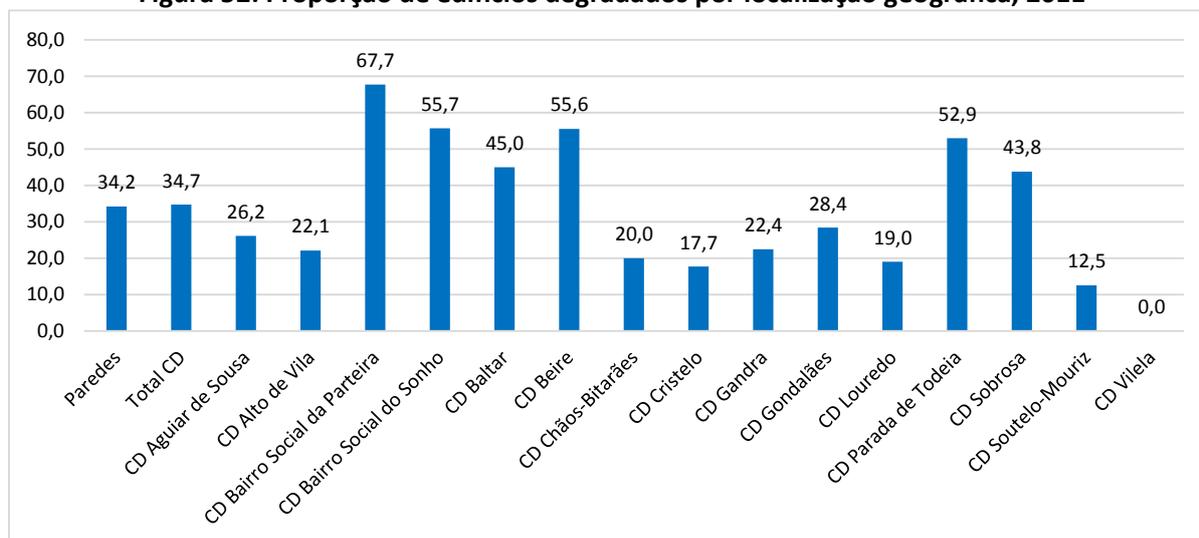
Estas comunidades desfavorecidas distribuem-se por todo o concelho de Paredes, correspondendo a diversas tipologias, de acordo com os critérios estabelecidos (Figura 51).

Figura 51: Identificação das comunidades desfavorecidas segundo a sua tipologia

	Bairros Sociais	Núcleos de Construção Precária	Bairros Clandestinos	Áreas Urbanas Antigas	Áreas Urbanas Consolidadas
CD Aguiar de Sousa				X	
CD Alto de Vila		X	X	X	
CD Bairro Social da Parteira	X				
CD Bairro Social do Sonho	X	X			
CD Baltar	X			X	
CD Beire					X
CD Chãos-Bitarães				X	
CD Cristelo	X				X
CD Gandra			X		
CD Gondalães	X				
CD Louredo					X
CD Parada de Todeia				X	
CD Sobrosa					X
CD Soutelo-Mouriz					X
CD Vilela					X

No seu conjunto, as 15 comunidades desfavorecidas possuíam, em 2011, 1634 edifícios clássicos, dos quais 35% revelava algum tipo de degradação, sendo que as comunidades desfavorecidas do Bairro Social da Parteira, Bairro Social do Sonho, Beire e Parada de Todeia assumem valores mais insatisfatórios a este respeito, com mais de metade dos seus edifícios a apresentarem algum estado de degradação (respetivamente, 67,7%, 55,7%, 55,6% e 52,9%, Figura 52).

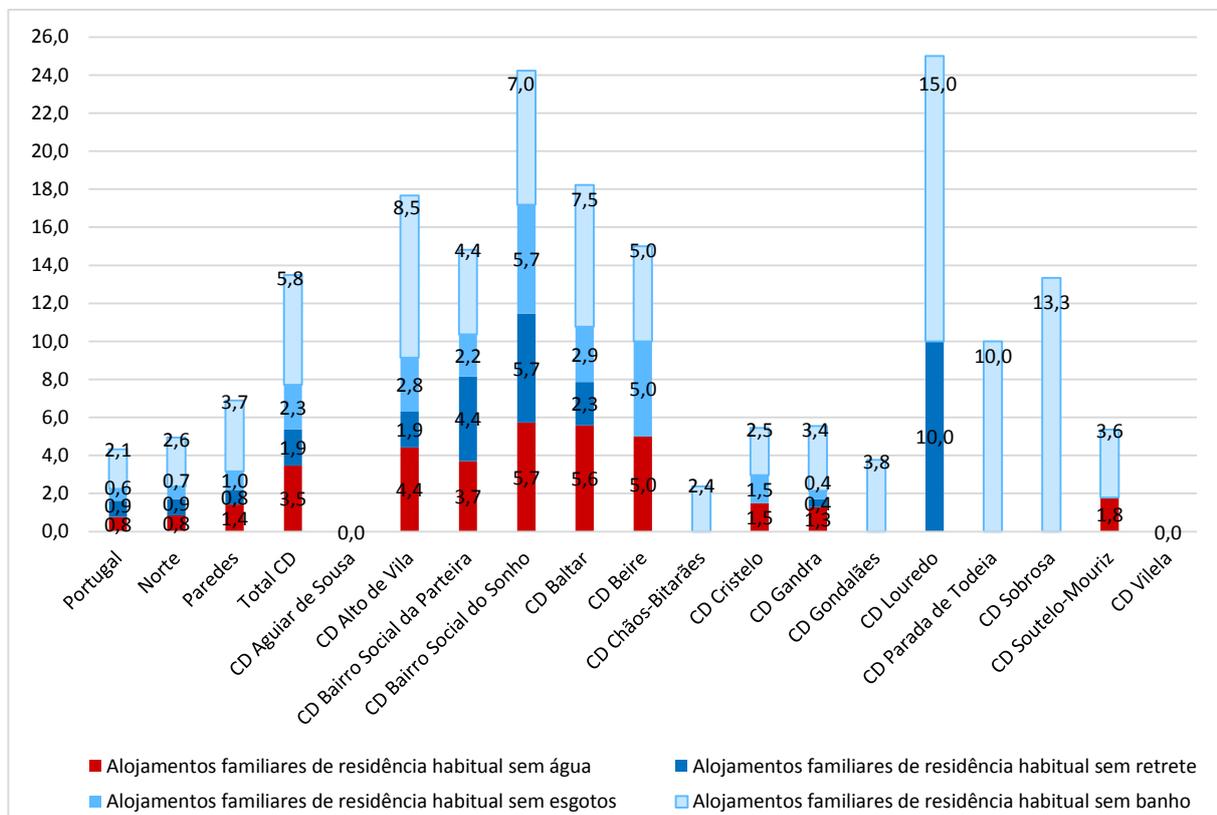
Figura 52: Proporção de edifícios degradados por localização geográfica, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

É ainda de destacar o facto de 3,5% dos alojamentos familiares existentes nas 15 comunidades desfavorecidas não possuir instalações de água e 5,8% não possuir instalações de banho (Figura 53).

Figura 53: Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual por localização geográfica e inexistência de instalações (água, retrete, esgotos e banho/duche), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

No total das comunidades desfavorecidas, 99,7% dos edifícios correspondiam a espaços principalmente ou exclusivamente residenciais e apenas 0,3% a edifícios não residenciais (Figura 54). Ainda de acordo ainda com os Censos 2011, existem na área 2373 alojamentos, todos eles de natureza familiar clássico e em que quase 90% encontram-se ocupados. Todavia, nas comunidades desfavorecidas de Beire, Louredo, Baltar, parada de Todeia e Cristelo os alojamentos vagos tem um peso significativo (17%, 16,7%, 14,1%, 13,9% e 12,7%, respetivamente), apresentando valores acima dos valores nacionais, regionais e concelhios (Figura 55 e Figura 56).

Figura 54: Número de edifícios clássicos por localização geográfica e tipo de utilização, 2011

	Nº Edifícios clássicos	Edifícios principalmente ou exclusivamente residenciais	Edifícios principalmente não residenciais
Portugal	3 544 389	99,3%	0,7%
Norte	1 209 911	99,3%	0,7%
Paredes	23 565	98,9%	1,1%
Total CD	1 634	99,7%	0,3%
CD Aguiar de Sousa	65	100,0%	0,0%
CD Alto de Vila	276	99,6%	0,4%
CD Bairro Social da Parteira	127	98,4%	1,6%
CD Bairro Social do Sonho	70	98,6%	1,4%
CD Baltar	389	100,0%	0,0%
CD Beire	90	98,9%	1,1%
CD Chãos-Bitarães	30	100,0%	0,0%
CD Cristelo	147	100,0%	0,0%
CD Gandra	223	100,0%	0,0%
CD Gondalães	74	100,0%	0,0%
CD Louredo	21	100,0%	0,0%
CD Parada de Todeia	34	100,0%	0,0%
CD Sobrosa	16	100,0%	0,0%
CD Soutelo-Mouriz	56	100,0%	0,0%
CD Vilela	16	100,0%	0,0%

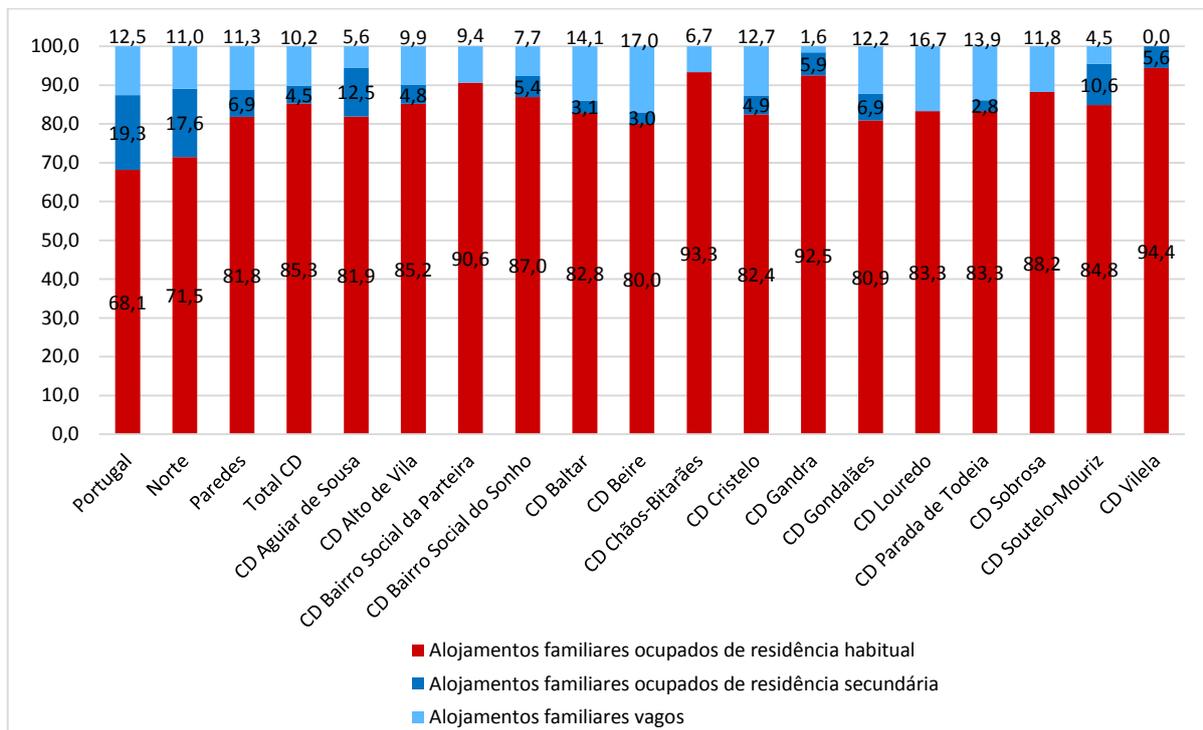
Fonte: INE; censos 2011

Figura 55: Número de alojamentos por localização geográfica e tipo de alojamento (%), 2011

	Alojamentos (n.º)	Alojamentos familiares clássicos (%)	Alojamentos familiares não clássicos (%)	Alojamentos coletivos (%)
Portugal	5 878 756	99,7%	0,1%	0,2%
Norte	1 850 890	99,8%	0,1%	0,2%
Paredes	34 291	99,9%	0,0%	0,0%
Total CD	2 373	100,0%	0,0%	0,0%
CD Aguiar de Sousa	72	100,0%	0,0%	0,0%
CD Alto de Vila	373	99,7%	0,0%	0,3%
CD Bairro Social da Parteira	149	100,0%	0,0%	0,0%
CD Bairro Social do Sonho	261	100,0%	0,0%	0,0%
CD Baltar	583	100,0%	0,0%	0,0%
CD Beire	100	100,0%	0,0%	0,0%
CD Chãos-Bitarães	45	100,0%	0,0%	0,0%
CD Cristelo	245	100,0%	0,0%	0,0%
CD Gandra	253	100,0%	0,0%	0,0%
CD Gondalães	131	100,0%	0,0%	0,0%
CD Louredo	24	100,0%	0,0%	0,0%
CD Parada de Todeia	36	100,0%	0,0%	0,0%
CD Sobrosa	17	100,0%	0,0%	0,0%
CD Soutelo-Mouriz	66	100,0%	0,0%	0,0%
CD Vilela	18	100,0%	0,0%	0,0%

Fonte: INE, Censos 2011

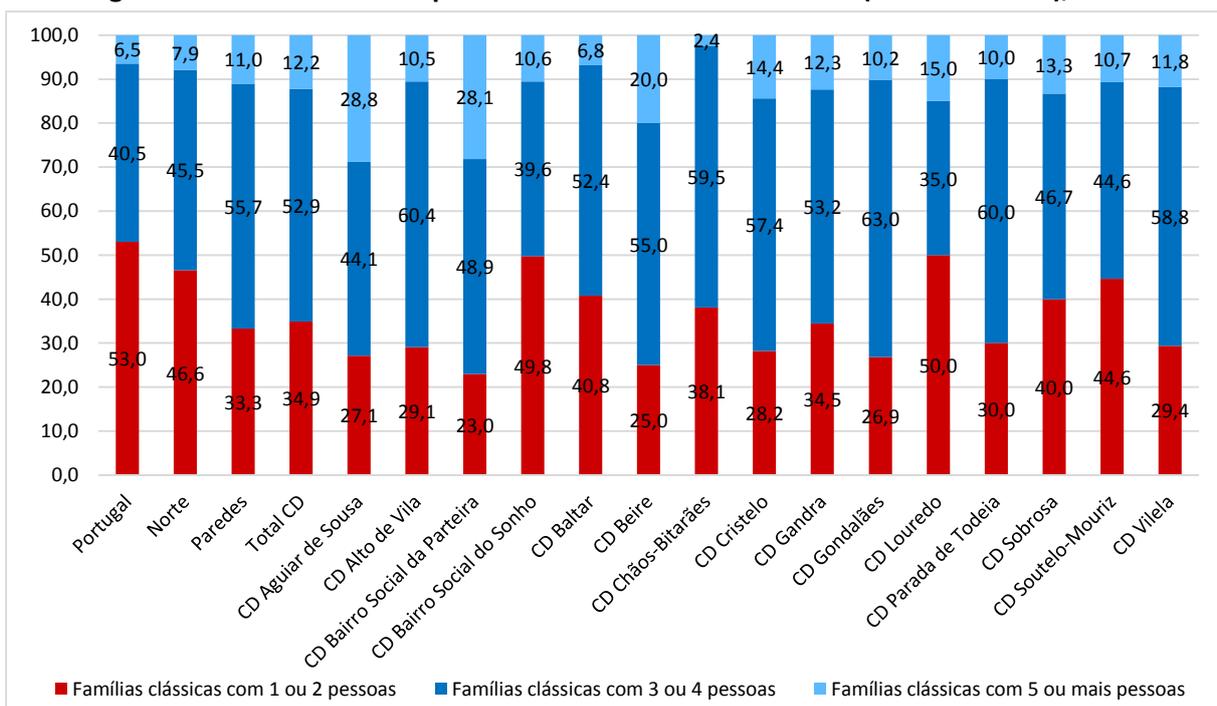
Figura 56: Alojamentos familiares por localização geográfica e forma de ocupação, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, residiam, nestas comunidades desfavorecidas, 2032 famílias clássicas, sobretudo compostas por 3 ou 4 pessoas (52,9%), seguindo-se as famílias compostas por 1 ou 2 pessoas (34,9%) e, por fim, as famílias com 5 ou mais pessoas (12,2%, Figura 57 e Figura 58).

Figura 57: Famílias clássicas por local de residência e dimensão (família clássica), 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Figura 58: Famílias clássicas e população residente (total e segundo o género) por localização geográfica, 2011

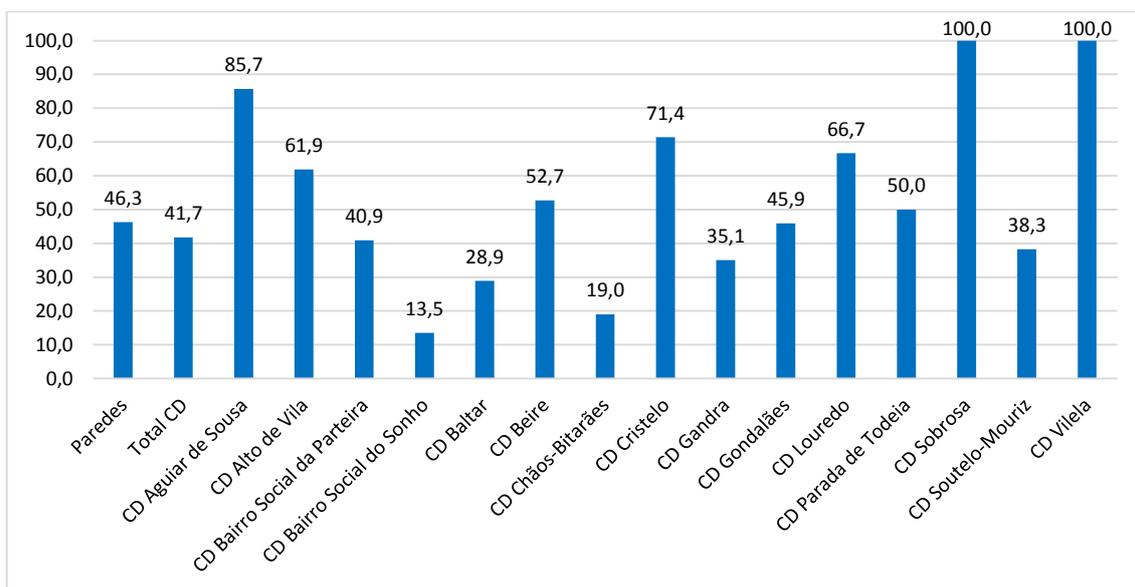
	Famílias clássicas (nº)	População residente (nº)	Pop. residente do sexo feminino (%)	Pop. residente do sexo masculino (%)
Portugal	4 043 726	10 562 178	52,2%	47,8%
Norte	1 330 892	3 689 682	52,1%	47,9%
Paredes	28 114	86 854	51,0%	49,0%
Total CD	2 032	6 276	50,7%	49,3%
CD Aguiar de Sousa	59	213	49,8%	50,2%
CD Alto de Vila	323	1 025	50,0%	50,0%
CD Bairro Social da Parteira	135	531	45,4%	54,6%
CD Bairro Social do Sonho	227	627	51,7%	48,3%
CD Baltar	483	1 348	53,8%	46,2%
CD Beire	80	273	50,2%	49,8%
CD Chãos-Bitarães	42	120	49,2%	50,8%
CD Cristelo	202	651	47,6%	52,4%
CD Gandra	235	724	50,1%	49,9%
CD Gondalães	108	352	53,7%	46,3%
CD Louredo	20	56	48,2%	51,8%
CD Parada de Todeia	30	96	53,1%	46,9%
CD Sobrosa	15	43	53,5%	46,5%
CD Soutelo-Mouriz	56	159	54,7%	45,3%
CD Vilela	17	58	53,4%	46,6%

Fonte: INE, Censos 2011

Embora ligeiramente mais baixo que a média concelhia, a proporção de idosos a residir só nestas comunidades desfavorecidas ascende aos 41,7% (-4,6 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 59), o que significa que quase metade dos idosos se encontram nesta condição (a maioria das comunidades desfavorecidas apresenta valores acima de 50%).

Como podemos observar na Figura 59 e constatar no decurso deste texto, nalgumas destas comunidades desfavorecidas essa proporção chega a atingir a totalidade dos residentes idosos dessas áreas, como é o caso das comunidades desfavorecidas de Sobrosa e Vilela.

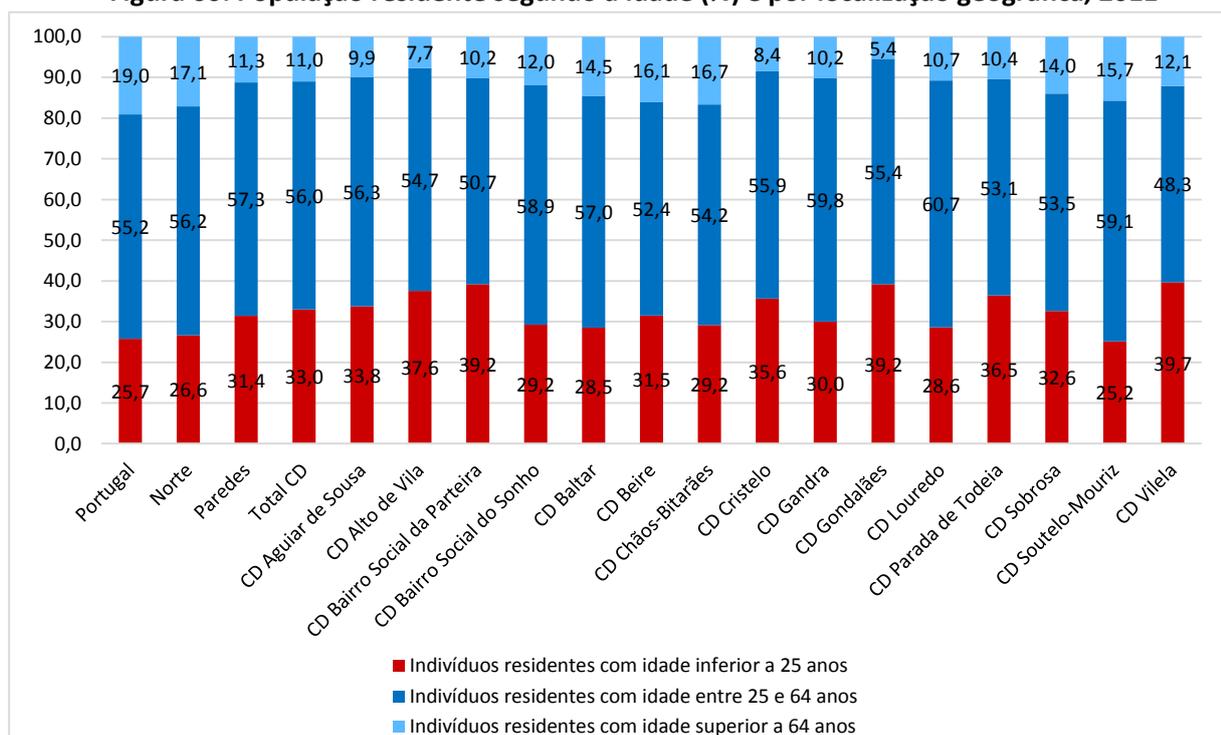
Figura 59: Proporção da população residente com 65 ou mais anos a residir só, por localização geográfica, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Ainda sob o ponto de vista sociodemográfico, em 2011, residiam nestas comunidades desfavorecidas 6276 indivíduos, 50,7% do sexo feminino e 49,3% do sexo masculino (Figura 58). Trata-se de áreas que acompanham a dinâmica demográfica do concelho em termos de população jovem, sendo que 33,0% da sua população tem menos de 25 anos (Figura 60).

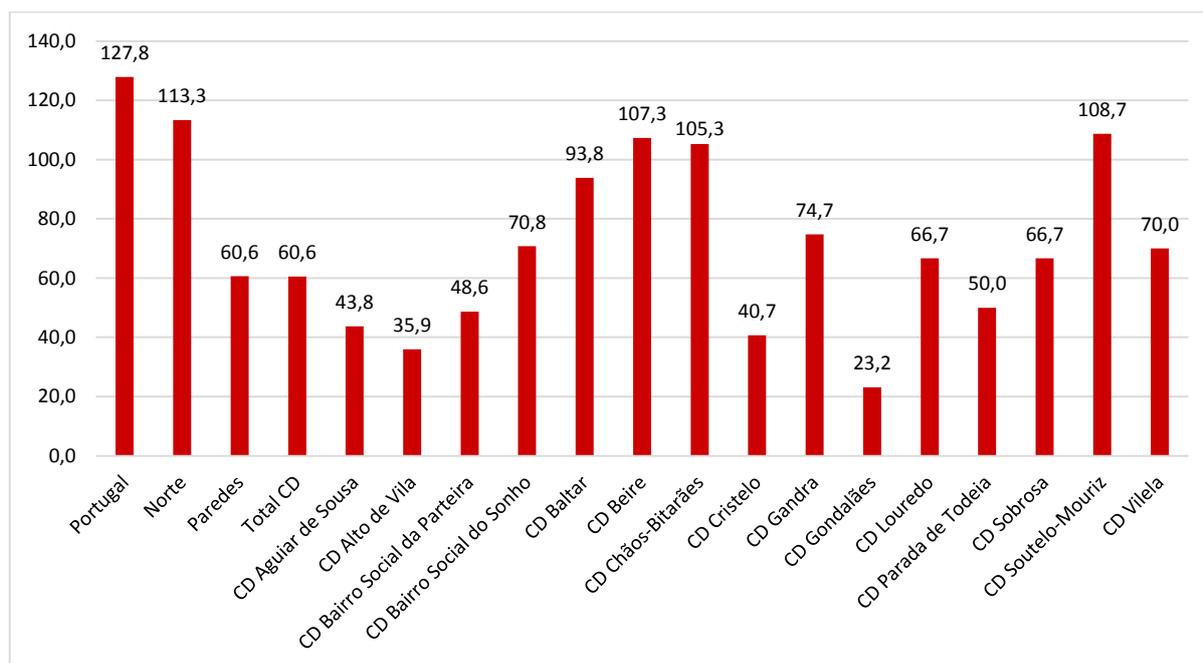
Figura 60: População residente segundo a idade (%) e por localização geográfica, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

O índice de envelhecimento encontra-se, neste contexto, bastante abaixo da média nacional: 60,6%, ou seja, -67,2 p.p. que a média nacional (Figura 61). Apesar de tudo, é possível identificar algumas áreas em que o número de idosos ultrapassa o número de jovens, designadamente as comunidades desfavorecidas de Beire, Chãos-Bitarães e Soutelo-Mouriz, onde o índice de envelhecimento assume, respetivamente, valores que rondam os 107,3%, 105,3% e 108,7%.

Figura 61: Índice de envelhecimento por localização geográfica, 2011

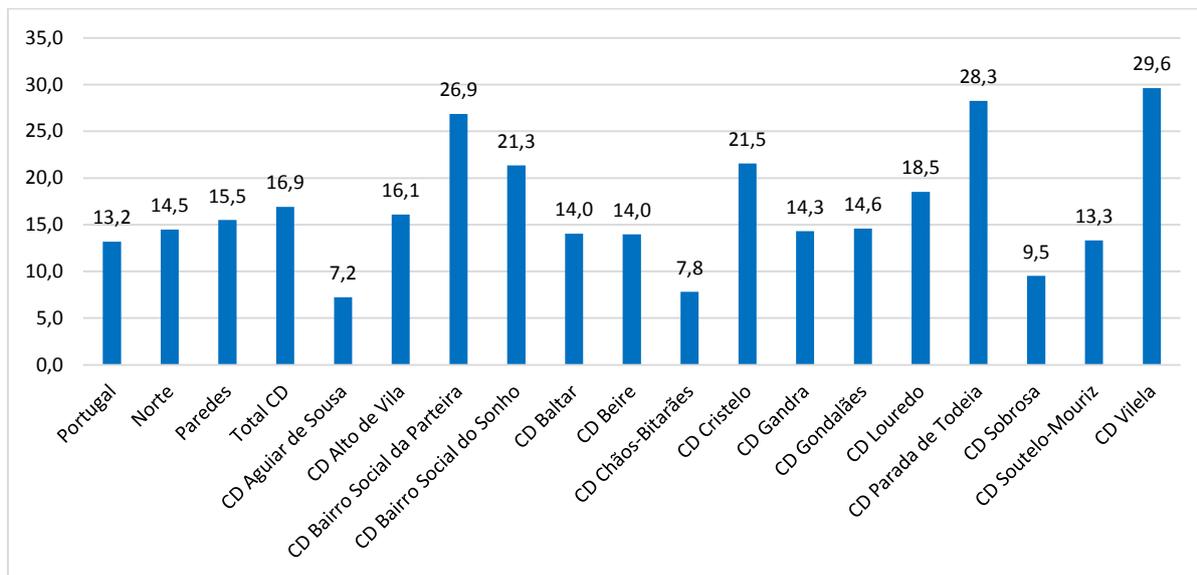


Fonte: INE, Censos 2011

O panorama revela-se menos positivo quando nos debruçamos sob os valores referentes ao emprego. Aqui, as 15 comunidades desfavorecidas em conjunto exibem uma taxa de desemprego de cerca de 16,9% (+1,4 p.p. que o concelho de Paredes e +3,7 p.p. que Portugal, Figura 62), sendo que 81,8% dos desempregados encontravam-se à procura de novo emprego e 18,2% à procura do primeiro emprego (Figura 63).

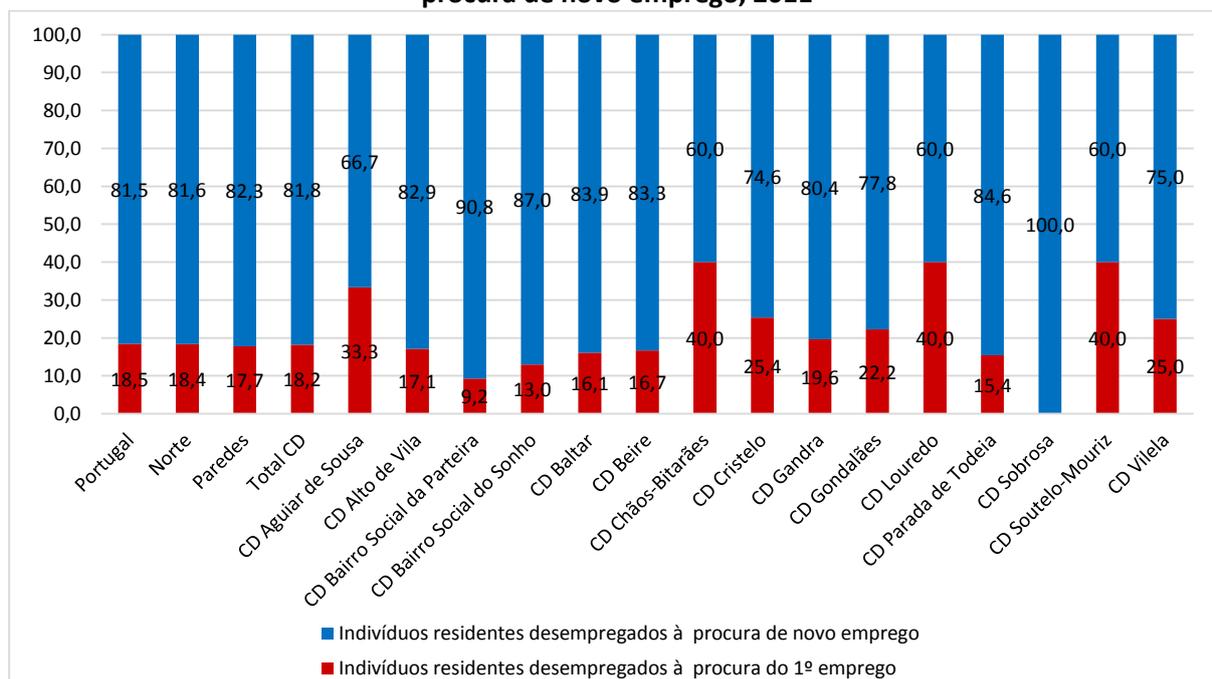
É nas comunidades desfavorecidas de Vilela, Parada de Todeia, Bairro Social da Parteira, Cristelo e Bairro Social do Sonho que encontramos as mais altas taxas de desemprego entre as 15 comunidades aqui em análise (respetivamente, 29,6%, 28,3%, 26,9%, 21,5% e 21,3%, Figura 62).

Figura 62: Taxa de desemprego por localização geográfica, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Figura 63: Proporção de indivíduos residentes desempregados à procura do 1.º emprego e à procura de novo emprego, 2011

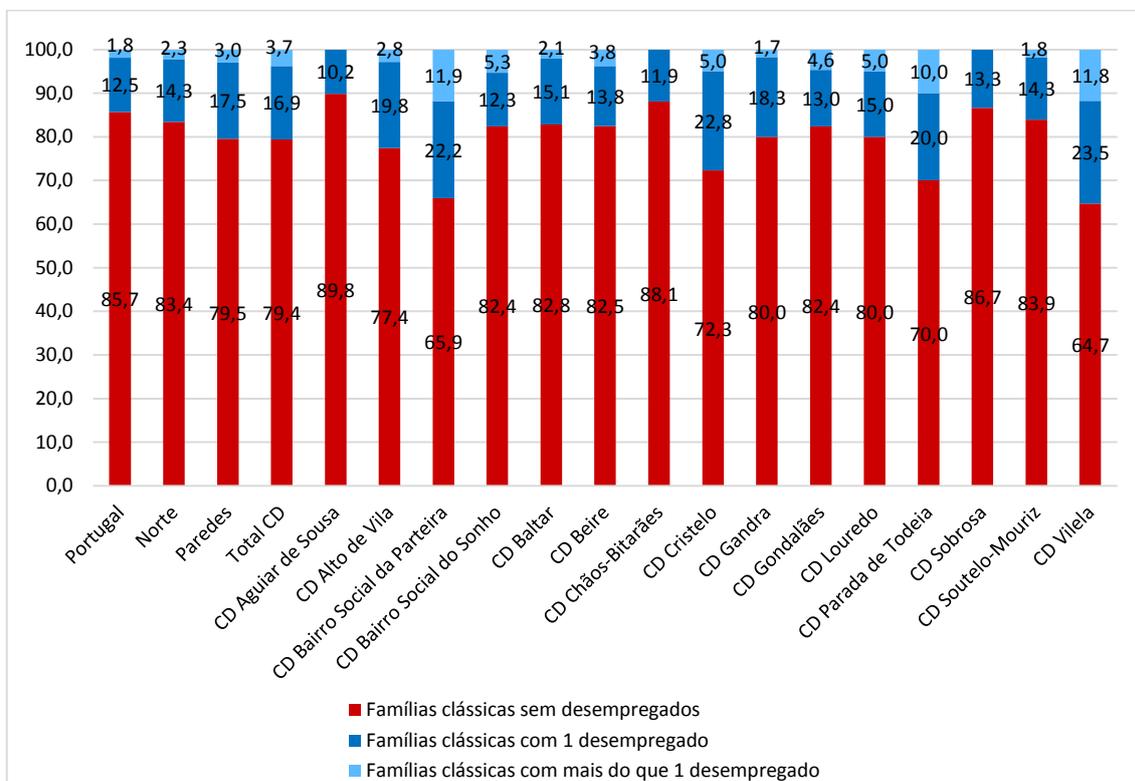


Fonte: INE, Censos 2011

Esta situação traduzir-se-á numa perda de recursos económicos por parte das famílias (20,6% das famílias, em 2011, possuíam no seu seio pelo menos um elemento desempregado, +6,3 p.p. que Portugal, Figura 64), já de si com baixos ganhos médios mensais (se atendermos à média dos ganhos mensais do concelho, os quais se situam bastante abaixo da média nacional) e, que num contexto de

desemprego dos seus elementos, dependerão, muitas vezes, apenas dos apoios sociais para sobreviverem, tal como nos relatam os diversos documentos redigidos pelo município de Paredes.

Figura 64: Famílias clássicas segundo o número de pessoas com atividade económica e o número de pessoas desempregadas, 2011

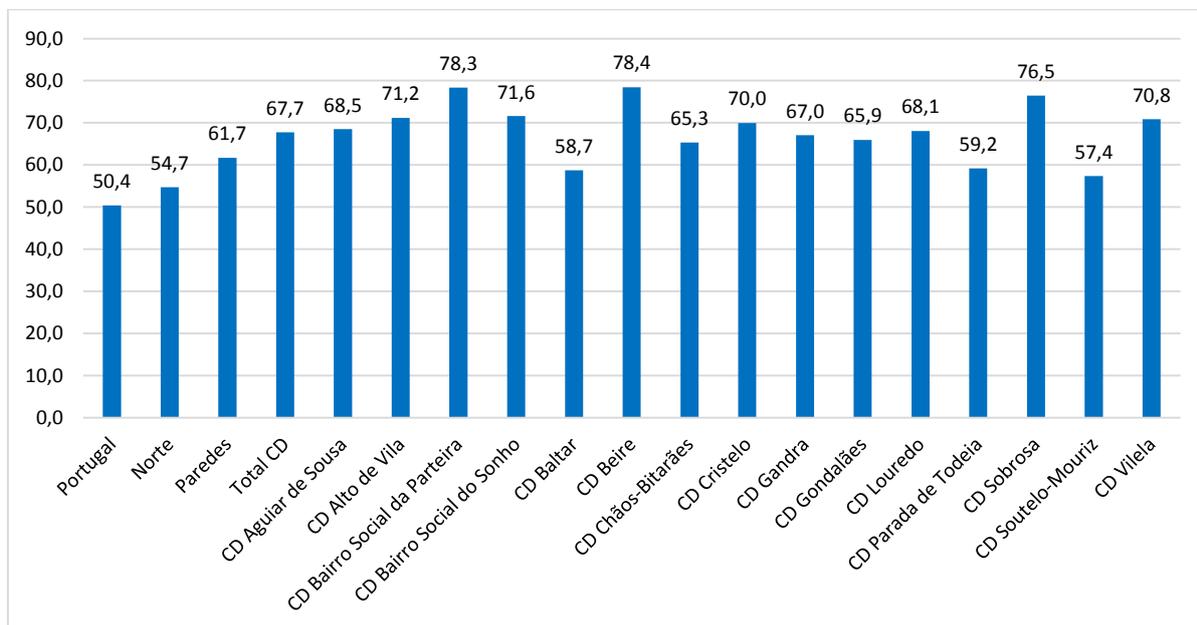


Fonte: INE, Censos 2011

A agravar a situação, como vimos já no introito desta análise, a população residente é marcadamente uma população com baixos níveis de escolaridade: em 2011, 67,7% dos residentes nas 15 comunidades desfavorecidas com 15 ou mais anos possuía uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (+6,0 p.p que o concelho de Paredes e +17,3 p.p. que Portugal), o que torna ainda mais difícil contrariar as situações de desemprego.

Nas comunidades desfavorecidas de Beire, Bairro Social da Parteira e Sobrosa este indicador assume os valores mais altos (respetivamente, 78,4%, 78,3% e 76,5%), sendo que menos de um quarto da população residente com 15 ou mais anos possui pelo menos o 9.º ano de escolaridade (Figura 65).

Figura 65: Proporção da população residente (15 ou mais anos) com escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico, 2011



Fonte: INE, Censos 2011

1.2 Caraterização das Comunidades Desfavorecidas

1.2.1 Comunidade Desfavorecida de Aguiar de Sousa

A comunidade desfavorecida de Aguiar de Sousa, situada na freguesia de Aguiar de Sousa, corresponde a uma *área urbana antiga*, na tipologia de comunidades desfavorecidas consideradas pelo PEDU. Foi identificada, em 2011, nesta área, a existência de 65 edifícios clássicos, todos eles de natureza residencial (Quadro 2), estando 26,2% em situação de degradação (Figura 4). De acordo com as informações fornecidas pela equipa técnica do município de Paredes, esta comunidade desfavorecida apresenta ainda necessidades em matéria de cobertura por equipamentos sociais e culturais.

Existiam, à data dos Censos de 2011, 72 alojamentos, sendo que apenas 5,6% se encontravam desocupados (Figura 55 e Figura 56). Nesta comunidade desfavorecida residem 213 indivíduos (49,8% do sexo feminino e 50,2% do sexo masculino) distribuídos por 59 famílias, na sua maioria constituídas por 3 ou 4 pessoas (44,1%), sendo ainda de destacar a existência de um elevado número de famílias alargadas: em 2011, 28,8% das famílias eram compostas por 5 ou mais indivíduos (+17,8 p.p. que o concelho de Paredes e +22,3 p.p. que Portugal). A par destes valores que resultarão, como vimos anteriormente, do dinamismo demográfico positivo verificado em todo o concelho de Paredes (atente-se, por exemplo, no índice de envelhecimento desta comunidade desfavorecida – 43,8%), é possível ainda constatar que a larga maioria dos idosos nesta comunidade desfavorecida reside só (85,7%, +39,4 p.p. que a média concelhia), o que invoca uma especial atenção sobre esta faixa da população (Figura 57, Figura 58, Figura 59 e Figura 61).

Em termos socioeconómicos, como podemos observar na Figura 62, a comunidade desfavorecida de Aguiar de Sousa detém uma taxa de desemprego relativamente baixa (7,2%) quando comparada com a média nacional (13,2%), concelhia (15,5%) e as restantes comunidades desfavorecidas (16,9%). Trata-se, no entanto, de uma taxa de desemprego que afeta 33,3% dos desempregados à procura do primeiro emprego (+14,8 p.p. que Portugal e +15,6 p.p. que o concelho de Paredes). Se tivermos em linha de conta que os desempregados à procura do primeiro emprego referir-se-ão a indivíduos jovens, podemos afirmar que esta faixa da população (isto é, os mais jovens) possui necessidades de intervenção social a este nível para que a sua inserção no mercado de trabalho se realize de forma mais satisfatória. Para tal facto, como vimos anteriormente, por certo contribuem as baixas qualificações a que a população da comunidade desfavorecida de Aguiar de Sousa também não é alheia: segundo os dados dos Censos 2011, 68,5% dos residentes nesta comunidade desfavorecida

com 15 ou mais anos possui uma escolaridade inferior ao 9.º ano de escolaridade, um valor que distancia em 18,1 p.p. da média nacional (Figura 65).

Figura 66: Localização da comunidade desfavorecida de Aguiar de Sousa e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOT,UP



Figura 67: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Aguiar de Sousa

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	213
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	72
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	120
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	21
Nº Famílias Clássicas 2011	59
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	18
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	11
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	147
População Residente Ensino Secundário 2011	13
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	2
População Residente Ensino Superior 2011	1
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	39
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund. + superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	83
População Residente Reformada /Pensionista 2011	32
População Residente Desempregada 2011	6
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	2
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	4
Taxa Desemprego	7%
População Residente Empregada 2011	77
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	1
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	40
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	36
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	65
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	45
Nº Edifícios Degradados 2011 *	17
Nº Total Alojamentos 2011	72
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	4
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	22
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.2 Comunidade Desfavorecida de Alto de Vila

A Comunidade Desfavorecida de Alto de Vila, situada na freguesia Duas Igrejas, corresponde a uma *área urbana antiga* que inclui também *núcleos de construção precária e bairros clandestinos*.

De acordo com os Censos 2011, existem nesta área 276 edifícios clássicos (99,6% residenciais e 0,4% não residenciais, Figura 54) e 373 alojamentos (99,7% de cariz familiar clássico e 0,3% coletivos, Figura 55), sendo que 9,9% dos alojamentos se encontram desocupados (Figura 56). 22,1% dos edifícios revelam algum grau de degradação (Figura 52), em especial as habitações de origem ilegal as quais, segundo a equipa técnica do município de Paredes, apresentam um estado de degradação bastante elevado. Será ainda importante frisar a este nível o facto de 1,9% dos alojamentos familiares de residência habitual apresentarem debilidades em termos das instalações sanitárias, 2,8% não possuem sistema de esgotos, 4,4% não detem instalações de água e 8,5% instalações de banho, valores que situam acima da média nacional e concelhia (Figura 53).

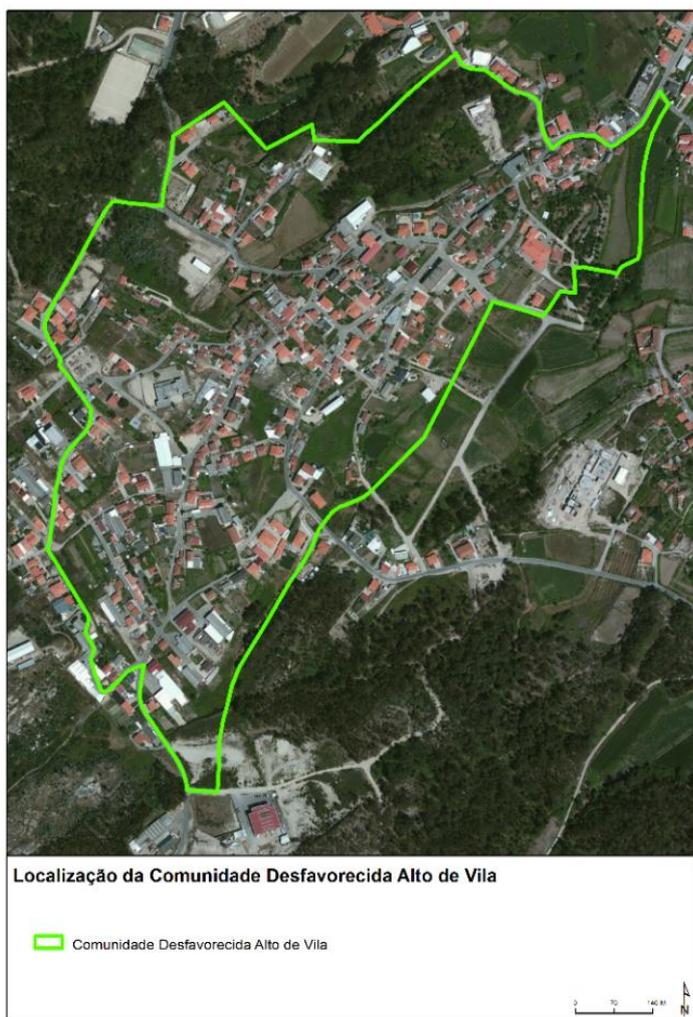
Residem nesta Comunidade Desfavorecida 1025 indivíduos (50,0% do sexo feminino e 50,0% do sexo masculino) distribuídos por 323 famílias (Figura 58), na sua maioria compostas por 3 ou 4 pessoas (60,4%, Figura 57). Também nesta comunidade desfavorecida mais de metade dos indivíduos com 65 ou mais anos residem sós (61,9%, Figura 59) o que se pode traduzir em necessidades específicas desta faixa da população que deverão merecer uma especial atenção por parte das entidades competentes.

A Comunidade Desfavorecida de Alto de Vila surge ainda como uma das comunidades aqui em análise onde a proporção de indivíduos com idades compreendidas entre os 0 e 24 anos é das mais altas (37,6%, +11,9 p.p. que a média nacional, Figura 60), o que, por um lado, é um indicador positivo em termos de dinamismo demográfico, mas, por outro lado, deverá exigir um maior esforço, sobretudo, em termos escolares, dimensão que, como dissemos anteriormente, tem uma forte influência nas carreiras laborais dos indivíduos e que, mais uma vez, também nesta Comunidade Desfavorecida assume valores bastante insatisfatórios: em 2011, 71,2% da população residente com 15 ou mais anos possuía uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (+20,8 p.p. que Portugal e +9,5 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 65).

Por fim, em termos socioeconómicos, merece destaque a alta taxa de desemprego verificada nesta área (16,1%, Figura 62), a qual tem implicações diretas nos rendimentos familiares disponíveis (22,6% das famílias residentes nesta Comunidade Desfavorecida possuíam, em 2011, pelo menos um elemento na condição de desempregado).

Verifica-se, portanto, a concentração nesta área de problemáticas sociais diversas, com tradução ao nível da segurança, impondo-se uma intervenção multifacetada capaz de confrontar, simultaneamente, a situação de degradação do edificado, a desqualificação do espaço público e as carências socioeconómicas e culturais da população local.

Figura 68: Localização da comunidade desfavorecida de Alto de Vila e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP



Figura 69: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Alto de Vila

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	1 025
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	385
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	561
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	79
Nº Famílias Clássicas 2011	323
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	49
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	46
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	717
População Residente Ensino Secundário 2011	36
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	4
População Residente Ensino Superior 2011	18
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	204
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund. + superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	510
População Residente Reformada /Pensionista 2011	92
População Residente Desempregada 2011	82
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	14
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	68
Taxa Desemprego	16%
População Residente Empregada 2011	428
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	3
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	281
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	144
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	276
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	129
Nº Edifícios Degradados 2011 *	61
Nº Total Alojamentos 2011	373
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	37
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	182
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.3 Comunidade Desfavorecida do Bairro Social de Parteira

Inserida na freguesia de Lordelo, a Comunidade Desfavorecida do Bairro Social de Parteira - *bairro social* na tipologia de comunidades desfavorecidas identificadas pelo PEDU – apresenta necessidades de intervenção em matéria de reabilitação do edificado. Em 2011, de um total de 127 edifícios, 86 (isto é, 67,7%) apresentavam algum nível de degradação (Figura 52 e Figura 54). Simultaneamente, 9,4% dos alojamentos existentes (149 alojamentos, todos de cariz familiar clássico) encontravam-se desocupados, tendo sido ainda identificados, nos Censos 2011, alguns alojamentos com debilidades ao nível das instalações mais básicas, num cenário que se revelava mais negativo que o panorama nacional e concelhio: 2,2% dos alojamentos não tinham sistema de esgotos, 3,7% não possuíam instalações de água, 4,4% não detinham instalações sanitárias e 4,4% instalações de banho (Figura 53, Figura 55 e Figura 56).

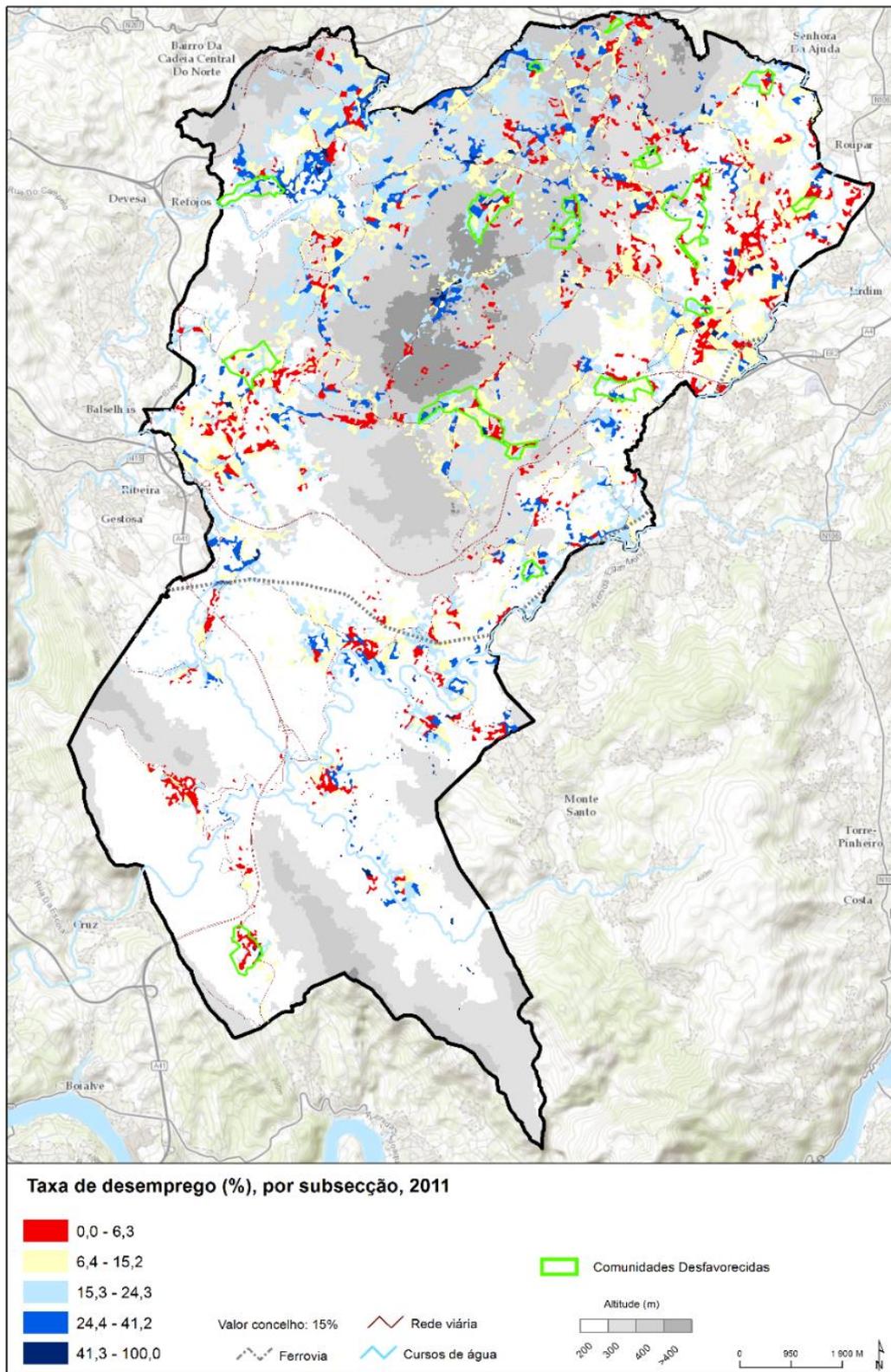
De acordo com a equipa técnica do município de Paredes, será ainda de sublinhar a existência de habitações ocupadas indevidamente e a desorganização do espaço público.

Do ponto de vista social, a Comunidade Desfavorecida do Bairro Social de Parteira é relativamente heterogénea: as situações de relativa estabilidade socioeconómica contrastam com casos de profunda carência, das mais acentuadas em todo o concelho.

Com uma população bastante jovem (39,2% dos residentes têm menos de 25 anos, colocando esta Comunidade Desfavorecida entre as comunidades aqui em análise mais jovens, Figura 60), composta por 531 indivíduos (45,4% do sexo feminino e 54,6% do sexo masculino), num total de 135 famílias, exhibe valores significativamente insatisfatórios em termos socioeconómicos e escolares. Em 2011, a taxa de desemprego nesta área era de 26,9% (+13,7 p.p. que Portugal e +11,4 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 62 e Figura 70), afetando as faixas etárias mais velhas da população (se atendermos ao facto de 90,8% dos desempregados se encontrarem à procura de novo emprego e apenas 9,2% à procura do primeiro emprego, Figura 63) e cerca de 34,1% das famílias, entre as quais 11,9% possui mais do que um elemento na condição de desempregado (valor que se afasta bastante dos 1,8% verificados a nível nacional e dos 3,0% do concelho de Paredes, Figura 64).

Em termos escolares, menos de um quarto da população (21,7%, Figura 65) possui pelo menos o 9.º ano de escolaridade, verificando-se ainda a manutenção de uma elevada taxa de analfabetismo (10,2%, Figura 90), o que coloca esta Comunidade Desfavorecida entre as comunidades com os piores valores relativamente a estes indicadores estatísticos.

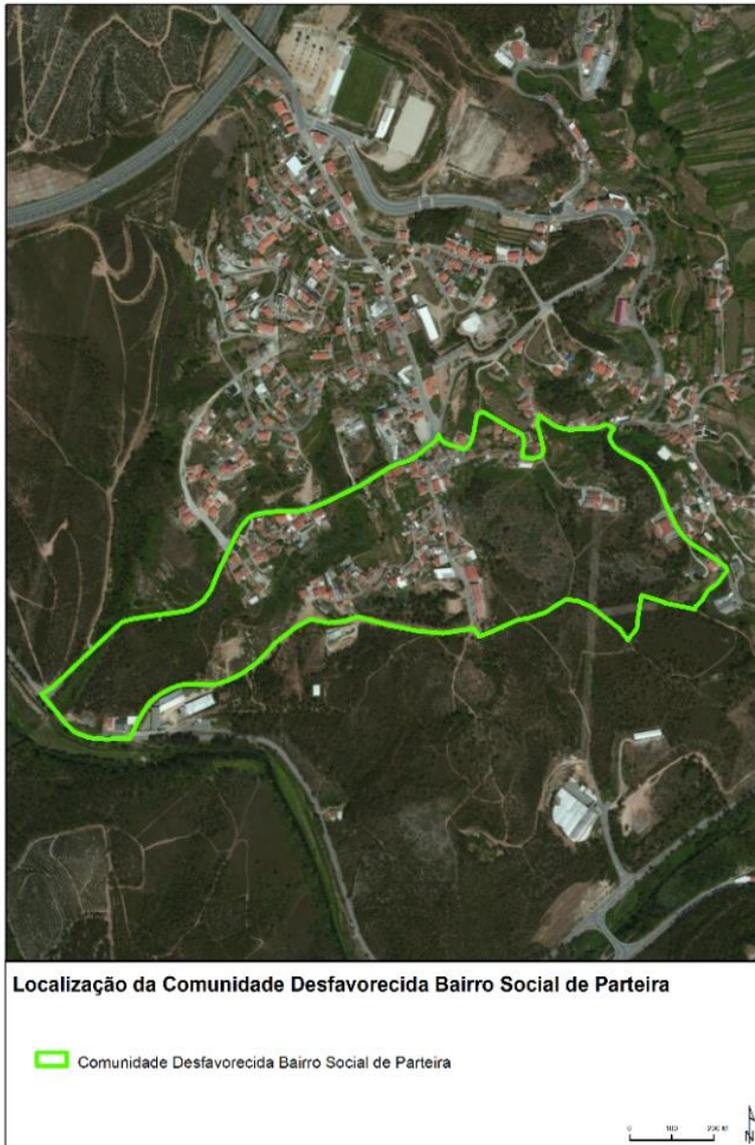
Figura 70: Taxa de desemprego, por subsecção, em 2011



Fonte: INE (2011); CEGOT.UP

Nota: Classes mais desfavoráveis (taxa de desemprego superiores) – categorias a azul; classes mais favoráveis (taxa de desemprego inferiores) - categorias a vermelho.

Figura 71: Localização da comunidade desfavorecida do Bairro Social de Parteira e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOT,UP



Figura 72: Síntese estatística da comunidade desfavorecida do Bairro Social de Parteira

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	531
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	208
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	269
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	54
Nº Famílias Clássicas 2011	135
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	22
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	47
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	358
População Residente Ensino Secundário 2011	20
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	1
População Residente Ensino Superior 2011	6
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	99
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund. + superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	242
População Residente Reformada /Pensionista 2011	73
População Residente Desempregada 2011	65
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	6
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	59
Taxa Desemprego	27%
População Residente Empregada 2011	177
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	117
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	60
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	127
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	50
Nº Edifícios Degradados 2011 *	86
Nº Total Alojamentos 2011	149
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	14
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	98
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.4 Comunidade Desfavorecida do Bairro Social do Sonho

Localizada nas freguesias de Castelões de Cepeda e Madalena, a Comunidade Desfavorecida do Bairro Social do Sonho constitui, na tipologia de comunidades desfavorecidas identificadas no PEDU, um *bairro social com núcleos de construção precária*. Aqui, existiam, à data dos Censos 2011, 70 edifícios (98,6% de cariz residencial e 1,4% não residencial, Figura 54) e 261 alojamentos, todos eles de natureza familiar clássico (Figura 56).

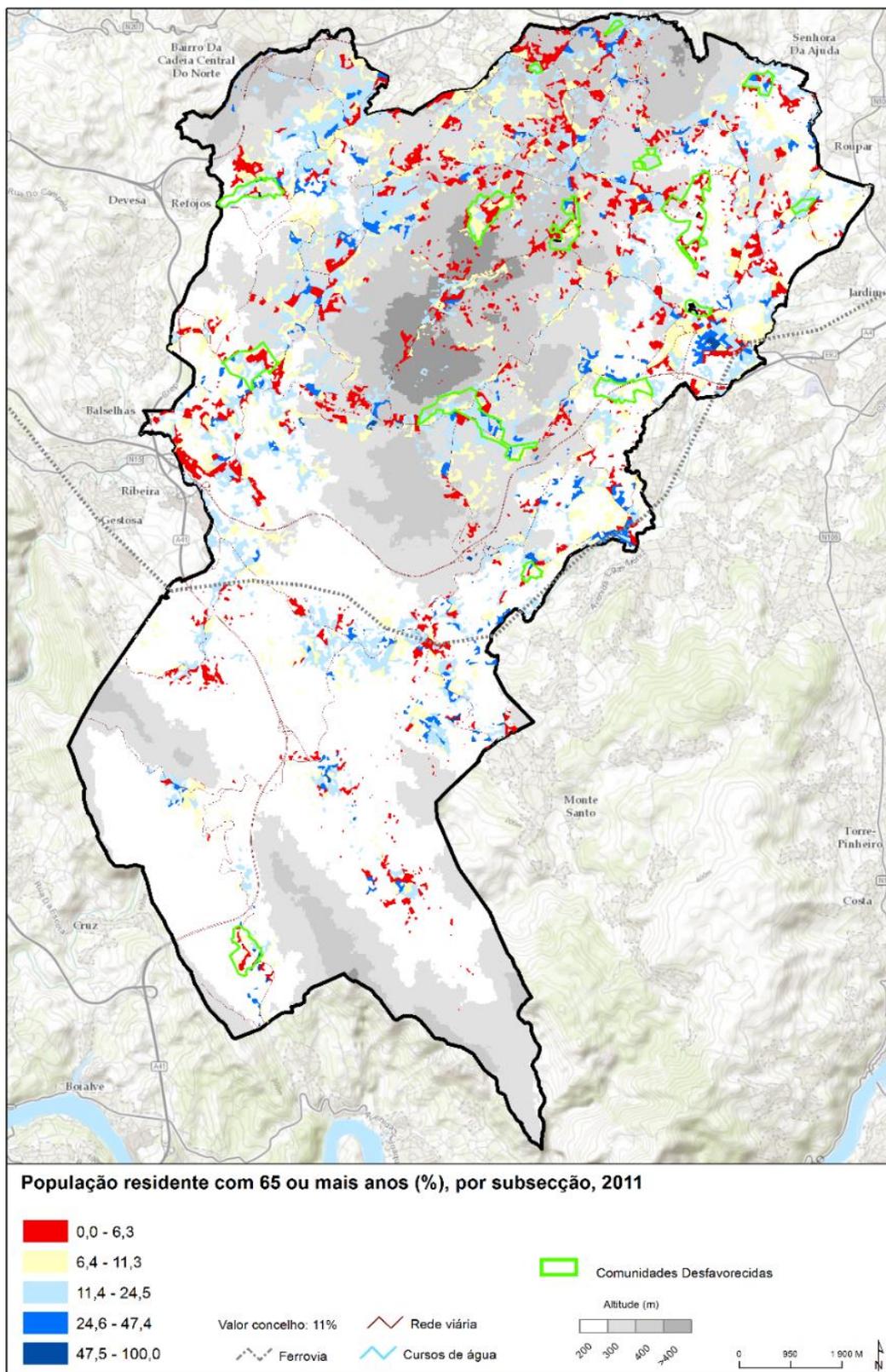
Mais de metade do edificado (55,7%) revela algum estado de degradação (Figura 52), sendo ainda possível verificar, na Figura 53, um número bastante elevado de alojamentos que não possuem instalações de água (5,7%), sanitárias (5,7%), esgotos (5,7%) e banho (7,0%). Nas adjacências do Bairro Social do Sonho vive um conjunto de famílias de etnia cigana. Prevê-se que o acampamento em causa seja demolido e que as famílias mencionadas sejam deslocadas e realojadas na zona de Valmonte, Gondalães, Paredes. A par destas carências e à semelhança das Comunidades Desfavorecidas descritas anteriormente, também a Comunidade Desfavorecida do Bairro Social do Sonho apresenta indicadores desfavoráveis a vários níveis.

Com uma população residente de 627 indivíduos (51,7% do sexo feminino e 48,3% do sexo masculino), num total de 227 famílias (Figura 58), esta comunidade desfavorecida possui uma taxa de desemprego na ordem dos 21,3% (+8,1 p.p. que Portugal e +5,8 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 62 e Figura 70) e que afeta cerca de 17,6% das famílias (Figura 64), as quais veem, neste contexto, serem diminuídos os seus recursos económicos, já de si bastante baixos (de acordo com a equipa técnica do município, grande parte dos residentes que estão inseridos no mercado de trabalho auferem apenas o salário mínimo), e aumentada a sua dependência face às prestações sociais (pensões e prestações do RSI) e trabalhos esporádicos.

A agravar a situação, também nesta comunidade desfavorecida a generalidade dos residentes possui níveis de escolaridade baixos: 71,6% da população com 15 ou mais anos tem uma escolaridade inferior ao 9.º ano, existindo ainda uma taxa de analfabetismo de cerca de 8,5% (Figura 65 e Figura 90).

Ao mesmo tempo, é possível verificar a existência de um dinamismo demográfico presente e, muito provavelmente futuro, mais fraco nesta Comunidade Desfavorecida. Por um lado, o índice de envelhecimento assume valores que rondam os 70,8% (+10,2 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 61 e Figura 73) e, por outro lado, a dimensão das famílias nesta área é, na generalidade, pequena (49,8% das famílias são compostas por 1 ou 2 elementos, Figura 57).

Figura 73: População residente com 65 ou mais anos, por subsecção, em 2011



Nota: Classes mais idosas – categorias a azul; classes menos idosas - categorias a vermelho.

Figura 74: Localização da comunidade desfavorecida do Bairro Social do Sonho e aspetos do seu edificado e espaço público



Localização da Comunidade Desfavorecida Bairro do Sonho

 Comunidade Desfavorecida Bairro do Sonho



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP



Figura 75: Síntese estatística da comunidade desfavorecida do Bairro Social do Sonho

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	627
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	183
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	369
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	75
Nº Famílias Clássicas 2011	227
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	10
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	4
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	48
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	395
População Residente Ensino Secundário 2011	43
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	6
População Residente Ensino Superior 2011	21
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	114
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	253
População Residente Reformada /Pensionista 2011	119
População Residente Desempregada 2011	54
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	7
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	47
Taxa Desemprego	21%
População Residente Empregada 2011	199
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	3
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	65
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	131
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	70
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	22
Nº Edifícios Degradados 2011 *	39
Nº Total Alojamentos 2011	261
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	20
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	106
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.5 Comunidade Desfavorecida de Baltar

Esta Comunidade Desfavorecida, situada na freguesia de Baltar, apresenta uma dupla condição: na zona dos Peixeiros do Vale, *área urbana antiga*, verifica-se a existência de habitação antiga e focos relevantes de construção precária. É local de residência de famílias com fortes carências económicas. O estado de degradação das habitações é acentuado, verificando-se a existência de diversos fogos em situação ilegal. A zona tem acessos muito débeis, não está infraestruturada e não oferece equipamentos sociais e culturais de qualquer tipo. No Bairro Comendador Pereira Inácio (*bairro social*), para além da concentração de famílias com forte carência económica, registam-se condições de habitação precárias e fracas acessibilidades.

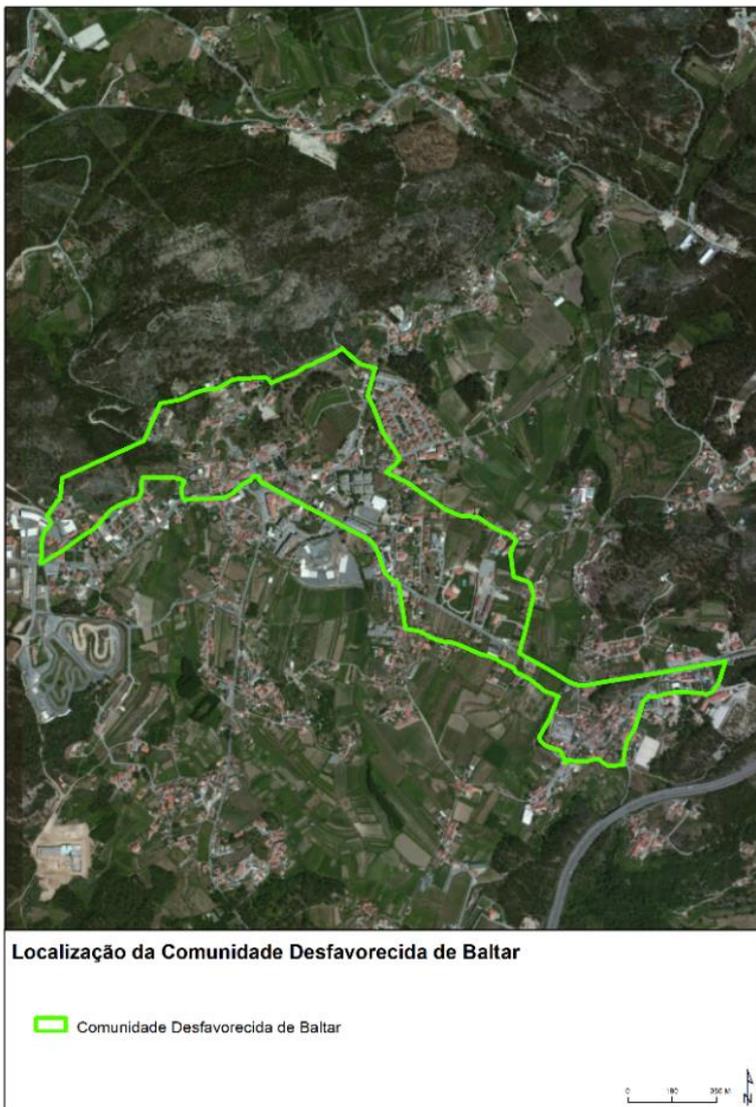
De uma forma global, existem na Comunidade Desfavorecida de Baltar 389 edifícios (todos eles de cariz residencial, Figura 54) e 583 alojamentos familiares (Figura 55), entre os quais 14,1% se encontram vagos (Figura 56). 45,0% dos edifícios apresenta algum nível de degradação (Figura 52) e alguns dos seus alojamentos não possuem instalações sanitárias (2,3%), de esgotos (2,9%), água (5,6%) e banho (7,5%, Figura 53).

Residiam, em 2011, nesta Comunidade Desfavorecida 483 famílias (40,8% compostas por 1 ou 2 elementos, 52,4% por 3 ou 4 elementos e 6,8% por 5 ou mais elementos, Figura 57), num total de 1348 indivíduos (53,8% do sexo feminino e 46,2% do sexo masculino, Figura 58). Trata-se uma comunidade onde o dinamismo em termos de renovação de gerações se revela mais fraco quando comparado com a média concelhia, na medida em que o número de jovens e de idosos é bastante próximo: em 2011, o índice de envelhecimento situava-se na casa dos 93,8% (+33,2 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 60, Figura 61 e Figura 73).

De salientar será ainda o número de idosos a residir sozinhos: embora esta comunidade não apresente uma proporção de idosos a residir sós bastante elevada (28,9%, Figura 59), em termos absolutos é a comunidade que maior número de idosos tem a viver sozinhos (cerca de 57 idosos), invocando uma especial atenção sobre esta comunidade desfavorecida nesta matéria.

As atenções deverão igualmente recair sobre o desemprego e as habilitações escolares da população residente, os quais, apesar de não atingirem valores tão altos quanto as restantes Comunidades Desfavorecidas aqui em análise (em 2011, a taxa de desemprego era de 14,0%, Figura 62, e a proporção de residentes com 15 ou mais anos sem pelo menos o 9.º ano era de 58,7%, Figura 65), necessitam de soluções ajustadas para a sua melhoria.

Figura 76: Localização da comunidade desfavorecida de Baltar e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP



Figura 77: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Baltar

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	1 348
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	384
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	768
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	196
Nº Famílias Clássicas 2011	483
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	57
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	14
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	51
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	838
População Residente Ensino Secundário 2011	153
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	5
População Residente Ensino Superior 2011	98
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	203
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	663
População Residente Reformada /Pensionista 2011	233
População Residente Desempregada 2011	93
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	15
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	78
Taxa Desemprego	14%
População Residente Empregada 2011	570
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	3
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	224
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	343
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	389
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	194
Nº Edifícios Degradados 2011 *	175
Nº Total Alojamentos 2011	583
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	82
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	172
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.6 Comunidade Desfavorecida de Beire

Esta Comunidade Desfavorecida, localizada na freguesia de Beire, corresponde a uma *área urbana consolidada*., ainda que, no entanto, subsistam necessidades relevantes em matéria de equipamentos sociais e culturais.

Em termos de edificado, a Comunidade Desfavorecida de Beire possui 90 edifícios (98,9% residenciais e 1,1% não residenciais), num total de 100 alojamentos, todos eles de cariz familiar clássico (Figura 54 e Figura 55). 55,6% dos edifícios apresenta algum nível de degradação (Figura 52) e 17,0% dos alojamentos encontram-se desocupados. Alguns dos alojamentos revelam ainda debilidades ao nível das instalações de banho, água e esgotos, sendo que 5,0% dos alojamentos não possui sistema de banho, 5,0% sistema de água e 5,0% sistema de esgotos (Figura 53).

A par destas necessidades, existem carências diversas de ordem demográfica, social, económica e escolar. Ao contrário da tendência geral do concelho, a Comunidade Desfavorecida de Beire (onde residem 273 indivíduos e 80 famílias, Figura 58) possui um índice de envelhecimento que se aproxima da média nacional e que coloca o número de idosos acima do número de jovens (107,3%, -20,5 p.p. que Portugal, mas +46,7 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 61). Ao mesmo tempo, metade dos seus idosos (52,7%, Figura 59) vive só. Neste contexto, é necessário ativar ações não só com vista a potenciar o dinamismo demográfico, como também a colmatar algumas das necessidades advindas de um envelhecimento solitário.

Por fim, também aqui a taxa de desemprego é mais elevada que a média nacional (14,0%, +0,8 p.p. que Portugal, Figura 62), assim como são elevados os números referentes à baixa escolaridade da população residente (78,4% dos residentes com 15 ou mais anos possui uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico, Figura 65). Mantêm-se, portanto, as necessidades de ação a este nível.

De acordo com a equipa técnica do município de Paredes, a existência de uma antiga escola primária, que neste momento está ocupada por uma associação, mas que apresenta condições para reabilitação e adaptação para fins sociais mais alargados, poderá contribuir para confrontar a situação de carência identificada, numa área que denota índices crescentes de envelhecimento do edificado e da população e que concentra indivíduos com níveis médios de qualificação relativamente baixos.

Figura 78: Localização da comunidade desfavorecida de Beire e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP



Figura 79: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Beire

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	273
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	86
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	143
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	44
Nº Famílias Clássicas 2011	80
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	23
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	18
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	197
População Residente Ensino Secundário 2011	18
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	0
População Residente Ensino Superior 2011	4
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	36
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund. + superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	129
População Residente Reformada /Pensionista 2011	50
População Residente Desempregada 2011	18
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	3
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	15
Taxa Desemprego	14%
População Residente Empregada 2011	111
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	1
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	52
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	58
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	90
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	55
Nº Edifícios Degradados 2011 *	50
Nº Total Alojamentos 2011	100
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	17
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	18
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.7 Comunidade Desfavorecida de Chãos-Bitarães

Identificada como *área urbana antiga*, a Comunidade Desfavorecida de Chãos-Bitarães (situada na freguesia de Bitarães) apresenta carências em matéria de equipamentos sociais e culturais, bem como focos de edificado degradado.

Dos seus 30 edifícios (todos eles de cariz residencial, Figura 54), 20,0% revela algum grau de degradação (Figura 52); e dos 45 alojamentos existentes (também todos de cariz familiar clássico, Figura 55), 6,7% encontram-se vagos (Figura 56) e 2,4% não possui instalações de banho (Figura 53).

Segundo a equipa técnica do município de Paredes, a reabilitação e refuncionalização da antiga escola e do antigo edifício da junta da freguesia poderão contribuir para suprir algumas destas debilidades.

De acordo ainda com os dados disponíveis, residem nesta área 42 famílias e 120 indivíduos (49,2% do sexo feminino e 50,8% do sexo masculino, Figura 58). O índice de envelhecimento é de 105,3%, revelando um difícil renovar de gerações (Figura 61).

A taxa de desemprego ronda os 7,8% (Figura 62), sendo que grande parte dos desempregados situa-se nas faixas etárias mais jovens da população (40,0% dos desempregados encontra-se à procura do primeiro emprego, Figura 63).

Por fim, verificam-se também aqui baixos níveis de escolaridade na larga maioria da população: 65,3% da população com 15 ou mais anos possui uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (Figura 65).

Figura 80: Localização da comunidade desfavorecida de Chãos-Bitarães e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOT,UP



Figura 81: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Chãos-Bitarães

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	120
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	35
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	65
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	20
Nº Famílias Clássicas 2011	42
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	4
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	3
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	80
População Residente Ensino Secundário 2011	10
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	0
População Residente Ensino Superior 2011	3
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	24
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	64
População Residente Reformada /Pensionista 2011	22
População Residente Desempregada 2011	5
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	2
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	3
Taxa Desemprego	8%
População Residente Empregada 2011	59
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	21
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	38
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	30
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	17
Nº Edifícios Degradados 2011 *	6
Nº Total Alojamentos 2011	45
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	3
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	10
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.8 Comunidade Desfavorecida de Cristelo

Esta Comunidade Desfavorecida, situada na freguesia de Cristelo, evidencia também duas situações que importa diferenciar: no Bairro Gajão (*bairro social*), as necessidades de intervenção registadas são sobretudo as que se relacionam com a qualificação das áreas comuns e espaço público envolvente. Ademais, impõe-se intervenção visando a qualificação da população residente, que apresenta níveis de escolaridade globalmente muito baixos. Em Figueiró, *área urbana consolidada*, residem várias famílias numerosas e em risco de exclusão social. Há também um número relevante de famílias carenciadas e de idosos em situação de isolamento social.

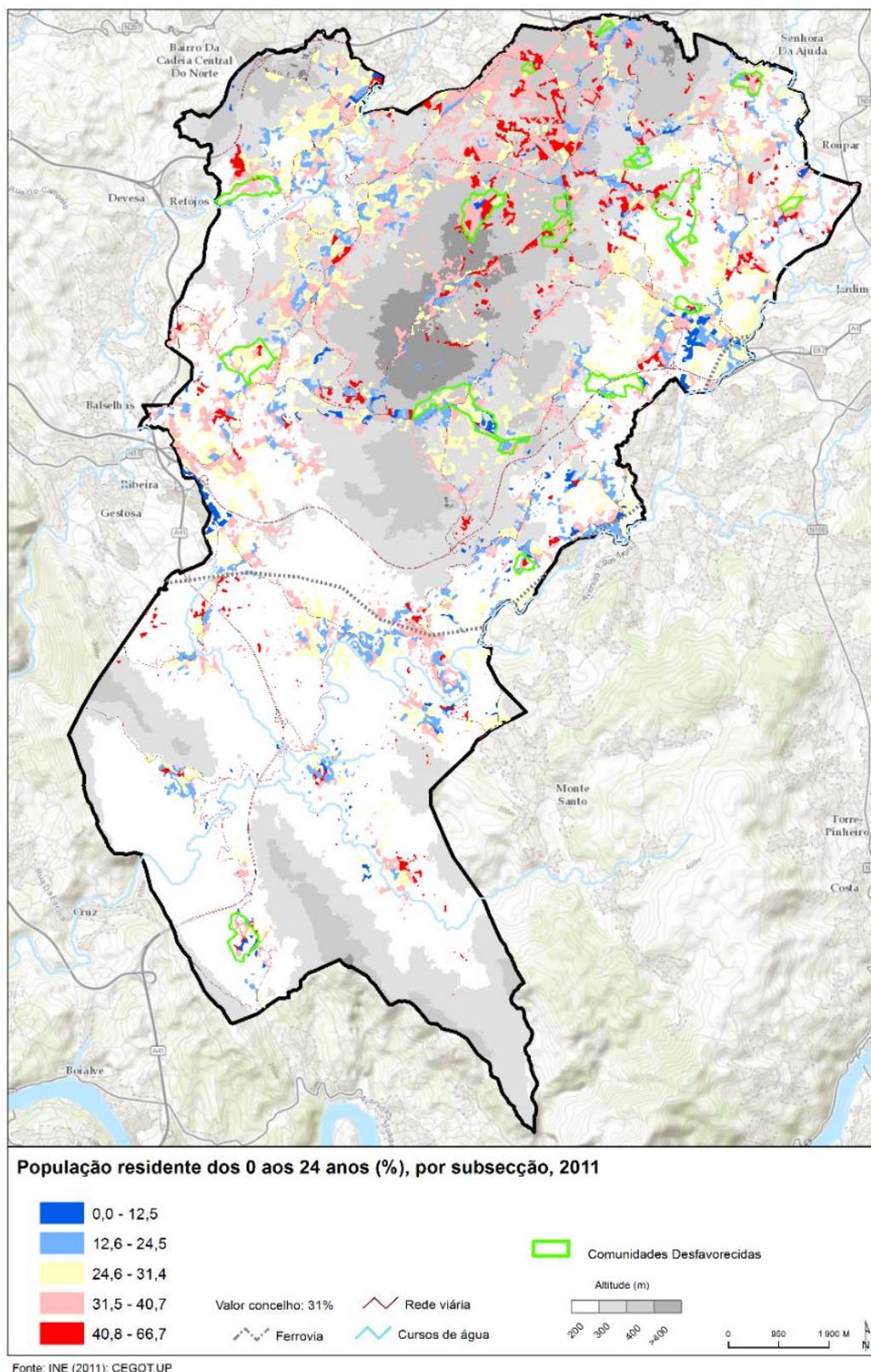
Na sua globalidade, esta CD possui 147 edifícios (todos de cariz residencial, Figura 54) e 245 alojamentos familiares (Figura 55), dos quais 12,7% se encontram desocupados (Figura 56). 17,7% dos seus edifícios exibem algum grau de degradação (Figura 52) e alguns dos seus alojamentos possuem debilidades, sobretudo, em termos de instalações de banho (2,5%, Figura 53).

Residiam, em 2011, nesta CD 651 indivíduos (47,6% do sexo feminino e 52,4% do sexo masculino), num total de 202 famílias, na sua maioria (57,4%) compostas por 3 ou 4 elementos (Figura 57 e Figura 58). Trata-se de uma comunidade jovem, onde a proporção de indivíduos com idades inferiores a 25 anos ascende aos 35,6% e o índice de envelhecimento fica-se pelos 40,7% (Figura 60, Figura 61 e Figura 82). Quase três quartos da sua população com 65 ou mais anos vive sozinha (71,4%, Figura 59), o que deve ser tido em linha de conta nos planos de ação social das entidades competentes.

O desemprego atinge quase um quarto da população ativa desta CD (21,5%), sendo que, mais uma vez, deve ser dada especial atenção ao desemprego jovem, na medida em que 25,4% dos desempregados não conseguiram ainda sequer entrar no mercado de trabalho (Figura 62 e Figura 63). O número de famílias que sofrem de desemprego volta a assumir nesta Comunidade Desfavorecida valores bastante acima da média nacional e concelhia: 27,8% das famílias possuía, em 2011, pelo menos um elemento na condição de desempregado (Figura 64). As baixas qualificações da população é também uma constante nesta área, sendo que a proporção de indivíduos com 15 ou mais anos com escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico ascende, aqui, aos 70,0%, existindo ainda uma taxa de analfabetismo de cerca de 5,1% (Figura 65 e Figura 90).

A necessidade de intervenção num tal quadro social impõe a relevância da construção de um equipamento de cariz sociocultural capaz de servir a comunidade local.

Figura 82: População residente com idades compreendidas entre os 0 e 24 anos, por subsecção, em 2011



Nota: Classes mais jovens – categorias a vermelho; classes menos jovens - categorias a azul.

Figura 83: Localização da comunidade desfavorecida de Cristelo e aspetos do seu edificado e espaço público

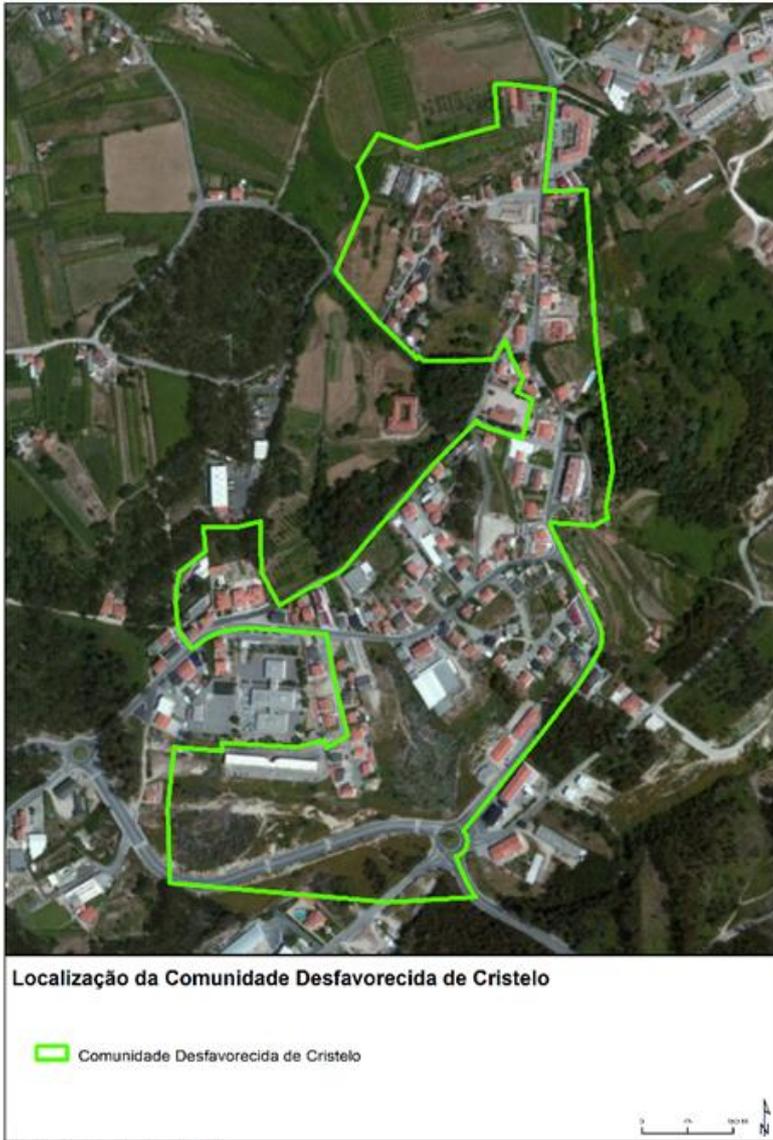


Figura 84: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Cristelo

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	651
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	232
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	364
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	55
Nº Famílias Clássicas 2011	202
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	39
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	29
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	462
População Residente Ensino Secundário 2011	33
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	5
População Residente Ensino Superior 2011	18
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	104
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund. + superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	311
População Residente Reformada /Pensionista 2011	76
População Residente Desempregada 2011	67
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	17
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	50
Taxa Desemprego	22%
População Residente Empregada 2011	244
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	4
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	151
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	89
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	147
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	47
Nº Edifícios Degradados 2011 *	26
Nº Total Alojamentos 2011	245
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	31
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	94
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.9 Comunidade Desfavorecida de Gandra

A Comunidade Desfavorecida de Gandra (localizada na freguesia com a mesma designação), corresponde a um *bairro clandestino*, na tipologia de comunidades desfavorecidas do PEDU. As casas são de génese ilegal, as acessibilidades (em terra) são muito débeis e a iluminação pública é desadequada, características a que se junta a situação de carência socioeconómica e de baixa qualificação académica e profissional de muitos dos membros das famílias residentes, em especial das que se encontram afetadas pelo desemprego.

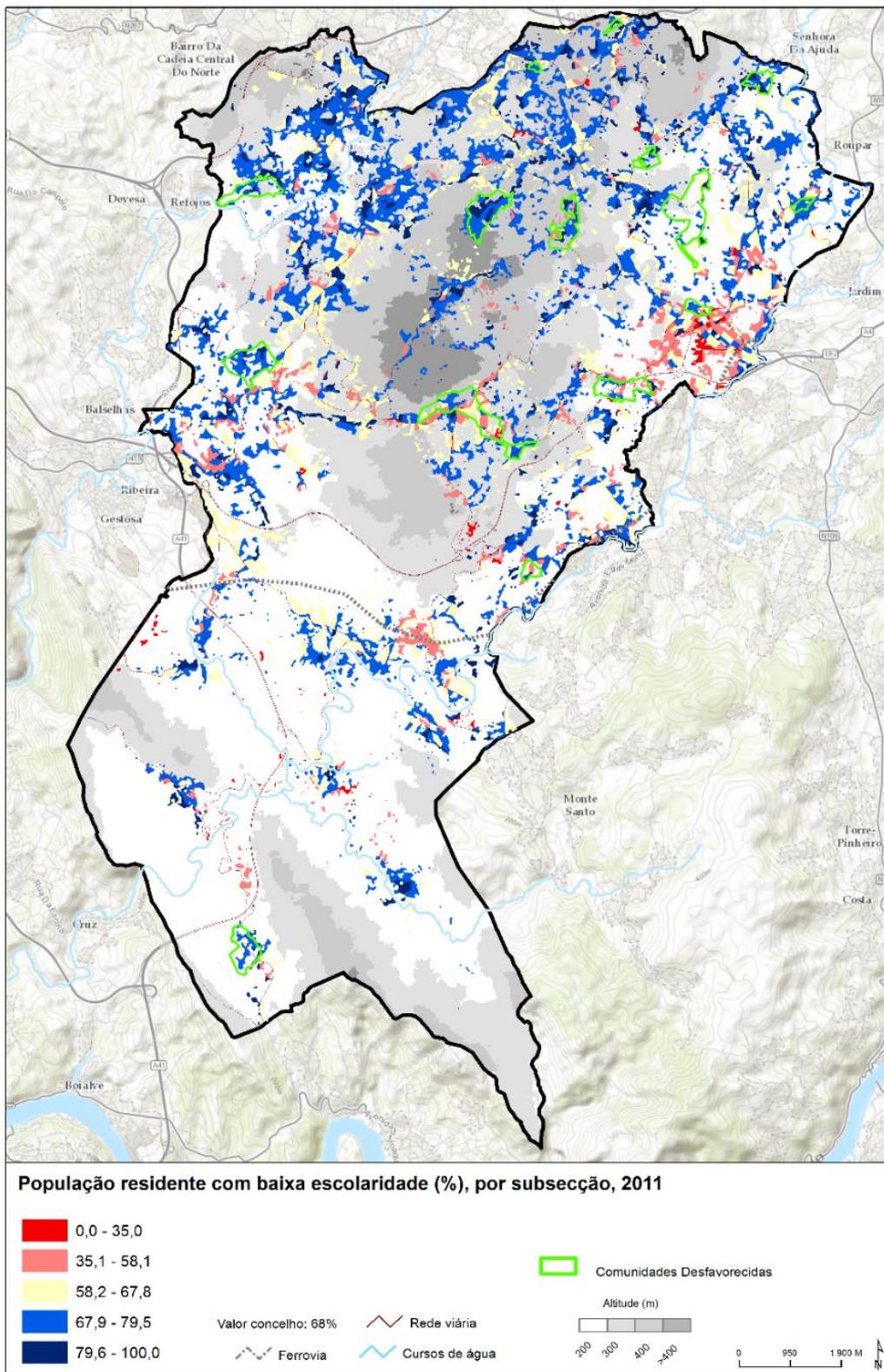
De forma mais pormenorizada, existiam, à data dos Censos 2011, nesta área, 223 edifícios (todos de cariz residencial, Figura 54), entre os quais 22,4% possuíam algum nível de degradação (Figura 52). Dos 253 alojamentos existentes (todos de natureza familiar clássico, Figura 55), apenas 1,6% se encontravam desocupados (Figura 56), sendo que 3,4% não possuíam instalações de banho (Figura 53).

Residiam aqui, em 2011, 724 indivíduos (50,1% do sexo feminino e 49,9% do sexo masculino), num total de 235 famílias, constituídas sobretudo por 1 ou 2 elementos (34,5%) ou por 3 ou 4 elementos (53,2%, Figura 57 e Figura 58). Estamos, mais uma vez, perante uma comunidade relativamente jovem, onde o índice de envelhecimento é de 74,7% (Figura 61).

Em termos socioeconómicos, esta Comunidade Desfavorecida aufere uma taxa de desemprego na ordem dos 14,3%, fazendo-se sentir em cerca de 20,0% das famílias (Figura 62 e Figura 64).

Por último, 67,0% da população residente com 15 ou mais anos possui uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico (Figura 65 e Figura 85).

Figura 85: População residente com baixos níveis de escolaridade, por subsecção, em 2011



Nota: Classes mais desfavoráveis (níveis de escolaridade mais baixos) – categorias a azul; classes mais favoráveis (níveis de escolaridade mais baixos) - categorias a vermelho.

Figura 86: Localização da comunidade desfavorecida de Gandra e aspetos do seu edificado e espaço público



Figura 87: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Gandra

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	724
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	217
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	433
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	74
Nº Famílias Clássicas 2011	235
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	26
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	27
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	516
População Residente Ensino Secundário 2011	65
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	2
População Residente Ensino Superior 2011	18
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	96
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	356
População Residente Reformada /Pensionista 2011	107
População Residente Desempregada 2011	51
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	10
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	41
Taxa Desemprego	14%
População Residente Empregada 2011	305
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	149
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	156
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	223
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	71
Nº Edifícios Degradados 2011 *	50
Nº Total Alojamentos 2011	253
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	4
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	70
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.10 Comunidade Desfavorecida de Gondalães

A Comunidade Desfavorecida de Gondalães (bairro social), localizado na freguesia de Gondalães, é constituída por 74 edifícios (todos de natureza residencial, Figura 54) e 131 alojamentos familiares (Figura 55). À data dos Censos 2011, 12,2% dos alojamentos familiares encontravam-se vagos e 28,4% dos edifícios revelavam algum estado de degradação (Figura 56 e Figura 52). 3,8% dos alojamentos familiares de residência habitual não possuíam instalações de banho (Figura 53).

Residiam, em 2011, nesta Comunidade Desfavorecida 108 famílias (sobretudo compostas por 3 ou 4 pessoas – 63,0%, Figura 57), congregando um total de 352 indivíduos (53,7% do sexo feminino e 46,3% do sexo masculino, Figura 58). Com um índice de envelhecimento de 23,2% e uma proporção de jovens com idades inferiores a 25 anos de cerca de 39,2%, a Comunidade Desfavorecida de Gondalães surge como a mais jovem das comunidades aqui em análise (Figura 60 e Figura 61).

Contudo, o panorama torna-se menos favorável quando voltamos a nossa atenção para as dimensões socioeconómica e escolar. De acordo com a equipa técnica do município de Paredes, boa parte das famílias residentes apresentam vulnerabilidades económicas, não só porque em muitas famílias as principais fontes de rendimento provêm de trabalhos esporádicos ou de prestações sociais (pensões e prestações do RSI), mas também porque, quando empregados, os indivíduos auferem remunerações, em geral, muito reduzidas. A situação familiar torna-se ainda mais vulnerável na presença de desemprego: em 2011, a taxa de desemprego nesta Comunidade Desfavorecida era de 14,6% e afetava 17,6% das famílias (Figura 62 e Figura 64).

A agravar a situação, também aqui os níveis de qualificação da população residentes são, em média, muito baixos: 65,9% dos residentes com 15 ou mais anos possuem uma escolaridade inferior ao 9.º ano (Figura 65).

Vale a pena ainda relembrar que no território desta Comunidade Desfavorecida vão ser realojadas as famílias de etnia cigana que atualmente residem junto ao Bairro do Sonho.

Figura 88: Localização da comunidade desfavorecida de Gondalães e aspetos do seu edificado e espaço público



Localização da Comunidade Desfavorecida de Gondalães

 Comunidade Desfavorecida de Gondalães



Fonte: CM-Paredes; CEGOT.UP



Figura 89: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Gondalães

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	352
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	138
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	195
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	19
Nº Famílias Clássicas 2011	108
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	9
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	12
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	240
População Residente Ensino Secundário 2011	27
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	2
População Residente Ensino Superior 2011	16
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	55
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	185
População Residente Reformada /Pensionista 2011	24
População Residente Desempregada 2011	27
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	6
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	21
Taxa Desemprego	15%
População Residente Empregada 2011	158
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	10
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	74
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	74
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	74
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	28
Nº Edifícios Degradados 2011 *	21
Nº Total Alojamentos 2011	131
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	16
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	48
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

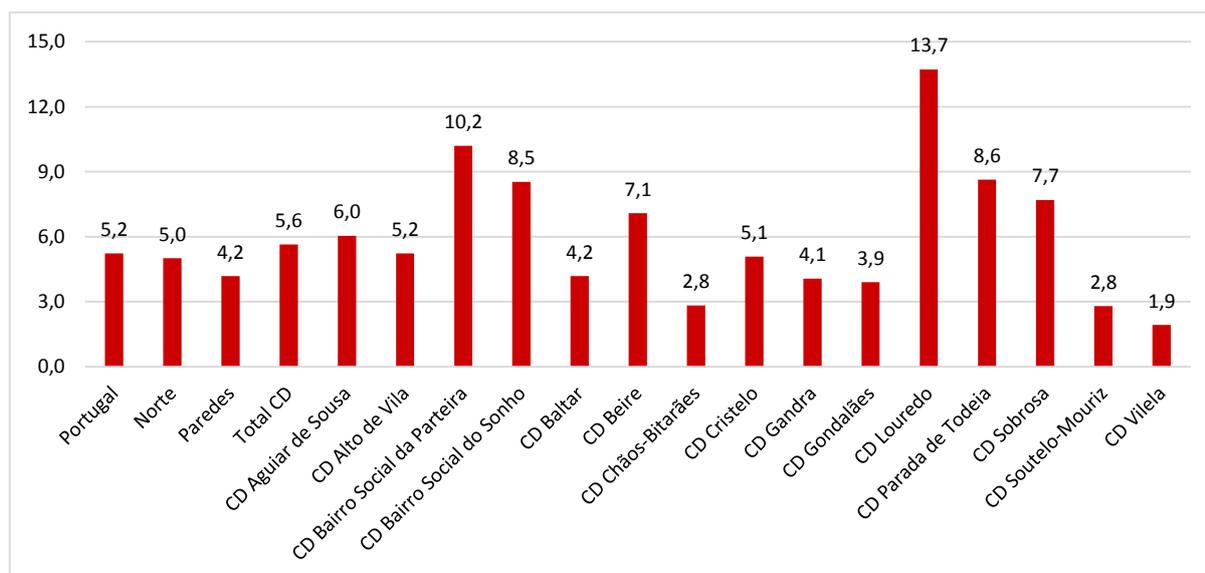
1.2.11 Comunidade Desfavorecida de Louredo

Esta Comunidade Desfavorecida, localizada na freguesia de Louredo, corresponde a uma *área urbana consolidada*. Em 2011, existiam nesta área 21 edifícios, num total de 24 alojamentos familiares (Figura 54 e Figura 55). 16,7% dos alojamentos encontravam-se desocupados e 19,0% dos edifícios apresentavam algum grau de degradação (Figura 56 e Figura 52). Alguns dos alojamentos possuem ainda debilidades em termos de instalações sanitárias (10,0%) e de banho (15,0%, Figura 53).

Residiam, em 2011, nesta CD 20 famílias, num total de 56 indivíduos (48% do sexo feminino e 52% do sexo masculino, Figura 58). Metade das famílias são compostas por 1 ou 2 pessoas, enquanto 35% são constituídas por 3 ou 4 pessoas e 15% por 5 ou mais pessoas (Figura 57). Trata-se de uma população relativamente jovem: apenas 10,7% da população possui 65 ou mais anos (Figura 60), situando-se o índice de envelhecimento na casa dos 66,7% (Figura 61).

A taxa de desemprego ronda os 18,5% (+5,3 p.p. que a média nacional, Figura 62), sendo que 40% dos desempregados encontram-se à procura do primeiro emprego, sugerindo que muitos dos desempregados são jovens (Figura 63). Também aqui se registam valores bastante elevados no que diz respeito aos baixos níveis de escolaridade: 68% dos residentes com 15 ou mais anos possuem uma escolaridade inferior ao 9.º ano, persistindo ainda uma elevada taxa de analfabetismo – 13,7% (Figura 65 e Figura 90).

Figura 90: Taxa de analfabetismo por localização geográfica, 2011



Fonte: INE; Censos 2011

A existência de um número considerável de famílias carenciadas e com baixos níveis de qualificação sugere, portanto, a pertinência do reforço dos equipamentos socioculturais de apoio aqui existentes, sendo que a presença de uma antiga escola primária e de uma antiga serração, considerada património cultural concelhio, abre a possibilidade de uma intervenção a este nível.

Figura 91: Localização da comunidade desfavorecida de Louredo e aspetos do seu edificado e espaço público

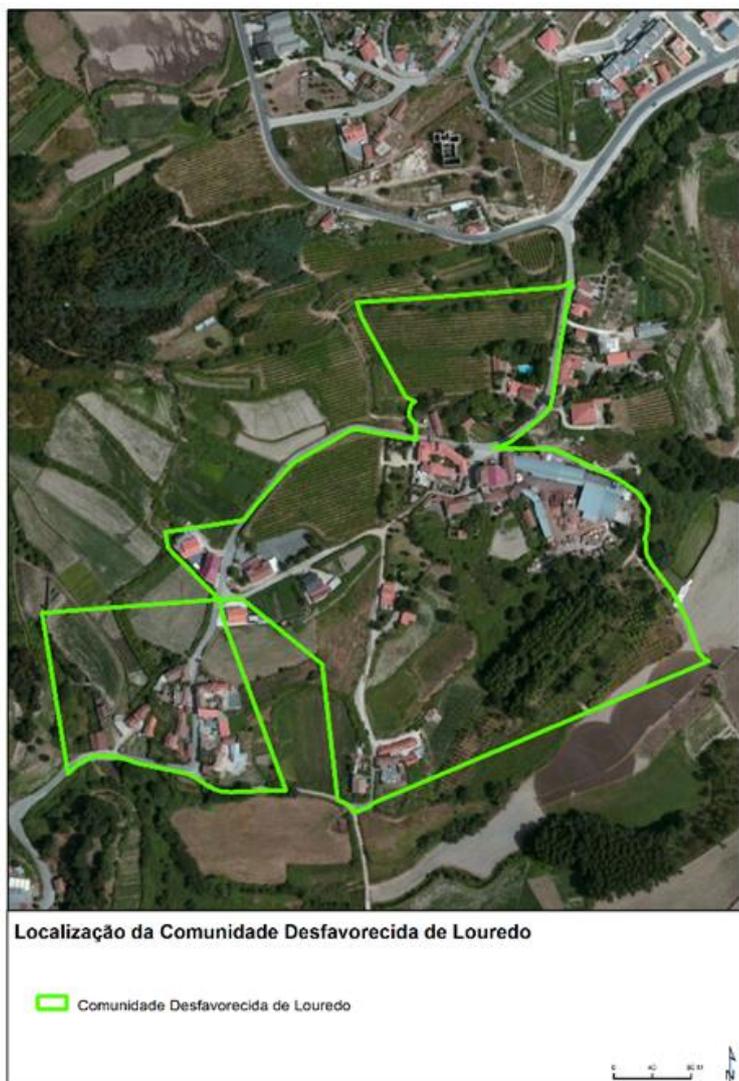


Figura 92: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Louredo

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	56
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	16
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	34
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	6
Nº Famílias Clássicas 2011	20
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	4
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	7
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	36
População Residente Ensino Secundário 2011	1
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	0
População Residente Ensino Superior 2011	3
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	9
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	27
População Residente Reformada /Pensionista 2011	10
População Residente Desempregada 2011	5
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	2
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	3
Taxa Desemprego	19%
População Residente Empregada 2011	22
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	7
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	15
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	21
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	16
Nº Edifícios Degradados 2011 *	4
Nº Total Alojamentos 2011	24
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	4
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	6
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.12 Comunidade Desfavorecida de Parada de Todeia

Na Comunidade Desfavorecida de Parada de Todeia, uma *área urbana antiga* localizada na freguesia de Parada de Todeia, verificam-se necessidades claras de reabilitação do edificado e de requalificação do espaço público envolvente.

Em 2011, nesta área foram identificados 34 edifícios clássicos (Figura 54), num total de 36 de alojamentos familiares (Figura 55), dos quais 13,9% se encontram vagos (Figura 56). Cerca de metade dos edifícios (52,9%) apresenta algum estado de degradação e 10,0% dos alojamentos familiares de residência habitual não possui instalações de banho (Figura 52 e Figura 53).

Residiam, à data dos Censos 2011, nesta Comunidade Desfavorecida 30 famílias (na sua maioria compostas por 3 ou 4 pessoas), congregando 96 indivíduos (53,1% do sexo feminino e 46,9% do sexo masculino, Figura 58). O índice de envelhecimento de cerca de 50% atesta a juvenildade desta Comunidade Desfavorecida que, em 2011, apresentava uma proporção de idosos de apenas 10,4% no total da sua população residente (Figura 60 e Figura 61).

Em termos socioeconómicos e escolares, a Comunidade Desfavorecida de Parada de Todeia apresenta valores semelhantes à maioria das comunidades desfavorecidas analisadas neste documento: uma taxa de desemprego bastante acima da média nacional e concelhia (28,3%, +15,1 p.p. que Portugal e +12,8 p.p. que o concelho de Paredes, Figura 62), que se faz sentir em cerca de 30,0% das famílias e é constituída sobretudo por indivíduos à procura de novo emprego (Figura 63 e Figura 64), e níveis de escolaridade também bastante baixos (59,2% dos indivíduos residentes com 15 ou mais anos possui uma escolaridade inferior ao 9.º ano, existindo ainda uma taxa de analfabetismo de cerca de 8,6%, Figura 65 e Figura 90).

Figura 93: Localização da comunidade desfavorecida de Parada de Todeia e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOTUP



Figura 94: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Parada de Todeia

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	96
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	35
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	51
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	10
Nº Famílias Clássicas 2011	30
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	5
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	7
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	56
População Residente Ensino Secundário 2011	6
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	0
População Residente Ensino Superior 2011	5
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	22
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	46
População Residente Reformada /Pensionista 2011	11
População Residente Desempregada 2011	13
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	2
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	11
Taxa Desemprego	28%
População Residente Empregada 2011	33
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	11
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	22
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	34
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	16
Nº Edifícios Degradados 2011 *	18
Nº Total Alojamentos 2011	36
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	5
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	24
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.13 Comunidade Desfavorecida de Sobrosa

A Comunidade Desfavorecida de Sobrosa, situada na freguesia de Sobrosa, constitui uma *área urbana consolidada*, onde se verificam necessidades claras de reabilitação de alguns dos seus edifícios e de requalificação do espaço público e dos espaços verdes envolventes. Dos 16 edifícios existentes (todos de cariz residencial, Figura 54), 43,8% apresentam algum nível de degradação (Figura 52). Simultaneamente, dos 17 alojamentos identificados nesta área (Figura 55), 11,8% encontram-se desocupados (Figura 56) e 13,3% não possui instalações de banho (Figura 53).

Residiam, nesta Comunidade Desfavorecida, à data dos Censos 2011, 43 indivíduos (53,5% do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino) num total de 15 famílias (Figura 58). Trata-se também de uma comunidade jovem, em que apenas 14,0% da sua população tem 65 ou mais anos (Figura 60), sendo o índice de envelhecimento de cerca de 66,7% (Figura 61). Neste contexto, o facto de toda a sua população idosa residir só tem um peso menos negativo do que noutras comunidades desfavorecidas, na medida em que, em termos absolutos, esse valor traduz-se em 6 indivíduos (Figura 59).

A taxa de desemprego assume valores na ordem dos 9,5% (Figura 62), um dos mais baixos encontrados entre as Comunidades Desfavorecidas analisadas aqui, mas que ainda assim não deverá ser descurado.

Os baixos níveis de escolaridade mantêm-se nesta área, sendo que 76,5% da população com 15 ou mais anos não possui sequer o 9.º ano de escolaridade (Figura 65) sendo ainda possível verificar a existência de uma taxa de analfabetismo de 7,7% (+2,5 p.p. que a média nacional, Figura 90).

Figura 95: Localização da comunidade desfavorecida de Sobrosa e aspetos do seu edificado e espaço público



Figura 96: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Sobrosa

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	43
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	14
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	23
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	6
Nº Famílias Clássicas 2011	15
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	6
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	3
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	32
População Residente Ensino Secundário 2011	3
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	0
População Residente Ensino Superior 2011	1
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	4
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	21
População Residente Reformada /Pensionista 2011	6
População Residente Desempregada 2011	2
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	0
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	2
Taxa Desemprego	10%
População Residente Empregada 2011	19
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	14
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	5
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	16
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	8
Nº Edifícios Degradados 2011 *	7
Nº Total Alojamentos 2011	17
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	2
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	2
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.14 Comunidade Desfavorecida de Soutelo-Mouriz

A Comunidade Desfavorecida de Soutelo-Mouriz, situada na freguesia de Mouriz, corresponde também a uma *área urbana consolidada*, na tipologia de comunidades desfavorecidas identificadas no PEDU. Existiam na área, à data dos Censos 2011, 56 edifícios clássicos (todos de cariz residencial, Figura 54) e 66 alojamentos (todos de natureza familiar clássico, Figura 55). 12,5% dos edifícios apresentavam algum grau de degradação (Figura 52), enquanto no que diz respeito aos alojamentos, apenas 4,5% se encontravam desocupados (Figura 56) e 3,6% revelava inexistência de instalações de banho e 1,8% de instalações de água (Figura 53).

Residiam, nesta área, em 2011, 159 indivíduos (54,7% do sexo feminino e 45,3% do sexo masculino) num total de 56 famílias (Figura 58). Em termos etários, 25,2% da sua população tem menos de 25 anos, 59,1% entre 25 e 64 anos e 15,7% tem 65 ou mais anos (Figura 60), sugerindo que aqui o envelhecimento dos residentes será mais visível do que nas restantes Comunidades Desfavorecidas, o que fica comprovado quando observamos a Figura 61 que nos revela que nesta área o índice de envelhecimento ascende aos 108,7% (ou seja, o número de idosos é superior ao número de jovens com menos 15 anos). Como consequência (e causa) desse envelhecimento populacional, a dimensão das famílias é, na sua generalidade, pequena, sendo que 44,6% das famílias são compostas por 1 ou 2 elementos, 44,6% constituídas por 3 ou 4 elementos e apenas 10,7% possuem 5 ou mais pessoas (Figura 57).

A par das necessidades advindas de tal situação, existem ainda carências resultantes do elevado desemprego e das baixas qualificações da sua população residente. Em 2011, a taxa de desemprego era de 13,3% (Figura 62), sendo que 40,0% dos desempregados se encontravam à procura do primeiro emprego, o que nos indica que, por certo, muitos destes desempregados serão indivíduos em idades jovens (Figura 63).

Ao mesmo tempo, mais de metade da sua população (57,4%, Figura 65 e Figura 85) declarava, em 2011, deter níveis de escolaridade abaixo do 3.º ciclo do ensino básico, circunstância que, como já o dissemos neste relatório, dificulta a transação para uma situação de emprego.

Figura 97: Localização da comunidade desfavorecida de Soutelo-Mouriz e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOT,UP



Figura 98: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Soutelo-Mouriz

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	159
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	40
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	94
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	25
Nº Famílias Clássicas 2011	56
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	10
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	4
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	92
População Residente Ensino Secundário 2011	17
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	1
População Residente Ensino Superior 2011	23
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	22
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	75
População Residente Reformada /Pensionista 2011	32
População Residente Desempregada 2011	10
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	4
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	6
Taxa Desemprego	13%
População Residente Empregada 2011	65
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	22
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	43
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	56
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	33
Nº Edifícios Degradados 2011 *	7
Nº Total Alojamentos 2011	66
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	3
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	14
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

1.2.15 Comunidade Desfavorecida de Vilela

Finalmente, a Comunidade Desfavorecida de Vilela, situada na freguesia de Vilela e que representa igualmente uma *área urbana consolidada*, apresenta situações internamente muito diferenciadas, com destaque para um conjunto de casas prefabricadas que o Município edificou com vista ao realojamento de famílias afetadas pelo tornado registado em 2014. Impõe-se a melhoria do espaço público envolvente às habitações e a requalificação da antiga escola primária, para transformação em equipamento sociocultural.

De uma forma mais pormenorizada, nesta área registou-se, em 2011, a existência de 16 edifícios clássicos (todos de cariz residencial, Figura 54), num total de 18 alojamentos familiares (todos eles ocupados, Figura 55 e Figura 56).

A população residente (constituída por 58 indivíduos - 53,4% do sexo feminino e 46,6% do sexo masculino - distribuídos por 17 famílias, Figura 58) é uma população jovem que apresenta um índice de envelhecimento na casa dos 70,0% (Figura 61) e uma proporção de indivíduos com menos de 25 anos na ordem dos 39,7% (Figura 60). As famílias residentes assumem, na maioria (58,8%), uma dimensão de 3 ou 4 pessoas (Figura 57).

A proporção de idosos a residir só é, neste contexto, bastante elevada (100,0%), cuja gravidade é, no entanto, atenuada pelo facto de se tratar de uma população jovem, fazendo com que, em termos absolutos, este número não signifique mais de 7 idosos (Figura 59).

O panorama revela-se menos satisfatório quando observamos os valores referentes ao desemprego e à escolaridade da população residente nesta Comunidade Desfavorecida. Assim, de acordo com os Censos 2011, esta área possui uma taxa de desemprego de 29,6% (a mais alta entre as comunidades desfavorecidas aqui em análise) que se faz sentir em cerca de 35,3% das famílias (Figura 62 e Figura 64). Trata-se, sobretudo, de desempregados à procura de novo emprego (75,0%, Figura 63).

Em termos escolares, apenas pouco mais de um quarto da população com 15 ou mais anos (29,2%) possui pelo menos o 3.º ciclo do ensino básico completo (Figura 65).

Figura 99: Localização da comunidade desfavorecida de Vilela e aspetos do seu edificado e espaço público



Fonte: CM-Paredes; CEGOTUP



Figura 100: Síntese estatística da comunidade desfavorecida de Vilela

POPULAÇÃO	
População Residente 2011	58
População Residente Jovem (0-24 anos) 2011	23
População Residente Jovem (25-64 anos) 2011	28
População Residente Idosa (=> 65 anos) 2011	7
Nº Famílias Clássicas 2011	17
Pop. 65 anos a Residir Só 2011 *	7
Pop. Resid. Imigrante (Brasil Angola, C.Verde, S.Tomé, G.Bissau, Timor Leste; Macau) 2011	0
<i>* Valor estimado a partir da proporção de idosos sós por subsecção do INE e peso no total da população idosa da Comunidade Desfavorecida</i>	
ESCOLARIDADE	
População Residente Não Sabe Ler/ Escrever 2011	1
População Residente Ensino 1º, 2º e 3º Ciclo 2011	42
População Residente Ensino Secundário 2011	6
População Residente Ensino Pós-Secundário 2011	0
População Residente Ensino Superior 2011	1
Pop. Resid. sem Nível de Escolaridade Completo 2011*	8
<i>* População Resid. sem Nível Escolaridade Completo = Pop. Residente - (Não sabe ler/escrever + ensino básico + secundário + pós-secund.+ superior)</i>	
DESEMPREGO / EMPREGO	
População Residente Ativa 2011	27
População Residente Reformada /Pensionista 2011	11
População Residente Desempregada 2011	8
Pop. Resid. Desempregada Procura 1º Emprego 2011	2
Pop. Resid. Desempregada à Procura de Novo Emprego 2011	6
Taxa Desemprego	30%
População Residente Empregada 2011	19
Pop. Resid. Empregada no Setor Primário 2011	0
Pop. Resid. Empregada no Setor Secundário 2011	12
Pop. Resid. Empregada no Setor Terciário 2011	7
EDIFICADO	
Nº Total Edifícios Clássicos 2011	16
Nº Edifícios Antigos (Construídos até 1980) 2011	2
Nº Edifícios Degradados 2011 *	0
Nº Total Alojamentos 2011	18
Nº Alojamentos Familiares Não Clássicos 2011	0
Nº Alojamentos Vagos 2011	0
Nº Alojamentos Sobrelotados 2011	6
<i>* Cálculo estimado a partir da proporção de edifícios com necessidades de reparação (pequenas, médias, grandes e muito degradados) do INE</i>	

2. Identificação das necessidades encontradas e definição da estratégia de intervenção para resposta às mesmas

Tendo em conta os elementos de diagnóstico da situação social do centro urbano recolhidos e analisados, e considerando a identificação, delimitação e caracterização das áreas de ação integrada a incluir no PAICD do PEDU de Paredes realizadas no ponto anterior, perfilam-se no horizonte deste Plano quatro eixos de intervenção estratégica principais. Tais eixos apresentam-se alinhados quer com os objetivos fundamentais do *Portugal 2020*, quer com os correspondentes objetivos do *Programa Operacional Regional Norte*. A sua definição está também em sintonia com a visão e a priorização de investimentos feita pelo Município no quadro da elaboração do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto e tem em consideração quer as indicações contidas no *Plano de Desenvolvimento Social* concelhio, quer as orientações estratégicas definidas pelo Município para a ação a desenvolver neste domínio no horizonte temporal de 2015 a 2020.

Assim, um **primeiro eixo de intervenção estratégica** não poderá deixar de confrontar a **PROBLEMÁTICA DO DESEMPREGO, QUER JOVEM, QUER DE LONGA DURAÇÃO**, através de ações capazes de garantir a promoção do emprego e da empregabilidade, num quadro de elevação dos níveis de qualificação académica e profissional da população residente. Esta aposta, plasmada no Plano de Desenvolvimento Social que o Município pretende ver concretizado no Horizonte 2020, terá necessariamente que ser transversal ao PEDU e extensível a toda a respetiva área de intervenção; todavia, o PAICD não deixará de contribuir para a sua operacionalização nos contextos socioterritoriais em que ela é mais premente. Assim, prevê-se a possibilidade de concretização das seguintes linhas de atuação prioritárias:

(1) A primeira implica o desenvolvimento de uma plataforma de ações de apoio técnico/formação à auto-organização dos cidadãos, proporcionando assim vias alternativas de empregabilidade nas áreas do *design* das madeiras e seus derivados, mas também da jardinagem, dos serviços de proximidade domésticos e dos produtos e artigos biológicos e macrobióticos. Através do desenvolvimento desta plataforma, seria criada uma bolsa municipal de profissionais, desempregados qualificados em diferentes áreas (hortas, jardinagem, carpintaria, limpezas, etc.), tendo como principal objetivo a criação de oportunidades de trabalho e de desenvolvimento de competências, de forma a manter a ligação ao mercado de trabalho, mesmo que de uma forma não convencional. Paralelamente,

fomentar-se-ia o surgimento de *start ups* empreendedoras por parte destas populações assentes nos valores da economia solidária.

(2) A segunda linha a desenvolver envolve a concretização de redes de aprendizagem em ação, isto é, um conjunto integrado de iniciativas no qual se destaca a criação de uma plataforma digital que potencie as aprendizagens interativas em rede por parte destas populações, mobilizando os vários atores educativos locais. Assim, existe uma intenção deliberada de valorização e transmissão destes saberes, aumentando as competências, mas disseminando simultaneamente estas atividades.

(3) A terceira linha relaciona-se com a realização de momentos emblemáticos de divulgação da importância do empreendedorismo e da economia solidária na revivificação económica e social das populações de Paredes. Assim, propõe-se a realização de uma Feira de Emprego, formação e empreendedorismo que conte com a participação de várias entidades (escolas, universidades, centros de formação, empresas, artesãos, escolas profissionais, empresas de recrutamento e seleção, entre outros), com o objetivo de expor e divulgar oferta em termos de formação, educação e emprego. Complementarmente, também será concretizada por uma Feira das Associações mostrando anualmente e num acontecimento emblemático a todo o concelho, a importância das associações como pilares do desenvolvimento comunitário e motores de uma “outra” economia. Esta Feira pretende dar apoio a todas as associações concelhias ajudando a mostrar e divulgar o associativismo concelhio e todos os seus projetos.

Um **segundo eixo de intervenção** direciona-se para o **AUMENTO DOS ÍNDICES DE COESÃO SOCIOTERRITORIAL E DE QUALIDADE HABITACIONAL E DE VIDA DO CONCELHO**, através da qualificação da habitação social e de outros focos de habitação clandestina e/ou degradada e da requalificação dos espaços públicos envolventes.

Um **terceiro eixo de intervenção estratégica** deverá visar a **AMPLIAÇÃO E O REFORÇO DA REDE DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS DO CONCELHO**, que nesta altura se apresenta deficitária em diversos contextos e áreas de intervenção. A criação de diversos novos equipamentos-âncora permitirá reforçar o potencial de intervenção social em prol da população e sedear a atuação imaterial de que o desenvolvimento social do concelho de Paredes carece.

Paralelamente, permitirá, através de uma **PROGRAMAÇÃO SISTEMÁTICA E CONTÍNUA, UM REFORÇO DAS MEMÓRIAS E ENRAIZAMENTO IDENTITÁRIO** – eixos tão importantes de abordagem a um território que cresceu tão depressa pautado por evidentes sinais de “não-cidade”, não urbanidade, não

qualidade de vida. Uma priorização das intervenções a realizar consideraria, em princípio, as seguintes linhas de desenvolvimento:

(i) Paredes tem forte tradição comunitária de prática amadora de teatro. Assim, e considerando o potencial do teatro comunitário e amador como processo de reforço identitário, esta ação prevê o desenvolvimento de um programa de desenvolvimento sociocultural comunitário que visa a dinamização de grupos locais de teatro amador, designadamente nas Comunidades Desfavorecidas elencadas neste Plano.

(ii) O programa será estruturado pelas seguintes linhas orientadoras: colocação, junto dos grupos aderentes, de jovens artistas com formação superior em teatro e prática profissional para dinamização dos grupos nas diferentes vertentes: formação e encenação; responsabilização dos grupos na sua dinamização interna, através da celebração de um protocolo anual com o Município, no qual os mesmos se comprometam a apresentar um número mínimo de espetáculos a apresentar de forma itinerante por todo o concelho, e também em externalizar a sua atividade, apresentando espetáculos em concelhos vizinhos. Trata-se não tanto de um projeto puramente artístico, mas antes essencialmente comunitário, pelo impacto local, não só do ponto de vista artístico, mas muito mais enquanto pessoas, no aumento dos níveis de autoestima e de desenvolvimento de competências sociais e relacionais.

(iii) O desenvolvimento deste programa será enriquecido com a realização anual de um Festival de Teatro Amador. Esta iniciativa contará com a participação dos grupos de teatro dinamizados por este programa. A programação do festival será constituída por espetáculos que os grupos do concelho candidatam à iniciativa e que concorrem, então, aos prémios de melhor peça, melhor interpretação masculina e feminina e ainda ao prémio revelação. Para além deste momento emblemático, os grupos de teatro amador constituídos serão chamados a animar e dinamizar a Feira Medieval de Vilela. O objetivo principal é que a Feira retrate acontecimentos ou tradições de carácter local ou regional, fundamentados em documentação ou outros elementos da história local.

(iv) Assim, a dinamização da feira através destas encenações quotidianas locais permitirá: promover o conhecimento e o reconhecimento da história e da cultura local e do país de um modo empreendedor e facilitador para a circulação de novos produtos, nomeadamente produtos culturais; envolver a população local na recriação do ambiente histórico vivido como fator de enriquecimento do próprio evento; promoção e valorização do património através da teatralização; aumentar o enraizamento e

as memórias coletivas, assumindo-se como um produto diferenciado, assente num enredo original. Finalmente, os grupos de teatro amador comunitário também serão peça basilar na concretização da Feira do Livro. A Feira do Livro desenvolvida pela Biblioteca Municipal de Paredes pretende estimular o hábito da leitura e aproximar os leitores paredenses dos escritores, para debate de ideias e celebração do encontro do criador com o público. Um fator diferenciador da Feira do Livro de Paredes será, assim, a encenação das obras por parte de grupos de teatro locais como pedra de toque base da sua programação.

Finalmente, um **quarto eixo de intervenção estratégica** visará, numa ótica de desenvolvimento comunitário, a **PROMOÇÃO DE MODALIDADES DE DINAMIZAÇÃO DA VIDA CULTURAL E ASSOCIATIVA DO CONCELHO, COM VISTA À GARANTIA DE NOVAS OPORTUNIDADES** de troca intercultural, convivialidade interidentitária e integração/ inclusão social da população residente, designadamente dos segmentos social e simbolicamente mais descapitalizados. Este eixo de intervenção orientar-se-á para:

(i) A aposta num programa de proximidade destinado a resolver diferentes problemáticas sociais, nomeadamente as que concernem ao abandono e insucesso escolar – problemáticas muito presentes em Paredes. O objetivo desta ação é combater o insucesso e o abandono escolares, através da constituição de uma rede de mediadores de capacitação para o sucesso escolar, cuja formação de base é na área das ciências sociais. Essa rede de mediadores aplica no terreno a metodologia EPIS que trabalha os alunos do 2.º e 3.º ciclos sinalizados, como estando em risco de insucesso escolar. Os alunos sinalizados podem apresentar risco em umas ou mais de 4 vertentes: família; escola; aluno e território. Para cada vertente de risco são aplicadas técnicas que potenciam a oportunidade de o aluno ultrapassar as suas dificuldades, que envolvem um plano de intervenção cujo compromisso é assinado por vários intervenientes no sucesso escolar: diretor de turma; aluno, família, comunidade e mediador.

(ii) O desenvolvimento de um conjunto integrado de iniciativas destinadas aos alunos do ensino básico que visam promover a qualidade do ensino e das aprendizagens, valorizar e reconhecer a ação docente e apoiar a adoção de tecnologias digitais e de formas mais eficazes de organizar o ensino e as aprendizagens, tais como: a criação e gestão de centro de recursos educativos de base municipal; projeto para reforço da utilização de *tablets* e /ou outras tecnologias digitais na aprendizagem; possibilidade de os professores encontrar novos recursos de aprendizagem e novos cenários pedagógicos; desenvolver variadas formas de pesquisa, desenvolver projetos, jogos, atividades dentro e fora da sala de aula, individualmente e em grupo.

(iii) A implementação de espaços de saberes e de aprendizagem enquanto espaços que permitem aos alunos do concelho de Paredes estarem ocupados de forma lúdica e educativa durante o período após termo da atividade letiva, nas interrupções letivas e durante os meses de Verão. O programa de atividades será elaborado pelo Município em articulação com as entidades com as quais o Município venha a estabelecer protocolo (sendo as associações de Pais e as associações locais entidades parceiras preferenciais) e com a direção de cada agrupamento de escolas onde seja dinamizado cada campo de aprendizagem. O programa de atividades será composto pelo seguinte: atividades que abranjam as áreas de expressão artística (pintura; dança; música; teatro e outras); atividades que permitam consciencializar para a sustentabilidade do meio ambiente; atividades que permitam encorajar o diálogo entre gerações, a partilha de conhecimentos e de saberes entre grupos de pessoas de idades diferentes; atividades que permitam a realização de visitas lúdico-pedagógicas; atividades de desenvolvimento da capacidade criativa das crianças e jovens através do jogo e das expressões musical, dramática e desportiva; atividades de sensibilização para a importância de preservar a memória e a criatividade do património e herança cultural.

Programas Sociais em curso no Município de Paredes

- Rede Social de Paredes - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Rede+Social/>
- Diagnóstico Social de Paredes - <http://www.cm-paredes.pt/NR/rdonlyres/0CE5F0B1-2BF1-4C38-9F76-93A791133DA6/62443/DIAGNOSTICOSOCIAL2014.pdf>
- Plano de Ação da Rede Social de Paredes - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Rede+Social/>
- Ação Social Paredes - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/A%C3%A7%C3%A3o+Social/>
- Habitação Social Paredes - http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/habit_social/
- Paredes Social - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Paredes+Social/>

- Igualdade de Género - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Igualdade+de+Genero/>
- Paredes na Rota da Proteção do Idoso - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Paredes+na+Rota+da+Prote%C3%A7%C3%A3o+do+Idoso/>
- APOIARE - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/APOIARE/>
- Projeto Cidades - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Projeto+Cidades/>
- Gabinete de Acompanhamento Psicológico - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/GAP/>
- Banco Local de Voluntariado - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/BLV/>
- Projeto de Teleassistência - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Teleassist%C3%Aancia/>
- Projeto Previne Paredes - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/Previne+Paredes/>
- PPMM Projeto-piloto Mediadores Municipais - <http://www.cm-paredes.pt/VSD/Paredes/vPT/Publica/A%C3%A7%C3%A3o+Municipal/A%C3%A7%C3%A3o+Social/PPMM/>
- Plano de Desenvolvimento Económico e Social Integrado do Tâmega e Sousa
- <http://empreendedor.cimtamegaesousa.pt/contents/rules/1RegulamentoPremioEmpresas.pdf>

3. Identificação indicativa das ações e investimentos a desenvolver

Tendo em conta o diagnóstico efetuado e as linhas de intervenção estratégica que acabam de ser delineadas, **propomos que o PAICD do PEDU de Paredes desenvolva um conjunto de ações capazes de operacionalizar os seguintes objetivos estratégicos:**

1. Requalificar o parque habitacional degradado e promover o acesso à habitação e à urbanidade.
2. Requalificar e animar espaços públicos inseridos em zonas desfavorecidas, criando estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local lideradas pelas respetivas comunidades.
3. Reabilitar e reconverter equipamentos de utilização coletiva de vocação social, cultural e económica, privilegiando a sustentabilidade e a qualificação dos serviços públicos numa lógica de reestruturação funcional e territorial do modelo de prestação de serviços à escala local e/ou intermunicipal.
4. Fomentar a empregabilidade e combater o desemprego de longa duração, potenciando a emergência de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base lideradas pelas respetivas comunidades.
5. Combater o insucesso escolar e a integração dos jovens, minorando as saídas precoces do sistema educativo, enfrentando o insucesso escolar, recuperando jovens com percursos de insucesso, os jovens NEET, integrando os migrantes.
6. Promover estratégias de reforço comunitário, assentes na dinamização local e memórias coletivas, cem como nos recursos culturais e artísticos das comunidades.

Assim, para o PAICD do PEDU de Paredes, em termos de investimentos que se pretende mobilizar, identificam-se as seguintes prioridades e respetivas ações, que foram todas consideradas prioritárias:

9.89.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas

Espaço Público:

- 3.1 Espaço Público Cristelo - Comunidade de Cristelo

Edificado:

- 3.2 Habitação Social Cristelo - Comunidade de Cristelo
- 3.3 Habitação Social Paredes - Comunidade Bairro do Sonho
- 3.4 Habitação Social Gondalães - Comunidade de Gondalães
- 3.5 Habitação Social Lordelo - Comunidade Bairro Social de Parteira
- 3.6 Habitação Social Comunidade Cigana - Comunidade de Gondalães

Equipamentos de Utilização Coletiva:

- 3.7 Centro de Inclusão pela Arte - Comunidade de Gandra
- 3.8 Centro Social e Cultural de Cristelo - Comunidade de Cristelo
- 3.9 Empresa Social de Soutelo - Comunidade de Soutelo-Mouriz
- 3.10 Centro de Formação cultural e musical de Bitarães - Comunidade Senhora dos Chãos - Bitarães
- 3.11 Espaço Solidário do Outeiro / Eira Velha - Comunidade de Louredo
- 3.12 Equipamento de Solidariedade multicultural, participação cívica, empoderamento pessoal e social - Comunidade de Louredo
- 3.13 Centro Comunitário de Valcisão - Comunidade de Vilela
- 3.14 Projeto Integrado de desenvolvimento comunitário - Comunidade Alto de Vila
- 3.15 Centro Social e Cultural de Beire - Comunidade de Beire
- 3.16 Equipamento Integrado da CD de Sarnada - Comunidade de Aguiar da Beira
- 3.17 Equipamento multiusos de apoio ao desenvolvimento local - Comunidade de Baltar
- 3.18 Casa da Juventude da CD de Balmonte / Madalena - Comunidade de Gondalães

PI 9.1 Promover a inclusão social e combater a pobreza

Iniciativas de Apoio ao Empreendedorismo

- 3.19 Reagir: Capacitar & Empreender – de carácter Imaterial transversal às CD

Intervenções de Integração da população

- 3.21 Palcos de Identidades e de Afetos – de carácter Imaterial transversal às CD

PI 10.1 Investir na educação na formação e na formação profissional para aquisição de competências e aprendizagens ao longo da vida

Combate ao insucesso escolar

- 3.20 Paredes pela Inclusão Social – d de carácter Imaterial transversal às CD

Ocupação de tempos livres

- 3.22 Aprendizagens + Conhecimentos + Networks – de carácter Imaterial transversal às CD

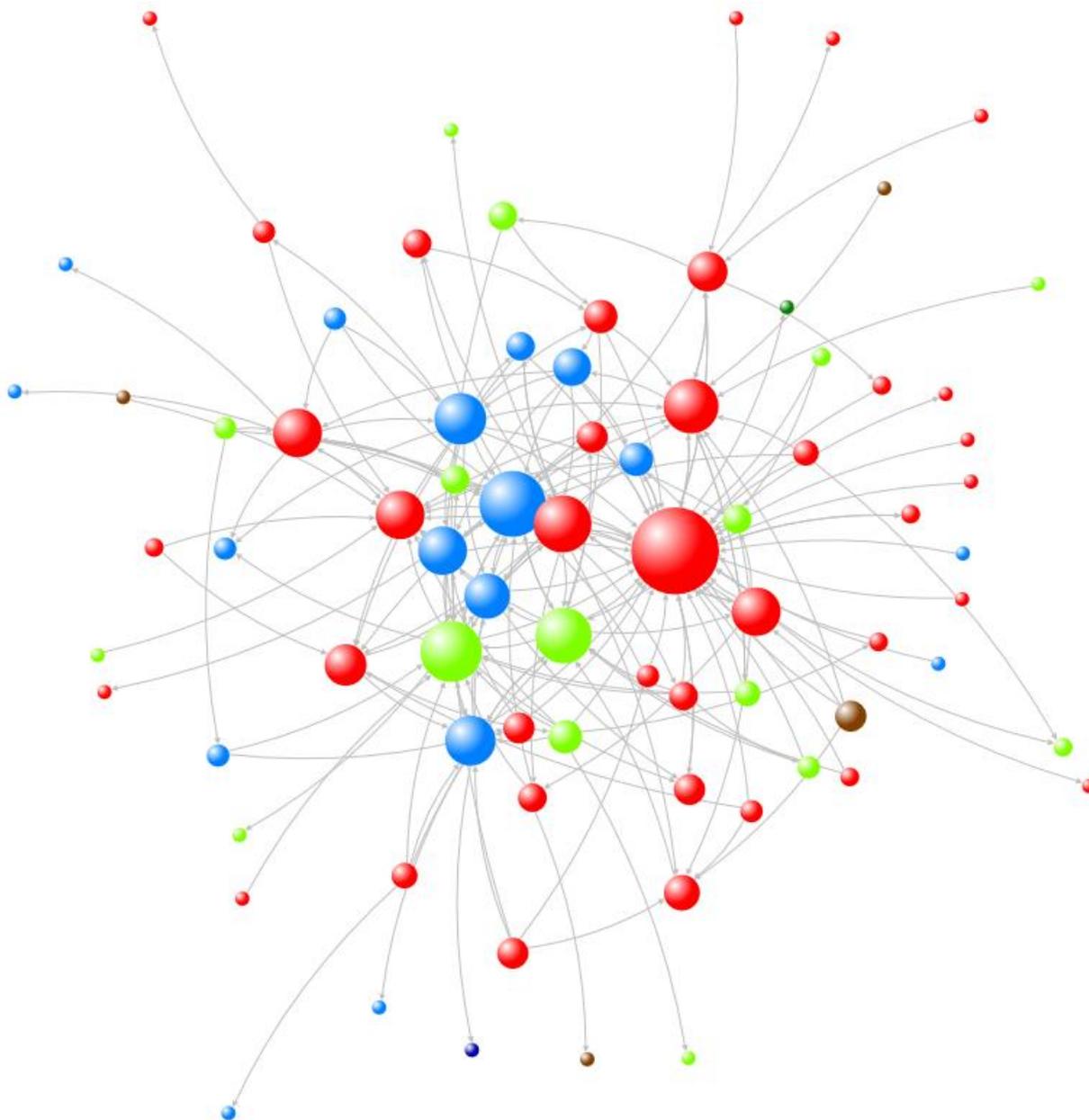
Bibliografia

CLASP [Conselho Local de Ação Social de Paredes] (2008) - *Plano de Desenvolvimento Social de Paredes*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes.

CLASP [Conselho Local de Ação Social de Paredes] (2013) - *Plano de Ação*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes.

CLASP [Conselho Local de Ação Social de Paredes] (2014) - *Diagnóstico Social do Concelho de Paredes*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes. Disponível em: <http://www.cm-paredes.pt/NR/rdonlyres/OCE5F0B1-2BF1-4C38-9F76-93A791133DA6/62443/DIAGNOSTICOSOCIAL2014.pdf>

INE (2014) - *Censos 2011: ficheiros síntese por freguesia segundo a CAOP 2012; por lugar; por subsecção*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese



PEDU

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Sumário

1. MODELO DE GESTÃO	180
NÍVEL ESTRATÉGICO	181
NÍVEL DE GESTÃO	181
RECURSOS TÉCNICOS E HUMANOS	182
2. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	183
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PEDU DE PAREDES	184
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO	185
RELATÓRIOS ANUAIS DE EXECUÇÃO	186
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	186
3. ENVOLVIMENTO E RESPONSABILIDADE DOS PARCEIROS	187

1. Modelo de Gestão

De acordo com o n.º 5 do Artigo 7.º do Reg.º (UE) 1301/2013, a AG do Norte 2020 determinará, em consulta com as AU (autoridades urbanas), o âmbito das funções a desempenhar relativas à gestão das AIDUS.

Por seu turno, o Art.º 123º do Reg.º (UE) 1303/2013 determina que o documento de designação condicionará a conformação do modelo de gestão a adotar na medida em que irá definir as atribuições e competências a exercer pelas AU.

Em coerência com o previsto na regulamentação europeia, o Reg.º Específico SEUR prevê no seu Art. 126º que as AU são responsáveis pela seleção das operações, cabendo-lhes proceder à aplicação dos critérios de seleção e atestar a conformidade da operação com o respetivo PEDU.

Apesar de subsistirem incertezas quanto às funções a delegar pela AG nas AU, cumpre propor um modelo de gestão capaz de assegurar a prossecução da estratégia e a execução dos três planos, identificando os recursos necessários ao seu funcionamento.

O desenho do modelo de gestão proposto, como poderá ser comprovado a seguir, obedece integralmente aos princípios em que assenta a governação do Portugal 2020, designadamente os princípios da: transparência e prestação de contas; participação; segregação das funções de gestão e da prevenção dos conflitos de interesses; e da racionalidade económica.

Assim, o modelo de governação proposto compreende duas componentes distintas: um nível estratégico, diretamente relacionado com o desenvolvimento urbano e que visa garantir a realização dos objetivos estratégicos do PEDU; e um nível de gestão que visa garantir a adequada gestão da execução física, financeira e administrativa.

Esta distinção corresponde a uma clara diferenciação entre a natureza das funções e visa refletir a preocupação com a segregação de funções, na medida em que o Município de Paredes, assume, simultaneamente, a qualidade de AU mas, também, age como promotor e beneficiário de candidaturas.

A coordenação de alto nível competirá à CM de Paredes dos níveis estratégico e de gestão. Não obstante, será realizada no respeito pelas atribuições e competências da Assembleia Municipal, previstas na lei.

Nível Estratégico

A esfera de atuação estratégica respeita a todas as matérias relacionadas com o desenvolvimento urbano, designadamente com a estratégia e com a sua concretização através dos planos de ação.

Desempenharão, neste âmbito, um papel de grande relevo:

- Os serviços técnicos do Município nas diferentes áreas de atuação a que caberá assegurar a execução física e financeira de um conjunto de projetos de que o Município será promotor e zelar pela coerência da ação com a estratégia do PEDU. Ficará a cargo dos serviços municipais a comunicação, a animação e gestão da parceria bem como apoiar tecnicamente a execução de projetos promovidos por outras entidades;
- A CA, a criar, que agregará os atores, públicos ou privados, cuja ação afeta o desenvolvimento urbano.

Nível de Gestão

O modelo de governação comporta, também, uma componente que respeita à gestão financeira, física e administrativa da subvenção global. No estrito respeito de princípio da segregação de funções, entendeu-se criar um Secretariado Técnico (SE) dedicado exclusivamente às tarefas de seleção de projetos, verificação das condições de elegibilidade, acompanhamento, gestão e controle físico e financeiro da execução das operações.

Será criada, no contexto do município, um SE, isto é uma estrutura de apoio técnico autónoma, dedicada exclusivamente a desempenhar estas funções.

O SE encontra-se estruturado em torno de uma área de coordenação e em quatro áreas funcionais (área administrativa e financeira; análise e controlo administrativo e financeiro), visando o respeito o princípio da segregação das funções, com uma clara separação entre as funções previstas para cada área. De referir a este propósito que se procederá à separação entre a análise das candidaturas, análise dos pedidos de pagamento e verificações físicas.

Recursos Técnicos e Humanos

O modelo de governação proposto implica a afetação de recursos humanos adequados, a tempo inteiro ou parcial. Relativamente a cada componente, estratégica e de gestão, será designado um coordenador que responderá diretamente perante a CM PAREDES, enquanto órgão de coordenação de topo.

De ponto de vista das competências técnicas, na componente estratégica, será necessário reforçar com recursos técnicos especializados nas áreas de:

- Planeamento e gestão urbana e de projeto;
- Animação da parceria e comunicação.

A componente de gestão requer, por seu lado, a afetação de recursos técnicos especializados nas áreas de:

- Gestão financeira e administrativa de fundos estruturais;
- Jurídica e contratação pública.

A complexidade técnica e a diversidade das temáticas que compõe do PEDU, poderá requerer o recurso a consultadoria externa especializada em casos pontuais, face à ausência de recursos e competências internos adequados.



2. Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação

O exercício de monitorizar e avaliar é encarado como um sistema dinâmico e em permanente atualização, capaz de recolher a informação, estruturar e articular indicadores, analisando e interpretando os progressos e mudanças, “assessorando” a avaliação do processo e dos resultados, de forma a melhorar o processo de implementação, através da introdução de alterações quer nas ações quer nos próprios objetivos e metas iniciais, num circuito cíclico de aprendizagem.

No sistema de monitorização e avaliação os indicadores servem vários propósitos: são a base de apoio (a informação) para a análise e a formulação de políticas; possibilitam a avaliação das estratégias e dos objetivos; a medição dos resultados e os impactos das intervenções; e são facilitadores de comunicação entre os diferentes agentes.

No âmbito do PEDU Paredes será implementado um *sistema de monitorização e avaliação* territorial tendo em consideração dois objetivos:

1. *apoiar e informar a os órgãos de governação e a gestão, constituindo-se como um elemento do processo de tomada de decisão;*
2. *envolver e responsabilizar atores e instituições em torno de objetivos partilhados de desenvolvimento urbano. (abordado no ponto seguinte)*

O sistema de informação e monitorização deve dar informações sobre a evolução da realidade urbana, tendo em conta as grandes questões de desenvolvimento urbano. Este sistema de informação e monitorização deve informar os atores e instituições de forma a promover o seu envolvimento e responsabilização nos processos de desenvolvimento que se quer incentivar. Assim, tem também de fornecer informação sobre o processo de intervenção em curso, nomeadamente os projetos financiados e orientados pelos objetivos estratégicos do PEDU, de forma a apoiar e responsabilizar a base institucional.

Para o acompanhamento, monitorização e avaliação do PEDU serão postos em prática os seguintes instrumentos.

Comissão de Acompanhamento do PEDU de Paredes

Prevê-se a criação de uma Comissão de Acompanhamento (CA) do PEDU de Paredes, constituída pelas seguintes entidades:

- CM de Paredes que preside;
- IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana;
- ISS - Instituto da Segurança Social, Centro Distrital do Porto;
- IEFP – Centro de Emprego de Paredes;
- AMP – Área Metropolitana do Porto;
- Universidade do Porto;
- Universidade de Aveiro;
- Instituto Politécnico do Porto;
- AEP - Associação Empresarial de Paredes;
- SCM PAREDES - Santa Casa da Misericórdia de Paredes;
- CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- CLAS - Conselho Local de Ação Social;
- STCP – Serviço de Transportes Coletivos do Porto;
- Infraestruturas de Portugal;
- Outras entidades a convidar por decisão da própria Comissão de Acompanhamento

A CA, não obstante deter natureza consultiva, e, por isso, não revestindo as deliberações por si tomadas um carácter vinculativo, apresenta grande relevância na medida em que deverá assegurar o acompanhamento e a monitorização estratégica ao longo de todo o período de execução do PEDU de Paredes.

Competirá à Comissão de Acompanhamento:

- Emitir pareceres sobre quaisquer matérias colocadas sob a sua apreciação pela CM de Paredes;
- Apreciar o Relatório Anual de Execução do PEDU;
- Apreciar o Relatório Intercalar e o Relatório Final de Avaliação Estratégica do PEDU de Paredes

A CA deverá reunir para análise e avaliação da operacionalização da estratégia e dos planos de ação, pelo menos, uma vez por ano, podendo, ainda, reunir sempre que para o efeito for convocada pela sua presidência.

Sistema de monitorização

O PEDU de Paredes identifica um conjunto de indicadores de realização e de resultados e respetivas metas que constituem o quadro de referência para a monitorização e avaliação plano.

Convém frisar que a verificação da evolução de alguns indicadores, designadamente dos indicadores de resultado do PARU e do PAICD, dependerá da realização de inquéritos. Para assegurar a coerência entre os resultados obtidos, pelo menos no contexto da Região do Norte, será importante harmonizar e uniformizar os instrumentos a utilizar por todos os PEDU apoiados no âmbito do eixo urbano do Norte 2020.

O sistema de informação e monitorização do PEDU de Paredes encontra-se organizado em função:

- dos objetivos identificados na estratégia do Plano, tendo em vista a avaliação da **eficiência do PEDU** (resultados atingidos em função dos objetivos estratégicos);
- do plano de ação (inclui os meios financeiros), tendo em vista a avaliação da **eficácia dos Planos** (resultados atingidos em função dos Planos de Ação) e o **impacto dos Planos** (efeitos atingidos em função dos Planos de Ação).

Ao conjunto de indicadores e metas propostos em sede de candidatura deverão ser acrescentados outros indicadores e metas que possam vir a ser, consensualmente, assumidos pela parceria para o desenvolvimento urbano de Paredes.

O sistema de indicadores de informação e monitorização deve assim ser complementado durante o processo de execução e discutido no âmbito dos órgãos que integram o modelo de governação, em articulação com a AG, pois as metas atingir correspondem a níveis de responsabilização das instituições envolvidas na execução dos respetivos Planos.

Relatórios Anuais de Execução

A elaboração de relatórios anuais de execução do PEDU constitui um instrumento importante de monitorização do PEDU e da execução dos planos.

As estruturas técnicas de apoio responsáveis pelas componentes estratégia e de gestão do PEDU serão encarregadas de elaborar, até ao final do primeiro trimestre de cada ano, um Relatório Anual de Execução do PEDU, circunstanciado que contenha um balanço do processo de implementação da estratégia bem como do lançamento dos convites à apresentação de candidaturas e da execução física e financeira dos projetos.

O relatório será objeto de apreciação em sede de CA e de aprovação pela CM de Paredes.

Avaliação Estratégica

A avaliação estratégica terá por objetivo avaliar a qualidade da elaboração e da execução do PEDU bem como avaliar a eficácia, eficiência e impacto resultantes da sua execução no período em questão.

O processo de avaliação estratégica que se propõe levar a efeito terá dois momentos distintos e sequenciais:

- Elaboração do Relatório Intercalar de Avaliação Estratégica - a realizar em 2019 e reportado a 31 de Dezembro de 2018;
- Elaboração do Relatório Final de Avaliação Estratégica – a realizar em 2022 e reportado ao período integral de execução do PEDU.

Esta avaliação será executada por peritos externos funcionalmente independentes da AU.

3. Envolvimento e responsabilidade dos parceiros

Tendo em vista assegurar o envolvimento das instituições e das comunidades locais na preparação do PEDU de Paredes, o Município desenvolveu um conjunto de iterações e de iniciativas, enquanto instituição promotora e dinamizadora do processo.

Paralelamente, e ainda no âmbito da preparação da candidatura, foi contactado diretamente e convidado a integrar a parceria um conjunto alargado de entidades públicas e empresas, cuja ação ou atividade é relevante em matéria de desenvolvimento urbano.

Através destes contactos, efetuados pela CM PAREDES, foi possível identificar um conjunto de intenções de investimento em projetos identificados nos diferentes planos de ação que compõem o PEDU de Paredes, designadamente, através do recurso ao Instrumento Financeiro, não obstante o seu recorte regulamentar exato não ser, neste momento, conhecido de forma integral.

O envolvimento dos parceiros institucionais bem como a responsabilidade assumida por estes foi objeto de formalização através da comunicação formal da intenção de promoção de projetos e a manifestação de vontade de participar na parceria que está na base do PEDU de Paredes

Desta forma, a parceria constituída em torno da candidatura do PEDU de Paredes revela uma abrangência e uma relevância significativas, reunindo um conjunto de entidades públicas e privadas com uma ação relevante nas diferentes áreas de intervenção abrangidas pelo PEDU de Paredes.